

Defesa Nacional



ABRIL
1951

NÚMERO
441

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
General ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1951

N. 441

SUMÁRIO

EDITORIAL

Página

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

O oficial arregimentado — Cel. Aurélio de Lyra Tavares.....	5
Justiça Militar — XV — (Conclusão) — Cel. Niso Montezuma.....	11
Noções elementares de defesa de costa — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	19
Serviço de Intendência do Exército dos EE.UU. — Maj. D. Pietz Espindola.....	27
O canhão automático de 20 mm Hispano Suíza, na defesa anti-aérea — Major Jayme Moutinho Neiva.....	31
Instrução e burocracia — Maj. Samuel A. A. Corrêa.....	39
Movimentos retrógrados face ao novo FM 100-5 norte-americano — Major W.F. Bouças.....	43
Alimentação — V — Ten. Jair de Mattos Montedônio.....	49
A foto-informação no Brasil — Sgt. Darcy G. Lessa.....	55

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Considerações gerais sobre os engenhos autopropulsados — Prof. Edmond Brun.....	57
Problemas do Brasil — XII — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	63
Os militares e os problemas sociais — III — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	73
Economia e Finanças:	
É preciso pensar a sério na Pátria!... — Cel. J.B. Magalhães.....	79
As lições dos povos cultos.....	85

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Passo da Pátria — Operação anfíbia — C.M.G. Diogo Borges Fortes.....	87
--	----

OPINIÕES

A guerra na Coreia — Gen. Felício Lima.....	103
A Conferência de Washington e a cooperação com os Estados Unidos — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	105
Os problemas do Serviço de Saúde do Exército — III — Cel. Dr. A. Sette Ramalho.....	107
Orientação pré-vocacional do oficial — Ten.-Cel. Cyro Perdigão de Souza Silveira.....	111

DIVERSOS

Os Rézingsões — IV — (Conclusão) — Gen. Bertoldo Klinger.....	115
Reparação de receptores de rádio — Cap. Roberto Meira de V. Chaves.....	129
Notícias militares.....	133
Noticiário & Legislação.....	137

EDITORIAL

Jornadas decisivas para a Nação serão as do mês corrente, quando se iniciam acontecimentos de importância transcendental.

Na ordem externa e diante da gravidade da situação internacional, joga o Brasil os dados de uma política continental de reciprocidade de tratamento no tabuleiro da Conferência de Chanceleres Americanos em pleno funcionamento e face a face com o seu poderoso irmão do hemisfério Norte.

Na ordem interna, a inauguração do novo parlamento traz à baila os numerosos e complexos problemas nacionais, quer no campo econômico ou financeiro, quer no campo político ou social, que estão à espera da iniciativa dos Senhores Congressistas para serem solucionados.

Em Washington e na palavra do próprio Presidente da República, em sua recente mensagem ao Congresso, o Governo brasileiro estará pronto a dar a sua cooperação econômica, sob todas as formas ao seu alcance, mas a sua conduta externa estará condicionada ao princípio de reciprocidade, de modo que os nossos aliados, por sua vez, nos auxiliem a suportar o impacto da situação de emergência sobre a nossa deficiente estrutura econômica.

Com efeito, não é possível repetir os erros da guerra passada, quando o Brasil cortou a própria carne para satisfazer os seus compromissos de solidariedade continental, saindo da guerra com as suas vias de comunicações nos limites de resistência, os seus transportes terrestres e marítimos gastos e desfalcados, os seus principais produtos depreciados e pagos vilmente, os seus problemas sociais agravados com o deslocamento da mão-de-obra dos campos para as indústrias extrativas e de mineração e tudo

isso para receber em troca, e quando vinham, escassos e caríssimos produtos industriais, com os quais mal podia movimentar a sua incipiente e dependente economia.

Cooperação militar visando acentuar e desenvolver os acordos existentes no âmbito do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta das Nações Unidas é outro importante tópico da agenda da Conferência de Chancelleres que interessa particularmente a nós militares.

Em que grau e até onde levaremos essa colaboração?

Sem dúvida, já estamos presos aos compromissos do Tratado do Rio de Janeiro e os nossos estadistas saberão honrá-los, porém, será preciso mão firme e patriótica nas diretrizes para a cooperação militar que há de surgir desta conferência.

Internamente, nunca se olhou com tamanha esperança o início de uma nova legislatura.

O Congresso terá de resolver com espírito dinâmico, porém sem perder de vista a prudência, com visão segura, mas sem partidarismo e muito menos personalismo, problemas tais como a reforma bancária, a lei agrária, o estatuto do petróleo, o equilíbrio orçamentário sem, de um lado, aumentar os ônus fiscais e, de outro, prejudicar as iniciativas produtivas em andamento e, ainda, a debelação da inflação e da alta do custo da vida, entre inúmeros outros.

Certos estamos de que os nobres ideais de Tiradentes, que lhe valeram a auréola de protomartir da independência da Pátria e cujo sacrifício neste mês se comemora, estarão presentes nas deliberações dos nossos representantes no conclave máximo de Washington, orientando-os no sentido de ressalvarem os postulados de independência e soberania da Nação Brasileira, sem quebra, contudo, dos compromissos de fraternidade continental, como presentes estarão nas resoluções de nossos Congressistas, ao encararem os vitais problemas da nacionalidade, dos quais dependem o bem-estar e a felicidade do nosso povo.

O OFICIAL ARREGIMENTADO

Cel. AURELIO DE LYRA TAVARES

Palestra para a 1ª Sessão de instrução dos aspirantes do 3º B.E.

Meus camaradas:

O 3º B.E. tem-se como verdadeiramente honrado pelo fato de ter sido selecionado para receber-vos. Ele é a vossa Unidade de primeiro destino, e nunca mais haveis de esquecê-lo porque aqui vivereis a primeira fase da vossa vida de oficial. Assim sendo, vossas primeiras impressões como oficiais arregimentados, as lições que aqui aprenderdes, o ambiente que encontrardes, o entusiasmo profissional de que partilhardes, os exemplos que receberdes e o ambiente de camaradagem com que fordes acolhidos repercutirão, sem dúvida, de maneira marcante, em toda a vossa carreira militar. Daí a responsabilidade que o Batalhão assume, não só em receber-vos, como em ter pleiteado a vossa vinda para as suas fileiras. Todos nós, os que aqui já nos encontrávamos, temos a perfeita noção do papel que a cada um nos toca para que sintais, como nós sentimos, um grande orgulho e um grande prazer em servir no 3º B.E. e ao 3º B.E.

Nem tudo, porém, depende de nós, porque a vida de quartel é cheia de problemas por assim dizer rotineiros, que desafiam, todos os dias, os nossos esforços, ao mesmo tempo que estimulam e educam a nossa vontade de trabalhar. Está precisamente nisso a primeira diferença fundamental entre a realidade da vida na tropa e os textos regulamentares que traçam normas gerais a nossa conduta e definem os objetivos a serem atingidos e os princípios a que devemos obedecer. Por mais que se estudem e

se apliquem os regulamentos — e isso constituirá o objeto do Curso que ides receber — há certos deveres e certas normas que não se encontram escritas expressamente, mas que a experiência aconselha que não se percam de vista, sob pena de nos aprimoramos no cumprimento da letra dos dispositivos regulamentares sem logarmos atingir os fins essenciais que eles colimam.

A MISSÃO DO OFICIAL ARREGIMENTADO

O oficial arregimentado deve cuidar, essencialmente, de três coisas: do quartel, dos seus homens e de si mesmo.

I — O Quartel.

A apresentação de um quartel, o seu estado de conservação, o cuidado com os bens móveis e imóveis que ele abrange, definem, quase sempre, o padrão da oficialidade que nele serve. Assim como o decôro militar se revela no apuro do uniforme, caracterizando uma virtude individual do militar, o aspecto geral de um quartel dá uma primeira idéia do espírito de corpo, definindo uma virtude coletiva da sua oficialidade. É, pelo menos, o resultado lógico do interesse coletivo pelo bom nome da corporação. Está claro que um oficial que presa a sua Unidade, seja, ou não, o responsável direto, há de empenhar-se para que o seu quartel esteja, a todo momento, pronto para receber qualquer inspeção ou visita, inclusive no que toca ao estado do material (carga) que, representando

bens da Fazenda Nacional, constitui um patrimônio sob sua guarda. É com o dinheiro do Povo que se adquire o material com que trabalhamos. É o Povo que o confia ao Exército, e o Exército no-lo entrega para o fim único de que possamos preparar com eficiência os homens incorporados à nossa Unidade. Nestas condições, qualquer negligência na conservação do material sob nossa guarda significa, antes de tudo, falta de compreensão de um dever que se assume para com a Pátria.

Nosso quartel e o material que nele se encontra devem, por isso, merecer o nosso maior zelo. São bens da Fazenda Nacional, são bens do Povo que contribuiu com impostos tirados do seu suor, o grau de compreensão dessa responsabilidade que nos cabe define o caráter do oficial. Seria desabonador, para qualquer um de nós, se fôssemos zelosos para com os nossos bens pessoais e displicentes para com os bens do Estado. O Regulamento n. 3 define a responsabilidade disciplinar e financeira do detentor desses bens, mas essa responsabilidade é, antes de tudo, de ordem moral porque, de qualquer forma, nós somos os defensores da Fazenda Nacional e até mesmo seus agentes.

Assim compreendendo, podemos nos traçar uma norma a seguir: cuidar do que pertence ao quartel pelo menos com o mesmo zelo com que cuidamos do que é nosso, do que custou o nosso dinheiro. Em outras palavras: considerar o Batalhão como se fosse uma nossa segunda casa.

Para que assim seja, torna-se necessário que inculquemos essa mesma idéia nos nossos subordinados, sem cuja colaboração consciente quase nada poderíamos fazer. Eles são também responsáveis e devem ser, a todo momento, advertidos dessa responsabilidade. Não nos percamos, porém, na teoria. Sejamos objetivos. Citemos um exemplo concreto. Nosso quartel é situado numa coxilha descampada, sem proteção, e, de vez em quando, açoitada por ventos fortíssimos, que penetram com violência em todos

os vãos dos pavilhões. As janelas dos alojamentos, se não estão fechadas ou calçadas, são as primeiras vítimas. Daí os vidros quebrados e as despesas permanentes com a sua reposição, somente por falta de cuidado do plantão da hora, do cabo de dia, etc., os quais seriam, certamente, mais zelosos se estivessem em casa, em dias de ventania. Não é moral essa negligência nem razoável que a Fazenda Nacional pague por ela. Outro exemplo: o de um fim de instrução, principalmente à noite. É comum que se percam ou se esqueçam, no terreno, pequenas peças do material, pela sofreguidão de regressar ao quartel. Esquece-se, muitas vezes, o cuidado essencial de recolher e conferir o material distribuído. Aliás, a distribuição do material merece a maior atenção para que fiquem bem definidos os responsáveis por uma eventual perda ou avaria. Numa Unidade motorizada, como é a nossa, o aspecto mais importante desse problema é a conservação das viaturas, pelo alto preço que elas representam e pelas dificuldades de repará-las. Não somos um país financeiramente rico nem temos ainda a produção de viaturas automóveis nacionais. Daí, o cuidado que merece de nós todo esse material, a começar pela formação do motorista, pela fiscalização do seu trabalho, que deve ser orientado e assistido com o maior cuidado.

É necessário, para isso, que cada motorista seja responsável pela sua viatura e somente pela sua viatura. O Comando do Batalhão tem procurado e conseguido que cada viatura tenha a sua garagem separada, o que permite tal divisão de responsabilidade. Por outro lado, não é permitido usar numa viatura, mesmo por empréstimo temporário, acessórios de outras. Tal prática é perniciosa e proibida pelas Instruções em vigor. Pelo fato de uma viatura estar sem pneus não se justifica, por exemplo, que sua bateria seja empregada em outra viatura que tem pneus mas não tem bateria. É essa a orientação das Instruções sobre o assunto.

II — Deveres para com os homens que comandamos.

Comandar não é apenas dar ordens. Em primeiro lugar, é necessário saber dar ordens. Não basta que a ordem seja clara, concisa e precisa, quer escrita, quer verbal. Ela deve ser, antes de tudo, exequível, no que respeita aos elementos de execução: meios, tempo e capacidade do executante. Ela deve ser dada e controlada, sob pena do executante poder fugir à nossa ação de comando, o que conduz, progressivamente, ao enfraquecimento da autoridade.

Há vários processos de controle da execução de uma ordem. Cada um de nós pode, mesmo, criar processos próprios. De um modo geral, porém, é conveniente adotar as seguintes normas:

- o militar que dá uma ordem deve fiscalizar, direta ou indiretamente, a sua execução, e não deve deixar de fazê-lo em tempo oportuno;

- na execução de um serviço por mais de um homem, sempre um deles é o responsável. Na falta de um graduado, será o mais antigo;

- no caso de dificuldade de enquadramento, é preferível prescrever o serviço como tarefa, isto é, fixar o trabalho a ser executado e o tempo limite da sua execução. Qualquer antecipação sobre esse tempo será destinado ao repouso dos executantes.

A maneira de dar ordens requer muito cuidado. Devemos tratar com afeição os nossos subordinados e, ao mesmo tempo, devemos exercer sobre eles a autoridade de comando. Essa autoridade não implica, de maneira nenhuma, rispidez, arrogância, austeridade, pois não são tais maneiras ou atitudes que definem o Chefe. Ao contrário, ninguém pode comandar sem ter certeza de ser obedecido conscientemente, sem considerar os limites do razoável, seja na exequibilidade da ordem, seja na natureza humana do executante. Além disso, a afeição e o respeito dos comandados, em todos os escalões, constituem a

essência da disciplina militar, que deve ser consciente e consentida. Na vida de campanha, em situações difíceis, há, mesmo, momentos em que a afeição pelo Chefe e a confiança nas suas aptidões têm significação mais decisiva do que a expressão simbólica da sua graduação. Na hora da dificuldade e do perigo — e eu teria muitos exemplos a vos citar nesse sentido, — a coesão militar e a subordinação hierárquica repousam, principalmente, nos laços morais que ligam, entre si, comandantes e comandados, passando para segundo plano todas as considerações de ordem convencional.

O homem incorporado merece tudo de nós, como seus educadores, como seus camaradas mais experimentados, como seus chefes eventuais, durante o serviço militar que eles são chamados a prestar no cumprimento do dever de cidadãos.

Devemos tornar ao mesmo tempo eficiente e agradável a aprendizagem que ele fará sob a nossa direção. O processo principal de comandá-los é o do exemplo. O exemplo é tudo. É claro que ninguém poderá exigir pontualidade sem ser pontual. O mesmo princípio se aplica às demais exigências da disciplina militar: correção do uniforme, dedicação ao trabalho, amor à Unidade, respeito hierárquico, etc.

A instrução é o ato mais importante do serviço diário, como finalidade principal que traz o homem à caserna. Ela não deve, de modo algum, ser improvisada. A respeito disso, quero fazer duas recomendações principais:

- 1ª) A hora da chamada matinal, já deve estar previsto o destino dos homens, seja na instrução, seja nos serviços;

- 2ª) A qualquer momento do dia, um oficial que comanda conhece a situação dos seus homens, sabe onde eles estão e o que estão fazendo.

Daí resulta que o bom comandante sabe, de véspera, o destino que terá cada um dos seus homens depois da chamada da manhã, e está capacitado a apurar, no fim

do dia, a falta de qualquer um, para impedir que ela se repita. Assim enquadrado, o homem sente que está sendo comandado, principalmente quando não é desviado, no meio de um serviço ou de uma instrução, para outro trabalho que não era o previsto. Essa falta de previsão denota deficiência de comando e prejudica seriamente o ambiente disciplinar do quartel. Se todos trabalham e repousam dentro do mesmo horário é porque estão sendo comandados.

Ninguém comanda sem prever. Isso, no que respeita ao pessoal e ao material. É um sinal de negligência participar, à última hora, à autoridade superior, que tal serviço não foi feito ou tal instrução não foi dada por falta disso ou daquilo. É também falta de compreensão admitir-se que o simples fato de dar partes semelhantes importa, para o oficial, em exonerar-se das suas responsabilidades funcionais. Dificilmente se apresenta um problema urgente para o oficial diligente. Na maioria dos casos, não se trata de urgência, mas de falta de previsão. Assim acontece, por exemplo, quando se deixa terminar o estoque de determinado material de uso imprescindível para, em seguida, participar a ocorrência. Está em nós, ao nosso alcance, evitar tais situações que, a bem dizer, resultam do descaso.

Na maneira de nos conduzirmos quanto aos homens que comandamos, tenhamos sempre presente que eles são tirados das atividades civis para serem entregues aos nossos cuidados. A sua preparação, em tudo o que interessa à eficiência militar — instrução, disciplina, preparo moral e físico, conforto, alegria, etc. —, constitui a missão por excelência dos oficiais arregimentados, que nós somos. Eles devem sentir a nossa ação em todos esses aspectos, porque tudo isso é comandar. Se ele não a sente; se logra ausentar-se de um serviço sem ser controlado; se está passando mal no hospital e não é visitado; se é mal alimentado sem que seja tomada qualquer providência; se lhe ocorre uma desgraça na vida

privada, e não recebe do seu chefe uma palavra amiga, de conforto; se incorre numa falta e não é ouvido com atenção antes de ser punido; em todas essas situações, o homem tem a impressão de não estar sendo comandado. Porque comandar não é apenas exigir, dar ordens, exercer a autoridade. Comandar é, sobretudo, orientar, dirigir, ensinar, educar, assistir.

Quem comanda tem, sob sua guarda, um quartel (ou dependência) e uma carga, e tem sobre os ombros, sobretudo, a responsabilidade de formar reservistas num tempo e com um material limitados. Daí, não desperdiçar tempo nem material, e isso implica, principalmente, o cumprimento exato dos programas de instrução e o zelo pelo material. A pontualidade é, também, um preceito essencial na vida do quartel, tanto da parte dos comandados como da dos comandantes, que lhes devem dar o exemplo. Ela não atende, apenas, a uma exigência do Regulamento Disciplinar, mas à eficiência da instrução e da educação dos homens.

Não basta que exista o comandante: é necessário que exista a ação de comando. Uma coisa é ser comandante — decorrência automática do grau hierárquico; outra coisa é comandar, isto é, acionar os homens, dirigir-los, controlá-los. Um aspirante a oficial está legalmente habilitado a ser comandante, e o seu primeiro dever é habilitar-se a comandar, isto é, a exercer a ação de comando, com a consciência das prerrogativas e, sobretudo, dos deveres que ela implica. Tendes os conhecimentos profissionais imprescindíveis para a execução das missões inerentes aos postos iniciais da carreira. Eles assentam, porém, numa base escolar. Falta-vos o que ides ter, agora: o tirocínio prático, no quartel, o trato dos problemas reais de administração e de comando; o conhecimento direto dos homens, na sua multiplicidade de tipos mentais, psicológicos, físicos e morais. Tendes muito o que aprender, e eu espero que aprendais o máximo

na vossa passagem por esta Unidade. Em primeiro lugar, tereis à vossa disposição a nossa experiência de oficiais mais antigos e as tradições deste quartel, que são fruto do trabalho de muitos outros oficiais que por ele passaram. Depois, tereis a vossa própria experiência, que será adquirida através do estudo, das observações pessoais e, sobretudo, da vossa dedicação ao trabalho profissional.

III — Conduta do oficial arregimentado.

Os principais deveres do oficial arregimentado são os contraí, diretamente, perante a Unidade e perante os homens que nela servem. O conceito que cada um conquistará dos seus superiores e camaradas vai decorrer da sua conduta nesse duplo sentido.

Nossa Unidade é uma unidade de elite. Ela constitui um Batalhão de Engenharia de Combate. Pertence e está subordinada à 3ª Divisão de Infantaria, cujo Q.G. está localizado em Santa Maria, e daí a sua designação numérica: terceiro. Para efeito de administração e instrução, em tempo de paz, acha-se adida ao nosso B.E. uma Cia. Eq. Pnt., que não pertence organicamente nem ao B.E. nem à Divisão de Infantaria. É órgão de escalão superior. As companhias orgânicas do Batalhão são três: 2 de Engenharia de Combate e uma de comando e serviços. O conhecimento exato da organização, das missões e do material dessas companhias constitui o dever inicial dos oficiais que vêm servir no Batalhão. Em especial, devem os oficiais subalternos estudar o emprego da Cia. de Engenharia, e nesse sentido nós vos daremos a necessária orientação.

O coroamento da instrução do contingente comportará um "Exercício de combinação das Armas" a ser organizado pelo Comando da 3ª D.I. Será o teste decisivo da instrução do nosso Batalhão, e o resultado desse teste dependerá do preparo dos quadros e dos homens. Esse preparo deve ser vossa preocupação de todos os dias, pois não

pode ser improvisado à última hora. Sereis chamados a dirigir os homens que ides preparar, e isso vos obriga a instruí-los muito bem. Sereis chamados, também, a tomar decisões e dar ordens, e isso vos obriga a estudar as prescrições regulamentares sobre o emprego da tropa da Engenharia — pelotão e companhia. Daí, um outro cuidado que não deveis esquecer: estudar bem e instruir bem.

Para instruir, é necessário conhecer a instrução, o objetivo por ela visado e o homem. A instrução que ides ministrar está toda padronizada. Lêde os "programas padrões" em vigor, que discriminam os objetivos a atingir em cada fase, os assuntos a serem tratados e o tempo que deve ser atribuído a cada um deles, dosado de acordo com a sua importância relativa. O homem é que é a variável. Os instruídos que ides receber vêm de origens diferentes e são de tipo muito variável. Pobres e ricos, lavradores, estudantes, pedreiros, católicos e protestantes, inteligências vivas ou retardadas, compleições fortes ou fracas, etc., etc. Para bem prepará-los convém conhecê-los bem. Isso eu vos recomendo muito, sobretudo a vós que ides ter um contacto mais direto com os soldados do Batalhão. Sereis, assim, mais eficientes na instrução e mais justos nas medidas disciplinares, e as vossas observações diretas servirão de precioso subsídio à orientação do comando da Unidade. Os homens também vos observarão, em todos os aspectos da vida do quartel. Assim, o vosso exemplo influirá muitíssimo no aperfeiçoamento militar, moral e disciplinar do nosso Batalhão. Vosso entusiasmo profissional, vossa exata compreensão da disciplina, vossa dedicação ao trabalho e vosso amor ao 3º B.E. constituirão, para os homens incorporados, o melhor meio de aprimorar nossa Unidade.

No que respeita aos esportes, ela tem títulos excepcionais a conservar no futuro Campeonato Olímpico Regional. São tradições que devem ser defendidas e serão defendidas com a ajuda de todos nós.

É preciso, primeiro, preparar fisicamente todos os homens, sem distinção, porque o objetivo inicial é obtenção de um padrão médio apreciável. Depois, e somente depois, devemos selecionar os mais aptos, para submetê-los a um treinamento especial intensivo. E é preciso, também, que o oficial pratique os esportes, para manutenção do seu estado físico e para participação eventual nas equipes do Batalhão.

No que respeita à disciplina, bem sabeis que é nela que repousa a coesão e a eficiência de qualquer organização militar. Vós mesmos, como futuros chefes, colheiris, nesse terreno, os frutos que plantardes. É do vosso dever, não só praticá-la aprimoradamente, como ensinar-lhe e estimular-lhe a prática. O estudo meditado dos regulamentos respectivos vos servirá de guia na compreensão e na prática da disciplina, principalmente em face das ocorrências rotineiras da vida arregimentada. Um dos aspectos exteriores da disciplina é,

no militar, o apuro nos uniformes. Estou certo de que assim o compreenderéis, tanto mais que esse apuro constitui, em regra, uma virtude característica dos aspirantes formados pela Escola Militar. Ele revela, aliás, o gosto e o entusiasmo pela profissão militar, que ninguém adota a não ser por vocação, por vontade própria.

* *

Eis aí, meus prezados camaradas, alguns conselhos iniciais de quem vai ter a responsabilidade de preparar-vos para a confirmação do oficialato. Para que eles não se percam e possam ser recordados, eu vo-los darei por escrito.

Estou certo de que ides ser felizes no 3º B.E. e de que, em toda a continuação da vossa carreira militar, aqui iniciada, a lembrança desta temporada em que estamos trabalhando juntos, numa das melhores e mais tradicionais unidades do Exército, não será nunca esquecida por nenhum de vós.

JOÃO TEIXEIRA

Materiais de construção em geral

RUA CARDOSO QUINTÃO N. 914

Tomaz Coelho — Distrito Federal

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

XV

CONCLUSÃO

Depois de tão exaustivo trabalho pode-se concluir que o anteprojeto do Código da Justiça Militar, publicado no "Diário da Justiça" de 24 de dezembro de 1948:

1) é apressada revisão do anteprojeto de 1945, não publicado e apenas escoimado das heresias mais chocantes que, com o regime atual — de liberdade de discussão — provocariam verdadeiro escândalo. Aquêlê anteprojeto foi recusado — entre outros motivos por:

1º) atentar contra a Constituição:

a) transformando o caráter especial do fóro militar em fóro privilegiado para os civis da Justiça Militar, os quais, néle, passariam a ser processados e julgados, *mesmo nos crimes comuns*, prerrogativa que não era concedida aos militares;

b) conferindo títulos e postos honoríficos;

c) estabelecendo a contribuição, por parte dos civis da Justiça Militar, para o montepio militar;

d) ferindo direitos adquiridos pelos servidores da própria Justiça Militar, com o perigoso intuito de fazer por livre escolha, o provimento de cargos que caberiam a elementos de carreira;

e) substituindo, sucessivamente a expressão *Auditores por Juizes-auditores, por Juizes e por Juizes em geral* para poder chegar à perigosa inovação de submeter os militares à ação disciplinar do S.T.M.;

2º) faltar-lhe o indispensável sentido militar e, assim, agravar — em vez de procurar minorar — esse pernicioso aspecto, já verificado no Código Penal Militar;

2) não pôde libertar-se da perigosa herança, a partir da imperdoável confissão de não haver levado em consideração os ensinamentos decorrentes da 2ª Grande Guerra. Eles, no momento, preocupam as grandes nações e, por conseguinte, a confissão torna o anteprojeto um repositório de idéias velhas, obsoleto, antes mesmo de entrar em discussão;

3) Não está desajustado apenas à época; o está, também ao meio militar, a que se destina. No momento em que, universalmente, se acentua a necessidade de uma Justiça Militar militarizada, a nossa abandona os ensinamentos de uma guerra de que acabamos de sair, para abusar da cópia de dispositivos inadequados da nossa legislação comum. E o faz sem o menor trabalho de adaptação revelando deplorável desconhecimento do meio para que legisla, tornando o anteprojeto, também, por vêzes, teórico e inexequível, além de trazer em seu bojo a gravíssima con-

fissão de haver desprezado os ensinamentos de caráter militar, que estão a preocupar os países mais adiantados.

Assim é que:

1°) pretende vedar atividade comercial ou político-partidária aos juizes militares, porque a Justiça do Distrito Federal proíbe, aos seus juizes, tais atividades;

2°) copia dispositivos do Código Comum sem se aperceber da diferença existente, nos dois Códigos, do conceito de autoridade policial militar e de autoridade policial civil e confundindo o ambiente de quartel com o de via pública, em geral;

3°) a cópia servil dos arts. 6°, I e II e 169 do Código do Processo Comum levou o absurdo contido nos arts. 134 e 231 do anteprojeto, nos quais se confundem autoridades como Ministro da Guerra, Chefe do Estado-Maior, Comandantes de Guarnições e de Corpos com comissários de polícia, investigadores e rádio-patrolha;

4°) no art. 139 copia o art. 23 do Código Comum e atribui, ineptamente, à autoridade militar um encargo processual que deve caber ao auditor;

5°) como o Código Comum — que foi o memento — não trata de Conselho de Justificação, a lei do menor esforço produziu o artigo 584, amputando o próprio Código atual;

6°) não revela o menor interesse pelo nosso sistema presidencial;

7°) não contém medidas tendentes a resolver ou a acelerar o julgamento dos conscritos que, por estarem "sub-judice", deixam de ser desincorporados por terminação de tempo de serviço;

4) sua elaboração foi orientada em direção discordante com os resultados dos balanços feitos à luz dos últimos acontecimentos, com o procedimento que vem sendo observado pelos demais países e, assim, é contrária aos interesses internos do País e do Exército;

1°) escolhendo para sua publicação o "Diário da Justiça", veículo inadequado à sua conveniente divulgação no meio militar;

2°) adotando orientação não recomendável;

3°) estabelecendo, em seu artigo 14, que o juiz militar não se dispensará do serviço militar fora do tempo destinado aos trabalhos do Conselho;

4°) mudando o tempo de duração dos Conselhos de 3 para 4 meses;

5°) com a inovação segundo a qual a formação da culpa é feita pelo auditor, sem a presença dos juizes militares;

6°) com a demora decorrente da declaração de suspeição, na forma do parágrafo único do art. 69;

7°) com os Conselhos nas Unidades;

8°) criando Conselhos extraordinários nas unidades com o que ameaça desvirtuar a verdadeira finalidade dos Corpos de Tropa, uma vez que o serviço judicial pretere qualquer outro;

9°) mandando, em seu art. 420, fazer uma reunião especial para a leitura do termo de deserção abolindo as "razões de defesa";

10°) condicionando a assistência do promotor aos inquéritos a lugar compreendido na sede da auditoria;

11°) impedindo que o aspirante a oficial presida a lavratura do auto de prisão em flagrante;

12°) não cogitando medidas para o funcionamento da Justiça em manobras nem em casos de comoção interna;

13°) conservando grande obscuridade acerca do funcionamento da Justiça Militar em tempo de guerra, chegando ao absurdo de pretender legislar a respeito depois de deflagrada a guerra;

14°) pretendendo estabelecer o inconveniente sistema de legislação esparsa, de todo, desaconselhável ao meio militar;

15°) incomodando o Ministro, sem necessidade e de forma inócua, para prorrogar o prazo para conclusão do inquérito;

16°) ao tratar do desajustamento não considera as circunstâncias em que se poderá encontrar o militar, obscurecendo, até, casos vivos;

17°) atentando contra o direito de defesa quando restringe a tomada, por escrito, das declarações do acusado;

18°) com a supressão do art. 218 do Código atual;

19°) esquecendo referência às cartas anônimas e permitindo a violação do sigilo da correspondência, mediante cópia do art. 240 do Código do Processo Comum;

20°) silenciando sobre o cabimento de "habeas-corpus" quando o acusado não fôr julgado em tempo razoável;

21°) silenciando sobre a remessa, para correição dos pedidos de arquivamento de inquéritos e de representações;

22°) deixando de remeter ao Ministério da Guerra, para publicação em Boletim do Exército, as cópias dos acórdãos que forem proferidos;

23°) limitando-se a tratar da "Prisão Administrativa" quando deveria referir-se ao procedimento a ter com os agentes da administração que causarem prejuízos à Fazenda Nacional;

24°) ao tratar da jurisdição (artigos 35 e 36) não lhe dá a amplitude exigida pela traição, pela espionagem, pela sabotagem nem pelo quinta-colunismo;

25°) ainda ao tratar da "Jurisdição" não estabelece os necessários limites para a intervenção da polícia civil em casos em que estiverem envolvidos militares e presente a polícia especializada. Esta lacuna precisa ser sanada, principalmente no que diz respeito ao porte de armas;

26°) quando regula o ingresso na Justiça Militar;

27°) omitindo a organização da reserva da Justiça Militar;

5) é perigoso porque contém dispositivos que dificultam ou diminuem a conveniente ação do Comando ao mesmo tempo que não observam ou que comprometem os preceitos disciplinares;

1°) dando poderes a um capitão — presidente de Conselho de Justiça na Unidade — órgão do poder Judiciário — para designar (art. 2°, II, combinado com o pa-

rágrafo único do art. 420) "um oficial para servir de defensor do acusado, que não o tiver, de preferência um oficial da unidade";

2°) estabelecendo que as faltas dos oficiais às sessões do Conselho devessem ser participadas pelo auditor e não pelo presidente, que é militar e superior hierárquico dos outros oficiais;

3°) prescrevendo que um capitão presidente de Conselho, em alvará, determine ao Comandante que o nomeou, que ponha em liberdade um acusado julgado;

4°) dispondo que a remessa dos processos seja feita pelo Capitão presidente à Auditoria e não por intermédio do Comandante do Corpo;

5°) pretendendo impor às autoridades militares (na aceitação do Código da Justiça) atribuições policiais impróprias para eles e incompatíveis com a técnica de comando;

6°) restringindo a prisão preventiva aos casos previstos no artigo 322;

7°) alijando as altas autoridades militares da ação policial que o Código atual lhes confere, privativamente, e passando diretamente para a justiça os elementos de execução, com o desaparecimento dos salutaros preceitos contidos nos artigos 116 e §§ e 191, do Código atual;

8°) abolindo a acertada participação que o Comandante de unidade deve fazer ao Comandante da Região quando instaura inquérito;

9°) abolindo a remessa dos inquéritos por intermédio da autoridade militar mais graduada da Região;

10°) atribuindo ao Ministro da Guerra a competência para a prorrogação de prazo para conclusão de inquérito e que melhor caberia aos Comandantes de Região;

6) é perigoso porque, pela substituição sucessiva da expressão auditores por juizes-auditores, por juizes e por juizes em geral, pretende o anteprojeto, estabelecer uma ditadura judiciária com a inovação de submeter os militares à ação disciplinar do S.T.M., o que é agravado pela imprecisão dos tér-

mos adotados e pela preocupação de estabelecer a supremacia do civil sobre o militar, assim é que:

1°) se a polícia das sessões cabe ao presidente do conselho (artigo 567), a repressão das faltas dos juizes militares não deve competir "em geral, ao auditor", como dispõe o anteprojeto no art. 17 e seus §§;

2°) em parte alguma o Presidente poderá ser segunda pessoa em reunião que presidir. No entanto até isso o anteprojeto conseguiu, estabelecendo em seu art. 255, "que será assinado pelo Juiz auditor e pelo presidente do Conselho", alterando, assim, para errado o que está certo no parágrafo único do art. 212 do Código atual;

3°) o art. 27 do Código atual dá magnífico exemplo de desigualdade de tratamento e desigualdade perante a lei quando só prevê reincidência e "repreensão em boletim" para os militares, e não para os servidores civis;

4°) a própria Comissão revisora repudiou o truculento art. 408 do famigerado anteprojeto recusado em 1945, segundo o qual o presidente do Conselho de Justiça nas unidades, em caso de retardamento de processo ficaria sujeito a suspensão do exercício do cargo até 30 dias, com perda de gratificação. Entretanto não usa o mesmo rigor para os profissionais da justiça...

5°) um advogado de ofício, impunemente, arroga-se o direito de criticar o sadio civismo de um tenente — jovem e entusiasta — lançando à publicidade o tão inconveniente quão dissolvente argumento segundo o qual "o grande Ruy Barbosa teria sido, provavelmente, um péssimo soldado";

6°) nas irregularidades havidas na auditoria da 8ª R.M. foram todos responsabilizados. Mas é preciso que, em tais casos, se definam as responsabilidades dos que vão, apenas, julgar dos que têm obrigação de manter os trabalhos da auditoria em dia, e em ordem;

7°) a que juizes se refere o parágrafo único do art. 123? Pretenderá o anteprojeto submeter, também, os juizes militares às fal-

tas de caráter administrativo-disciplinar previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis?;

8°) ainda em face do parágrafo único do art. 125, pretenderá o anteprojeto atribuir ao S.T.M. a faculdade de punir — de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis ou não — as faltas de cortesia ou outras que os oficiais das Forças Armadas, em funções judicantes, vierem a cometer contra:

— as autoridades militares, seus superiores hierárquicos?

— as autoridades civis?

9°) a par de tudo isso é preciso ter em vista o que acontecia com os juizes que votavam com independência nos julgamentos dos oficiais revolucionários;

7) exorbita, por pretender traçar normas de procedimento para os militares que já as têm traçadas na legislação competente:

1°) prescrevendo que devem manter irrepreensível procedimento na vida pública e particular;

2°) dizendo ser vedado exercerem atividade comercial ou político-partidária;

8) é omissão no tocante às normas para regular o procedimento e a atividade dos elementos civis da Justiça Militar, inclusive nas suas relações com as autoridades militares, providências indispensáveis em face:

1°) da desinteligência havida entre um General Secretário Geral e um suplente de auditor em exercício;

2°) de um promotor haver tomado conhecimento de um inquérito remetido pela Polícia Civil, depois do fato ter sido convenientemente apreciado no meio militar e, assim, concedendo um recurso extra-legal;

3°) da necessidade de reprimir certas manifestações perniciosas por parte de elementos da Justiça Militar;

4°) o anteprojeto regula o expediente das auditorias (art. 119) pelo "administrativo militar", quando seria preferível que fixasse o horário de maneira concordante com aquele mas na forma prevista no

Decreto n. 19.532, de 27-XII-930, uma vez que a atividade de cada um há de ter características próprias;

5º) não prevê a colaboração dos elementos da Justiça na instrução dos militares, como seria conveniente para fazer sanar deficiências freqüentemente reclamadas;

8º) não prevê medidas adequadas para coibir certas faltas.

9) sua redação, além de se afastar e, por vezes, desvirtuar a terminologia militar, é omissa e confusa, quando deveria ser explícita, instrutiva e orientadora porque os militares não são profissionais em Direito nem em Polícia;

1º) no art. 23, quando pretende distinguir os oficiais de formação regular dos demais, refere-se a "oficiais de patente", quando há muito tempo se acabaram os "comissionados";

2º) não dá a conveniente atenção às expressões "praças especiais" e "praças" a que se refere o art. 16 do Estatuto dos Militares;

3º) no art. 64 II, tornou obscuro o que está claro no art. 264, § 2º do Código atual;

4º) o mesmo acontece com o artigo 415 do anteprojeto e o 263 do Código atual;

5º) com a preocupação de dissipar as poucas características militares que ainda contém, tenta abolir consagradas expressões como "parte de ausência", "parte acusatória" e "parte de recondução";

6º) tenta modificar, ineptamente, as providências administrativas adotadas nos casos de deserção;

7º) a redação do art. 24 do anteprojeto está muito inferior à do art. 18 do Código atual;

8º) a redação do mesmo artigo 24, quando estabelece "de preferência primeiros tenentes" revela não haver acompanhado a evolução havida de 1945 a esta data, esquecendo-se dos oficiais do Q.A.O.;

9º) não leva em consideração as características da polícia moderna;

10º) como proceder quando se verificar a hipótese do art. 133?;

11º) as peças do processo só serão rubricadas pelo encarregado do inquérito quando forem dactilografadas?;

12º) por quem será prorrogado o prazo para oferecimento da denúncia?;

13º) por que modifica o parágrafo único do art. 212 do Código atual para, no art. 255, dar precedência ao auditor sobre o presidente do Conselho?;

14º) quando nos arts. 262 a 285 reproduz os arts. 202 a 225 do Código do Processo Comum se esqueceu de esclarecer que os oficiais encarregados de inquérito ou de Conselho de Justificação poderão ouvir os de postos superiores, inclusive generais, como testemunhas;

15º) a redação do art. 370 não está boa porque sendo o auditor civil não poderá ser seguido pelos "outros juizes militares";

16º) abusa da cópia e não se dá ao trabalho de esclarecer e adaptar; a redação não é clara e instrutiva como seria de desejar, tornando-se causa de deficiências que provocam reclamações contra o trabalho dos militares;

10) O "Diário de Notícias" de 3 de agosto de 1948 divulgou um tópico nos seguintes termos: "Ao serem iniciados os trabalhos da sessão de ontem, do Superior Tribunal Militar, o Ministro Presidente, General Silva Junior, deu conhecimento aos seus pares do aviso do Ministro da Guerra, enviando o anteprojeto do Código da Justiça Militar, a fim de ser o mesmo submetido à consideração do Tribunal, antes de sua remessa ao Poder Legislativo".

Parece que a notícia não traduz, com fidelidade o que se passou, porque o anteprojeto não teve origem no Ministério da Guerra, interessa também à Marinha e à Aeronáutica e deve transitar pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

Em princípio, a elaboração de um anteprojeto de Código de Justiça deve ser atribuída a uma comissão na qual possam ser convenientemente apreciadas as observações colhidas nos três escalões

de sua aplicação: — Forças Armadas, particularmente Corpos de Tropa; Auditorias, inclusive a de Correição e S.T.M.; isto é: um oficial representante do Exército, outro da Marinha e outro da Aeronáutica; um auditor; auditor corregedor; um promotor e um advogado de ofício; um Ministro do S.T.M. e o procurador geral.

Cada representante deve receber instruções para o desempenho de sua missão.

Terminados os trabalhos, cada representante apresentará, ao Ministro da respectiva Pasta ou ao Ministro Presidente do S.T.M., circunstanciado relatório no qual ressaltará os pontos em que foi vencido e os discutirá convenientemente.

Aquelas autoridades concordarão, ou não, com os pontos de vista do respectivo representante e elaborará um Documento para o Estado-Maior das Forças Armadas, que, na impossibilidade de harmonizar as divergências decidirá como melhor lhe parecer para as Forças Armadas, em conjunto, ou atendendo às particularidades de cada uma delas.

É, pois, de desejar que, na elaboração de um tal trabalho se tenham em vista:

1º) o espírito público, a honestidade e o profundo conhecimento do meio para que se legisla, por parte dos elaboradores;

2º) os preceitos constitucionais específicos das instituições militares para desenvolvê-los em harmonia com:

a) "as disposições gerais da Constituição sobre a magistratura, a declaração de direitos, as Forças Armadas e a defesa nacional";

b) "as normas que regulam a organização militar do país, em tempo de paz e de guerra";

c) "os limites em que se devem aplicar ao processo penal militar as regras do processo penal comum que, por sua natureza, valham como princípios obrigatórios, tendo em consideração as condições

particulares da existência das Forças Armadas, na paz e na guerra";

d) as modificações a introduzir na organização judiciária militar e no seu funcionamento, na paz e na guerra, de modo a articular o aparelho judiciário militar ao sistema de organização das Forças Armadas, na paz e na guerra, tendo em consideração a natureza de cada uma delas e as nossas condições políticas, sociais, geográficas e o sistema da guerra moderna.

3º) a acurada observação do meio militar, dentro da mentalidade militar conveniente, coerente com a legislação militar básica e a preocupação de fazer sanar as lacunas verificadas na legislação penal militar;

4º) a circunstância de ainda ser a polícia militar exercida, por extensão de atribuições, por militares formados para outros misteres, não especializados nesses assuntos e, por conseguinte, ao contrário do que acontece com a polícia judiciária civil, que se constitui em organização adequada, servida por profissionais especializados e só entregues a esse ramo de atividades;

5º) a necessidade de ser a redação dessa legislação a mais clara, explícita e instrutiva quanto possível, descendo, por vezes, a definições, de maneira que facilite cooperação por parte dos militares, em geral;

6º) a situação do nosso sistema presidiário, ligando-o ao civil;

7º) estabelecer ligação da justiça militar com a civil no sentido de melhor amparar os militares, sempre que necessário.

Eis porque, antes da administração da Justiça Militar competir, como hoje compete, aos órgãos do Poder Judiciário, cabia ao Serviço de Justiça — sem mais leve diminuição à majestade da Justiça — na linguagem de Organização Militar.

Mas com tal expressão jamais se pretendeu restringir sua indispen-

sável e absoluta independência para equipará-la a outros serviços que atuavam, e continuam atuando, sob ordens das autoridades militares.

Aquela designação tinha por fim, precisamente situá-la dentro do quadro de organização militar e ressaltar que, para bem servi-la, não basta ser jurista. Há, também, necessidade de ter formação capaz de compreender a alma do soldado, para poder particularizar conhecimentos gerais. E mediante acurada observação do meio militar bem poder sentir suas sutilezas específicas.

Eis como se manifesta claramente a necessidade de uma organização própria, adaptando-a às normas e ao ambiente peculiares às Forças Armadas, a fim de satisfazer as condições especiais do meio militar.

Em sua magnífica obra "DIREITO, JUSTIÇA, E PROCESSO MILITAR" (página 58) ESMEERALDINO BANDEIRA transcreve os seguintes tópicos de Tomaz Alves:

"Desde que o Exército tem um direito particular, tem legislação especial e, por consequência, justiça, que é a justiça militar.

Justiça militar quer dizer — ter um Código de penas para as infrações do dever militar ou crime militar, ter tribunais organizados, que conheçam da violação do dever, apliquem as penas e dêem à execução a sentença".

"A aplicação da pena, já pela sua especialidade, já pelo seu vigor, faz com que se não con-

funda a Justiça Militar com a Justiça Comum".

Ainda aquele jurisconsulto, que era civil, na mesma obra, invoca G. CLEMENCEAU quando — como presidente do Conselho e a propósito da reforma da lei militar — disse que:

"assim como há uma sociedade civil fundada sobre a liberdade, há uma sociedade militar fundada sobre a obediência, e que o juiz da liberdade não pode ser o da obediência".

Realmente, por maior que seja o desejo de fazer desaparecer as características próprias da legislação especial e de vê-la absorvida pela comum, forçoso será convir que ainda não é possível, impunemente, violar os consagrados princípios que as diferenciam nem desprezar os imperativos da tradição.

É preciso prudência para evitar o risco de desvirtuá-la, de desviá-la de sua verdadeira finalidade, transformando-a em ameaça latente aos mesmos princípios que a ela incumbe resguardar e que constituem a única razão de ser da sua existência, particularmente nesta época de inquietação, de generalizada falta de respeito, que tende para a rebeldia e agrava a crise de autoridade.

A organização da Justiça Militar — com o caráter de Serviço ou de Poder Judiciário — requer especial atenção para os princípios de subordinação e disciplina, porque:

"O Exército é uma coisa enorme que fazem mover e que mata; mas é também uma coisa que sofre"...

AÇOUGUE COSME DAMIÃO

MANOEL FERREIRA DOS SANTOS

CARNES DE 1ª QUALIDADE

Rua da Concórdia n. 85 — NOVA IGUAÇU — Estado do Rio

HOMENAGEM AO MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS

No dia 21 de fevereiro último, ao ensejo do transcurso do 6º aniversário da tomada de Monte Castelo, pela Força Expedicionária Brasileira, foi prestada significativa homenagem ao Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, então em viliégiatura, na estância hidromineral de Lambari.

As 20,30 horas, promovida pelos militares e elementos de relêvo social, presentemente, naquela cidade, houve uma reunião, no Grande Hotel, onde se acha hospedado o ilustre militar, à qual compareceram o Prefeito João Lisboa, os Generais Amaro Bittencourt, Oswaldo Cordeiro de Farias, Fernando Besouchet e Álvaro Barbosa Lima, outros oficiais do Exército e grande número de veranistas.

Inicialmente, o General Besouchet, um dos promotores da festividade, fez a apresentação do orador programado, o jornalista Amarello de Albuquerque que, em eloquentes palavras rememorou o feito heróico das nossas armas e focalizou a figura do emérito cabo de guerra, enaltecendo os méritos e as virtudes do comandante da Força Expedicionária Brasileira.

Seguiu-se uma interessante sessão litero-musical, na qual tomaram parte as cantoras líricas Heloisa de Albuquerque e Ruth Valadares Correia, ambas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Por último, o Marechal Mascarenhas de Moraes, em seu nome e dos seus comandados na campanha da Itália, agradeceu a homenagem que lhe era tributada, recordou episódios da guerra e pôs em evidência a atuação dos Generais Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias, na pugna de Monte Castelo.

É com prazer que registamos esta notícia, por se tratar de um militar de prol, cuja vida deve servir de paradigma às novas gerações e que fora da Pátria elevou bem alto o nome do Brasil.

INDUSTRIAIS — IMPORTADORES E EXPORTADORES

ATACADO E VAREJO

Louças, Cristais, Vidros, Metais, Ferragens, Aparelhos para jantar, chá e café — Baterias de alumínio — Sortimento completo para Hotéis — Colégios, Botequins e famílias

FORNECEDORES DO GOVERNO

RODRIGUES D'ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

RUA CAMERINO NS. 51 a 107 — TELEFONES: 43-4542, 43-6937 e 23-1238

Telegramas: RODACO

RIO DE JANEIRO — BRASIL

FILIAIS:

Rua Xavier de Toledo, 220-3.º — Fone: 36-3839 — Tel: RACISA
SAO PAULO — S. P.

Rua Tupinambás, 643 — Sobreloja — Fone: 4-9376 — Tel: RACISA
B. HORIZONTE — M. G.

NOÇÕES ELEMENTARES DE DEFESA DE COSTA

Pelo Ten.-Cel. NEWTON FRANKLIN
DO NASCIMENTO, da D.A.

I — DEFINIÇÕES E GENE- RALIDADES

1. *Fronteira marítima* — É uma zona costeira definida e delimitada, em largura e profundidade, desde o tempo de paz, com o fim de assegurar a coordenação entre as forças encarregadas da sua defesa.

2. *Defesa de fronteira marítima* — É a reunião de todos os meios e medidas tomadas pelas forças armadas, desde o tempo de paz, para proteger, contra qualquer forma de ataque, a orla da fronteira marítima, ou sua retaguarda. Na preparação e execução dessa defesa, procura-se derrotar o invasor antes de seu desembarque, ou mesmo, antes que ele procure obter uma cabeça de praia.

3. *Cabeça de praia* — É uma posição estabelecida por uma força

atacante no litoral inimigo, a fim de permitir o ulterior desembarque de tropas e suprimentos.

4. *Artilharia de costa* — É a reunião de todas as tropas e respectivo armamento, organizados com a finalidade principal de emprego contra objetivos navais inimigos. Compreende a artilharia de costa fixa ou móvel, minas submarinas controladas, bem como os meios auxiliares de vigilância, iluminação e defesa.

5. *Missões da artilharia de costa* — A artilharia de costa tem as seguintes missões:

— *principal*: destruir, dentro do seu alcance (ou impedir), a ação dos engenhos e armas do invasor, que procure atacar a fronteira marítima dentro da área defensiva atribuída à artilharia de costa;



Fig. 1 — Praia de fácil acesso.

— *secundária*: contribuir, sem prejuízo de sua missão principal e dentro de sua área defensiva, para a defesa terrestre e antiaérea, consoante planos previamente estabelecidos pelo comando.

6. *Elementos básicos para cumprimento de suas missões* — Para cumprir suas missões, a artilharia de costa deve:

— proteger os navios amigos em suas bases, ou quando delas entram ou saírem;

— interdizer ao inimigo a entrada em um porto e sua ocupação, ou ainda, a ocupação de qualquer área crítica (terrestre ou marítima), que possa servir de base às suas operações (terrestres ou navais);

— manter, além de seu alcance eficaz, as forças navais inimigas, que tentem apoiar operações anfíbias, ou bombardear a área vital cuja proteção caiba à defesa;

— interdizer a passagem de navios inimigos (de guerra ou mercantes), através das áreas marítimas cobertas pelos campos de tiro do armamento da artilharia de costa;

— apoiar as forças terrestres na defesa de determinada área (marítima ou terrestre), contra ataques do invasor;

— contribuir, quando exigido nos planos previstos para a defesa antiaérea de suas próprias instalações, ou para as das áreas vizinhas;

— manter a observação e vigilância do mar e do ar, tão longe quanto o permitam os meios distribuídos à artilharia de costa.

7. *Organização da defesa dumá fronteira marítima* — Uma fronteira marítima, é dividida em áreas de defesa marítimas, cujas extensões em largura dependem da importância de cada uma delas e dos meios disponíveis para a defesa. As áreas de defesa dumá fronteira marítima são subdivididas em sectores de defesa e estes, por sua vez, também se subdividem em subsectores de defesa. A largura dos sectores e subsectores dependem da importância de cada um deles e dos meios disponíveis para a defesa. Para se

objetivar o esforço da defesa em um sector (subsector) dão-se menores frentes àqueles onde se deseja realizar o esforço principal da defesa. Quando existir num sector (subsector), uma defesa permanente do porto do sector (subsector), o comandante da artilharia de costa é o comandante da defesa desse porto, quando nele não existir o comando de um escalão superior.

8. *Defesa de porto* — Do exposto acima, conclui-se que o comando da defesa de porto é um comando previsto desde o tempo de paz, destinado a coordenar a defesa do porto incluído dentro de uma área de defesa marítima, constituindo assim, uma subdivisão do comando da área de defesa marítima. Todos os elementos de uma defesa de porto, inclusive pessoal e material, são localizados em uma ou mais fortificações de artilharia de costa.

9. *Formas de ataque às fronteiras marítimas* — Para um inimigo atacar uma fronteira marítima podem ser adotadas as seguintes formas de ataque:

a) *Reconhecimentos* — São operações preliminares, destinadas à localização dos elementos da defesa (campos minados, rédes, projetores, baterias, casamatas, centrais de transmissões, cabos submarinos, postos de comando e de observação). Os reconhecimentos são realizados por aviões, contra-torpedeiros, ou submarinos. É possível que o inimigo tenha conhecimento de alguns desses elementos, mormente das baterias fixas. Neste caso, pode tornar-se desnecessário o reconhecimento. Entretanto, onde houver a presença de novos elementos, é de prever-se um reconhecimento para localizá-los e determinar-lhes a eficiência. Os reconhecimentos executam-se de dia ou à noite, dependendo apenas do fim a que se destinam.

b) *Fintas (ou demonstrações)* — São operações que têm por fim enganar a defesa quanto ao propósito real, força, local e momento do ataque principal, bem como retardar o movimento das reservas da defesa. Compreendem operações

destinadas a inquietar e fatigar a defesa, baixando o moral da tropa e diminuindo sua eficiência. São executadas por contra-torpedeiros, submarinos, em distâncias que se aproximam dos limites máximos dos materiais secundários da artilharia da defesa, podendo ser acompanhadas de cortinas de fumaça lançadas pelos contra-torpedeiros. As fintas são realizadas de dia, ou à noite, mas separadas em intervalos de tempo irregulares, antecedendo outras formas de ataque mais importantes.

cer às vezes verdadeiras incursões para as forças da defesa. Os reconhecimento e incursões podem ser acompanhados de pequenos desembarques, sob a cobertura da escuridão ou da neblina, para fins da obtenção do segredo. Visam importantes defesas de portos ou de bases marítimas onde se encontrem obras de valor, ou navios ancorados. Conquanto se realizem de dia, são escolhidas de preferência as noites, por oferecer a escuridão condições mais favoráveis à penetração.



Fig. 2 — A ponte improvisada na enseada de Santo Antônio (Fernando de Noronha)

c) *Incursões* — São operações executadas por contra-torpedeiros e outros navios rápidos, ou por submarinos, a qualquer tempo, com o fim de obter resultados apreciáveis e repentinos, com pequenos riscos, bem como em lugares mais afastados do teatro de operações, quando se desejar afastar a atenção de ações mais importantes em outros locais, causando a dispersão das forças da defesa sobre regiões do litoral de importância secundária, do ponto de vista das operações. Cumpre assinalar que simples reconhecimento podem pare-

d) *Bombardeios* — São operações navais realizadas com os seguintes propósitos:

- causar danos materiais em importantes cidades costeiras;
- destruir docas navais, cais de atracação, ou outras utilidades dos portos;
- atacar navios comerciais ou de guerra ancorados no porto;
- silenciar as baterias de costa;
- cobrir operações de desembarque compreendidas em um ataque de conjunto.

Podem ser realizados de dia ou de noite, a pequenas distâncias, ou

fora do alcance máximo da artilharia da defesa.

e) **Lançamento de minas de contacto** — Tem por fim evitar a saída das forças navais da defesa ou dificultar seus movimentos, quando saírem do porto, ou ainda, para hostilizar seus movimentos, quando saírem dos portos.

f) **Ataques a campos minados, barragens, rédes e outros obstáculos** — São operações realizadas geralmente à noite, com o propósito de remover tais elementos, colocados pela defesa, à entrada dos portos e protegidos pelos fogos de sua artilharia.

g) **Bloqueio** — É a operação realizada pelo atacante, afundando em passagens estreitas, à entrada dos portos, navios mercantes, vasos auxiliares ou de 2ª linha, bem como outras embarcações de grande porte.

h) **Torpedeamentos** — São operações executadas contra navios ou instalações no interior dos portos, mesmo de fora da entrada deles, com o fim de afundar navios ancorados, ou danificar as instalações portuárias. Os submarinos podem entrar num porto, seguindo submersos a esteira de algum navio da defesa e torpedear dentro do porto. Se um porto estiver próximo de uma base de lanchas-torpedeiras, é de esperar ataques de torpedos, ao cair da tarde ou ao amanhecer, utilizando o elemento surpresa. Formações de lanchas-torpedeiras podem aproximar-se a pouca velocidade, a coberto da escuridão, para atacarem a pequenas distâncias, sem serem percebidas.

i) **Ataques navais à viva força** — Se o inimigo obtiver a superioridade temporária do mar e do ar, é de prever que seus navios capitais sejam utilizados contra as defesas de costa com os propósitos de efetuar a captura do porto, para transformá-lo em base ou para aprisionar ou destruir as forças navais inimigas, utilidades e navios mercantes ali abrigados. Mesmo sem ter obtido a superioridade naval, o inimigo pode tentar um ataque à viva força para: capturar um porto importante, ou de valor estratégico, antes de estarem ul-

timadas as medidas de organização defensiva do porto; atacar uma força naval mais fraca; atacar a esquadra da defesa, quando estiver entrando, navegando ou saindo de passagens estreitas.

Um ataque à viva força pode ser acompanhado de desembarques, seguindo-se aterrissagens de tropas aero-terrestres.

10. **Execução dos ataques** — Um ataque naval pode encerrar, simultânea ou parceladamente, todas as formas de ataque acima referidas, seguindo-se grande atividade aérea.

II — ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DE PORTOS

Desde o tempo de paz, são organizadas as defesas de portos, definindo-se seus limites, estabelecidos seus quartéis-generais, distribuindo-se o pessoal e material necessários à defesa.

Sobreindo a guerra, uma defesa de porto é reforçada por unidades de artilharia de costa móveis (motorizadas ou ferroviárias), destinadas a completar o fogo do armamento já existente.

As defesas de portos são designadas pelos nomes dos portos ou das áreas marítimas que defendem ou, pelo nome de uma cidade ou localidade importante em suas vizinhanças imediatas, como por exemplo: "Defesa do Porto de Vitória"; "Defesa do Porto do Rio Grande"; "Defesa do Porto de Santos", etc.

O comandante da artilharia de costa de um porto exerce, também, o comando da defesa do porto, a menos que um outro seja designado, especialmente, pela autoridade competente. O comandante da defesa do porto é responsável, perante o comando imediatamente superior, pela eficiência de sua defesa, devendo ter o controle de tudo quanto se relacione com o pessoal e o material, dentro dos limites de seu comando. Assim, o comando da defesa do porto é um comando tático e administrativo, ao mesmo tempo.

As responsabilidades do comando da defesa do porto compreendem a defesa da área marítima, da área

terrestre e a defesa antiaérea da defesa de seu porto. É responsável, pois, por toda a defesa, podendo, no entanto, parte dela ficar sob o controle direto dos escalões superiores (a artilharia antiaérea, por exemplo).

Suas funções primordiais, sob o ponto de vista tático, são as seguintes:

a. *Preparação dos planos de defesa do porto, calçados nas instruções das autoridades superiores.*

nas quais os navios de vários tipos possam ser atacados com fogos de destruição.

e. *Preparação dos planos para o controle dos danos em cada fortificação ou unidades da defesa do porto.*

f. *Expedição de ordens e diretrizes para a conduta da instrução e dos exercícios, a fim de assegurar aos comandos subordinados, no caso de interrupção das transmissões, o prosseguimento da ação de suas unidades, de acordo com os planos*

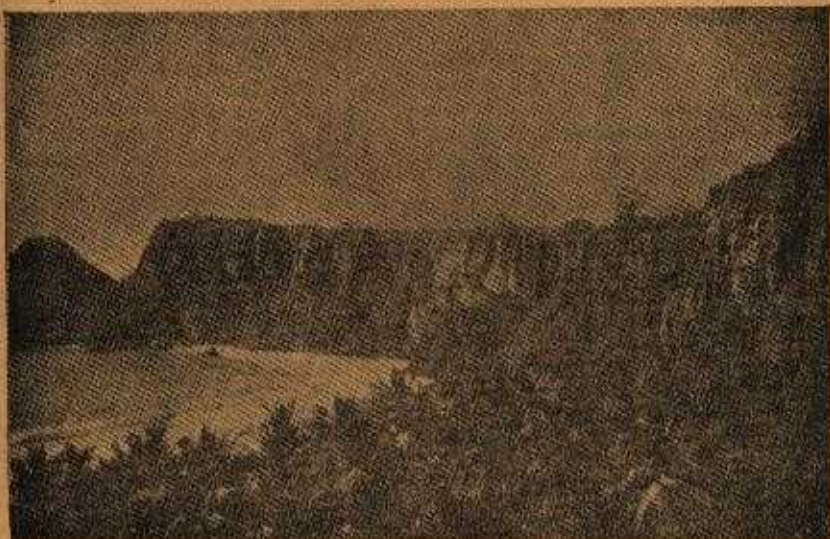


Fig. 3 — Praia de fácil desembarque, por embarcações especializadas em operações anfíbias

b. *Planos para a distribuição do pessoal, aquartelamentos, hospitalizações, etc., e evacuações consequentes à mobilização (vide C-100-10).*

c. *Organização judiciosa de suas unidades, a fim de facilitar a direção e o controle dos tiros, assegurando sua maior eficiência.*

d. *Preparação de cartas para cada unidade tática da defesa do porto, com número suficiente de pormenores que mostrem as áreas cobertas pelos fogos, as possíveis concentrações em qualquer parte da área marítima ou terrestre coberta e, onde for conveniente, áreas*

preestabelecidos para a defesa do porto.

g. *Exercer o controle efetivo sobre a ação de todos os elementos da defesa do porto, durante o combate. A extensão da área sobre a qual será capaz de exercer o comando tático do tiro depende de algum modo, do estado da organização da defesa do porto.*

h. *Manter os comandos subordinados sempre bem informados quanto à natureza da ação que possa ser esperada, bem como sobre quaisquer assuntos que tenham relação com o emprego de suas unidades.*

i. Expedição de ordens, informações e instruções necessárias ao cumprimento de todas as prescrições de *segurança*, bem como a realização das *inspeções* necessárias, para assegurar o seu cumprimento.

O comandante da defesa de porto é auxiliado, no cumprimento de suas obrigações, pelo seu estado-maior.

O estado-maior do Comando da defesa do porto, normalmente, tem duas funções:

- tática e
- administrativa.

Os oficiais necessários e habilitados para funções de estado-maior estão previstos nos quadros de organização.

As praças de artilharia de costa para as várias seções de estado-maior são incluídas na *bateria de comando da defesa de porto*. Cada oficial de estado-maior é responsável, perante o comandante da defesa do porto, pelo funcionamento e *instrução especializada* da parte que chefia nesse estado-maior. A administração da subunidade de comando e a instrução do pessoal são da responsabilidade do comandante da bateria-comando. O pessoal para as chefias de serviços do Q.G., ou comando da defesa de porto é fornecido pelas unidades de serviços subordinadas.

III — A FORTIFICAÇÃO

Uma fortificação (forte, fortaleza ou área fortificada) é uma área terrestre na qual estão localizados elementos de defesa de um porto ou outra região importante. Ela é organizada com o fim de proporcionar controle centralizado, técnico e administrativo, no que concerne ao pessoal e material localizados em seu interior. A sua organização responde sempre a uma determinada ideia de emprego tático. Os limites territoriais de uma fortificação são estabelecidos e definidos por instruções especiais desde o tempo de paz.

A composição de uma fortificação varia com as condições locais e está determinada em documentos oficiais. Qualquer dos

elementos incluídos na defesa do porto pode ser localizado em uma fortificação e esta poderá conter todo ou parte de um ou mais comandos táticos.

A quantidade, tipo e calibre do material de artilharia, as instalações de minas submarinas e de equipamentos auxiliares para uma fortificação dependem, principalmente, da sua localização em relação às zonas e áreas definidas pela defesa do porto, no qual ela está situada. Todas as defesas costeiras de um porto podem estar contidas em uma única fortificação, ou distribuídas em várias delas. O armamento de uma fortificação pode ser reforçado pelo de unidades móveis desde que necessário.

A fortificação dispõe de um comando, consistindo do comandante da fortificação o seu estado-maior e das unidades táticas e técnicas que lhe forem atribuídas. O comandante da fortificação é responsável, perante o comandante da defesa do porto, por todos os assuntos referentes à administração de sua unidade. É encarregado da organização e instrução da unidade e da orientação da Seção de Controle de danos da fortificação.

Cumulativamente com suas funções normais, acima citadas, o comandante da fortificação poderá, quando for o caso, exercer o comando de grupamento na organização tática da defesa do porto.

IV — ORGANIZAÇÃO TÁTICA DA DEFESA

A defesa do porto é organizada, taticamente, de forma que possa funcionar com eficiência durante o combate, sob o controle do respectivo comandante, no cumprimento de sua missão. Este propósito, no que concerne às missões de defesa de costa, é conseguido pela escolha correta do armamento a ser utilizado, pela artilharia móvel destacada para reforçar o armamento da defesa e pela distribuição apropriada do material aos comandos subordinados, de modo a prover eficiente conduta de fogo e obter o máximo de eficiência do tiro. Nos planos da organização tática da de-

fesa do porto, o comandante deve decidir, em primeiro lugar, como utilizar o armamento e a localização de qualquer artilharia móvel adicional. Para a sua decisão devem ser considerados os seguintes pontos:

- a. missão da defesa do porto;
- b. possibilidades do inimigo;
- c. meios:

(1) quantidade do armamento disponível e suas características;

(2) equipamento de levantamento disponível;

(3) reforço provável de artilharia móvel, com que se poderá contar;

(4) pessoal disponível oportunamente (efetivo, organização e condições de treinamento, reservas, etc.);

d. condições de tempo;

e. regiões favoráveis de intervenção.

O comando tático do tiro é exercido, normalmente, pelos comandantes de unidades e escalões superiores e deve atender às seguintes normas:

a. Um comandante não deve comandar mais unidades do que as que possa controlar eficientemente; o número de unidades que podem ser atribuídas a um único comandante variará de duas a cinco, dependendo da complexidade, importância e dificuldades específicas inerentes a cada unidade e à homogeneidade tática que o conjunto deve garantir.

Todas as unidades que operam juntas para o cumprimento de uma determinada missão obedecem a um mesmo comando; isto implica em que a organização tática baseia-se mais na homogeneidade, ou coerência de seus campos de tiro, missões principais e identidade dos objetivos normais para as baterias, do que propriamente, na sua localização.

A organização tática deve ser tão simples quanto o permitam as exigências de um controle eficiente. A organização tática nunca deve ser complexa, a ponto de tornar as redes de transmissões disponíveis inadequadas às suas necessidades mínimas.

As subdivisões táticas, nas quais as defesas de portos podem ser divididas, são:

- grupamento;
- grupo;
- bateria.

Qualquer desses escalões, exceto a bateria, pode não existir, uma vez que a organização tática depende, inteiramente, da situação local.

A cadeia tática de comando corresponde à organização tática e pode ser:

- defesa de porto;
- grupamento;
- grupo;
- bateria.

Quaisquer ou todos os escalões entre a defesa de porto e a bateria podem ser omitidos.

Pode ocorrer uma emergência, na qual a organização tática normal da defesa do porto cesse de funcionar eficientemente. A possibilidade de tal ocorrência deve ser prevista e organizações táticas de emergência devem ser preestabelecidas. A organização tática pode ser reorganizada em qualquer das duas situações de emergência típicas:

a. Interrupção das transmissões

— Uma vez que o comando tático do tiro depende das transmissões, serão organizados planos e expedidas ordens, com o fim de ser restabelecida a rede de ligações táticas, automaticamente, no caso de danos em qualquer parte do sistema de transmissões. O tipo de organização pode tornar necessário o funcionamento de qualquer unidade como um comando independente, ou que as unidades que funcionem normalmente sob um determinado comando tático passem a funcionar sob comando diferente. O plano de emergência deve permitir, tanto quanto possível, aos escalões de comando, continuarem suas funções normais pela redistribuição lógica das unidades, bem como pela manutenção da cadeia normal do comando. Em geral, a redistribuição das unidades sob esta condição é baseada, principalmente, na sua localização.

b. *Defesa local* — A organização tática para o cumprimento da função primordial da artilharia de costa (tiros eficazes nos objetivos) pode exigir grandes intervalos entre as unidades sob um único comando. Por outro lado, a organização da defesa contra desembarque exige a organização de forças em uma determinada zona; por esta razão, tal responsabilidade deve ser atribuída a um comandante de uma dada área, tal como o comandante de uma fortificação. Para essa organização de emergência, a cadeia do comando é:

— defesa do porto;

— fortaleza ou forte;
— subdivisões que o comando da fortificação possa organizar;
— bateria.

Dentro da defesa do porto, toda a artilharia antiaérea deve ser normalmente reunida em um grupamento antiaéreo ou em grupos isolados. Cuidados especiais devem ser dispensados à rede de transmissões do grupamento ou grupo antiaéreo. A rede deve estar em condições de enviar mensagens com a mesma velocidade exigida pelas unidades móveis da artilharia antiaérea, devendo ser organizada de modo semelhante.

OLARIA SÃO SEBASTIÃO

DE

ANTONIO CANDIDO



**MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES EM GERAL
ENTREGAS RÁPIDAS**



Estrada João Pedrinho N. 203 — E. F. Rio Douro

CARVOARIA CONCÓRDIA

Edmundo Moraes

CARVAO, ÓLEO E QUEROSENE

Rua da Concórdia n. 333 — NOVA IGUAÇU — Estado do Rio

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO DOS EE.UU.

MAJ. D. PLETZ ESPINDOLA,
I.E., na Reserva

SINTESE HISTÓRICA DO CORPO DE INTENDÊNCIA

Serviço de importância essencial a um Exército, na paz e principalmente na guerra, como o de Intendência, não se poderia apresentar atrasado e com graves lacunas de previsão nos EE.UU. Razões políticas o justificam, plenamente.

O Corpo de Intendência, secular e engrandecido por inúmeros feitos e utilidade constante, foi formado em 1754 e oficializado em 1775.

Contava, no início da guerra de 1914-18, com menos de 400 oficiais em serviço ativo. Não obstante, soube honrar seu passado, na mobilização, transporte e suprimento do Exército Norte-Americano enviado à Europa.

Da experiência dessa guerra surgiu nova orientação para o Corpo de Intendência, o que se evidenciava nos seus quadros (inclusive os da reserva), antes da guerra de 1939-45, com ensino militar moderno e especializado, na amplitude das suas atividades no âmbito do país, prestando socorro e assistência às populações vitimadas por catástrofes (inundações, incêndios, tempestades, etc.), e exercendo certas atividades que noutros exércitos são confiadas a serviços próprios. Isso denota evolução constante na mentalidade dos seus dirigentes, preocupados em evitar a surpresa doutros conflitos mundiais em que os EE.UU., por força de sua preponderância internacional, devem influir para solucioná-los, como ocorre no momento atual na luta da Coreia, onde, em nome da ONU e das democracias, está militarmente lutando só, com a desvan-

tagem da surpresa, da distância e dos efetivos.

Circunstâncias especiais concorreram — na guerra passada — para os feitos gigantescos do Corpo de Intendência, tais como: o espírito eminentemente prático do povo norte-americano e daí a rápida adaptação do país para a guerra; o potencial de todas as possibilidades nacionais, bastando citar o seu imenso parque industrial — o maior do globo — prontamente mobilizado em indústria bélica e de utilidade para as necessidades mais imediatas do grande povo irmão do norte. Entretanto, tais possibilidades pouco serviriam à nobre causa se não existisse, igualmente, uma reserva humana para aceitar e enfrentar a situação. Isso era, também, o muito de que dispunham os EE.UU. em grande escala, como reflexo no Exército, onde, em lugar de destaque, se colocava o Corpo de Intendência. Seu imenso labor foi incessante, noite e dia, cumprindo-lhe alimentar, agasalhar, suprir e transportar milhões de homens concentrados, em trânsito ou em combate, em quase todos os quadrantes e climas do mundo, inclusive as regiões próximas do polo norte.

O Corpo de Intendência já demonstrou — de maneira insofismável — o seu preparo técnico e profissional, e capaz de uma amplitude tal que não encontra paralelo na história de todos os tempos. Contou, durante a guerra de 1939-1945, com cerca de 40.000 oficiais perfeitamente adestrados, para um efetivo de 10 milhões de homens em armas, em todas as frentes.

A ESCOLA DE INTENDÊNCIA DE CAMP LEE

A "Quartermester School" foi fundada em 1919, em Filadélfia, Pensilvânia, com o fim de ministrar o ensino de matérias essenciais ao perfeito e moderno funcionamento do Corpo de Intendência.

Iniciou-se, em 1922, um regime de experiências e verificações, não só para os seus cursos, como para o seu magistério. O Curso de 10 meses para oficiais superiores e capitães antigos, teve começo em 1926. Surgiram, depois, novos cursos para treinamento de oficiais, suboficiais e candidatos a oficial.

Em 1941 a Escola foi transferida para Camp Lee, na Virginia, 5 milhas a leste de Peterburg. Passou a evidenciar-se, então, a verdadeira grandeza desse estabelecimento de ensino militar especializado: Existiam nesse ano pouco mais de 150 alunos matriculados, candidatos ao oficialato. Em dezembro de 1942, o número de cadetes era de 5.000, graduados numa média de 1.200 por mês, o que indica existirem diversas turmas em preparação.

Camp Lee possuía — e ainda deve possuir — unidades-escolas do Corpo de Intendência, como o 1º Batalhão Q.M. de Demonstração, os 1º, 2º, 3º e 4º Regimentos-Escolas. Sendo Camp Lee uma das grandes guarnições militares do país é perfeito o treinamento da Escola e da tropa aí concentradas.

MATRICULA E ENSINO

A medida que as matrículas aumentam para satisfação de todas as necessidades do C.I., também se avolumam as exigências para a sua conquista, o que é feito por meio de rigorosa seleção de candidatos.

O ensino é programado por técnicos e ministrado por especialistas, militares ou civis de realce no magistério norte-americano e nos meios científicos e industriais.

Os candidatos a oficial do Corpo de Intendência devem satisfazer as

seguintes condições, para matrícula na "Quartermester School":

- a) Caráter — Fôlha de assentamentos, sem qualquer pena ou nota desabonadora para o oficialato;
- b) Idade — Acima de 18 anos e não excedente de 35 anos;
- c) Cidadania — EE.UU., e, no curso da última guerra, Filipinas, co-beligerantes e nações estrangeiras amigas;
- d) Capacidade intelectual — Segundo as exigências para o comissionamento no Exército;
- e) Físico — Segundo as exigências para o comissionamento no Exército;
- f) Qualidades de comando — Demonstradas de maneira elevada e satisfatória.

Para aceitação na Escola ainda dependem de exame, perante uma comissão, sobre:

- Requisitos de educação geral;
- Conhecimento dos exércitos amigos e possivelmente inimigos;
- Batalhas e frentes de batalha;
- Diretivas e métodos de suprimento;
- Conhecimentos sobre as técnicas básica militar e especializada;
- Base intelectual;
- Iniciativa, etc.

CURSOS

Existiam antes e durante a última guerra, cursos de oficiais, candidatos a oficial e especialistas, de um mês, 16 a 18 semanas e 12 semanas, respectivamente.

As tarefas impostas pelo serviço em tempo de paz e pela guerra, determinaram a existência de cursos para treinar oficiais e conscritos, como:

- Cursos de Depósitos de Campanha;
- Curso de Registro de Sepulturas (para oficiais);
- Curso tático (para oficiais);
- Curso de Oficiais de Reaprovisionamento;
- Curso de Oficiais do Corpo Auxiliar Feminino;
- Curso de Oficiais Superiores, ou
- Curso de oficiais avançado.

O Ensino dispõe de técnicos e especialistas de reconhecido valor, existindo a necessária aparelhagem, inclusive laboratórios.

ALOJAMENTO — RANCHO — REGIME DE TRABALHO

O alojamento dos alunos é feito em pavilhões de madeira, com instalações de aquecimento, água e banheiro. Mobiliário simples, constando de armários toscos e abertos, camas de ferro ou de madeira, mesas de escrever suspensas nas paredes e armadas por cavaletes.

O rancho fornece alimentação farta e bem preparada, servida por garçons, em mesas de madeira.

O regime de estudo e trabalho é de oito horas diárias, no curso de formação de oficiais, com aulas, conferências e demonstrações internas ou em campo aberto, predominando o aprendizado pela vista, segundo a pedagogia norte-americana que admite 80 % desse processo, utilizando-se, também, filmes mudos e falados, mapas, gráficos, modelos, etc.; exercícios diversos; marchas diurnas e noturnas. As demonstrações práticas são feitas, muitas vezes, em bosques, sendo aí preparado o pão em padarias de campanha, bem como o reparo em fardamento, equipamento e calçado, tudo sob abrigos escondidos, dando impressão de atividade do Serviço em plena guerra. Aviões, carros de estrada de ferro e plataformas, feitos de madeira, são empregados para a prática de carregamento e descarregamento; trens elétricos e depósitos de campanha, em miniatura, linhas de tiro, campos de exercícios, completam as instalações para o ensino e o treinamento.

DEPÓSITOS DO S.I.

A Escola de Camp Lee dispõe, também, para treinamento especializado e o estudo dos diferentes cursos, Depósitos de Intendência, nos quais é verificada a arrumação dos mais variados artigos, sua distribuição e manuseio, dentro dos quais se praticam o cálculo da resistência do piso, altura das pilhas, carregamento e descarregamento de carros de estrada de ferro.

Destacam-se nessas instalações os Depósitos de Subsistência, quer para viveres secos e de longa duração, quer para gêneros perecíveis e frescos. As pesquisas de subsistência são feitas no Laboratório do C.I. instalado em Chigado. São de grande interesse e utilíssimas as aulas sobre Depósitos nas Zonas de operações e sobre o Mar.

FACILIDADES

A fim de que os alunos em geral possam prosseguir em suas práticas religiosas e sociais, e ter comodidades e distrações, existem na Escola de Camp Lee igrejas para todos os credos reconhecidos, clubes e lugares de refeição, livrarias, teatros, lavandarias, barbeiros, médicos, dentistas, reembolso para desconto de cheques, agências de banco e postal, postos reembolsáveis (para compra), alfaiatarias, centro telefônico, linhas de ônibus, etc.

RAZÕES DO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO S.I. — LOGÍSTICA

Sem a organização atual do S.I. do Exército dos EE.UU., o estudo, o esforço e a dedicação dos componentes desse Serviço, não seria possível a mobilização metódica e em tempo relativamente curto de milhões de homens em armas, o seu transporte para centros de concentração e zonas de combate as mais variadas e distantes. Tudo isso foi meticulosamente estudado, previsto e pôsto em movimento, para prover e impulsionar exercícios e frotas aéreas, numa soberba e admirável demonstração de que a estratégia e a tática estão, sempre, em perfeita comunhão de esforço com a logística — "a ciência dos transportes e dos suprimentos de guerra — a arte de aplicar o número exato de homens, adequadamente preparados, em lugares apropriados, com equipamento necessário, no preciso tempo" — na afirmativa exata e feliz do Ten. General Brehon B. Somerwell, do Exército Americano.

A logística, sendo uma ciência inseparável da estratégia e da tática, jamais poderá ser olvidada por chefe militar digno desse ti-

tulo. Estas duas podem proporcionar triunfos militares efêmeros, se não trouxerem desequilíbrio, súbito, de forças e desintegração da frente interna do inimigo, sendo por isso, mesmo perigosas as suas conseqüências. A logística, ao contrário, quando posta em jogo com previsão, preparo e oportunidade, só pode concorrer para vitórias reais, definitivas, solucionando os conflitos entre nações, ou agrupamentos de nações que defendem causas opostas.

Finalizando estas notas sobre a formação do oficial de intendência e o constante aperfeiçoamento no Exército Americano, prestamos-lhe aqui, singela mas sincera homenagem, transcrevendo parte, bem expressiva, de uma das canções de guerra do "Q.M.":

"Nós somos os que mantém a luta
Nas frentes de guerra, de postos a [postos].
Se um bravo soldado partir para [ela],
Nós somos aqueles de quem mais [precisa!"]

Bibliografia

O Exército dos EE. UU., volume XLIII — 1941 — ed. da Biblioteca Militar.

Logística — Ten. Gal. Brehon B. Somerwell, do Exército dos EE. UU. — Tradução do Ten.-Cel. Sebastião de Carvalho.

Nosso Estágio no Exército Norte-Americano — Cel. Almeida Passos.

Serviço de Intendência do Exército dos Estados Unidos — Conf. feita na E.I., pelo Major A. Alvaro Santos.

A Intendência no Exército Norte-Americano — Cel. Lauro Loureiro.

O Corpo de Quartel-Mestre no Exército dos Estados Unidos — Trabalho publicado na "Revista Rodovia", traduzido por Dulce Marinho Rego e transcrito em número de "Revista de Intendência" do ano de 1943.

OLARIA SÃO SEBASTIÃO

AUTO CAMINHÃO 67239

Norberto Gonçalves

FORNECE MATERIAL

Para construções e reconstruções, como seja:

Pedra, Tijolo, Areia, Saibro, Paralelepípedos e tudo que
pertence ao ramo

Estrada do Colégio, 131 — Estação do Colégio

E. F. RIO DOURO

O CANHÃO AUTOMÁTICO DE 20 mm HISPANO SUÍZA NA DEFESA ANTIAÉREA

MAJ. J. M. NEIVA

A experiência da última guerra sancionou de maneira evidente a importância da Artilharia Antiaérea, como o meio ativo mais eficiente no combate aos ataques aéreos do adversário. Esses ataques, com o progresso atingido pela arma aérea, tomou feições variadas e obrigou a uma adaptação dos meios de defesa às características do ataque.

A Aviação atualmente poderá atacar um objetivo a alturas variáveis desde a estratosférica até ao vôo rasante ou em mergulho, sendo que estas duas últimas formas de ataque aéreo, são as mais freqüentemente empregadas pela aviação tática, por proporcionarem maiores probabilidades de êxito, não só pela precisão do bombardeio, como pela segurança que oferece ao atacante.

O bombardeio em mergulho é iniciado a grande altura, num ângulo que não deverá exceder de 80 graus, e o avião é recuperado conforme a sua velocidade e ângulo de mergulho, de 1.500 a 300 metros do solo, após ter lançado suas bombas.

Trata-se então, para as armas antiaéreas da defesa, atingir o avião antes que o mesmo possa lançar suas bombas. Para isso, é necessária uma arma que alie ao alcance, uma cadência de tiro e uma velocidade angular de acompanhamento capaz de manter o atacante durante o maior tempo possível sob um volume de fogo tal, que acarrete a sua destruição durante os poucos segundos em que ele pode ser atingido.

Variando a cadência de tiro das armas automáticas na razão inversa de seu calibres, os melhores resultados obtidos contra ataques em mergulho, foram proporcionados pelos canhões automáticos de 40 mm munidos de diretores de tiro, por permitirem alvejar o avião atacante desde a distância de 1.800 metros.

Devido à pouca capacidade de acompanhamento do canhão de 40 mm, o tiro torna-se ineficaz desde que o avião se aproxime a menos de 400 metros das peças. Então, torna-se necessário complementar a ação daquele canhão automático com outra arma capaz de atingir o atacante após ter lançado suas bombas, momento esse em que se afasta do objetivo procurando voar o mais baixo possível, a fim de furtar-se aos fogos da defesa.

Outra modalidade de ataque, ainda mais freqüentemente usada pelos aviões, é o realizado em vôo rasante, no qual o avião procura aproximar-se do objetivo se aproveitando dos acidentes do terreno a fim de surpreender a defesa e realizar o ataque com segurança e precisão.

Tanto no final do ataque em mergulho como no rasante, é evidente a necessidade de uma arma dotada de grande cadência de tiro e mobilidade, que seja capaz de destruir o atacante nos poucos segundos em que se torna vulnerável.

Chegamos à conclusão, que não se deve empregar na defesa de um objetivo somente material de 40 mm, pois, sendo o ataque em



Fig. 1 — Defesa das usinas da British and Research Co. em Grantham Lines, por E2 canhões HSS de 20 mm. Vista tomada de noite a uma distância de 5 km, durante um ataque alemão, em 7 de maio de 1942



Fig. 2 — Reparo triplice D.C.A. 20 mm, tipo HSS 630-3, tracionado por viatura de 1/4 t. Vista lateral

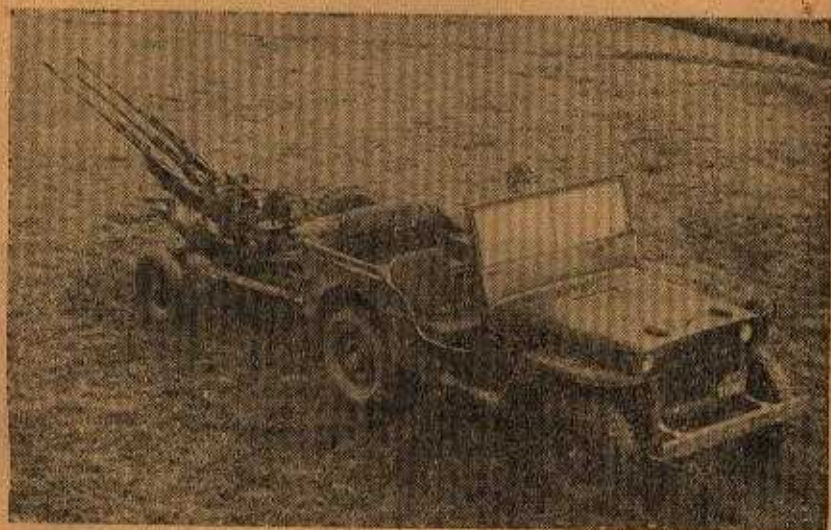


Fig. 3 — Reparo triplice D.C.A. 20 mm, tipo HSS 630-3, tracionado por viatura de 1/4 t. visto noutra posição

mergulho ou rasante, haverá um tempo em que ele se tornará praticamente ineficaz.

Ao problema acima, tem sido apresentado como solução, organizarem-se as unidades de canhão automático antiaéreo com quatro metralhadoras .50 conjugadas, para cada canhão de 40 mm, e isso devido particularmente, à cadência de tiro e à velocidade angular

praticamente ilimitadas das metralhadoras múltiplas .50.

Se fizermos um confronto entre as características técnicas e as facilidades de emprego das metralhadoras múltiplas .50 e os canhões múltiplos de 20 mm Hispano Suíza, chegaremos à conclusão de que estes poderão substituir as primeiras com grande vantagem.

O quadro abaixo apresenta algumas das características gerais das duas armas antiaéreas, de acordo com os dados constantes no Vademécum e notas do Curso de Artilharia Antiaérea da Escola de Estado-Maior relativo ao ano de 1950, e os fornecidos pela Hispano-Suíza:

CARACTERÍSTICAS	MTRS. MULT. .50 (4)	CAN. MULT. 20 mm (3)	OBSERVAÇÕES
Calibre.....	12,7 mm	20 mm	
Cadência de tiro....	2000 a 2600	2400	Tiros por minuto.
Alcance máximo....	6400 m	5800 m	
Alcance eficaz.....	720 a 900 m	1200 m	
Velocidade angular..	Ilimitada	Ilimitada	De acompanhamento do alvo.
Peso em posição de marcha.....	1407 kg	970 kg	Armas e reparo.
Peso em posição de tiro.....	1407 kg	970 kg	Idem.
Elevação máxima....	+ 90°	+ 83°	
Elevação mínima....	- 10°	- 5°	
Velocidade inicial do projétil.....	800 m/seg	850 e 840 m/seg	De acordo com a munição.
Tempo para entrada em posição.....	3 min	30 seg	Acionamento.
Melo de tração.....	Viat 1,5 t	Viat 1/4 t	
Guarnição.....	3 homens	4 homens	
Munição.....	Projétil: perfurante, pontagudo, traçante.	Projétil traçante de exercício. Granadas: explosiva traçante, explosiva incendiária, perfurante incendiária, de duplo efeito incendiária.	Explosiva e perfurante.

Tanto os canhões, como as metralhadoras múltiplas, poderão ser fixados em viaturas, como no caso das unidades autopropulsadas. No quadro que apresento, foi considerado o reparo de metralhadoras múltiplas .50, tipo M-55, por ser o mais leve; o tipo M-51 pesa 3134 quilogramas e terá que ser

dições que as metralhadoras múltiplas .50. Se verificarmos o seu peso e as suas condições de deslocamento e acionamento, notaremos ainda a sua grande facilidade de emprego, que mais uma vez o recomendam como a arma mais adequada para integrar as unidades de canhões automáticos.

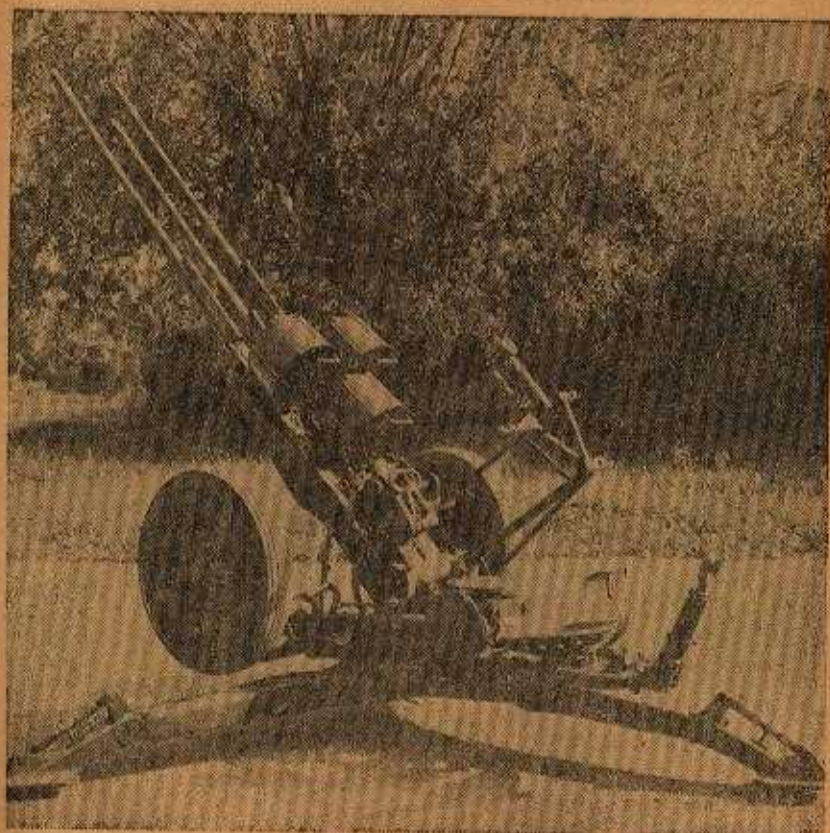


Fig. 4 — Reparo triplice D.C.A. 20 mm, tipo HSS 650-3, na posição de tiro em que é colocado no tempo mínimo de 30 segundos.

tracionado por viatura de 2,5 toneladas.

Examinando o quadro em questão, notaremos que o canhão múltiplo de 20 mm, pelo seu calibre, alcance eficaz, cadência de tiro e munição, tem uma potência de fogo que lhe permite secundar a ação do 40 mm, e muito melhores con-

O material em estudo, já foi experimentado oficialmente pelo Exército em 30 de maio de 1949, no Polígono de Tiro da Marambaia, com excelentes resultados, estando o respectivo relatório em mãos das autoridades competentes.

As nações que mais sofreram os efeitos dos ataques aéreos, como a

Inglaterra e a Alemanha, utilizaram o canhão de 20 mm como arma indispensável na defesa de seus pontos vitais; da eficiência de seu emprego, fala bem alto a experiência da última guerra, em que esta arma tornava por demais onerosos os ataques em voo rasante.

Na Alemanha, a artilharia anti-aérea leve era organizada em grupos constituídos de uma bateria de 37 mm e duas de 20 mm. Segundo o ex-coronel alemão H. Aldinger, "se mostrou muito eficaz contra os

armamento empregado, a maior eficiência da defesa era dada pelos canhões de 40 mm nos ataques em mergulho e pelos de 20 mm nos ataques em voo rasante, não tendo feito nenhuma referência ao emprego das metralhadoras.

Os americanos adotam as metralhadoras como arma orgânica de defesa anti-aérea, porém, nas lutas em que têm tomado parte o fazem sempre com superioridade aérea quase absoluta, não tendo tido portanto, a oportunidade de sentirem todo o peso de ataques aéreos

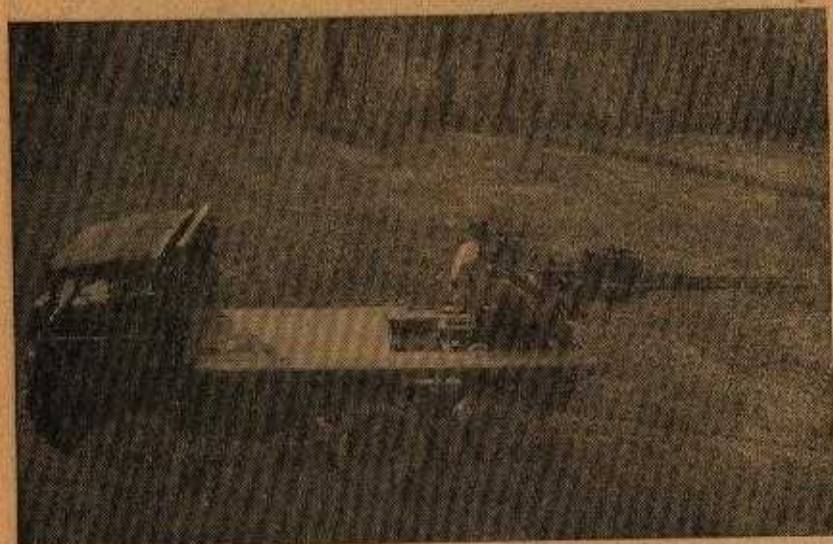


Fig. 6 — Reparo triplice, tipo HSS 630-3, com 3 canhões de 20 mm HSS 604, sobre viatura Q.T., na posição horizontal

ataques em voo rasante, defendendo com sucesso tanto as formações blindadas como certos pontos vitais — pontes ou centros rodoviários da retaguarda". (Military Review, n. 4, de julho de 1950).

Numa conferência realizada à 24 de agosto de 1950 na Escola de Estado-Maior, o Comandante Aviador Pierre H. Closterman, ás da última guerra com uma experiência de mais de 400 missões de combate, declarou que foi a artilharia anti-aérea o adversário mais sério da aviação tática, e, que do

continuados, como o sentiram os ingleses e alemães, e, para os quais não poderemos estar preparados.

Não devendo, como vimos, os canhões automáticos de 40 mm ser empregados como arma única na defesa de pontos sensíveis contra ataques em mergulho ou rasante, torna-se necessário organizar as unidades de canhões automáticos anti-aéreos à base de 40 mm e de outras armas automáticas que possam substituí-los nas suas limitações.

Na patriótica campanha pela auto-suficiência de nosso Exército,

resolvemos o problema do 40 mm com a sua futura fabricação no Brasil, porém ainda não resolvemos o problema de seu complemento, que seremos obrigados a importar em maior número às fábricas ame-

com a América do Norte e com a Inglaterra, que, por força de contrato, não nos poderão vender esse material. Assim poderemos organizar as nossas unidades de canhões automáticos antiaéreos mó-

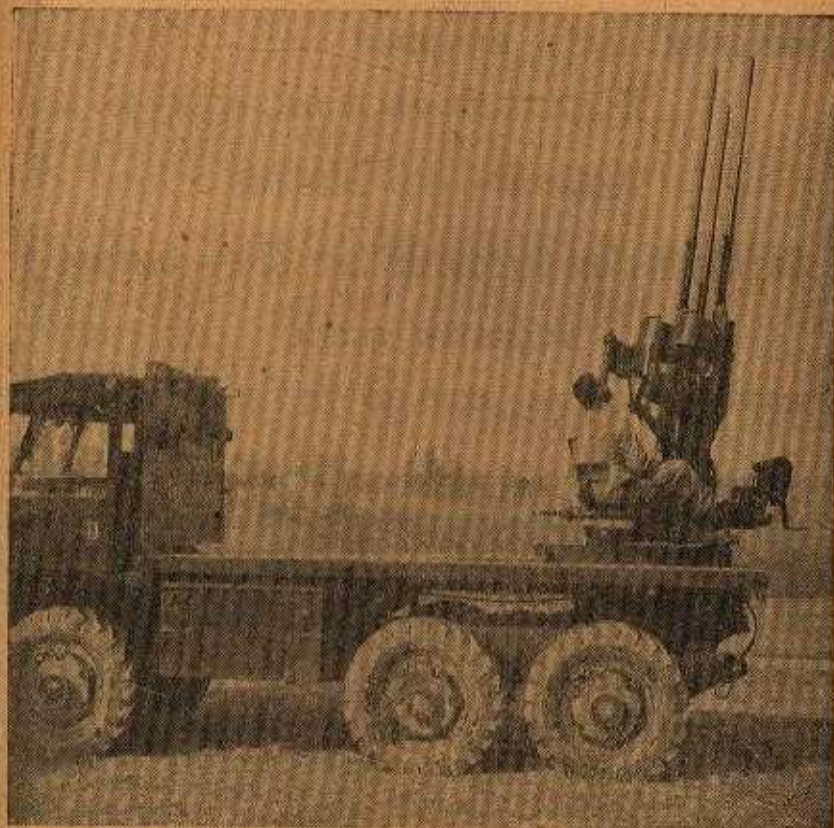


Fig. 6 — O mesmo reparo com o canhão em elevação máxima

ricanas, no caso de insistirmos na adoção das metralhadoras .50.

A solução está ao nosso alcance com a possibilidade da Hispano Suíza S.A. negociar a venda da patente de fabricação do canhão automático de 20 mm, como já fez

veis ou autopropulsados, com armamento inteiramente fabricado no Brasil.

As vantagens quanto ao valor militar e econômico dessa medida, a eloquência dos fatos dispensa quaisquer comentários.

"Nenhum meio há mais eficaz para gerar nos homens a obediência, do que parecer mais sábio do que eles em seu próprio conceito."

ALUGA-SE TRATOR

PARA ABERTURA DE RUAS E APLAINAR TERRA

VENDE-SE BARRO E SAIBRO

ATERROS E DESATERROS

Antonio de Mattos

Residência : Rua Cardoso Quintão, 870 — Barreira

TELEFONE 29-1874

ENTRE THOMAZ COELHO E CAVALCANTE

OLARIA, PEDREIRA IRAJÁ E TRANSPORTES

FORNECE TIJOLOS, SAIBRO, AREIA, ALVENARIA,
PARALELEPÍPEDOS, CONCRETO, ETC.

Armando de Queiróz Pinto

OLARIA : Estrada do Colégio Sítio 98

Linha do Rio Douro — ESTACAO DE COLEGIO

Residência : Rua Indaiatuba, 51 — Irajá

RIO DE JANEIRO

INSTRUÇÃO E BUROCRACIA

MAJ. SAMUEL A.A. CORRÊA

Muito já se tem dito e escrito entre nós a respeito de "COMO" ministrar a instrução, ato permanente e capital na vida do Oficial, quer esteja ele em contacto directo com a tropa, quer seja instrutor em escolas de formação ou aperfeiçoamento.

Mercê disto, e das influências benéficas que nos têm advindo de intercâmbio amistoso com o Exército norte-americano, conseguimos atingir alto nível na técnica de instrução, que se ressentia, todavia, de maior uniformização que generalize conceitos já consagrados e aceites.

Tal deficiência torna-se mais aparente no que se refere à burocracia da instrução, parte indispensável de sua preparação, responsável pela sedimentação e continuidade do assunto, além de poupar energias de instrutores e instruídos.

A ojeriza ao termo — burocracia — que traz logo à lembrança as fichas de instrução feitas muitas vezes às vésperas e por exigência de inspecções, tem agravado as dificuldades iniciais da escassez de material de expediente; com isto, muito de útil tem deixado de ser feito.

Mas o fato é que, honestamente, QUALQUER INSTRUÇÃO NECES-SITA DE PREPARAÇÃO ES-CRITA, sem a qual as turmas de instrutores que se sucedem estarão sempre, para ministrar este ou aquêle assunto, partindo da estaca zero, ao invés de fazê-lo beneficiando-se do conhecimento e da experiência dos antecessores, muitas vezes brilhantes Officiais!

A simples leitura, mesmo atenta, dos textos regulamentares adequa-

dos, não é suficiente, mesmo que com ela fique montado o arcabouço da instrução, mesmo que o instrutor seja capaz de tirar o melhor partido possível dela; e não é suficiente, repetimos, porque ela não deixou rastros, acabou com o término da sessão, a não ser os resíduos — importantes embora — apreendidos pelo instruído.

Ofereço à meditação dos companheiros uma série de documentos preparados pelo instrutor da Escola de Engenharia de Fort Belvoir, Estados Unidos da América do Norte, que talvez inspirem boas e novas idéias no que se refere à burocracia da instrução.

São em número de 3 os principais documentos elaborados, cuja tradução faremos livremente:

1. Master Lesson Plan (Texto do Instrutor).
2. Instructor's Lesson Plan (Ficha do Instrutor).
3. Student Outline (Ficha do Instruído).

O primeiro dêles, contém o assunto nos seus menores detalhes, corporificando assim a doutrina existente, fácil de ser seguida e atualizada, mercê do arquivamento metódico realizado. Não deve ser lido pelo instrutor durante a sessão, mas serve de eventual fonte de consulta: sua utilidade é maior ANTES da instrução, pela preparação metódica que propicia, e DEPOIS, pelo elo indispensável que constitui para o futuro.

O segundo dêles, é um verdadeiro guia do instrutor, que o orienta DURANTE a sessão, para que seu rendimento seja maior, para que as divagações não substituam o assunto principal, para que o horário

seja respeitado, etc. Contém os principais itens do assunto, dosagem do tempo, referências sobre a utilização dos meios auxiliares, etc.

O último, é o documento do instruendo, aquêle que o motiva a domicílio, orientando-o na preparação da sessão, e lhe facilita a tomada de notas durante a instrução, limitando-a ao principal e indispensável. É natural que a Ficha do Instruendo só pode ser aplicada a classes mais elevadas de estudantes, pela participação ativa e voluntária que exige.

Os anexos números 1, 2 e 3 contém as formas que podem ser se-

guidas na confecção de tais documentos.

Seria ocoso bater na tecla de que a elaboração desses documentos constitui tão somente parte — importante e útil — da Preparação de qualquer instrução, se não fôsse o hábito muito nosso de confundir os MEIOS com o FIM.

A burocracia NÃO PODE e NÃO DEVE substituir a instrução, mas, sábiamente manejada, será ferramenta proveitosa e eficaz, que lhe aumentará o rendimento e lhe assegurará a uniformidade e continuidade indispensáveis.

ANEXO N. 1

Cabeçalho

Data
Curso
N. de arquivo

TEXTO DO INSTRUTOR

ASSUNTO	— (Nome do assunto principal do qual a sessão faz parte)
SESSÃO	— (Título do assunto a ser explanado na sessão)
TIPO DE INSTRUÇÃO	— (Conferência, palestra, demonstração, etc.)
TEMPO	— (Duração da sessão)
LOCAL	— (Classe, stand de tiro, canteiro de trabalho, etc.)
MEIOS AUXILIARES	— (Lista dos necessários à apresentação)
OBJETIVO	— (O que se pretende obter, no mínimo, no fim da sessão)
REFERÊNCIAS	— a. Para o instrutor (Lista dos textos utilizados na preparação da sessão) — b. Para o instruendo (Lista dos textos a consultar, trabalho preparatório a domicílio, tests, etc.)

Introdução

Contém normalmente :

- breve notícia do que vai constar a sessão ;
- conexão da sessão com assunto anteriormente dado ;
- captação da atenção do instruendo, seja acentuando a importância do assunto a ser ministrado, seja por meio dum fato histórico, anedota, etc., ligado diretamente à sessão.

Desenvolvimento

Contém normalmente :

- desenvolvimento detalhado do assunto, inclusive perguntas a serem formuladas, com as respostas respectivas ;

- dosagem do tempo dedicado a cada uma das partes, incluindo os intervalos;
- utilização dos meios auxiliares, com anotações marginais que facilitarão seu manuseio.

Sumário

- Contém normalmente:

- revisão dos pontos principais explanados durante a sessão;
- ligação do assunto dado com o seguinte, dentro do quadro geral em estudo.

Anexos:

- a. Ficha do Instrutor.
- b. Ficha do Instruendo.
- c. Tests, problemas, etc.
- d. Detalhes relativos aos meios auxiliares.

ANEXO N. 2

Cabeçalho

Data
Curso
N. de arquivo

FICHA DO INSTRUTOR

ASSUNTO
SESSÃO
TIPO DE INSTRUÇÃO
TEMPO
LOCAL
MEIOS AUXILIARES
OBJETIVO
REFERÊNCIAS

Como para o TEXTO DO INSTRUTOR

Introdução

Contém, em resumo, a Introdução do TEXTO DO INSTRUTOR.

Desenvolvimento

Contém os principais tópicos (parágrafos e subparágrafos) do TEXTO DO INSTRUTOR, com os lembretes que possam ser úteis durante a sessão, como referências ao assunto, dosagem do tempo, manuseio dos meios auxiliares, etc.

Sumário

Contém, em resumo, o Sumário do TEXTO DO INSTRUTOR.

Cabeçalho

ANEXO N. 3

Data
Curso
N. de arquivo

FICHA DO INSTRUENDO

ASSUNTO
SESSÃO
TIPO DE INSTRUÇÃO
TEMPO
LOCAL
OBJETIVO
REFERÊNCIAS

Como para o TEXTO DO INSTRUTOR

Introdução

Espaço em branco, suficiente para a tomada de notas resumidas.

Desenvolvimento

Os mesmos parágrafos e subparágrafos do TEXTO DO INSTRUTOR, na ordem em que serão explanados, com espaço em branco entre eles, de modo a permitir a tomada das notas principais.

Sumário

Espaço em branco, suficiente para a tomada de notas resumidas.

QUITANDA N. S. DA APARECIDA

DE

Antonio Ramalhera

LEGUMES, FRUTAS EM GERAL, ETC.

RUA MANAUS N. 32 — REALENGO

**OFICINA DE SERRALHEIRO — BOMBEIRO HIDRAULICO
SOLDA OXIGÊNIO**

Especializada em esquadrias de ferro, portões, portas de aço e pantográfica

DERMEVAL O. MACHADO

RUA DA CONCÓRDIA, 729

NOVA IGUAÇU

ESTADO DO RIO

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS FACE AO NOVO FM 100-5 NORTE-AMERICANO

MAJ. W.F. BOUÇAS

Tal como o anteriormente publicado — OPERAÇÕES EM CURSO D'ÁGUA — compreende este, uma tradução do novo Manual de Campanha 100-5, saído em outubro de 1949 e em substituição ao anterior de 1944, baseado no qual foi elaborado o nosso de 1948.

Ainda como no anterior trabalho, apresentamos parágrafo por parágrafo do referido Capítulo, assinalando, em itálico, os novos conceitos introduzidos, além de fazer referência aos trechos eliminados.

* *

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

GENERALIDADES

673 a) Movimento retrógrado é aquele que uma tropa efetua para a retaguarda, ou para furtar-se ao inimigo. Pode ser imposto pelo inimigo ou realizado voluntariamente. Pode ser classificado como retraimento, retirada ou ação retardadora.

b) Cada uma dessas operações possui características defensivas, bem como, abrange movimentos para a retaguarda e procura trocar espaço por tempo. Conquanto cada um desses movimentos se apresente como uma variedade de defensiva, a ação retardadora, visto empregar frequentemente tal tática, foi incluída como parte do respectivo capítulo.

c) Qualquer movimento retrógrado executado a partir de uma situação de contacto deve ser iniciado por um retraimento.

d) Qualquer decisão que determine a execução de um movimento retrógrado deve receber a aprovação do escalão superior.

674. Os movimentos retrógrados podem ser executados para atender a uma ou mais das seguintes finalidades:

a) Romper o combate.

b) Evitar o combate em situação desvantajosa.

c) Atrair o inimigo para uma situação desfavorável.

d) Ganhar tempo, sem empenhar-se em combate decisivo.

e) Ajustar-se ao deslocamento de outras tropas (Impropriedades de tradução).

f) Permitir o emprêgo de parte da tropa em outro local.

675 a) Os movimentos retrógrados exigem um bem definido plano, executado sob o controle e fiscalização constante de todos os chefes. A presença de forças blindadas e da aviação inimigas aumenta a dificuldade de execução desses movimentos, particularmente, durante o dia. Um movimento retrógrado bem executado é normalmente coberto por forças móveis de segurança, as quais dispensam particular atenção aos flancos, a fim de evitar o desbordamento do grosso (ver Cap. 7 — Segurança). Medidas visando dar a impressão de uma defesa a todo o custo ou mesmo de uma ação ofensiva, prestam valiosa colaboração ao retraimento. (Novos trechos introduzidos em substituição ao existente anteriormente, que, com a supressão da expressão — e impõem a organiza-

ção... — passou a integrar o sub-parágrafo b, seguinte, com os respectivos acréscimos e alterações).

b) A organização e ocupação de posições de retaguarda, por fração da tropa, torna-se recomendável, antes de ter início o movimento retrógrado (eliminou-se a expressão — ver § 641). *Medidas devem ser tomadas para a pronta reorganização das unidades em caso de derrota de nossas forças; se possível, sob a proteção de tropas outras, não envolvidas na operação.* Cuidadosa atenção dispensada aos homens (eliminou-se a expressão — a alimentação) e a presença de chefes superiores bem à frente tenderão a compensar os efeitos deprimentes desse tipo de operação.

676. Campos de minas, destruições, contaminações e obstruções são empregados ao máximo nos (em substituição a — em todos os) movimentos retrógrados, a fim de retardar o avanço (em substituição a — perseguição movida por elementos inimigos) inimigo, e colaborar na proteção dos flancos (eliminou-se aqui a expressão — e destruir materiais abandonados). Deve ser dada particular atenção ao emprego de minas nas prováveis vias de acesso das unidades blindadas (em substituição a — mecanizadas, aliás, feita de forma generalizada em todos os novos manuais).

677. A aviação de combate é empregada contra a congênere inimiga e com o fim de retardar o avanço ou a perseguição por parte de suas tropas terrestres, atacando-as e interditando-lhes a passagem em pontos sensíveis. É de particular importância na cobertura dos flancos expostos (substituiu a expressão — entretanto, sua ação deve ser estreitamente coordenada com a das forças terrestres).

678. Nos movimentos retrógrados, todo o (em substituição à expressão — o máximo) proveito, deve ser tirado do transporte motorizado disponível, para o deslocamento da tropa, a fim de facilitar a realização desse movimento (substituiu a forma anterior — a fim de acelerar o rápido movimento para a retaguarda, das unidades

que tenham feito o retraimento), conservar a energia e ganhar o tempo necessário para a preparação das novas posições. O uso eficaz do transporte motorizado auxiliará materialmente em se alcançar o máximo retardamento nas e entre as posições sucessivas. Os elementos de segurança devem ser constituídos de unidades de grande mobilidade. (Ver Cap. 7 — Segurança).

679. a) As forças inimigas, terrestres e aéreas, poderão seguir e perseguir qualquer movimento retrógrado, implacavelmente, tanto de dia como de noite, assim como atacar, de qualquer direção, as colunas em movimento. Daí, tornar-se necessário contínuo reconhecimento terrestre e aéreo, tanto nos flancos como na retaguarda; rápido deslocamento sob a proteção da noite; forte defesa antiaérea e permanente defesa anticarro em todas as direções. (Ver Cap. 7 — Segurança). (Eliminou-se aqui, a expressão — particularmente nos flancos expostos).

b. Reservas móveis, particularmente cavalaria blindada (em vez de — unidades. Outrossim eliminou-se — e unidades anticarro). são mantidas disponíveis (e não — conservadas afastadas), a fim de fazer frente, a amplos e rápidos movimentos (e não — deter contra os flancos e retaguarda, qualquer penetração na frente defensiva (nova redação) e ataques por tropas aeroterrestres (nova redação). Fortes elemento de reconhecimento blindados são essenciais para tais misteres e proteção dos flancos.

679.1 A Polícia Militar fornece guias para auxiliar o movimento para a retaguarda e controlar o tráfego. (Parágrafo inteiramente novo, como os que se lhe seguem 679.2 e 3, cuja numeração mantemos do nosso C-100-5, mas que realmente, deveria ser 680, etc.)

679.2 A artilharia antiaérea protege as mais importantes áreas, geralmente, as de reunião das tropas amigas e os pontos críticos ao longo dos itinerários de retraimento.

679.3 Os planos para os movimentos retrógrados devem prever o deslocamento para a retaguarda desses limites das divisões e unidades superiores. Torna-se essencial cooperação entre os comandantes das Zonas de Combate e de Administração, caso áreas de responsabilidade com elas estejam envolvidas. Problemas relativos à responsabilidade pelos depósitos provisórios da Zona de Administração e outras instalações, bem como, problemas de evacuação e destruição, incluindo a autoridade que dirigirá tal ação, devem ser resolvidos, e deles dado conhecimento aos comandantes de unidades com eles relacionados, antes de terem início os movimentos retrógrados.

RETRAIMENTO

680. Retraimento é a operação pela qual uma força se desaferra do inimigo (e não — de romper o combate com a força inimiga). Sua finalidade é recuperar ou preservar a liberdade de ação. (Eliminou-se o adendo — dos grossos.) O contacto, entretanto, deve ser mantido por elementos de segurança e de reconhecimento. **A MANUTENÇÃO DO CONTACTO PODE CONSISTIR ÚNICAMENTE NA OBSERVAÇÃO DO MOVIMENTO INIMIGO** (conceito inteiramente novo).

681 a) Um retraimento durante o dia geralmente expõe a tropa (e não — acarreta) a tais perdas e desorganização (em lugar de — perdas tão pesadas e tamanho grau de desorganização) que as grandes unidades devem tudo fazer (em vez de — que se torna preferível para grandes unidadesq para se manterem em posição (eliminou-se a expressão — a todo custo), até o cair da noite e, então, retraindo-se a coberto da escuridão (apenas nova redação). Quanto mais intenso o combate e quanto mais cerrado o contacto com o inimigo, mais difícil será o retraimento diurno. (Passou a fazer parte deste parágrafo, o nosso 682). Outrossim, eliminou-se a sentença — Em regra, apenas escalões não

em contacto podem ser retraidos com êxito durante o dia.

b. Para evitar a possibilidade de observação por parte do inimigo, mesmo os escalões de retaguarda e outras instalações aí localizadas aguardam pela escuridão, a menos que realizem o movimento em sigilo. Pequenas forças móveis podem realizar retraimentos diurnos.

682 (Eliminado, como vimos, pois faz parte do precedente).

683. Um retraimento pode ser (e não é) facilitado pela escuridão ou pelo sigilo dos preparativos e movimentos, pelo mau tempo, pela rapidez dos movimentos, pela cuidadosa preparação de planos, pela dissimulação e pelos contra-ataques. Contra-ataques bem executados criam condições favoráveis ao retraimento de unidades sob forte pressão ou profundamente engajadas. (Eliminou-se o período seguinte — Em vista de sua mobilidade e potência de fogo, as unidades mecanizadas são especialmente indicadas para apoiar contra-ataques. E acrescentou-se o que se segue). Agentes químicos persistentes podem ser usados para restringir, impedir ou tornar custosa qualquer tentativa de aproximação.

684. O comandante que ordena o retraimento também designa a (e não — uma) posição à retaguarda onde as tropas se reunirão e a operação será empreendida após sua realização (e não — na qual poderá ser retomada a resistência, ou sob cuja proteção poderá a tropa reunir-se para movimento retrógrado ulterior). A localização da posição de retaguarda deve ser tal que obrigue o inimigo a reagrupar suas forças e renovar seus preparativos para o ataque (apenas nova redação) eliminando-se a expressão — deslocar a artilharia. Ordens desde cedo são emitidas a fim de permitir o movimento de destacamentos avançados de reconhecimento para a Zona de reunião da retaguarda, assim como, outros preparativos preliminares essenciais à realização da operação. (E não como constava — São indispensáveis ordens oportunas para o re-

conhecimento dessa Zona e dos itinerários que a ela conduzem. Outrossim, eliminou-se o período final desse parágrafo — *Procurações especiais* devem ser tomadas para conservar os nós de comunicações que controlam os itinerários para a retaguarda e os acidentes do terreno que favorecem a observação extensa sobre zonas do movimento retrógrado.

684.1 A engenharia reconhece, repara e baliza as estradas, além de estabelecer campos de minas, barricadas e realizar demolições. Em certas situações, reconhece e demarca as posições de retaguarda, além de fornecer guias. Outrossim, destrói material a ser abandonado; atua como parte da força de cobertura; e, constitui uma reserva de emergência.

RETRAIMENTO DIURNO

685. Em um treinamento diurno, além da posição de retaguarda, o comando escolhe uma posição de cobertura adequada, enquanto destaca, das reservas (eliminou-se — existentes) ou das forças empenhadas mais disponíveis, uma força de cobertura móvel e com grande potência de fogo, para ocupá-la e cobrir o retraimento das tropas engajadas. Uma força de cobertura desse tipo pode compreender meios blindados, de artilharia e antiaéreos. Elementos de engenharia e guerra química são postos à disposição quando necessário. (Tudo, em substituição a forma anterior, que excluía os blindados — Artilharia, engenharia, armas automáticas, antiaéreas, anticarro e tropas químicas são postas à disposição da força de cobertura, no que for necessário). Forte apoio de artilharia e aviação de combate, nessa fase da operação, poderá ser de efeito decisivo.

686. A força de cobertura atende às vias de retraimento e à zona de reunião do grosso, estabelecendo-se em uma ou mais posições. (E, não como constava — A posição da cobertura no retraimento diurno é escolhida com o desígnio de cobrir os itinerários de retraimento e a

zona de reunião do grosso). Quando o terreno permite, a ocupação de uma posição de flanco torna-se conveniente para facilitar o retraimento das forças remanescentes e obrigar o inimigo a perder tempo, manobrando. (Substituiu a forma anterior — Em certas situações, a ocupação de uma posição de flanco poderá ser aconselhável, a fim de forçar o inimigo a executar uma ação mais demorada). O comando toma medidas especiais para a defesa anticarro de centros rodoviários e outras vias de acesso de blindados que controlam as linhas de comunicação para a retaguarda, bem como, as principais partes do terreno que possibilitam observação sobre a região que sua força está cobrindo. Quando sua missão estiver cumprida, a força de cobertura retrair-se-á para a posição de retaguarda, protegida, por seu turno, por necessárias forças de segurança (Ver Cap. 7 — Segurança). (E não como anteriormente — para nova posição destinada ao grosso). (Como se vê, no novo Manual este parágrafo foi anteposto ao 686 que a seguir transcrevemos).

686. A força de cobertura deve (e, não — a missão é) retardar (e, não deter, limitar ou desviar) o inimigo (eliminou-se — avanço), a fim de permitir que o grosso desferre, reúna-se e desloque-se para a retaguarda. Poderá ela constituir os postos avançados iniciais da posição de retaguarda. O êxito no cumprimento dessa missão depende grandemente da composição e localização da força de cobertura, de eficiente execução de um plano sistemático de fogos de artilharia e outros meios defensivos (e, não — metralhadoras) e do hábil emprego de contra-ataques que possibilitem o desasserramento de unidades fortemente pressionadas.

688. a) A ordem para o retraimento deve designar zonas ou itinerários de retraimento para cada uma das unidades do respectivo comando. Eliminou-se, pois — o comando indica a nova posição. Outrossim, eliminou-se a expressão — prescreve o valor das forças de

cobertura. Observar-se-á que, neste parágrafo, não só se incluíram conceitos constantes do de n. 680 — que foi abolido — como também, deu-se nova redação e eliminou-se algo então existente, como veremos a seguir). Geralmente, atribuem-se zonas de ação às principais unidades de combate, em particular, se tiverem de combater durante o retraimento (constava do 690). Itinerários são frequentemente atribuídos aos trens e outras unidades, tais como artilharia ou (e não — e) reservas (eliminou-se — carros), que realizem o movimento sob o controle do escalão superior (era parte do 690). As zonas de ação ou itinerários assim atribuídos devem estender-se até a posição de retaguarda (ainda era parte do 690).

b) A hora e prioridade do retraimento das unidades devem ser estabelecidas (e não como constava — ... o comandante... fixa a hora e...). Precisas medidas de controle devem ser fixadas quanto às transmissões (e não — ... o comandante... ordena o estabelecimento das transmissões indispensáveis...) e providências para o despendimento dos itinerários e coordenação do movimento das tropas. Um novo posto de comando é desde cedo determinado.

Todas as medidas são tomadas para se assegurar o segredo do movimento e não — ... medidas convenientes são tomadas... para regular ou silenciar as transmissões rádio e para garantir o segredo do movimento.

c) Os trens e os feridos são levados, tão cedo quanto possível, para a nova zona (e não — São de particular importância: o pronto deslocamento dos trens para suas novas zonas, a evacuação dos feridos...). Preparativos para a execução de demolições nos itinerários de retraimento e a pronta remoção ou destruição de suprimentos e material torna-se importantes (nova redação). Material e suprimentos não devem ser abandonados em tais condições que possam permitir sua reparação (omi-

tida na tradução primitiva) e uso contra as forças que se retraem. Deve-se prever a construção de pontes, inclusive sua manutenção. (Consequentemente, verifica-se que além das novas redações assinaladas, e eliminações e inclusões, omitiu-se, no presente parágrafo 688 — originalmente sem os subparágrafos que o novo consigna — mais os seguintes conceitos: São de particular importância... medidas enérgicas para a manutenção do controle do tráfego — como vimos, fazendo parte das GENERALIDADES; e, Medidas convenientes são tomadas para a defesa antiaérea e anticarro).

689. a) Em geral, o deslocamento das unidades é regulado com o fim de evitar o congestionamento e assegurar uma normal execução do movimento, embora se possa executar (e não — admitir — impropriedade de tradução) o retraimento simultâneo de todas elas, quando condições particulares do terreno e da segurança o permitam. Entretanto, torna-se necessário comumente proceder ao deslocamento por unidades sucessivas, a fim de evitar congestionamento e assegurar normal execução do movimento. Este procedimento, outrossim, oferece maior segurança, visto as unidades que permanecem em posição cobrirem o deslocamento daquelas que se retraem. Normalmente, torna-se preferível retrair-se, em primeiro lugar, as unidades menos intimamente empenhadas. (Como se vê, de um modo geral, deu-se, a este subparágrafo, nova redação). Fumaça pode ser usada para ocultar o retraimento diurno de uma unidade que em seu deslocamento fique exposta ao tiro observado do inimigo.

b) Dentro dos limites de segurança, unidades expostas são retiradas tão cedo quanto possível. Em certas situações, contra-ataques, especialmente executados por blindados, podem possibilitar o retraimento, em primeira urgência, de unidades sujeitas à maior pressão ou expostas a ameaças mais perigosas. Entretanto, quando se

torna necessário proteger a força como um todo, as unidades sujeitas à mais forte pressão inimiga devem manter suas posições (e não como no nosso C-100-5 serem as últimas a se retirarem). É melhor correr o risco de perder algumas unidades do que comprometer o conjunto das forças.

c) O apoio do fogo antiaéreo e da aviação de reconhecimento e de combate podem constituir fatores decisivos no retraimento de forças fortemente engajadas. Elementos de cavalaria blindada de reconhecimento protegem os flancos de uma força durante um retraimento.

690. (Como vimos anteriormente, parte deste passou para o 688 a., sendo as que se seguem, as partes eliminadas: A zona de ação para o retraimento deve proporcionar os itinerários melhores e mais diretos para a nova posição. Coordena-se o movimento das unidades subordinadas atribuindo-se-lhes zonas de ação ou itinerários definidos. As zonas de ação ou itinerários acima devem se estender até a nova posição. Se essa posição for distante, as zonas ou itinerários serão fixados para uma distância correspondente a uma jornada de marcha.

A FEIRA DA CHACRINHA

ARMAZÉM E BAR

DEPÓSITO DE PAO, CARVÃO, AVES E OVOS,
FRUTAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

EUGENIO MALHEIRO

Rua B N. 365 — (CHACRINHA) — Posse

NOVA IGUAÇU — E. F. C. B. — ESTADO DO RIO

ARMAZÉM E BAR CANDOZA

Grande sortimento de secos e molhados, comestíveis finos, conservas,
bebidas finas nacionais e estrangeiras — Entregas a domicílio

J. R. Quaresma

RUA OTAVIO TARQUINO, 759

NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

OFICINA MECÂNICA

JOÃO DE ALMEIDA

REFORMA GERAL DE AUTOMÓVEIS

Rua da Concórdia n. 729

NOVA IGUAÇU — ESTADO DO RIO

ALIMENTAÇÃO

1º Ten. JAIR DE MATOS MONTEBONIO,
da E.I.E.

V

VARIAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DO SOLDADO

I — VARIAÇÃO COM A ARMA

Já falamos anteriormente em outras palestras, que a arma é um fator capaz de exigir a variação da alimentação da tropa. Em realidade, o Exército possui armas e serviços os quais de acordo com a sua situação, irão exigir cardápio mais ou menos reforçado para um bom desempenho da missão que lhes é atribuída. De um modo geral, os serviços apresentam exigências menores do que as armas, com exceção do serviço de Engenharia, em algumas de suas missões de construção, saneamento, etc. As armas motorizadas ou autotransportadas vão logicamente exigir quotas menores para sua manutenção enquanto que a Infantaria exigirá cota alta que pode ir a níveis muito elevados quando se tratar de Infantaria, por exemplo, pertencente a uma Div. de Montanha. Outras tropas como a Art., os sapadores mineiros, as tropas de observação, em virtude da tensão nervosa a que ficam submetidas e da natureza especial de suas missões, exigirão quotas reforçadas em alimentos protetores e reguladores, principalmente no que diz respeito a proteínas de origem animal e a vitaminas. Cabe ressaltar aqui a existência no Exército de tropas especiais tais como os para-quedistas, que exigem uma alimenta-

ção suplementar a fim de fazer face a grande atividade física a que estão sujeitas.

II — VARIAÇÃO COM A REGIÃO MILITAR

A alimentação da tropa no Brasil não pode ser a mesma em todas as Regiões Militares. Se compararmos a 1ª R.M. com a 7ª, a 9ª, a 8ª e a 3ª, veremos imediatamente que diferentes fatores, tal sejam clima, capacidade de produção agro-pecuária, meios de transporte, quantitativos de alimentação, etc., irão influir fazendo com o que o tipo de cardápio não possa ser o mesmo.

Observem os Srs., o mapa da divisão territorial militar. Procurem gravá-lo bem na memória e a seguir passem ao estudo do mapa das áreas alimentares do Brasil. Comparem os dois. Projetem o 2º sobre o 1º e, logicamente, vão observar que as 5 áreas alimentares do Brasil não coincidem com as das Regiões Militares. Vamos observar por exemplo a 8ª R. M., tendo parte de seu território na 4ª área alimentar, uma outra pequena parte na 3ª área alimentar e o restante na 1ª área alimentar.

Observem agora a 5ª área alimentar. Vamos ver que a mesma cobre totalmente os Estados do Rio G. do Sul, Sta. Catarina, Paraná

e o Território de Iguçu, englobando parte do Estado de S. Paulo e ainda o Estado do R. de Janeiro.

Vemos assim que toda a 3ª R.M., toda a 5ª R.M., parte da 1ª R.M., e parte da 2ª R.M., ficam englobadas em uma mesma zona alimentar o que quer dizer que o povo aí residente, possui mais ou menos as mesmas condições alimentares e os seus hábitos giram em torno de 4 alimentos principais que são: a carne, o arroz, a batata e o pão. Falamos ainda há pouco na 8ª R.M., e voltando agora ao assunto, vamos ver que em sua maior parte, aquela que fica compreendida na 1ª área alimentar, a população está habituada a uma dieta de feijão, farinha de mandioca, peixe e rapadura. Não vamos fazer mais comentários a respeito da coincidência entre R. Militares e áreas alimentares.

Os Srs. podem raciocinar sôzinhos e tirar suas conclusões em face dos conhecimentos que já possuem. Certamente concluirão comigo que não podemos ter cardápio geral para todo o território nacional nem mesmo um cardápio só para algumas R. Militares. É lógico que o Ex. procure nivelar as condições alimentares da tropa por meio das suas tabelas de arraçamento, quer de acordo com o que está publicado no A.R. 3, quer fazendo variação de acordo com as zonas militares. Se nós já vimos que não podemos padronizar nem para certas regiões militares, seria coisa impossível padronizar para toda uma zona militar. No entanto, tem sido este o critério adotado por comissões designadas para o estudo do problema. A maior parte dos trabalhos preconiza uma média de 3.500 a 4.000 calorias, como ração diária do soldado. Ainda recentemente foi publicado o parecer aconselhando — 3.400 para a Zona Norte, 3.540 para a Zona Centro e 3.780 para a Zona Sul. No entanto, não foram estudadas as variações, tão necessárias, não só à saúde do soldado, mas também a uma economia racional nos quantitativos. Ainda nos falta fazer uma referência a respeito das necessidades

básicas do soldado e calorias por dia. Os trabalhos mais modernos a este respeito aconselham as seguintes taxas: homem com trabalho sedentário — 2.500 calorias; homem em atividade moderada — 3.000 calorias; homem em franca atividade 4.000 calorias; homem em atividade acelerada 4.500 calorias até 6.000.

Como vêm os Srs., não podemos ter norma segura ou cardápio permanente. O que é preciso, é ensinar aos médicos militares e aos intendentes o melhor modo de alimentar a tropa cientificamente, levando em consideração todos os fatores que exijam a mudança da alimentação, quer no que diz respeito à quantidade, quer relativamente à qualidade.

III — O ESTADO E A CIDADE

Se considerarmos uma determinada Guarnição Militar, sediada na cidade X do Estado Y, logicamente além dos conhecimentos gerais que já temos, teremos que estudar outros fatores. Fatores muito importantes, principalmente para o oficial intendente e para o oficial médico — são as condições de mercado e as condições epidemiológicas, locais. Através das condições de mercado o oficial intendente poderá saber quais os alimentos de que dispõe nas diferentes épocas, do ano, quais os níveis habituais de preço e em face disso informar ao médico da Unidade que tipo de alimento pode constar dos cardápios da tropa. De posse dessa informação cumpre ao médico equilibrar os cardápios a fim de que a tropa receba o necessário de acordo com todos os fatores variantes, tais como sejam Armas ou Serviços, missão ou período de instrução, estação do ano, condições do mercado, estado nutritivo médio da tropa, etc. Outros Exércitos mais ricos do que o nosso em posses, que possuem um sistema bom de transporte, podem publicar regularmente com antecedência de 1 a 2 meses as listas de cardápios que serão obedecidos em todas as suas guarnições. Estas listas são distribuídas com antecedência de 30 dias

ou mais a todos os oficiais aprovisionadores bem como aos oficiais médicos para seus julgamentos. Encontramos isso, por exemplo, na América do Norte. Infelizmente, ainda não estamos em condições de transporte e de organização capazes de garantir um sistema como este. Nosso problema tem de ser resolvido isoladamente em cada guarnição militar, adaptando-se ao caso as tabelas de arrastamento e os diferentes quantitativos.

IV — HABITOS ALIMENTARES

Faremos umas considerações rápidas sobre a importância dos hábitos alimentares na técnica de alimentação das coletividades. Já fizemos referência ao fator indicado, que não podemos alimentar ninguém, mudando rapidamente seus hábitos alimentares, pois isto implicaria na recusa sistemática e quase total do alimento fornecido. Devemos então educar o homem por um sistema de palestras e conferências nas quais o oficial médico da unidade procurará chamar a atenção para as vantagens de comer este ou aquele alimento, levando pouco a pouco os homens a aceitação do cardápio racional que se quer fazer adotar.

V — COMO A E.I.E. VE O PROBLEMA DO EXÉRCITO

Esta Escola tem a seu cargo, pelo Dep. de Intendência, a formação de Especialistas no setor alimentação. Atualmente formamos cozinheiros e em breve iniciaremos o treinamento de nossa 1ª turma de padeiros. Também por uma Seção de Veterinária, pertencente ao mesmo Departamento, vem a Escola formando turmas de magarefes que recebem completa instrução de açougueiro. Porém, isto não é o bastante para satis-

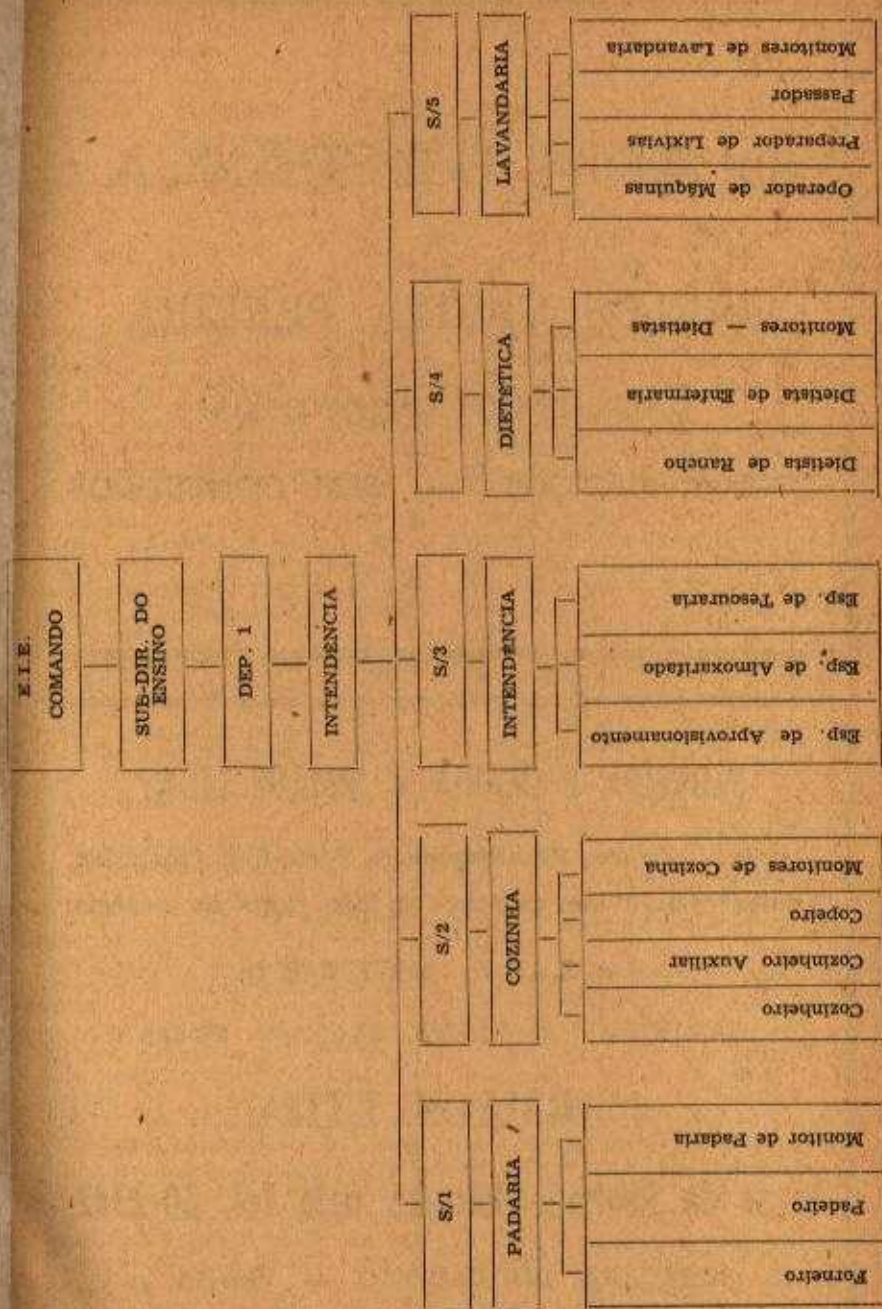
fazer às necessidades do Exército em tempo de paz nem às exigências em tempo de guerra. Assim é que o Dep. 1 da E.I.E. está elaborando uma reorganização na qual se prevê a separação da 1ª Departamento de Veterinária e a ampliação do próprio Departamento de Intendência.

Os Srs. encontram nos quadros seguintes o esquema provável desta reorganização com as suas diferentes Seções e os especialistas que cada um Departamento irá formar. Para aqueles que tiverem interesse pessoal no assunto, poderemos fornecer posteriormente todos os dados relativos. Nesta palestra nos limitaremos a apontar rapidamente alguns dos fatores principais.

CONCLUSÃO

Os Srs. tiveram com esta, 5 palestras sobre alimentação da tropa. Puderam ver alguma coisa que estou certo, lhes será de utilidade no futuro. Não se iludam com armas bonitas e modernas ou de alto rendimento nem se deixem levar por brilho de seus uniformes, coloridos e marciais. Tudo isso não terá o menor significado se empunhando as armas ou guarnecendo-as, e vestindo os uniformes, não estiverem homens fortes e bem alimentados. Nenhum Exército pode lutar apenas com armas. Em realidade, o potencial de combate é função do rendimento que o homem é capaz de tirar da arma. Este rendimento será proporcional à sua vivacidade, à sua velocidade de associação de idéias, à sua resistência ao cansaço físico, à sua perfeita coordenação dos movimentos, enfim, ao estado nutritivo de cada uma de suas fibras musculares e de cada célula de seus órgãos. Lembrem-se sempre para que não venham um dia a lamentar-se: "OS EXÉRCITOS MARCHAM COM O ESTÔMAGO".

E.I.E. COMANDO	SUB-DIR. DO ENSINO	DEP. 9	VETERINÁRIA	S/1	MATADOURO E AÇOUGUE	Magarefes Açougueiros Salichestros Monitores de Matadouro e Açougue
				S/2	ESPECIALISTAS VETERINÁRIOS	Enfermeiros Ferreiros Monitores de Veterinária
				S/3	AUXILIARES DE SANTARISTA	Auxiliar de Santarista-Vacina- dor Auxiliar de Higiene Veterinária Monitores-Santaristas
				S/4	AUXILIARES DE INSPECÇÃO E BROM.	Auxiliar de Especialista Ins- petor de Produtos Anim. e Veg. Auxiliar de Laboratório de Bromatologia Monitores Auxiliares de Ins- peção
				S/5	AUXILIARES DE ZOOTECNIA E AGOST.	Auxiliar de Especialista de Criatório Especialista em Agrostologia Monitores Zootecnistas



OLARIA ESPERANÇA

DE

CARLOS GARCIA PEREIRA

Estrada do Colégio n. 200

TIJOLOS MACIÇOS — SEM COMPETIDOR

PEDREIRA E OLARIA 4 IRMÃOS LTDA.

Fornece : Pedras, Paralelepípedos, Meio-fios, Cantarias,
Tijolos e tudo que pertence a êste ramo de negócio

FAZ-SE A TERRO

CAMINHÃO A FRETE 61-290 e 68-171

4 IRMÃOS LTDA.

Largo da Penha — Recados pelo Tel. 30-2342

CHÁCARA DO CAPITÃO — PENHA

A FOTO-INFORMAÇÃO NO BRASIL

1º Sgt. DARCY G. LESSA,

Monitor do Dep. Foto-Informação da E.I.E.

Em outubro de 1946 funcionou, na Escola de Instrução Especializada, o primeiro Curso de Foto-Informação. Com uma duração de cinco semanas, o curso, freqüentado por seis sargentos, ministrava os ensinamentos básicos da interpretação fotográfica.

Naquela época, a Direção do Curso compreendia que a Foto-Informação, no Brasil, apenas ensinava os primeiros passos e que a estrada a palmilhar seria longa e espinhosa.

Gradativamente, o Curso foi ganhando planos cada vez mais elevados no cenário da E.I.E., onde ocupa, hoje, lugar de destaque, por força dos melhoramentos nele introduzidos pelos órgãos de Comando e Direção do Ensino da Escola.

Também do ponto de vista de sua aceitação por parte do Exército a Foto-Informação cresceu: a E.A.O. incluiu, no seu programa, um estágio no Curso de Foto-Informação; fato idêntico ocorreu com a E.M.M., Esc. Trns., E.A.C. e E.S.A.; os Aspirantes a Oficial recém-declarados pela E.M.R., em seu estágio na E.I.E., travavam contacto com a Foto-Informação: os Cursos Regionais de Aperfeiçoamento de Sargentos solicitavam a colaboração do Curso.

Até a presente data, o trabalho de divulgação desta especialidade tem sido árduo; cresceram de vulto os estágios realizados no Curso de Foto-Informação, o qual, mercê dos três milhares de oficiais e sargentos estagiários, é agora conhecido em todos os recantos do Brasil.

Quatro anos de Foto-Informação no Brasil! Qual, porém, seu aspecto, no que concerne ao apuro técnico?

Esta pergunta tem sido feita por aqueles que, acertadamente, julgam que a Foto-Informação auto-suficiente só possa existir em nações providas de uma aviação de reconhecimento fotográfico; e os próprios indagadores concluem, por silogismo, que o Brasil não conta com uma Foto-Informação. Esta asserção, conquanto parcialmente verdadeira, é algo capciosa, por isso que oculta os demais ângulos da questão.

O Brasil NÃO TEM Foto-Informação, se ela depender da existência de uma eficiente aviação de reconhecimento fotográfico. O Brasil TEM Foto-Informação, se como tal considerarmos a existência de pessoal plenamente habilitado a interpretar fotografias aéreas — o Curso de Foto-Informação já diplomou numerosos oficiais e sargentos.

No que diz respeito à sua evolução técnica, o Curso luta contra dois sérios obstáculos:

1 — A falta de um laboratório fotográfico, capaz de copiar, ampliar e reproduzir fotografias e demais documentos, reduz consideravelmente o nível técnico do Curso, que não pode dispor de fotografias nas condições e quantidades necessárias.

2 — A cooperação prestada pela Aeronáutica, a despeito da boa vontade, da solicitude e das virtudes técnicas dos membros daquela Corporação, qualidades essas sobejamente comprovadas em di-

versas oportunidades nas quais o Curso contou com a colaboração da Secção Foto da Escola de Aeronáutica, é deficiente.

O Curso de Foto-Informação está vivendo das fotografias trazidas pela F.E.B., da Itália, e das que lhes foram apresentadas pelo "The Photo Interpreter Course, Ft. Riley, Kansas", nos Estados Unidos da América do Norte, estas, pósto que em pequeno número, autênticas raridades.

É fácil compreender que, não dispondo de um laboratório para reproduzir as fotografias das quais só dispõe de uma cópia, o Curso se vê, dia a dia, privado deste ou daquele exemplar, além do grande inconveniente de não permitir que todos os alunos estudem a mesma fotografia ao mesmo tempo, o que, evidentemente, diminui o rendimento da instrução, reduzindo-a a um nível pouco satisfatório.

Caminha, assim, o Curso de Foto-Informação rumo à sua desintegração — sem fotografias de interesse, razão de ser da sua própria existência, o Curso tende a paralisar suas atividades ou restringi-las a um nível medíocre, o que ainda não fez por força da tenacidade e do amor que os seus componentes, de ontem e de hoje, dedicam à complexa especialidade que viram brotar, crescer e frutificar.

Não se infira, daí que o Curso não preenche suas finalidades; ao contrário, ele, hoje com uma duração de três meses e com tendência a dilatar esse prazo, atingiu um excelente estado de apuro técnico, realizando trabalhos de grande envergadura, equivalentes ao escalão Grupo de Exército.

Profundos ensinamentos hauriu o Curso no contacto com o seu congêneres do Exército Norte-Americano: técnica de interpretação programa e orientação geral do ensino. Sanadas as deficiências já apontadas e encaradas com profundo senso crítico as diferentes facetas do actual curso, este ombreará com qualquer outro da mesma especialidade, de qualquer nação.

Dê-mos um bom laboratório fotográfico!

Assegurem-nos uma colaboração mais assídua, mais íntima, das Secções de Foto das Diversas Unidades da Aeronáutica!

Dê-mos instalações adequadas e uma biblioteca de assuntos técnicos!

Que daremos, em troca, ao Brasil? FOTO-INFORMAÇÃO.



ARMAZÉM FEIRA DO POVO

LIQUIDOS E COMESTIVEIS DE 1ª ORDEM — BEBIDAS SEMPRE GELADAS

OLIVEIRA & CAMARA LTDA.

RUA B, 450 — CAIXA POSTAL N. 9 — NOVA IGUAÇU

Estado do Rio — (Chacrinha da Posse)

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ENGENHOS AUTOPROPULSADOS

EDMOND BRUN,

Professor da Esc. Técnica do Ex. e Professor da Sorbonne

1 — A AUTOPROPULSAO

Todos os meios de propulsão de um móvel que não tenha contacto com o solo, utilizam a ejeção de uma certa quantidade de movimento num sentido oposto a quello do movimento que se trata de imprimir ao móvel.

A ejeção da quantidade de movimento para trás, pode ser obtida de duas maneiras (fig. 1):

- seja lançando para trás uma parte da massa do móvel;
- seja captando na passagem uma certa massa de ar para a lan-

çar para trás com uma velocidade relativamente aumentada.

Donde duas grandes categorias de engenhos autopropulsados: *sem* ou *com utilização do ar ambiente*.

A primeira categoria, que só é aceitável para a propulsão no vácuo, interessa aos foguetes de todas as espécies.

A segunda categoria se subdivide em duas classes essenciais: os *propulsores* e os *reatores*. Nos propulsores, a reação é *indireta*, sendo o ar lançado para trás por meio de uma hélice. Nos reatores, a reação é *direta*; o ar, que é lançado para trás sem auxílio de hélice, atravessa o sistema em movimento, sendo comprimido por processos variáveis segundo o tipo de reator, em uma câmara de combustão, onde o combustível é injetado e inflamado. Após a combustão, os gases se expandem e saem com grande velocidade.

Se considerarmos o conjunto dos propulsores, devemos ainda distinguir os *moto-propulsores* nos quais a hélice é acionada por um motor alternativo, e os *tubo-propulsores*, nos quais a hélice é movimentada por uma turbina de gás (fig. 2).

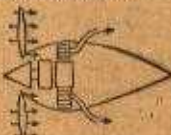
Assim também, no caso dos reatores, se o ar sob pressão na câmara de combustão é obtido por um compressor acionado por um motor alternativo, temos um *moto-reator*, e se o compressor é acionado por uma turbina na qual se expandem os gases inflamados, de sorte que o conjunto compressor-turbina constitua um sistema com-

DIVERSOS CASOS DE REAÇÃO



FOGUETE

Não há utilização do ar ambiente. Reação pura.



PROPULSOR

Com utilização do ar ambiente. Reação indireta.

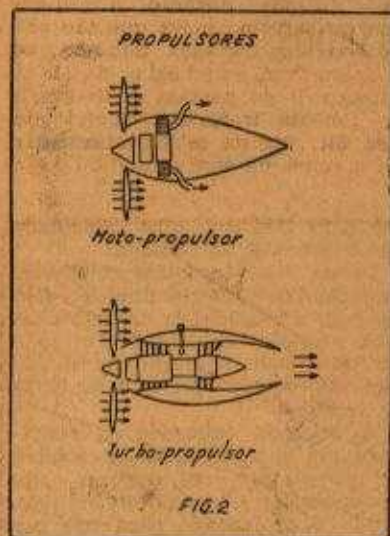


REATOR

Com utilização do ar ambiente. Reação direta.

FIG. 1.

pensado, temos um turbo-reator. Se a compressão do ar se faz sem intermediário mecânico, pela simples entrada mais vagarosa da corrente aérea atmosférica na frente, temos um estato-reator ou tur-



bina termo-propulsiva. Enfim, se a compressão do ar se faz igualmente numa simples tubulação, mas intermitentemente, temos um pulso-reator dos quais a célebre V 1 é o tipo mais conhecido (figura 3).

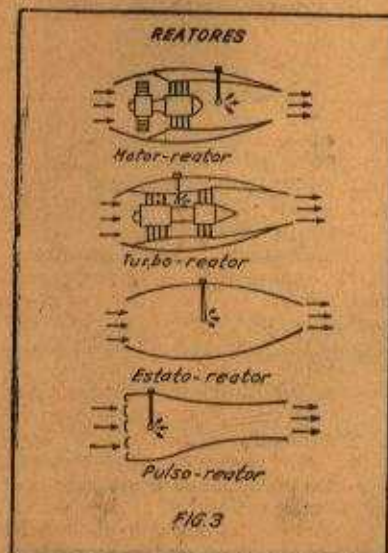
II — UTILIZAÇÃO DA AUTOPROPULSAO NOS ENGENHOS DE GUERRA

Sob a forma de foguetes de pólvora, os engenhos autopropulsados foram utilizados em todos os tempos em diversas batalhas. Mas, as numerosas "falhas" devidas ao uso da pólvora negra e sobretudo a impossibilidade de uma regulação precisa do tiro, conduziram, até a última guerra, ao abandono dos foguetes em proveito dos projéteis lançados por canhões aperfeiçoados.

Com esse outro aparelho autopropulsado que é o avião, apareceu, durante a Grande Guerra, um outro meio de bombardeio. O avião, portador ideal de importantes car-

gas de explosivos, se apresentou então como o processo mais eficaz de bombardear os centros estratégicos e industriais do adversário. Na realidade, se bem que esta forma de ataque tenha demonstrado sua terrível eficácia durante o último conflito, atualmente temos de rever nossa opinião. Os possantes meios de defesa atuais, auxiliados pelo radar, tornam a aviação de bombardeio bastante dispendiosa em homens e em material. Desde 1940, os alemães tiveram de cessar, após sofrer enormes perdas, o bombardeio que deveria destruir a Inglaterra.

Poderemos supor que os aviões supersônicos, de interceptação mais difícil, servirão novamente ao transporte das bombas: na realidade, às grandes velocidades, a pontaria direta não pode ser precisa, a abertura das garras de largada apresenta um problema delicado e, sobretudo, como têm demonstrado recentes estudos balísticos, às grandes velocidades, a trajetória de uma bomba largada de um avião supersônico não poderá ser prevista com certeza. Como confiar, então, a aviões supersônicos, explosivos custosos como os explosivos atômicos?



Torna-se evidente, por conseguinte, que as bombas autopropulsadas que, atualmente, podem ser telecomandadas, irão se tornar a única arma eficaz no bombardeio a grandes distâncias. O avião, eventualmente, poderá ser utilizado para conduzir as bombas até a proximidades do objetivo, quando então largará suas bombas autopropulsadas e dirigi-las-á do próprio avião.

Na lista dos processos de propulsão descritos no parágrafo precedente, quais serão então os a serem

III — OS ESTATO-REATORES E OS PULSO-REATORES

Até agora, não foi possível conseguir, com os estado-reatores, ainda em estudos, e com os pulso-reatores, dos quais apenas um, a V 1, foi utilizada durante a última guerra, as velocidades que são obtidas com os foguetes. Sabe-se que a fraca velocidade da V 1 (480 km/h na partida e 650 km/h no fim da trajetória, quando já está aliviada do seu combustível) foi a causa da sua vulnerabilidade

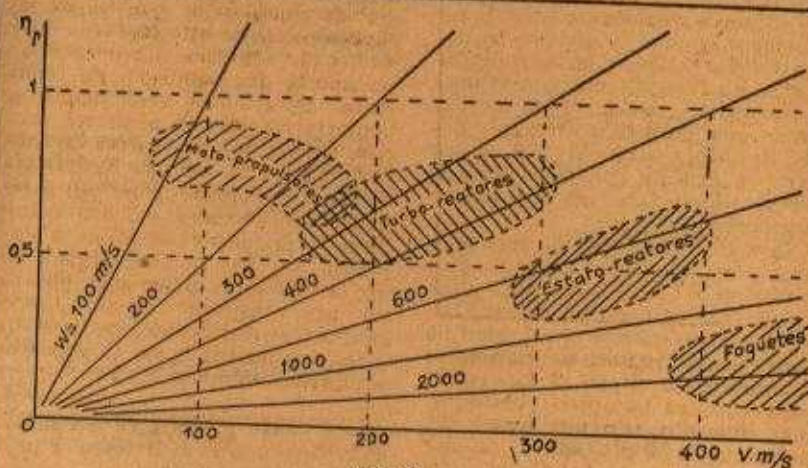


FIG. 4

utilizados pelos engenhos autopropulsados de guerra? Convém, evidentemente, eliminar todos os aparelhos que comportem um motor mecânico em virtude de seu preço, pois seguramente o mesmo será destruído, e também, por causa de seu peso que, como os cálculos demonstram, reduz em consequência a velocidade e o alcance. A figura 4 que indica os limites de velocidade correspondentes aos diversos engenhos, mostra que apenas, dentre todos os aparelhos por nós enumerados, os estado-reatores ou os pulso-reatores de um lado, e os foguetes de outro lado, correspondem às grandes velocidades.

(4.260 abatidas dentre as 9.250 que atingiram os céus da Inglaterra).

Outrossim, os estado e os pulso-reatores não se podem elevar muito alto, pois o ar é o seu combustível, e esta é uma das causas da vulnerabilidade maior que a dos foguetes.

Enfim, para que funcionem, os aparelhos devem ser atravessados pelo ar e logo, têm que ser lançados do solo. A rampa de lançamento da V 1, com um comprimento de 50 metros, tornava difícil a utilização desse engenho, em vista da falta de mobilidade.

Como arma destinada ao bombardeio a grande distância, pode-se afirmar que a V 1 não mais será utilizada, mas seu preço de custo pouco elevado (utilização de matérias primas comuns, fabricação fácil, não necessitando mais de 1000 horas de trabalho, para cada aparelho) a fará ser provavelmente empregada como arma de inultração para substituir a artilharia de grande alcance, em distâncias no entanto relativamente curtas, para que a interceptação não se torne muito fácil.

Para os estado-reatores, igualmente a última palavra ainda não foi dita. Os rápidos progressos registrados em sua fabricação no decorrer dos últimos anos (notadamente na França) mostram as possibilidades de seu emprego em um futuro mal ou menos próximo. Esses aparelhos terão sempre a seu favor a enorme vantagem de não terem necessidade de transportar o próprio carburante.

De todos os modos, no momento atual, os engenhos bélicos autopropulsados utilizáveis, são principalmente os foguetes de combustível líquido (fig. 5), surgidos no fim da última guerra e depois aperfeiçoados.

IV — O ALCANCE DOS FOGUETES

A primeira característica essencial dos foguetes é a possibilidade de um enorme alcance.

Sem entrar em cálculos completos, lembraremos rapidamente as relações fundamentais muito simples, que, no vácuo e com ausência de campo de gravitação, regem a autopropulsão dos foguetes.

Designemos por w a velocidade eficaz de ejeção, quer dizer, a velocidade adquirida, relativamente ao móvel, pela matéria ejetada no momento em que cessa toda relação entre esta última e os órgãos do ejeter. No instante t , a massa do projétil é M ; no tempo dt imediatamente após o instante t , a massa ejetada é dm e, desse modo, a velocidade do móvel é aumentada de dv . O teorema da quantidade de movimento nos dá:

$$M dv = - w dM$$

Dividimos ambos os membros da equação acima por dt , e notando que dM/dt é igual ao débito q da matéria ejetada,

$$M \frac{dv}{dt} = - w q$$

Nas condições da hipótese, $M \frac{dv}{dt}$

não é senão a força de propulsão F e, finalmente, esta força é proporcional a q e a w

$$F = - q w$$

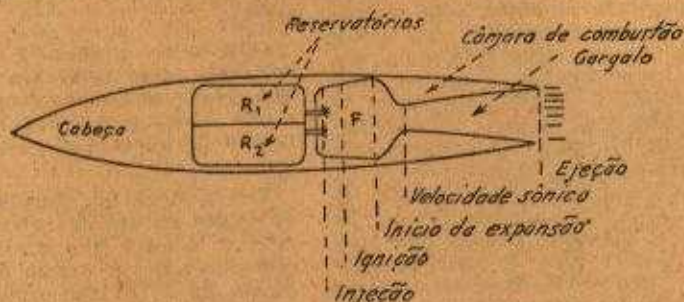


FIG. 5

A expressão de Dv , obtida da primeira relação, nos dá, por integração :

$$Dv = w \log_e \frac{M_0}{M}$$

onde Dv é a variação da velocidade a partir do momento do início de movimento, em que a massa do projétil é M_0 , até o momento em que o projétil tem a massa M .

Depois do esgotamento da matéria ejetável, a massa do projétil tem um certo valor M_1 (massa restante); a variação de velocidade que corresponde a esse valor da massa e que é a variação de velocidade máxima é :

$$Dv = w \log_e \frac{M_0}{M_1}$$

M_0/M_1 é chamada relação das massas; Dv é denominado impulsão específica; ela define a velocidade do projétil no momento em que finda a combustão.

Esta expressão nos mostra que a velocidade de v do engenho não se acha limitada, como no canhão, pela velocidade de ejeção w dos gases queimados; é suficiente, para que v seja superior a w , que logaritmo seja superior à unidade, o que conduz a uma massa de matéria ejetada igual a mais ou menos dois terços da massa total do engenho

$$M_0 - M_1 = \frac{2M_0}{3}$$

Na realidade, a enorme superioridade, sob o ponto de vista alcance, dos foguetes sobre os canhões é devida ao fato de, nos foguetes, a variação da velocidade Dv se estender sobre todo o intervalo de tempo que corresponde à ejeção da massa $M_0 - M_1$, intervalo igual a 60 segundos no caso da V 2 e que ainda pode ser muito aumentado, caso queiramos, enquanto que no canhão, a velocidade inicial deve ser adquirida durante o tempo

bastante curto em que a bala se desloca na alma da peça. Se desejarmos uma velocidade inicial que nos permita obter um alcance da ordem de 300 quilômetros, para resistir ao choque no momento do tiro, necessitaremos de um canhão pesando mais de 1000 toneladas.

Os cálculos mostram, se considerarmos rigorosamente todos os cálculos, que é vantajoso possuir uma velocidade muito fraca no início do movimento, da ordem de cinco vezes a aceleração da gravidade. De fato, isso é necessário, para que a resistência do ar desgaste o menos possível a energia de propulsão, pois as baixas camadas da atmosfera, onde o ar é mais denso, deverão ser atravessadas com uma velocidade relativamente fraca. A velocidade pode ser muito elevada onde a atmosfera é bastante rarefeita para que a frenagem por ela motivada seja pouco importante. Para a bala do canhão, inevitavelmente a velocidade será maior no local em que a densidade do ar é também maior.

Resumindo, a teoria não impõe nenhum limite preciso à velocidade v do engenho, pois que se trata apenas de prever a massa necessária à propulsão do mesmo. Como o engenho atinge espaços em condições aproximadamente de vácuo, o alcance, apenas função da velocidade v , igualmente não comporta limite preciso.

Já sabemos que no decorrer da última guerra, as maiores performances sob o ponto de vista do alcance, foram obtidas com a V 2, cuja impulsão específica podia se aproximar de 2000/seg e que, elevando-se a mais de 100 km, podia cair a 400 km de seu ponto de lançamento. Mas os alemães já consideravam a V 2 como não sendo mais que um primeiro passo e concebiam outros engenhos de alcances dez vezes maiores, susceptíveis de lançar o projétil da Europa à América. Não resta dúvida que, se forem considerados necessários num próximo conflito, tais alcances serão certamente obtidos.

V — DIRIGIBILIDADE DOS FOGUETES

Todos os resultados precedentes, frutos dos progressos da termodinâmica, nada significariam se a precisão do tiro não fosse satisfatória para nos dar um rendimento militar suficiente. E' isso, por outro lado, quer se trate de foguetes de pequenos ou de grandes alcances.

Podemos afirmar que todo o arsenal das modernas descobertas foi utilizado para a realização desses meios de dirigibilidade, que podemos dividir em três categorias:

1°) Com os comandos *pre-regulados*, a trajetória é fixada de antemão e o foguete não pode ser senão um engenho terra-terra.

são; a altura é então da ordem de 30 km e a velocidade é de tal ordem que se tornaria difícil fazer voltar a V 2 se o desejássemos. A trajetória torna-se sensivelmente uma reta e conseguimos nesse objetivo, interrompendo a propulsão em certa porção retilínea da trajetória inclinada de 45°, limitada por pontos que correspondem a diferentes velocidades, o que modifica a vontade os correspondentes alcances (fig. 6). Assim, na V 2, as trajetórias iniciais são tôdas idênticas, apenas diferindo os tempos de duração da propulsão na parte retilínea da trajetória inclinada de 45°.

2°) O telecomando deve substituir obrigatoriamente o comando pré-regulado, quando se trata de

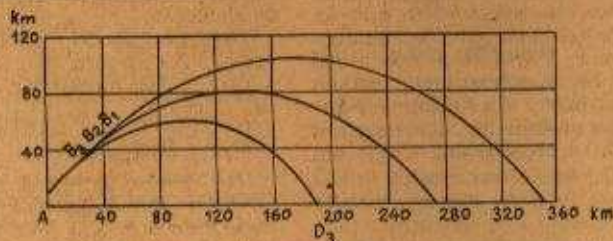


FIG. 6

O mais belo exemplo de comando pré-regulado é fornecido pela V 2. A enorme massa da V 2 (13 toneladas na partida) partia na vertical sem acelerador auxiliar: o foguete ficava assim em equilíbrio, no momento da partida, sobre o jato de gases que o elevavam lentamente. Ao fim do quarto segundo de funcionamento, enquanto a V 2 ainda não tinha atingido 100 metros de altura, os aparelhos de direção automática entravam em ação. Um dispositivo giroscópico, servido por um mecanismo de relojoaria, comanda então os lemes de direção e os defletores do jato, de maneira a dar, progressivamente à V 2, um ângulo de inclinação de 45° sobre a vertical, ângulo obtido ao fim de 40 segundos de propul-

senhos terra-ar, ar-terra ou ar-ar. Este telecomando se obtém por modulações de baixa frequência duma onda de rádio. Sem interferência, o comando pode ser obtido em distâncias de muitas centenas de quilômetros.

O projétil é seguido à vista ou pelo radar de seguimento, mas, se o objetivo é muito distante para ser visto, torna-se necessário que a própria bomba nos dê, por meio de um emissor de televisão, a vista do objetivo para o qual ela se dirige.

Conhecemos toda uma série de engenhos telecomandados que apareceram nos céus da guerra até o final do último conflito: Enzian, Wasserfall, Rheintochter, Schmetterling, Natter, Little-Joe, para os engenhos terra-ar; HS-293, Gor-

don para os engenhos ar-terra; X4 para os engenhos ar-ar.

3º) O melhor processo de direção é certamente o *autocomando* ou comando automático, utilizando o radar e que pode conduzir o projétil até o objetivo. Mas este procedimento não é utilizável senão para curtos percursos.

Por outro lado, nenhum dos processos de comando ou de direção precedentes será conveniente para trajetos muito longos, ao menos sob a forma apresentada. Os estudos se desenvolvem, no entanto. Isso nos permite pensar que as mesmas estrêlas que guiavam no mar, os navegantes sem bússola, servirão para dirigir os engenhos supersônicos ao atravessarem a ionosfera.

Mais ainda que seu alcance, os meios de dirigibilidade dos engenhos dão uma idéia da profunda modificação do armamento que foi motivada pela aparição dos modernos foguetes; sem falar dos autopropulsados sumários que podem armar os carros e os infantes, vemos, pouco a pouco, os foguetes substituir os projéteis antiaéreos e a artilharia de longo alcance. O avião, ele mesmo, vai se modificar...

VI — A ORIENTAÇÃO DAS PESQUISAS ATUAIS

Os autopropulsados modernos são resultantes de enormes progressos efetuados em diferentes domínios, tais como a aerodinâmica das grandes velocidades e a eletrônica. Podemos dizer que todos os recursos da técnica moderna são utilizados para a realização dos últimos engenhos.

Os químicos são chamados para estudar propelentes, essas misturas autocombustíveis que consti-

tuem por sua vez a fonte de energia e a matéria ejetada.

Os termodinâmicos têm de investigar as leis de comportamento de um gás muito quente e animado duma enorme velocidade. Que questões difíceis não se apresentarão a esse indivíduo, não considerando mais do que aquelas relacionadas com as trocas térmicas entre o gás e a parede da turbina!

Os aerodinâmicos se encontram em face de novos problemas: o estudo dos jatos de fogo supersônicos; interligação entre esses jatos e as chamadas-limites de ar existentes ao longo das paredes externas; aquecimento das paredes, pelo atrito do ar, que explicam certas explosões da V 2 no ar, etc., etc.

Os eletricitistas podem aplicar suas últimas descobertas na realização de dispositivos de telecomandos e de detecção.

Tôda peça, todo o material, tôda construção devem ser submetidas à crítica dos mecânicos e dos metalúrgicos.

E assim é que podemos chegar a esse monstro da técnica que é a V 2: esse engenho comporta 20.000 peças, a maior parte de alta precisão, e que necessitou, antes de seu emprego estratégico mais de 3000 tiros experimentais.

É evidente que as pesquisas continuam e continuarão ainda durante muito tempo, em cada um dos domínios científicos. Minha opinião pessoal é que os resultados não conduzirão, para atender a performances e a uma precisão maior, a continuam e continuarão ainda aumento da complexidade dos engenhos. Penso que, cada problema particular tendo sido ativamente investigado, será possível, por uma clara síntese, simplificar os novos materiais.

OFICINA DE FERREIRO

FERRAMENTAS PARA LAVOURA, COMO SEJAM: FOICES, CAVADEIRAS, MACHADOS E ROÇADORAS — ENXADAS, ENXADÕES E TUDO QUANTO PERTENCE A LAVOURA E INDÚSTRIAS, ETC., ETC.

AUGUSTO DA SILVA

Nova Iguaçu — 785, Rua da Concórdia, 785 — Estado do Rio

REVISTA DAS REVISTAS

Síntese informativa sobre assuntos militares, econômicos, sociais e políticos, nacionais e internacionais, publicados em revistas recebidas pela "A Defesa Nacional":

"REVUE MILITAIRE D'INFORMATION" — FRANÇA

No capítulo de "Questões Internacionais" do n. 167 desta magnífica revista francesa de assuntos militares encontra-se um interessante trabalho do conhecido comentarista René Grandchamp, sobre "Os pontos nevrálgicos do Extremo-Oriente: Formosa, Sião, Singapura, ilhas Ryu-Kyu e Nova Guiné". O renome do autor e o próprio título do tema dispensam qualquer referência sobre a importância do trabalho em apêço.

"EJERCITO" — ESPANHA

Entre diversos artigos muito interessantes publicados como de costume por esta excelente revista ilustrada do Exército espanhol, encontra-se no número de outubro do ano passado, uma tradução da revista francesa "IV República" sobre "O Exército soviético atual", cuja organização, efetivo e preparo o autor do trabalho analisa de maneira sintética, porém muito criteriosa.

"REVISTA MILITAR" — PORTUGAL

O número de janeiro desta apreciada revista militar lusitana, contém entre outros artigos, um precioso trabalho sobre "Operações anfíbias. Conquista e consolidação de testas de praias" no qual o seu autor, Major Joaquim da Luz Cunha, do Estado-Maior do Exército, analisa brilhantemente as características e as fases de uma operação anfíbia inclusive a conduta das forças terrestres durante e após o desembarque.

"REVISTA MILITAR" — ARGENTINA

No último número que recebemos desta excelente revista editada pelo Círculo Militar do Exército argentino, encontramos entre outros artigos de real interesse, a tradução de um trabalho do Maj. Pascual Venturini, sobre "Guerra e propaganda" publicado na Rivista Militare italiana.

"REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS" — VENEZUELA

No capítulo de História do número de outubro de 1950 desta revista militar sul-americana com a qual mantemos estreita ligação, encontra-se um trabalho do Ten.-Cel. Luis Calderon (adido aeronáutico do seu país nos Estados Unidos) no qual o autor mostra "O que é a Junta Interamericana de defesa do continente".

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten-Cel. ADALARDO FIALHO

XII

IMIGRAÇÃO

INTRODUÇÃO

São as mais controvertíveis as notícias que se lêem nos jornais sobre a imigração e imigrantes, neste após-guerra. Ora aparecem interessados que se declaram pela imigração livre, sem restrições, ora surgem outros que se batem pela discriminação imigratória. Enquanto isso, levam e mais levam imigrantes aportam à Guanabara, provenientes da Europa, em busca de um mundo melhor. Não há dúvida que o nosso país não saiu da guerra preparado para receber milhares de imigrantes. Antes de tudo, temos já uma política definida de imigração, colonização e naturalização, as três questões fundamentais relativas ao povoamento e à formação étnica brasileira? Julgamos que não. Ainda discutimos sobre o órgão que, afinal, deverá centralizar essas questões. No Congresso, acaba de receber parecer contrário a criação de um "Departamento de Imigração e Colonização". Por enquanto, só legislação e idéias provisórias. Em todo o caso, o "Conselho Nacional de Imigração e Colonização", em documento sobre a concessão de vistos em passaportes estrangeiros, tornou público que a política imigratória do Brasil obedece a dois princípios fundamentais:

1. Conservar e desenvolver, na composição étnica da população brasileira, os característicos mais convenientes de sua ascendência européia;

2. Defender os legítimos interesses da economia e do trabalhador nacionais.

O n. 1, acima, dá idéia de uma seleção, de uma discriminação racial, pois, para conservar os característicos da ascendência européia, não é possível, por exemplo, importar japoneses da Ásia.

Ao contrário, para tanto, é preciso importar mais e melhores portugueses, italianos, espanhóis e raças afins do mediterrâneo europeu. Mas, por outro lado, em declarações à imprensa, o próprio presidente do "Conselho Nacional de Imigração e Colonização" declarou que "não haveria preferência de raças; não receberíamos de preferência italianos. Todos os povos europeus que consideramos adaptáveis às nossas condições climáticas, políticas e religiosas seriam escolhidos. E não somente ex-combatentes, mas também os deslocados". E, em Lake Success, ao intervir no debate sobre a Criação da "Organização Internacional de Auxílio aos Refugiados", o delegado brasileiro declarou: "Apesar de que certas pessoas no Brasil desejam a imigração seletiva, de acordo com o critério racial, o Brasil pode ser considerado como uma democracia racial, cujas portas estão abertas a todos os imigrantes, sem distinção de cor".

Para aumentar a confusão sobre tão importante assunto, outros citam o exemplo dos Estados Unidos. De fato, nos quarenta anos que medearam entre 1870 e 1910, esse país recebeu mais do que 20 milhões de

imigrantes das mais variadas nacionalidades. Diz-se, mesmo, que todos os americanos, com exceção dos índios, são imigrantes ou descendentes de imigrantes. Antes de 1870 e até 1820, entraram apenas 5 milhões, provenientes da Irlanda, Inglaterra e Alemanha, em sua maioria, ao passo que, depois de 1870, predominaram os originários do Sul e do Leste europeus (italianos, austro-húngaros, poloneses e russos). Mas o que esses citadores da imigração nos Estados Unidos não dizem é que essa massa de imigrantes se espalhou uniformemente por todo o território do país e se dividiu igualmente entre as fazendas e a indústria; que em 1882 o Congresso americano suspendeu a imigração chinesa e excluiu os indesejáveis (doentes, dementes, imorais, anarquistas, etc.); em 1900, já havia uma mentalidade formada contra a imigração indiscriminada. As medidas contra os indesejáveis disseram respeito quanto à qualidade. Para limitar a quantidade, apelou-se para o teste da alfabetização. Esse problema não existia na Inglaterra, Alemanha e Escandinávia, porém predominava no Sul e no Leste da Europa, de onde provinha o forte da imigração, na época. Era um meio de limitar a entrada de estrangeiros. Contudo, 3 presidentes — Cleveland, Taft e Wilson — vetaram as leis que exigiam a condição de alfabetizado para entrar nos Estados Unidos, sob a alegação de que se tratava de um teste de "oportunidade" e não de "habilidade". Finalmente, a partir de 1917, os Estados Unidos, por leis dos anos de 1921, 1924 e 1929 enveredaram francamente por uma política imigratória restritiva. O ano de 1930 marcou o fim de uma era na história dos Estados Unidos.

Dai por diante continuaram e ainda continuarão por muitos anos a ser um "melting pot", porém cessaram de ser a "Terra Prometida" para os pobres e oprimidos de todas as Nações.

Há mais. O professor e ilustre psiquiatra Dr. Maurício de Medeiros, em notável conferência proferida na "Liga Brasileira de Higiene Mental", declarou que "foi no exercício

de sua profissão médica, na clínica diária do consultório, que recebeu, nestes últimos meses, uma impressão profunda sobre o que será o Brasil dentro de uma geração, se não tomarmos as mais energéticas medidas defensivas contra a corrente de imigrantes neuróticos e até psicóticos, que se está formando para o nosso país, em volume alarmantemente crescente". Disse mais que "estamos importando a escória das ruínas de uma Europa convulsionada, material e mentalmente, por seis anos de guerra e doze anos de loucura coletiva." E ampliando a frase de Miguel Pereira, exclama: "Dentro de alguns anos o Brasil não será apenas um vasto hospital, mas sim um vasto manicomio!"

Eis porque nos abalancamos ao exame de tão importante assunto. Num trabalho em que se focalizam problemas brasileiros, não poderíamos deixar de registrar qualquer coisa sobre a importante questão da imigração, infelizmente, como vimos acima, ainda em fase de ebulição no espírito público brasileiro. Nosso país é vasto e despovoado. Há regiões, como a do Sul, que possuem um coeficiente de 16,83 habitantes por quilômetro quadrado, mas há outras, como a do Norte, com, apenas, 0,45 habitantes por quilômetro quadrado. Para tão vasto país — cerca de 8.500.000 km² de superfície — entraram apenas, de 1884 a 1943: 4.022.975 imigrantes. Os maiores coeficientes, por nacionalidades, couberam, em ordem decrescente, respectivamente, aos italianos, portugueses e espanhóis. A maioria desses imigrantes se encaminhou para o Sul do país e dedicou-se, principalmente, à lavoura. Entre as principais causas do menor afluxo de imigrantes para o Brasil, comparativamente com os Estados Unidos, cita-se o clima. Diz-se que o imigrante segue a lei das latitudes.

Indo da Europa para os Estados Unidos, não muda de latitude e encontra o mesmo clima que em sua pátria de nascimento. Ao contrário, vindo para o Brasil, muda de latitude e de clima. Há certa razão na

questão clima, provada pelo encaminhamento do grosso da imigração para o Sul do país, onde o imigrante encontra condições climáticas mais semelhantes às do país de origem. Mas não foi só o clima que atraiu o imigrante para os Estados Unidos. Foi principalmente a facilidade de naturalização, o clima de liberdade e de oportunidade para todos e a assistência técnica e financeira que as Companhias interessadas e o próprio governo concediam aos imigrantes.

Veremos, nos títulos a seguir, se haverá vantagem para o Brasil em deixar o campo livre para a imigração ou se deverá, ao contrário, discipliná-la em qualidade e quantidade; se haverá mesmo vantagem para ele em abrir suas portas à imigração, enquanto permanecer no estágio econômico em que se encontra; para onde encaminhar as correntes imigratórias e finalmente como assimilá-las.

SELEÇÃO

Devemos selecionar os imigrantes, antes de introduzi-los em nosso país? Ou por outra, de onde trazê-los? Ou quem trazer? Deixá-los vir espontaneamente ou dirigir a imigração? Uma nação não pode ser indiferente nem à *qualidade* nem à *quantidade* dos elementos raciais que entram na sua composição, disse o grande Oliveira Vianna. Não podemos encarar a questão da imigração pelo lado econômico, tão somente, como uma fonte de braços para a lavoura, mas, sim, prevendo o futuro da nacionalidade. Precisamos dar à nossa população a sua caracterização antropológica e étnica definitivas. Desde logo, devemos adotar o *seleccionismo negativo*, isto é, barrar os surdos, mudos, loucos, retardados, portadores de defeitos físicos, criminosos, idiotas, mendigos, portadores de moléstias contagiosas, aos quais devemos acrescentar, agora, os desajustados da guerra e ex-combatentes. Embora isso diga respeito à seleção de indivíduos, pode, ter contudo, graves repercussões em nossa formação étnica. A seleção das raças, mais difícil, porque baseada

em dados científicos, que não possuímos, é a que devemos procurar. Só os índices de mortalidade, longevidade, fecundidade, etc., poderão dizer quais os melhores grupos a importar e onde localizá-los. Como diz Oliveira Vianna, antes de entrarem em campo as ciências sociais, deve-se recorrer às ciências naturais: antropologistas, biólogos, biometristas, etc. Faltam-nos esses técnicos e esses dados. Para ele, 4 são os grandes grupos étnicos de nosso povo: o ariano, o negro, o índio e o mestiço. Para ficarmos dentro da política de conservar e desenvolver os característicos mais convenientes de nossa ascendência européia, tudo trata-se de aumentar e melhorar o contingente ariano, vale dizer, os elementos imigratórios europeus, aí incluído o próprio elemento tronco — o português — e mais o italiano e o espanhol, os outros 2 mais fortes contingentes imigratórios que tivemos. O negro tende a desaparecer. Sua proporção na população brasileira baixa cada vez mais. O recenseamento de 1941 acusou 6 milhões. Contribuem para isso: a cessação da importação de negros, o alto coeficiente de mortalidade deles e a miscigenação com os imigrantes.

O índio forma hoje apenas um fundo de raça na população brasileira. Seu contingente atual é mínimo e tende a desaparecer. É visível a sua degenerescência e absorção, pelos outros grupos étnicos. O mestiço é o verdadeiro representante do "melting-pot" brasileiro. O recenseamento de 41 acusou 8 milhões de pardos, forte agrupamento que tende a diminuir só muito lentamente. Para baixá-lo, tudo consiste em aumentar e melhorar o contingente ariano. É evidente que se impõe o problema da seleção eugênica da imigração, ou o da distribuição racional das etnias arianas segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país.

Talvez devêssemos encaminhar as etnias nórdicas para o Sul, as celtas para o Centro e as ibero-mediterrâneas para o Norte. Tratando-se de um clima tropical e variado, como é o nosso, tudo aconselha a dis-

eliminação dos diversos tipos aqui afluentes e não a sua unificação.

Quem hoje desconhece os inconvenientes da imigração japonesa? Politicamente, essa imigração para o nosso país obedeceu a um plano de longa data premeditado, visando os Estados Unidos. Tratava-se de introduzir quintas-colunas, aqui, como em outros países do Continente, a fim de, na hora da luta, perturbar o movimento de cooperação das nações latino-americanas com os Estados Unidos. Racialmente, o japonês é como enxôfre, diz Oliveira Vianna. É insolúvel. Devido à nossa incúria em 20 anos entraram no Brasil cerca de 200 mil japoneses, os quais, somados à sua descendência, que é ainda "full-blood", representam hoje 1% da população brasileira. O judeu é outro tipo infuzível. Enquanto que as estatísticas revelam que os imigrantes lançam 5,5% de sua famílias no "melting-pot" e as 2ª e 3ª gerações 50%, o judeu, em qualquer geração, lança 0%, formando os quistos raciais nos ghettos".

Passemos a palavra, novamente, para o Dr. Mauricio de Medeiros: "No exame das qualidades psicológicas de um povo, é inevitável a pesquisa sobre as qualidades das raças que entram em sua formação. Sem o menor preconceito de ordem sociológica, mas simplesmente numa indagação de natureza biológica, pode-se admitir o exame da conveniência ou inconveniência do afluxo de certas raças, em grande escala, num país, como o Brasil, ainda em seu período de constituição étnica". Declara ele que se não pode desprezar o elemento de ordem psicológica.

"Comparando-se a curva de progresso dos Estados Unidos com a do Brasil, devem-se buscar as razões de diferença não apenas nas condições de solo e clima, mas também nas de ordem moral e psicológica. O europeu transportava-se para os Estados Unidos levando consigo o núcleo fundamental afetivo da agregação humana — a família. O que veio para o Brasil veio só, com o espírito de aventura e com o pensamento sempre voltado para a pátria de nascimento,

para onde tinha sempre o desejo de retornar". De fato, as estatísticas revelam que o coeficiente dos que voltam é estimado em 40%. "A esse estado de espírito do colonizador do Brasil é que devemos atribuir a imprevidência de nossa vida como Nação; a superficialidade das soluções, que encontramos para os nossos problemas; a incapacidade de ver longe, na distância dos anos, a consequência de nossos erros atuais. A exploração desavida de nossas riquezas naturais, a devastação de nossas florestas, a concentração na faixa litorânea, a improvisação apressada e sob a pressão de necessidades emergentes, todo esse conjunto do que chamamos erros ou imprevidências dos governos, e até mesmo uma certa tendência ao parasitismo social, em tudo isso não vejo mais que manifestações desse espírito de aventura dos nossos antepassados colonizadores".

Além de bater-se pela qualidade do imigrante, o professor Maurício aborda também o aspecto quantidade e pergunta:

"Será vantajoso para um país novo, como o nosso, provocar a formação de grandes correntes imigratórias da mesma origem?" O Brasil, em 1900, possuía 18 milhões de habitantes e hoje dispõe de 44 milhões. "Mas o que cumpriria conhecer, exclama ele, é o valor da produção nacional "per capita", numa e noutra data; o coeficiente de mortalidade, com todo o progresso da ciência; o da mortalidade infantil; o da tuberculose; o da sífilis e principalmente o número de doentes mentais a que o Estado e os particulares dão assistência".

E acrescenta: "O crescimento rápido de uma população (é o caso da população brasileira) pode ser um desejo louvável, quando a produção acompanha ou ultrapassa o ritmo desse crescimento. Não é o que nos informam os últimos estudos estatísticos. Tomando o ano de 1934 para índice 100 — tanto para a população como para a produção de gêneros alimentícios — chegamos em 1944 com uma produção atingindo a 125, mas a população chegando a 140". As

consequências desse desnível entre a população e a produção se refletem imediatamente sobre a saúde do povo.

No quadro abaixo, organizado pelo professor Escudero, da Argentina, quanto à mortalidade infantil de 0 a 1 ano, verifica-se que o Rio de Janeiro está em 1º lugar:

1 — Rio de Janeiro.....	233,6 %
2 — Montevideu	178,2 %
3 — Buenos Aires	146,2 %
4 — Paris	99,7 %
5 — Londres	92,0 %
6 — Berlim	84,3 %

E, cita o professor Maurício, "enquanto em Nova York se registram 14 mortes de tuberculose por 100.000 habitantes — em Hamburgo, 75 — em Londres, 79 — em Berlim, 90 — em Paris e Buenos Aires, 150 — no Rio de Janeiro chegamos a quase 300 mortes por 100.000 habitantes". E adianta: "É em face dessa situação de fato que devemos considerar a aceleração do ritmo de crescimento da população brasileira pelo afluxo da imigração".

Para ele, "o grande problema demográfico brasileiro não é uma questão de quantidade e sim de qualidade". E acrescenta, referindo-se aos imigrantes que têm aportado ao nosso país, neste após-guerra: "A grande maioria é de indivíduos isolados, isto é, sem família". "É gente destinada às grandes cidades, isto é, consumidores a mais para uma produção já de si insuficiente. E, o que é mais grave — a grande maioria é de gente emocionalmente traumatizada e em condições de difícil adaptação ao ambiente que nosso país pode oferecer. Serão necessários alguns anos para que se restabeleça o equilíbrio emocional desses imigrantes".

É avaliada entre 20 e 22% a percentagem de estrangeiros que passam pelas clínicas psiquiátricas do Rio e de S. Paulo, proporção evidentemente forte. "Que significam essas cifras para o futuro do Brasil", indaga o professor Maurício, que se preocupa mais com uma só das doenças que nos podem trazer os imigrantes — as mentais. "A mais grave, responde, porque indi-

cam uma sementeira de degeneração mental". E mais adiante exclama, patético: "Seria um suicídio nacional se, por negligência, abrissemos as nossas portas indiscriminadamente às grandes massas de desajustados, emocionalmente traumatizados que ora nos procuram". Vê-se, pois, através da abalizada opinião de um eminente psiquiatra e sociólogo, como é importante a questão seleção. Devemos não só selecionar as raças, problema mais complexo porque envolve conhecimentos científicos que ainda não possuímos, como selecionar, também, os indivíduos, problema imediato e mais fácil de solucionar, através da exigência de atestados de saúde, nos nossos consulados no exterior, para os imigrantes e de uma legislação sanitária adequada. E devemos francamente dirigir a imigração. São inúmeros os inconvenientes da imigração livre. Entram no país contingentes de valor social precário, quando provindos das classes desprotegidas de seus países de origem, aumentando o pauperismo do nosso povo. Aumentam a criminalidade, quando provêm de países onde a segurança pública está no estágio da justiça individual. Aumentam, igualmente, a taxa de analfabetização, quando provêm de países de instrução deficiente. E até mesmo a mão-de-obra hábil, cujo valor é indiscutível para um país novo, deve ser disciplinada, sob pena de fazer concorrência, pela sua excessiva abundância, ao trabalhador nacional, baixando o salário deste e o próprio padrão de vida do povo. Em resumo, somos, seguindo a opinião de ilustres mestres, pela seleção das raças e dos indivíduos; devemos conservar os característicos de nossa ascendência européia por meio de uma imigração dirigida que traga famílias e não indivíduos isolados; as raças a importar deverão ser as que habitam a Europa e, fazendo uma inversão do que até aqui foi feito, devemos encaminhar os ibero-mediterrâneos para o Norte, os celtas para o Centro e Oeste e os nórdicos para o Sul. Esta última corrente pode até ser ínfima, porque

o Sul, já atingiu a saturação, sob o ponto de vista de um "standing of living" em bases econômicas (15 habitantes por km²). Aliás essa corrente infima estaria de acordo com os países nórdicos, que têm a sua emigração praticamente estagnada.

Por fim, cremos que a proporção de 70% de agricultores e de 30 % de técnicos é a que mais convém aos interesses do país, nas correntes imigratórias.

DISTRIBUIÇÃO

A distribuição do imigrante pelo território pátrio, uma vez melhoradas as atuais condições econômicas do país e julgada conveniente a sua vinda, é uma das questões mais importantes para o nosso futuro de povo e de nação. Ousamos dizer que tudo o que temos feito até agora está fundamentalmente errado. Temos permitido que o imigrante se encaminhe para onde bem entenda, quando nós, país que os recebemos, é quem deveríamos indicar-lhe a sua localização. A consequência disso é a formação de verdadeiras ilhas étnicas em diversas regiões preferidas pelos imigrantes. Por dados citados por Oliveira Vianna e referentes aos anos de 1925-1927, a percentagem dos casais homogêneos, no Rio Grande do Sul, chegava a 94,5 %. Por mais um pouco chegar-se-ia a 100%, isto é, a total infuzibilidade das etnias lá localizadas. Em Marília, no Estado de S. Paulo, pelo recenseamento de 1940, havia 9.800 japoneses contra 5.900 brasileiros. E assim por diante. A concentração de imigrantes numa única região do país, sobre ser uma injustiça para com as demais, acabará por trazer-nos graves consequências para a unidade e para a economia nacionais. O Sr. A.C. Ferreira Reis, escrevendo para o "O Jornal", do Rio, afirma com muita propriedade que "A orientação oficial até agora adotada pelos poderes centrais (a de encaminhar os imigrantes para o Centro e Sul do país, onde os fatores clima e trabalho organizado garantem resultados compensadores) desde os dias em que, sob o Império, principiou a

política de colonização do Brasil com o braço e a inteligência de estrangeiro, a persistir, não sendo apenas um menosprezo às outras áreas do país, vale como um agravamento das condições em que vamos vendo decorrer o nosso processo de evolução como povo. Porque o Sul será envolvido mais e mais pela capa européia e o Norte e o Nordeste permanecerão dentro dos padrões culturais que caracterizaram o período colonial, isto é, unicamente servindo-se dos elementos sobre que se fundamentou a sociedade colonial: o lusitano, o índio e o negro, com o mameluco e o mulato que resultaram da fusão desses elementos. A fatal distância étnica que daí surgir bem pode criar perigos muito sérios para a unidade nacional. Os elos da unidade, pela existência de nossos ideais, pelos sentimentos de brasilidade que, felizmente, até hoje, não foram perturbados e de que temos visto as melhores demonstrações nas várias oportunidades em que houve necessidade da mobilização do caráter, da energia e dos sentimentos cívicos do país, precisam ser mantidos. Mas, para mantê-los, nada melhor que a execução de uma política que impeça a formação das ilhas étnicas, dos desajustamentos, das distâncias entre nortistas e sulistas.

As massas imigrantistas não devem constituir um perigo ou uma força dissociadora do Brasil. Sua distribuição, por isso, pelas várias áreas do país, é um imperativo que precisa ser considerado devidamente. Os interesses da preservação da unidade nacional assim o exigem".

Mas não são só os interesses da unidade nacional que se deve atender o sim, também, os econômicos e os da defesa nacional. A localização de uma massa de mão-de-obra rural mais capaz no Sul do país está provocando um desajustamento econômico, do qual, a corrida de nordestinos para o Sul do país é a primeira consequência. O Sul funciona como uma bomba de sucção em relação ao Norte. A mão-de-obra mais capaz no Sul provoca uma elevação do padrão de

vida nessa região, enquanto que o Norte cada vez mais estaciona e se afunda, sem poder competir com o Sul. O problema dos nossos estadistas, portanto, é melhorar as condições mesológicas do Norte e encaminhar para lá a imigração mais conveniente. Realizar uma política de equilíbrio econômico e social e não a de uma balança pendendo para um lado só. Rasgar o Norte e o Nordeste de estradas, melhorar as vias fluviais, promover a açudagem e a irrigação, a assistência técnica e o crédito barato. A corrente imigratória, já vimos, poderia ser a ibero-mediterrânea. Dir-se-á que tudo isso depende de muito dinheiro e tempo. Concordamos. Mas os problemas de uma Nação não podem ser resolvidos por uma única geração. Deve haver um órgão permanente encarregado de velar pela valorização do Norte e do Nordeste. O que a "Inspecção de Obras contra as Secas" já realizou, no Nordeste, é um exemplo do que devemos fazer em escala maior. Um Ministério próprio, dotado de amplos recursos, impõe-se, para cuidar de tão importante questão, pois a área é vasta e rica demais para que a desprezemos. Ou colocamos, pedra por pedra, no edifício que haveremos de criar para a Nação do futuro, com persistência e determinação, ou estaremos condenados a nos seccionar e desaparecer. Quanto à defesa nacional, é evidente que devemos distribuir os imigrantes de forma que não comprometam a segurança nacional, até a sua completa assimilação. Não colocar a mesma nacionalidade numa dada região. Não colocá-los em torno de pontos-chaves, como foi o caso dos japoneses, em São Paulo, dispostos junto dos entroncamentos ferroviários. Afastá-los das fronteiras e dos portos importantes. Dispersá-los, de modo a enfraquecê-los e tornar mais rápida a sua aglutinação.

ASSIMILAÇÃO

Deixemos de lado a questão da fixação do imigrante ao solo, que diz mais respeito à colonização,

outro vasto assunto, para encararmos, finalmente a de sua similação, que é, de todas, talvez, a mais importante. Com efeito, não basta trazer para o Sul do país os excelentes grupos nórdicos (alemães) que trouxemos, se esses grupos não se dissolvem na comunhão nacional, não se nacionalizam. É preciso que a inter fusão étnica e racial, ou biológica, seja acompanhada da cultura, isto é, que o imigrante adote a língua, os costumes, os padrões políticos e se possível a religião do brasileiro. Entre as maiores forças assimiladoras e nacionalizantes situa-se a escola. A escola pública é o grande solvente do imigrante. É preciso dar ao imigrante e aos seus descendentes cuidadosa e atenta assistência educativa, seja no meio rural ou urbano. O contacto com os centros de cultura do país deve-se fazer estreitamente. É preciso que haja ascendência desses centros e do ambiente cultural do país sobre os imigrantes para que estes sejam assimilados rapidamente. Se tal não se dá, o imigrante conserva o seu padrão de cultura e algumas vezes até absorve o nacional. Há no Sul do país inúmeros pretos que falam alemão. Sabe-se que o imigrante latino se nacionalizou rapidamente, nos Estados Unidos, integrando-se num meio cultural completamente diverso do seu, devido ao ambiente cultural superior e liberal que encontrou. Em pouco tempo tornam-se americanos na maneira de pensar e agir. Eis porque o problema da assimilação do imigrante, hoje chamado da "aculturação", é dos mais sérios e deve seguir de perto todas as providências relativas à entrada de imigrantes no país. Deve existir no nosso Ministério da Educação uma secção especialmente dedicada a este assunto e toda a assistência lhe deve ser prestada. Trabalhando em perfeita harmonia com o órgão centralizador da questão imigração, em nosso país (a ser criado, ainda), essa secção deverá estar vigilante no sentido de levar a nacionalização onde quer que se encontrem grupos étnicos estrangeiros.

CONCLUSÃO

O Brasil é um vasto país, praticamente desabitado. Precisa, como sempre precisou e precisará, no dizer de Stefan Zweig, de braços e mais braços para lhe arrotearem as terras e extrair as inúmeras riquezas que abriga em seu seio. Precisa povoar o seu imenso território para explorá-lo e alargar o seu mercado interno.

A imigração traz vantagem à formação étnica, ao povoamento e ao progresso social. Somos mesmo um povo que precisa melhorar o seu tipo étnico, porque possuímos alto coeficiente de mortalidade, de nati-mortalidade e de infanto-mortalidade e pequeno índice de longevidade (a média da vida humana, no Brasil, é de 39 anos; nos Estados Unidos é de mais de 60). Para a importação de imigrantes, estamos até em melhor situação que a dos Estados Unidos. Estes só desejam imigrantes da Europa Setentrional, que se aclimatam bem nos Estados Unidos. Porém as populações da Europa setentrional estão em declínio e não se inclinam à imigração. Ao contrário, o Brasil deseja a imigração da Europa meridional, onde há super população. Os ibero-mediterrâneos se adaptam bem nos trópicos e, ao contrário dos Estados Unidos, onde a sua presença iria agravar o problema do desemprego e piorar as condições econômicas, no Brasil eles encontram uma fase de expansão industrial e agrícola, desde que se ampare o trabalhador agrícola tanto quanto o industrial. Porém, se tudo o acima dito é verdadeiro, não o é menos que não podemos abrir as nossas portas à imigração indiscriminada. Em cada momento de sua vida, a Nação deve balancear a sua situação econômica, social e étnica e concluir pela adoção da política imigratória mais conveniente aos seus interesses. Os Estados Unidos já foram um país imigratório. Hoje estão fechados à imigração.

Como disse um jornalista, "o nosso problema não consiste em cerrar as portas à avalanche humana européia, mas em abri-las, escolhendo, porém, as etnias e os tipos humanos

suscetíveis de se fundirem em nosso caldeirão racial e, não criando incrustações perigosas e ameaçadoras à integridade e segurança nacionais". Porque, a verdade é que a América é, hoje, ponto de convergência de todas as raças humanas: brancos da Europa, mongóis da Ásia, negros da África, malaio e polinésios da Oceânia. Se lhes não disciplinarmos a entrada, a América submergirá, amanhã, sob a maré da escória humana. Entre nós, o assunto está sendo coordenado pelo Conselho de Imigração e Colonização. Há muitos que clamam por uma pronta solução do problema. Pensamos que podemos ir mesmo devagar, dadas as atuais condições econômicas do país. Começou-se por um levantamento geral prévio, pela Secção de Imigração da Comissão de Planejamento Econômico, baseado em informações de representantes dos Estados e também em resenhas parciais dos governos de S. Paulo e do Rio, da Federação das Indústrias e do Ministério da Agricultura, sobre as necessidades de mão-de-obra e quanto à localização próxima dos mercados de produção. Todos esses estudos estão sendo reunidos, atualizados e organizados, a fim de se poder assentar um plano geral de conjunto. Na Câmara dos Deputados, por outro lado, uma Comissão Permanente estuda as diretrizes gerais de nossa política de imigração, sendo de crer-se que o problema possa tomar os rumos fixados na Constituição pela forma de um órgão centralizador único, para todas as questões relacionadas com o assunto. A este órgão caberia a execução do plano, no qual seriam aproveitadas sugestões apresentadas por várias organizações e assembleias econômicas e políticas, como o Conselho de Imigração e Colonização, a Confederação das Indústrias de S. Paulo e outros. Decorrentes já desse trabalho de planificação, estão em andamento negociações com vários países e organismos internacionais, segundo a última mensagem presidencial (Itália, Portugal, Holanda, Organização Internacional de Refugiados).

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

III

O Socialismo e as Escolas Socialistas

Ao tentarmos realizar um estudo sobre o socialismo, suas causas e fundamentos essenciais, é natural e lógico, por um princípio elementar de método, que procuremos, antes de mais nada, definir o que se deve entender por isso, ou o que significa essa palavra tão empregada ultimamente.

Em notável conferência pronunciada na Escola de Estado-Maior, em 1935, o eminente pensador e sociólogo brasileiro, Dr. Alceu de Amoroso Lima, conhecido e admirado sob o pseudônimo de Tristão de Atayde, apresentou uma definição para o socialismo que ainda hoje se nos afigura inteiramente acertada. Disse ele:

"Entendo por socialismo o conjunto de sistemas econômico-filosóficos que atribuem à comunidade, com exclusão dos particulares, a propriedade dos bens materiais e, particularmente, dos meios de produção."

E, fazendo uma análise rápida de cada um dos termos principais de sua definição, assim completava o acatado mestre a magnífica lição:

"Quem diz *socialismo*, com rigor de expressão, diz conjunto de sistemas e não sistema único. Não existe o socialismo. Existem numerosas espécies de socialismo. Isto é banal para o sociólogo não

partidário, mas é o contrário do que julga o "man in the street", como dizem os ingleses. E do que corre mundo, nos meios mais cultos, seja por deficiência de informação, seja por desejo de confusão."

Logo a seguir, como a esclarecer ainda mais seu claro ponto de vista, assim argumentava o ilustre doutrinador patricio:

"Fala-se de socialismo como se fôsse um regime de características próprias. Ora, nada mais contrário ao que se passa, hoje em dia, no terreno das idéias e dos fatos. Quando nasceu o socialismo moderno, há cerca de um século, podia-se falar nesse sentido, pois que era realmente uma escola social que nascia, em reação contra o individualismo dominante, ou uma classe social — proletariado — que abria suas baterias contra outra classe social — a burguesia. Tudo isso, porém, mudou radicalmente em um século. As escolas socialistas multiplicaram-se, no decorrer do século passado e nos 35 dêste em que vivemos. E, no leque das cores políticas dos parlamentos e dos Estados modernos, o socialismo já não é privilégio da extrema esquerda. Muito ao contrário, extrema esquerda e extrema direita se unem

na aceitação concomitante de muitas teses socialistas. E o próprio centro também não fica atrás..."

DOUTRINAS E ESCOLAS

As doutrinas e escolas surgem e se estabelecem em virtude da preocupação que tem dominado os homens, através dos tempos, em estudar a organização do Estado e firmar-lhe o verdadeiro conceito. Essa preocupação se manifesta desde a mais recuada antiguidade, aparecendo as idéias de pensadores e filósofos expostas sob as formas mais variadas: umas paradoxais, embora oriundas de espíritos eminentes; outras, também de autores intelectualmente notáveis, já preconizam "soluções eivadas de extremismos, propondo reformas radicais, ditadas pelo interesse geral, ou pugnando pura e simplesmente pela destruição do poder social, que é considerado ilegítimo e contrário à felicidade do ser humano.

Situam-se, assim, os extremos limites da questão social, que nada mais é que o problema resultante da afluência, ou acumulação, da riqueza na mão de poucos, enquanto a multidão, a massa anônima, vive na indigência e na miséria. Socialismo e anarquismo correspondem, portanto, aos dois polos, ou às duas pontas do dilema em que se debate a humanidade, desde há longos séculos, esquecidos os indivíduos e as coletividades de que a sabedoria, como sempre, deve residir no meio termo, sendo todo excesso um mal e causa forçada de males inúmeros.

Muita gente há que considera o socialismo uma invenção da época moderna; entretanto, suas origens remontam à antiguidade. Já na história dos gregos e romanos, com efeito, aparecem as primeiras manifestações ou tendências socialistas no comunismo de Esparta e Creta, assim como na primitiva organização da propriedade em Roma. Depois, mencionam-se também como precursoras da doutrina moderna as diferentes seitas religio-

sas e filosóficas que antecederam à destruição do império romano, que pregavam o comunismo abertamente, como os Gnósticos, os Nicolaitas e outros. Na Idade Média, surgem as heresias dos Fraticelli, dos Dulcinistas, dos Begghards e dos Apostólicos, todas inimigas da propriedade privada, ou individual.

Entre essas seitas chamadas heréticas, merece uma menção especial a dos Begghards, estabelecida na Alemanha no século XIII e que é considerada como a mais notável de todas. Sua doutrina resume-se nestes princípios:

"O homem pode adquirir nesta vida um tal grau de perfeição que o torne impecável. Os que chegaram a essa perfeição podem permitir livremente ao corpo todos os prazeres materiais, porque, neste estado, os sentidos são de tal modo sujeitos ao espírito que a alma se conserva sempre pura; podem, igualmente, deixar de obedecer aos magistrados e de praticar os mandamentos da Igreja. A prática das virtudes é para os imperfeitos; o indivíduo chegado ao último grau de perfeição pode deixar de as praticar."

Os anabatistas e os utopistas podem também ser mencionados como outros doutrinadores que prepararam o advento do socialismo moderno, cujas formas ou modalidades mais recentes se apresentam no socialismo anárquico, ou anarquismo, e no comunismo, destacadas precisamente pelo perigo maior que oferecem aos povos civilizados.

CLASSIFICAÇÃO DAS ESCOLAS SOCIALISTAS

As noções gerais que apresentamos são essenciais para se firmar a base da distinção que se pode fazer entre as diferentes escolas socialistas, no que tornamos a recorrer ao ensinamento de Tristão de Atayde, que sumariamente as classifica em *escolas subjetivas* e *escolas objetivas*.

É a seguinte essa classificação sumária:

ESCOLAS SOCIALISTAS.	Subjetivas..	Socialismo utó- pico.	Platão Thomaz Morus. Campanella. Fourier. Owen. Saint-Simon. Cabet.
		Socialismo anár- quico, ou anar- quismo.	Kropotkine. Bakounine. Réclus. Malato.
	Objetivas...	Imprópriamente ditas.	Socialismo agrário (Henry George). Socialismo de Estado. Nacional-socialismo (Hervé).
		Própriamente di- tas.	Sindicalismo. Comunismo.

Nas escolas socialistas subjetivas, os fatores psicológicos, a vontade e a imaginação é que predominam. No sentimento das injustiças sociais e na paixão da liberdade individual é que se baseiam essas escolas, que admitem uma subdivisão em *socialismo utópico* e *socialismo anárquico*. A utopia caracteriza a primeira fase do socialismo subjetivo, porque nela a imaginação dos filósofos, inspirados em Platão, foi criando uma série de sistemas sociais puramente românticos, ou utópicos.

Com o individualismo e os sistemas filosóficos que dão ao ego a preponderância no universo, surge, porém, o socialismo anárquico, ou o anarquismo, cujos doutrinadores passam dos sentimentos à realidade, descem dos sonhos em que se libravam os utópicos aos fatos concretos da vida humana. Nasce, então, o realismo socialista, que preconiza o terrorismo e se insurge por todos os meios contra toda a espécie de autoridade.

Longo seria, por certo, nosso trabalho se fôssemos apreciar todas as teorias que integram o quadro geral da classificação sumária que apresentamos, aproveitando a lição de Tristão de Atayde. Contudo, sempre será interessante expor algumas delas, mesmo porque, assim, se confirmará plenamente nosso enunciado anterior, de que o socialismo é coisa antiga. Procuraremos,

no entanto, entre as diferentes doutrinas mencionadas, aquelas que sejam mais curiosas, ou que mereçam maior atenção pela originalidade das idéias que apresentam, para, afinal, concluirmos com algumas considerações sobre as doutrinas comunistas atuais.

Não pretendemos, porém, fazer uma crítica às diferentes doutrinas ou escolas. Nosso trabalho terá quase tão somente caráter expositivo, sem que façamos refutação às idéias enunciadas. Mas, isso não significa concordância com o que fôr referido sem contestação, pois temos, a esse respeito, convicções firmadas desde há muito. Faremos críticas, sim, ou contestação, quando forem necessárias para corroborar tais convicções, para reafirmar nosso pensamento já conhecido, de sorte que, por isso mesmo, as considerações que desenvolvermos mais se alongarão, naturalmente, quando o problema fôr abordado no seu aspecto de maior atualidade, traduzido, sem dúvida, pelo comunismo soviético.

AS IDEAS DE PLATÃO

Para bem se compreender a concepção das idéias de Platão, que foi um dos maiores precursores do moderno socialismo, parece conveniente indicar as condições gerais da civilização grega em sua época. O Estado periclitava em sua orga-

nização básica, minado pelas teorias céticas, que permitiam uma completa dissolução dos costumes. Não havia mais respeito às leis e o que se verificava, de fato, na administração como na vida privada, era degenerescência e aviltamento. A própria democracia ateniense tomava caráter bárbaro e se transformava em verdadeira oclocracia, com o predomínio avassalante da plebe. As classes conservadoras, mais que quaisquer outras, insurgiam-se contra esse perigoso estado de coisas e, como solução aos males sem conta d'êles decorrentes, voltavam-se para os princípios sociais e políticos dos povos dóricos, que preconizavam e praticavam a mais completa absorção do indivíduo pelo Estado.

Platão torna-se partidário da ideia centralizadora e forma o plano de sua política dentro das mesmas linhas mestras de seu sistema filosófico e que pode ser assim resumido:

"Do mesmo modo que há, no homem, três faculdades que favorecem a cólera e a sensualidade, no Estado devem existir, igualmente, três classes de homens concorrendo para a harmonia do todo: os sábios, encarregados do governo; os trabalhadores, da produção; e os guerreiros, da defesa. A moral platônica repousa sobre quatro virtudes: a prudência, que é o apanágio dos governantes; a coragem, dos guerreiros; a temperança, que estabelece o acôrdo entre as classes superiores e inferiores, sobre a parte de poder que cabe a cada uma; e, enfim, a justiça, que preside à missão do Estado e aos atos de cada indivíduo."

(Silva Marques — "Elementos de Direito Constitucional").

Admitindo a existência de cinco estados de alma — um são e quatro depravados — Platão considera outros tantos estados de sociedade, ou formas de governo, das quais a mais feliz é a aristocracia, ou o governo dos sábios, do mesmo modo que o homem mais feliz é aquele

que, em todos movimentos, obedece simplesmente à razão.

Toda a política platônica obedece, assim, a uma identidade perfeita entre o indivíduo e o Estado: este é um homem em ponto grande, da mesma maneira que o indivíduo é um Estado em ponto pequeno.

O tipo humano que atinge à perfeição tem todas as suas faculdades subordinadas umas às outras, obedecendo à razão, que tudo governa e dirige; também, no Estado, tudo deve obedecer ao poder superior exercido pelo Governo. A unidade do Estado é o fim exclusivo que deve visar, na sociedade, a ação do indivíduo. E, como essa convergência única não pode ser realizada existindo a propriedade e a família, Platão propõe a abolição d'esses "centros de egoísmo", para que seja facilitado o trabalho de todos em benefício do objetivo comum. É o comunismo na sua fase talvez mais antiga. Além das características apontadas, o Estado tem, ainda, a missão de harmonizar a ação coletiva, promovendo uma educação uniforme, de modo a fazer reinar a virtude e facilitar a ação da autoridade constituída.

DE PLATÃO AOS UTOPISTAS

É certo que, depois de lançar as bases por assim dizer químéricas de seu engenhoso sistema político, veio Platão a modificá-lo em alguns pontos. Admitiu, por exemplo, o casamento e a propriedade, deixando apenas ao Estado os encargos da educação da mocidade; mas, não é menos certo que nêle se foram inspirar os utopistas, para construírem seus regimes sociais paradisíacos, como fórmulas para resolver a questão social entre os povos do universo.

Datam as utopias do período compreendido entre o começo do século XVI e fins do século XVIII, ou princípios do XIX. A humanidade vivia, então, uma fase inquietante de sua existência, que bem pode ser avaliada através desta síntese bem organizada:

"Esse período histórico notabilizou-se por um considerável de-

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Serviço de Informações e de Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.....	11,00
O 6º R. I. Expedicionário — Cap. Antonio Silveira..	35,00
Psicologia da Aprendizagem.....	1,00
Probabilidades e Dispersão do Tiro — Cel. A. Morgado da Hora.....	60,00
Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari.....	5,00
Pedagogia da Educação Física Feminina — J. B. de Aquino.....	25,00
Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Cel. José Gomes S. Chaves.....	15,00
Travessias de Cursos D'agua — Cap. José H. Garcia	7,00
Tática de Infantaria — Gen. X.....	3,00
Telêmetros de Inversão — Cap. José Joaquim G. Silva.....	9,00
Tabela de Vencimentos de Militares — Lei n. 488, de 15-XI-948 — Cap. Macedo.....	26,00
Transferidor Militar tipo "A" grande — Carlos Morim	85,00
Transferidor Militar tipo "B" pequeno — Carlos Morim.....	25,00
Um Ano de Observação no Extremo Oriente — Cel. Lima Figueiredo.....	20,00
Vamos Aprender Inglês — Ten. Eugenio Malanga	25,00
Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa.....	6,00
Pub. 11 — Cavalaria, Organização e Emprego — Segurança — E. A. O.....	17,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

envolvimento das ciências naturais, pelas grandes descobertas e o desenvolvimento das luzes pelo domínio da razão e da moral. O espírito dogmático foi sendo progressivamente substituído pelo livre exame e a teologia e a escolástica cederam lugar às ciências naturais. A mecânica elevou-se ao primeiro plano, passando toda a ciência matemática à categoria de auxiliar. Os sábios consideravam o universo um maravilhoso mecanismo, movendo-se de acordo com leis fixas, como uma máquina universal, um relógio de precisão. Evidentemente, a simples concepção desse

mecanismo era, para eles, prova indiscutível da existência de um construtor, um Deus. Diante de suas obras, a razão humana não poderia mais que inclinar-se respeitosa e admirada, sem conseguir desvendar seus mistérios... A religião perdeu seu caráter positivo, confessional. Já não era cristã, judaica ou pagã. Tornou-se apenas deísta (da palavra latina *deus*). (Max Beer — "História do Socialismo e das lutas de classe").

A seguir: — Os mais antigos precursores do comunismo.

DEPÓSITO DE MADEIRA E MATERIAIS

Cimento, Tijolos e Cal — Telhas, Manilhas e Tacos

M. G. PEREIRA

RUA BULHÕES MARCIAL, 879

VIGÁRIO GERAL



RIO DE JANEIRO

MOBILIARIA IMBUIA

Móveis e decorações — Vendas à vista e a prazo

J. Vodovoz e G. Cywiak Ltda.

RUA DO CATETE N. 215 — FONE 25-2497 — RIO DE JANEIRO

FABRICA DE CIMENTO ARMADO DE OLINDA

DE

FRANCISCO SÁ DE QUEIROZ

ESPECIALIDADES EM CAIXAS D'ÁGUA, TANQUES E MUROS
Rua Wenceslau Braz n. 38/40 — OLINDA — Estado do Rio

É PRECISO PENSAR A SÉRIO NA PÁTRIA!...

Col. J. B. MAGALHAES, da 1ª Classe da
Res. do Ex.

"A moeda em circulação, em 29 de outubro de 1945, era de 16.909 milhões, enquanto, em 31 de janeiro último, atingia 31.139 milhões. Foram, assim, emitidos 14.290 milhões neste intervalo. O aumento do meio circulante, no último exercício, alcançou 7 bilhões de cruzeiros, o maior volume registrado até hoje e um triste "record" na história financeira do país. O total dos meios de pagamentos, incluindo a chamada moeda bancária, subiu de 44 bilhões e 200 milhões para 80 bilhões e 700 milhões de cruzeiros."

No discurso de 1 de março o Exmo. Sr. Presidente da República, sintetizou os males que nos afligem, e disse o de que mais carecemos. Apresentou à Nação o ponto a que já atingiu a nossa excessiva circulação monetária e enalteceu quanto é mister reabilitar-se empenhadamente o conceito da probidade na gerência e na burocracia da administração pública.

Disse cristalinas verdades. O desgraçado estado de coisas a que chegamos não é, porém, o resultado de um mal súbito. Vem se formando de longa data, sem que se tenham dado ouvidos aos poucos que de há muito o vêm denunciando. Desenvolvido enormemente, após a convulsão de 1930, com a subversão geral havida no Estado e na sociedade, nada foi feito até hoje para lhe pôr um paradeiro. Atingiu o auge suportável nos últimos lastimáveis cinco anos de nossa vida política e administrativa.

Do inflacionismo monetário que, por natureza, se processa em movimento espiralado, se a consciência esclarecida dos cidadãos e o caráter honesto dos homens do governo não se lhe opõem, tem-se boa idéia, examinando o quadro abaixo recordando que o papel moeda em circulação, em 1930, não

alcançava a cifra de 3 milhões de contos:

Em Cr\$ 1.000,00

1939.....	4.971
1940.....	5.185
1941.....	6.647
1942.....	8.238
1943.....	10.981
1944.....	14.462
1945.....	17.535
1946.....	20.494
1947.....	20.390
1948.....	21.696
1949.....	24.045
1950.....	31.203

Não correspondeu, todo o mundo o sabe, esse aumento do meio circulante a um acréscimo de riqueza nacional, senão ao do empobrecimento de nossas massas pelo crescente índice do custo da vida, que promoveu. Além disto, o que com ele cresceu foi a desordem nacional, desde a balbúrdia na administração até o desacerto entre a produção, os recursos para transportes e a falta geral de policiamento das ruas e do mais. Cresceu sobretudo com ele a improbidade que o gerou, considerada em toda a plenitude de sua significação, tanto no campo da vida pública como nos outros campos da vida humana.

Por que este último aspecto? Porque inflação monetária e im-

probidade são uma e a mesma coisa.

A inflação feita sem a pressão de necessidades prementes a satisfazer, como, por exemplo, as despesas de uma guerra, essas mesmas, quando não se encontram outros recursos para cobri-las, resulta da fraqueza moral dos governantes, conluídos com os homens dos negócios, ou é fruto da ignorância dos que decidem, calçada pela inextricabilidade dos administradores financeiros.

A inflação monetária é, via de regra, a filha diletta da improbidade. Desde que surge, logicamente, só faz procriar improbidades. Tende a se desenvolver rapidamente, através dos lucros fáceis obtidos por alguns com a elevação dos preços das utilidades e serviços que promove e o gosto pela especulação. Estimula esta, em todos os aspectos das atividades humanas, desencorajando o esforço honesto pela produção útil. Não obstante contínuos reajustamentos de salários e vencimentos que se fazem para atender à grita dos que sofrem com a carestia das coisas, a massa da população vai dia a dia sofrendo mais os seus perniciosos efeitos.

Tais reajustamentos, são meramente uma ilusão. Morfina... Feitos em ritmo cada vez mais acelerado, só se realizam com longo escalamento no tempo e depois das necessidades, criadas pelo maior custo da vida se terem feito sentir.

Não servem para restabelecer a normalidade da vida dos indivíduos e das famílias, que é o a que todos aspiram. Permanece esta sempre precária ou impossível, e a grandíssima parte da população vai entrando nas dificuldades da miséria com todas as suas más consequências para a moralidade. Acresce ainda que os motivos justos dos reajustamentos são aproveitados, pelos que dispõem de mais influência nos que decidem sobre as coisas públicas, para obterem melhoria dos seus desfrutes, não se contentando eles com justas compensações ao encareci-

mento geral das coisas, o que é mais imoralidade e mais agrava a imoralidade exaltada pela inflação.

As cifras maiores de dinheiro a receber pelos assalariados em geral, embora tenha ele menor poder de compra, atordoam muita gente e isto leva a fechar olhos ao processo nefando, muitas, quasi todos, dos que a inflação vai vitimado. Nem percebem eles que o lenitivo dos reajustamentos de pouco vale, porque o custo da vida, por efeito da inflação monetária, não cessa de aumentar, e nem atinam para o fato de que esses reajustamentos só vêm depois das necessidades se terem feito sentir e muito escalonados no tempo, para uns e outros assalariados.

Dá-se assim um desnível perene, e cada vez maior, na situação econômica dos diversos grupos sociais. Cresce a fortuna dos poucos que lucram a alta dos preços das utilidades e serviços, como cresce e bem-estar dos que desfrutam poderes do Estado e o número dos negociistas e especuladores. Mas, do mesmo passo, muitos da chamada classe média vão ingressando no nível de vida dos proletários e estes, muito mais numerosos ainda, vão se aproximando aceleradamente da miséria.

Paralelamente baqueia em toda a sociedade a noção da moralidade e o lar, tanto do rico como do pobre, vai se corrompendo. Na vida pública é o golpe, o pistolão, a esperteza, o suborno, a traficância que entram a valer. Dois verbos adquirem voga avassaladora: *lucrar* e *gozar*! O luxo das mulheres e a luxúria dos homens avultam escandalosamente, à medida que os efeitos da inflação se fazem sentir contra as possibilidades da vida honesta normalmente vivida.

Tal é o quadro eterno das situações nacionais criadas pelo *inflacionismo monetário*, a que as almas gélidas dos plutocratas, dos que só pensam em lucrar dinheiro, os que se rejubilam com a tendência para a crescente alta do custo da vida, ficam insensíveis. Situações que certos políticos aproveitam para

derramar as suas insinceridades em expansões demagógicas que dia a dia mais tudo agravam.

Tal é a sintomatologia das nações que estão morrendo e cujo processo de decomposição prossegue inevitavelmente se a sua elite, de fato e de direito, não desperta, para reagir; elite em cujo seio devem figurar as classes armadas. Não desperta consciente dos males que ameaçam a Pátria e disposta a lhes opor uma firme, e tenaz resistência, num salutar, inteligente, e enérgico movimento de opinião pública! Situação de morte irreversível, principalmente, porque a mocidade, que é o futuro, se vai formando em ambiente demasiado deletério!...

Que fazer-se? Resistir decididamente a todas as improbidades, não lhes admitindo os disfarces, ingênuos ou sofismas patentes, com que os insinceros, defraudadores e usurpadores do bem público, procuram acobertá-las.

Que fazer? Combatê-las.

É a tarefa que se impõe às elites instruídas, formadas pelas que efetivamente se fizeram cultas, isto é, aqueles cujo saber se tornou bastante para lhes condicionar as condutas.

Tal qual decorre da fala presidencial, ou se reage agora ou, talvez, venha a ser demasiado tarde!...

Somos dos que acreditam ser bem mais numerosa do que parece, a nossa gente boa e, ainda mais numerosa, a que é boa ou má conforme o ambiente condicionante da sua existência, notadamente, nas classes armadas. Mas, é evidente que à nossa elite falta a instrução necessária, para lhe dar consciência da importância dos fatos econômicos, em suas determinantes básicas e em sua correlação com a política em geral.

É falta esta bem sensível nos currículos de ensino das classes armadas, concernentes aos conhecimentos gerais que não podem deixar de possuir os que as constituem e, muito notadamente, os chefes. Sem isto, evidentemente, não poderão elas desempenhar-se bem de seus deveres implícitos no seio da nacionalidade, e de seus deveres especí-

ficos de quadros da Nação Armada, atentas às características da guerra moderna, totalmente dominada pelos fatos econômicos. Não é preciso, sem dúvida, que cada um de seus componentes se faça um economista, mas é indispensável que possam aquilatar do que dizem os que pretendem sê-lo. É mister que sejam capazes, tanto mais quanto mais elevada a sua posição hierárquica, de bem ajustada compreensão das realidades econômicas, muito especialmente, dos fenômenos monetários, pois que a moeda é o valor padrão.

Falsificado, ou abandonado, o padrão, que vale o que por ele se afere?

O olvido do significado do dinheiro, mesmo pelos que fazem política com boas intenções, e a ignorância do que, de fato, representa pelos que o utilizam, é que favorece a ganância dos especuladores.

R. Schuman, o militante e conhecido estadista francês, sintetizou toda a importância da política monetária quando disse ser por seu intermédio que o governo principalmente exerce ação sobre o país. Lenine, interessado em desorganizar ao máximo as sociedades capitalistas, advertiu aos seus correligionários ser a inflação favorável à propaganda comunista, pelo que Prestes, seu afincado discípulo, levantou grande celeuma no Senado, quando, no início do último Governo, se falou em queima de papel moeda para deflacionar o meio circulante!

Mas, para corrigir as malignidades da situação presente, convém recordar o que R. Bacon lembrou no XIII século: "exemplos convencem melhor do que argumentos".

Para restaurar o acatamento ao conceito da proibidade em toda a sua plenitude, a começar pelo combate ao inflacionismo monetário, o que mais vale são os exemplos de conduta proibidos. Isto é, por certo o de que mais o Brasil precisa para viver em boa ordem e obter razoável progresso. Daí se impõe fazer-se rigorosa escolha dos que devem ocupar posições-chaves da administração pública, não admitindo

nelas ninguém suspeito de desonesto; como também se impõe a revalorização de todas as hierarquias funcionais da máquina do Estado, com a preferência a ser dada, daqui por diante, aos valores positivos, para o preenchimento dos respectivos postos.

Desde que os atos, confirmando as palavras, inspiram confiança pública, a obra regeneradora se acometerá aceleradamente, como por milagre. Quem se arrojará a querer opor-se a um tal movimento?

Até os patifes por patifaria se esforçariam para parecerem honestos...

Nossos votos são para que se leve tenazmente avanti a prometida regeneração de nosso meio circulante e a guerra sem tréguas a todas as improbidades! E acreditamos serem esses os votos de todos que não lucraram com a inflação e o abastardamento do Estado, e, mesmo entre este, os que ainda têm calor d'alma.

É preciso pensarmos todos a sério na Pátria...

A REALIDADE DE NOSSA SITUAÇÃO

Da impressionante e honesta exposição feita ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Ministro da Fazenda, Sr. H. Lafer, a propósito de nossa tremenda política financeira-orçamentária-monetária, extraímos o seguinte:

"Mesmo admitindo que a receita orçamentária se efetive acima da previsão e que outros recursos venham fortalecer a posição de caixa, como os depósitos especificados e de diversas origens, forçoso é reconhecer que os encargos acima enumerados exigirão do Governo pronta e forte soma de numerário, para que não se tenha de recorrer a onerosas operações de crédito, as quais geralmente acarretam emissões de papel-moeda.

Para atender aos encargos acima referidos, cujo impressionante montante dispensa maiores comentários, deveria contar o Governo de Vossa Excelência com a soma de 2.100.000.000 de cruzeiros provenientes de operações de crédito legalmente autorizadas, como antecipação de receita.

Tal parcela, entretanto, já foi quasi inteiramente utilizada, pois dela restavam, em 1 de fevereiro corrente, apenas 100.000.000 de cruzeiros.

Em resumo, o desequilíbrio que ameaça a execução orçamentária e extra-orçamentária ascende, em 1951, a 6.818.463.368 cruzeiros, sem contar os novos créditos porventura abertos no decorrer do presente exercício.

Panorama geral — Uma situação de tal gravidade, não sendo atacada de frente, implicará forçosamente novas emissões, justamente aquelas que se caracterizam pela sua manifesta nocividade, de vez que se destinam precipuamente a cobrir gastos desordenados e excessivos do Governo ou a realizar empreendimentos de natureza dispensável ou adiável, de caráter não reprodutivo.

Essa forma perniciosa de inflação está arruinando as condições da existência do povo, e agravando continuamente o custo da vida. Mais do que isso é a inflação de tal natureza responsável pela perda de confiança no valor do dinheiro, acarretando essa desordenada "fuga diante da moeda" que tem sido a desgraça de todos os povos. Arbitrária e desigual forma de tributação escondida, a inflação é um castigo imposto aos fracos, muitas vezes a favor de grupos privilegiados, ainda que illusória e passageiramente. Perigosa é ainda essa forma de tributação,

porque dando a muitos a ilusão de bem-estar e riqueza, não é, na realidade, senão o início de um ciclo de penitência e desagregações, a que nenhuma nação tem conseguido furtar-se.

Ante perspectivas de tal ordem, "ou controlaremos a inflação, ou rodopiaremos no vértice da espiral inflacionária em velocidade crescente, rumo aos caos". (Extraído do "Jornal do Comércio" de 7 de março)

EXEMPLOS A COMPREENDER...

O equilíbrio orçamentário é fundamental para uma honesta e sincera política monetária, de que depende a efetiva prosperidade econômica de uma Nação, na qual assentam tôdas outras honestas prosperidades...

Do procedimento a observar a tal respeito, nos dão exemplo as nações civilizadas, cuja elite não é pseudos, entre as quais Portugal e a Holanda.

O primeiro, após a administração de Salazar, o homem que após mais de 20 anos de Governo pôde dizer *"nunca fui rico, não o sou, nem o quero ser"*, só faz orçamentos equilibrados. E é com saldos que passou a obter depois do regime Salazarista, hoje num montante de mais de 1 milhão de contos, que emprende as grandes obras necessárias à sua reforma econômica e ao seu progresso em geral.

Da segunda, cuja vida nos últimos tempos é perturbada pelos precalços da política externa, aqui está o exemplo:

"Premida, embora, pelas repercursões de origem externa, trata a Holanda de disciplinar a marcha dos gastos públicos. Convém referir que as previsões relativas ao exercício de 1950 passaram por uma revisão que as majorou.

Não menos certo é que o orçamento para 1951 se baseou num projeto cujos algarismos refletem o propósito de fazer regredir os gastos ao nível primitivamente adotado em referência ao último exercício. Os algarismos abaixo reproduzidos resumem a realidade:

RECEITA EM MILHÕES DE FLORINS

1946.....	3.613
1947.....	3.980
1948.....	4.089
1949.....	4.644
1950.....	4.089
1951.....	3.690

DESPESA EM MILHÕES DE FLORINS

1946.....	3.760
1947.....	4.025
1948.....	4.209
1949.....	3.883
1950.....	4.305
1951.....	3.607

Esses dados dizem respeito ao orçamento ordinário e ao orçamento extraordinário n. 1. O confronto entre a receita e a despesa mostra, quanto à primeira, que o seu total flutua de 3 bilhões e 613 milhões de florins, no ano financeiro vigente, depois de haver atingido a 4 bilhões e 646 milhões, em 1949.

Na despesa retrocede o respectivo nível, apreciavelmente. Em 1946, elevou-se a 3 bilhões e 760 milhões de florins, equivalendo a 4 bilhões e 305 milhões, no último exercício, para descer, depois a 3 bilhões e 607 milhões, no ano vigente. O balanço pode ser assim resumido, incluído, porém, o fundo de igualização agrícola:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

"DEFICIT" (—) OU "SUPERAVIT" (+)

Em milhões de florins

1946.....	— 571
1947.....	— 538
1948.....	— 527
1949.....	+ 450
1950.....	— 472
1951.....	— 117

Os algarismos que vimos citando, referem-se ao orçamento ordinário e ao orçamento extraordinário n. 1. Vê-se que diminui o vulto dos desequilíbrios.

Feito o cotejo entre o orçamento inicialmente aprovado e os resultados prováveis decorrentes da fase executiva, menores se tornam os desníveis da despesa em face da receita, a ordem financeira baseia-se na execução orçamentária.

Por isso, nessa etapa é que se afirmam a aptidão e o senso de responsabilidade da administração pública. Convém iniciar a tarefa com prudência na elaboração e votação do projeto de lei de meios." (Gazetilha do "Jornal do Comércio") — J.B.M.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELEMETROS

GONIOMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

AV. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

AS LIÇÕES DOS POVOS CULTOS...

ESTADOS UNIDOS

"MEIO CIRCULANTE NOS ESTADOS UNIDOS

Em milhões de dólares

1945.....	28.515
1946.....	28.952
1947.....	28.868
1948.....	28.224
1949.....	27.600
1950 Agosto.....	27.120

Considera-se que a tendência inflacionária ameaça, de novo, a economia norte-americana, embora o volume do meio circulante não haja atingido o ponto extremo alcançado em 1946, porque o total dos empréstimos marca um *record*, a partir de agosto último; porque a propensão de crescimento dos depósitos se processa no mesmo sentido. Compare-se agora essa atitude de cautela e de prevenção com a irresponsabilidade que vem dominando no Brasil, desde o começo da segunda configuração mundial."

"O orçamento referente ao exercício de 1950-1951 totaliza, na despesa, a importância de 40 bilhões e 167 milhões de dólares. Nesse montante, 12 bilhões e 378 milhões de dólares se destinam à defesa nacional, 5 bilhões e 750 milhões de dólares ao serviço da dívida pública; 4 bilhões e 657 milhões de dólares aos financiamentos auxílios internacionais; 6 bilhões e 44 milhões de dólares, aos encargos com os veteranos. Essas parcelas produzem a soma de 28 bilhões e 829 milhões de dólares!

Compreender-se-ia a emergênica inflacionária em tais circunstâncias. Nem mesmo assim a admite o governo dos Estados Unidos, pela noção de suas responsabilidades perante o país. No Brasil, porém, a irresponsabilidade é a regra, lá uma vez ou outra quebrada por exceções admiráveis e surpreendentes. Somos o país da improvisação e da impunidade, onde os maus condenam os bons."

NO BRASIL

"Num mundo caracterizado pelo domínio do sistema da propriedade privada, assinala muito bem W. Hedley Robinson, na obra — "Money and the Citizen" — edição de Duckworth, de Londres, a política monetária, agindo com senso exato, no tocante às flutuações do volume do dinheiro, constitui o único instrumento verdadeiramente eficaz, para disciplinar os preços, a ocupação operária, os salários, os lucros, o ritmo das atividades produtivas".

Noutra obra recente — "Planning and the Price Mechanism" — da autoria de James Edwrd Meade e edição de George Allen & Unwinn, põe-se em relevo quanto é premente reduzir a pressão inflacionária, para que não sossobre a ordem econômica, financeira e social. A medida em que o volume do dinheiro aumenta imoderadamente, mais crítica se torna a sua relação com o volume das mercadorias. O último não pode acompanhar a expansão do primeiro.

Quem aprende alguma coisa, num país como o nosso, convence-se de sua estranha responsabilidade individual, qualquer que seja o setor

ocupado, desde que tenha probidade e lucidez suficiente para enxergar o caminho do dever do bom cidadão. O Brasil está em perigoso ponto de transição do seu destino.

O inflacionismo solapa a ordem econômica, mina a segurança social, corrompe as finanças públicas. Ninguém procura ver isso. Governo, no sentido executivo, parlamento, imprensa, opinião pública, tudo parece haver sofrido colapso profundo da noção do dever.

Um tremendo fundo de instabilidade devora as resistências do país. Há casos, não raros, de aumentos de preços que chegam a 2.000 %. Isso toca os limites do inverossímil.

Como a nação sairá do pélagos inflacionário? Ignoramo-lo, não porque falem específicos infalíveis, mas porque os homens nem cogitam de saber que específicos são esses".

NO MUNDO I...

"Não há necessidade de profundo conhecimento da teoria econômica, para perceber e sentir a extensão dos malefícios de natureza social deflagrados pelo fenômeno da superabundância dos meios de pagamentos, oriundos da superabundância do volume do dinheiro. Gera-se, assim, tamanho excesso de poder potencial de compra que torna deficiente o volume das mercadorias, a oferta de serviços e de mão-de-obra.

Eis o que está ocorrendo no Brasil, numa cadência que mais se ampliou durante os últimos tempos. Trata-se de matéria superposta às controvérsias, refletida, como se acha, no depoimento dos algarismos oficiais.

Citemos-los. Em 1940, um ano após deflagrada a segunda guerra, o meio circulante do país correspondia, em algarismos redondos, a 5 bilhões e 185 milhões de cruzeiros.

De 1941 a 1945, precisamente no decurso de um quinquênio, temos as seguintes variações: em 1941, 6 bilhões e 847 milhões de cruzeiros; em 1945, 17 bilhões e 535 milhões de cruzeiros, ou seja o aumento de 10 bilhões e 888 milhões de cruzeiros. Coincide essa fase com a vigência da guerra.

Seguiu-se o período de 1946 a 1950, quando a progressão assim se processou: em 1946, 20 bilhões e 494 milhões de cruzeiros; em 1950, 31 bilhões e 203 milhões de cruzeiros, resultando a progressão de 10 bilhões e 709 milhões de cruzeiros".

Conforme dados do Federal Reserve Bulletin:

"Na Grã Bretanha, estabiliza-se esse volume. Retroage mesmo entre 1946 e setembro último.

No Canadá, verifica-se fenômeno idêntico. Em 31 de dezembro de 1949, as flutuações registradas são mínimas, cotejadas com o nível atingido a 30 do referido mês de setembro. Nos Estados Unidos, combater a inflação corresponde a um ato de salvação pública.

Na Bélgica, retrocede a massa do meio circulante entre setembro de 1949 e de 1950. Na Dinamarca, Noruega e Suécia, quase não houve oscilação quantitativa.

Segue a Holanda a mesma rota, prudente e bem avisada, de controle de expansão do volume do dinheiro. Países novos, como Austrália, amplamente situada em zona tropical, e a Nova Zelândia, também caracterizada pela feição potencial de sua economia, tratam de evitar o fenômeno da superabundância do dinheiro, por considerá-la nociva à estabilidade econômica e ao saneamento financeiro.

Portugal, África do Sul, Suíça, Paquistão, Índia, por toda a parte, prevalece a compreensão de que o controle do meio circulante, visando evitar desordenadas flutuações, opera verdadeiramente como válvula de segurança da ordem geral".

PASSO DA PÁTRIA

(Operação anfíbia)

C.M.G. DIOGO BORGES FORTES,

Da Escola de Guerra Naval e Escola de Estado-Maior do Exército

(Palestra de abertura dos trabalhos do 3º período de instrução da E.E.M., em 1949)

Cada guerra traz consigo a particularidade da criação de um certo número de *modas*, que são, ora teorias estratégico-táticas, ora revolucionárias novidades, produto do aperfeiçoamento técnico dos meios, originando termos, denominações, expressões, que, nascidas nas linhas de frente, em pouco se vulgarizam, invadem os meios civis, e sob essa roupagem oral, são logo consagradas como conquistas da arte da guerra, realizadas na campanha que se desenrola ou vem de ter fim.

Seriam superfúas quaisquer tentativas de demonstração dessa assertiva; os fatos aí estão presentes, corroborando tal conceito. A guerra russo-japonesa vulgarizou o conhecimento do torpedo; a de 14/18 popularizou o carro de combate, o submarino, o dirigível e o avião; a revolução espanhola contribuiu com a 5ª coluna.

A 2ª conflagração mundial, talvez devido ao aperfeiçoamento e fartura dos meios de comunicações e propaganda, hoje à disposição dos homens e das nações, enriqueceu o vocabulário civil e militar, ampliou a cultura superficial do "homem da rua" de múltiplos "conhecimentos" técnicos, divulgou "novidades" guerreiras quase inconcíveis. Imprensa, rádio e cinema levaram ao conhecimento do público, as proezas dos para-quedis-

tas, a bravura dos "comandos" multidões tremeram ao verem projetados nas telas luminosas, os ataques com "bazucas" ou com lançadoras, o efeito impressionante das bombas incendiárias arremessadas por aviões; e um frisson terrível sacudiu o mundo ao receber a notícia do emprêgo da bomba atômica e saber de seus terríveis efeitos, ao conhecer, através de farta documentação fotográfica, sua impressionante deflagração e apocalíptica ação destruidora.

Refirimo-nos à cultura superficial do "homem da rua", sem qualquer intuito pejorativo. A vertiginosidade da vida atual, efetivamente, não nos permite adquirir mais do que conhecimentos gerais, por vezes vagos, dos meios que o progresso científico e industrial vai pondo à disposição do homem. E vamos aceitando essas cousas novas, delas procurando tirar todo o proveito, sem tempo para indagar da sua real "atualidade".

Entretanto, cerca de mil anos antes de Cristo, o sábio rei Salomão já nos advertira:

"Não há nada de novo debaixo do sol".

Realmente, qualquer curioso que compulse as páginas da história militar, encontrará com a maior facilidade os ancestrais do submarino, do carro de combate, do

avião, da 5ª coluna, do torpedo e da bazuca. Surpreso, tal investigador irá encontrar muitas das armas ultra-modernas, conhecidas e empregadas pelos gregos e cartagineses, persas e romanos, egípcios e chineses, nos albos da nossa chamada "civilização".

É flagrante a identidade de emprego do cavalo de Tróia e da 5ª coluna hodierna; as escadas rolantes que permitiram o assalto às muralhas dos castelos medievais e cidades fortificadas, foram, os precursoros dos carros de combate; as catapultas dos macedônios, armam os cruzadores e encouraçados modernos; os lança-chamas e a gelatina incendiária são a réplica do fogo grego, de composição até hoje desconhecida.

É mero truismo dizer que a história se repete indefinidamente...

* *

E as "operações anfíbias", essas tão rumorosas expedições que propiciaram a invasão da fortaleza europeia e a ocupação e eliminação do cordão de ilhas, que constituía o perímetro defensivo idealizado e executado pela estratégia japonesa? Não conteriam elas alguma coisa de realmente novo na ciência da guerra? Uma técnica especial fora desenvolvida por americanos e ingleses para a conquista de seus objetivos militares. Desde logo, abundantes tratados, extensos e dogmáticos, foram escritos; escolas especiais foram criadas, imediatamente desdobradas em centro de subespecialização... As corporações armadas se congregaram; romperam a compartimentagem que as separava; surgiram os estados-maiores-conjuntos; para o estudo de nova técnica, permutaram instrutores as academias militares de altos-estudos... Parecia que realmente tinha surgido a verdadeira novidade revolucionária, que iria abalar, em seus alicerces, a tradicional organização das forças armadas. Espíritos mais audazes lançaram o neologismo "trifóbio" para tornar mais vivas, mais flagrantemente, mais palpáveis as exigên-

cias técnicas da nova concepção militar.

Analiseemos, porém, com espírito imparcial, sem paixão, e à luz da história, essa técnica, esse conceito, vulgarizado pela última guerra.

* *

Que é uma operação anfíbia?
Assim a podemos definir:

"operação envolvendo o emprego coordenado de forças militares e navais, enviadas por mar, para um desembarque à viva força numa costa hostil".

Esta definição abrange toda a gama de propósitos que podem conduzir a uma operação de tal natureza.

Ela se aplica:

- 1) à demonstração, isto é, mera exibição de força visando inquietar o inimigo ou desviá-lo de uma ação principal, montada, porém, de forma a dar ao inimigo a impressão de um ataque de vulto ponderável;
- 2) à incursão, ou raid, sob forma de golpe de mão, visando à destruição de estabelecimentos militares ou colheita de informações;
- 3) à ocupação de uma posição, conquista e manutenção de uma área destinada a ulterior utilização;
- 4) à invasão, ampliação da operação anterior, efetuada em grande vulto, implicando em operações continuadas e de grande duração contra um inimigo combativo.

Para a execução de qualquer dessas modalidades é a operação dividida em fases, em número e de denominação variável. Podemos, entretanto, distinguir, sempre, três grandes etapas: a preparação, a execução, e a consolidação; desdobradas, a primeira, em planejamento, concentração e treinamento especializado; e a segunda em: embarque, viagem e desembarque.



O segredo do sucesso de uma operação anfíbia está na íntima e perfeita coordenação dos elementos navais, terrestres e aéreos que a vão realizar, o que impõe a existência de um comando único.

Se fôsse possível criar uma rígida organização-padrão para constituir-se, sempre que necessário, uma força anfíbia, teríamos atingido a um verdadeiro ideal. Isso é evidentemente, difícil, porque

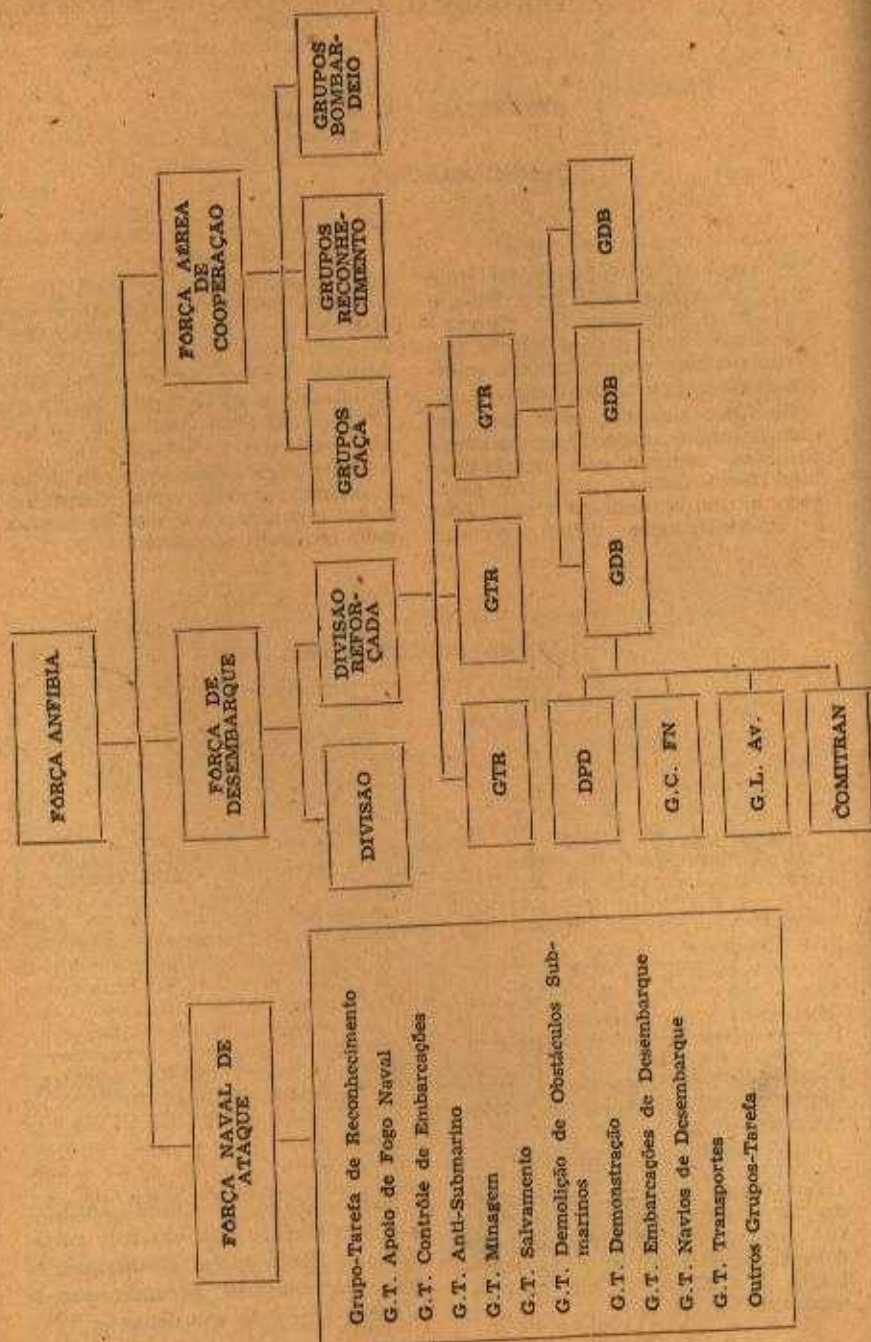
cada desembarque à viva força, que seja tentado em território defendido pelo inimigo, apresentará características peculiares, que não poderão deixar de ser atendidos, refletindo-se na dosagem dos meios (composição das forças) e na organização dos comandos.

Há, porém, como que um denominador comum, uma constante nessa organização e que se traduz pelo esquema seguinte:



No escalão superior, um comando de força expedicionária, tendo à sua disposição uma força naval de cobertura, uma força aérea estratégica e a força anfíbia propriamente dita;

Esta última, a força anfíbia, também desdobrada em três escalões: a força naval de ataque, a força terrestre de desembarque e a força aérea de coordenação.



A *fôrça naval de ataque* é constituída por diferentes grupos-tarefa, a cada um atribuída uma missão específica, indicada pela sua própria denominação.

Tais são os

Grupos-tarefa

Reconhecimento
apoio de fogo naval
controle de embarcações,
anti-submarino
minagem
salvamento (de homens, material e embarcações)
demolição de obstáculos submarinos
demonstração
embarcações de desembarque
navios de desembarque
transportes, etc.

A *fôrça de desembarque* tem como núcleo principal a divisão reforçada, constituída por grupamentos táticos (regimentais) de batalhões de desembarque, e complementada por destacamentos mistos denominados "destacamentos de praia de desembarque" (engenharia e marinha), companhia mista de transmissões (idem), grupo de controle de fogo naval (exército e marinha), grupo de ligação de aviação, etc., etc.

A *avição de cooperação* ou é um grupo-tarefa da *fôrça naval*, quando transportada em navios aeródromos, caso normal nas operações a longa distância, ou constitui comando independente, quando com base em terra; em sua composição devem figurar unidades de reconhecimento, caça e bombardeio, para cumprimento das missões usualmente atribuídas à *fôrça aérea*.

* *

Esboçada nestes termos a operação anfíbia, somos inclinados a crer que realmente estamos em presença de uma nova técnica, nascida e aperfeiçoada na última guerra.

Abramos, porém, as páginas da história.

Veremos, desde logo, que as marinhas se originaram da necessidade de fazer os exércitos transportarem os obstáculos líquidos que se opunham à sua progressão, do desejo dos grandes capitães de le-

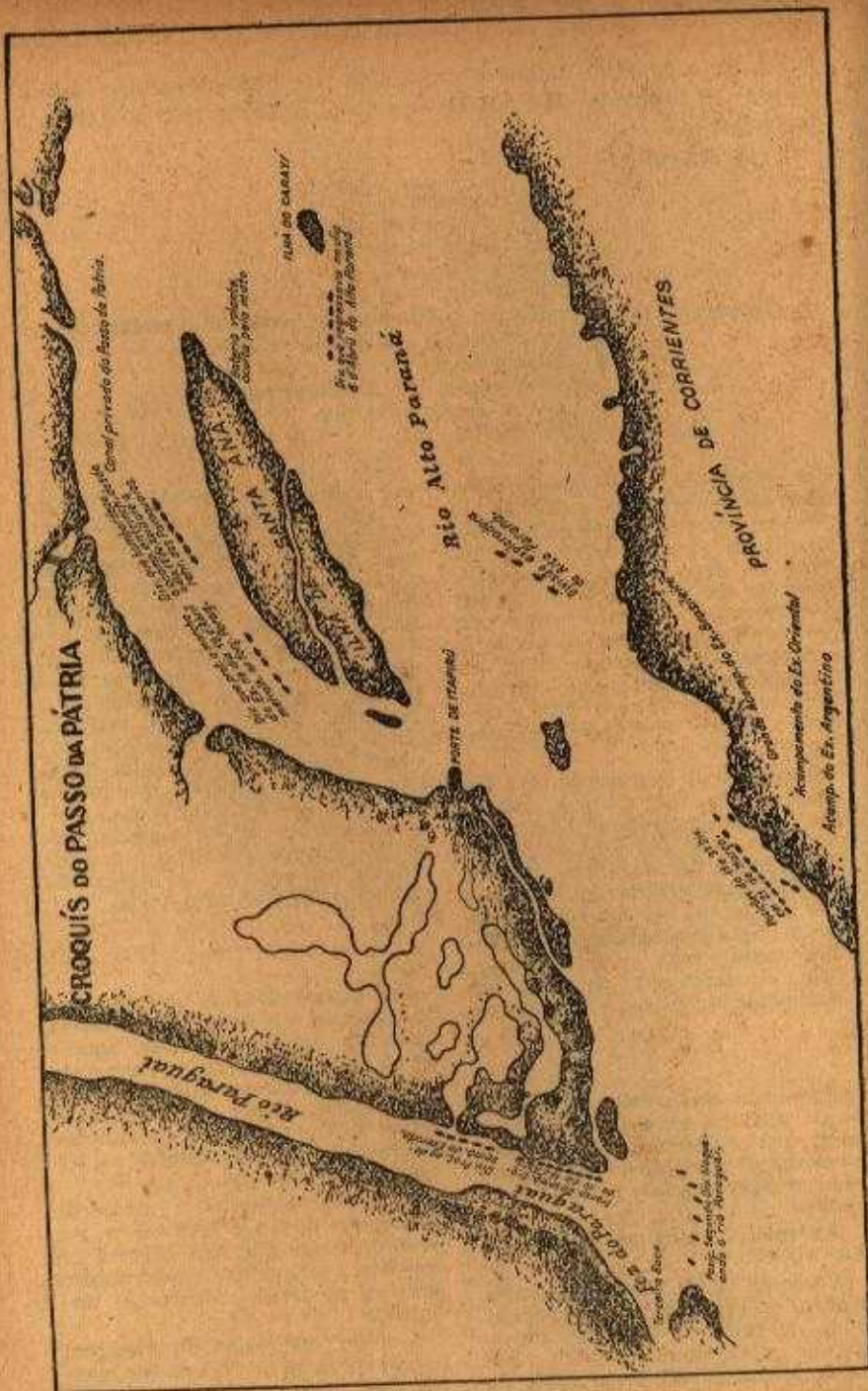
var a guerra ao território inimigo, do qual, entretanto se viam separados pelo mar. Os primeiros navios de guerra tinham tripulação civil, sendo sua guarnição militar constituída por elementos combatentes terrestres. Da fusão de uns e outros, do enquadramento do "embarcadicho" em um organismo militar, surgiu o "marinheiro". Persistiu, porém, como reminiscência desse período remoto, o "fuzileiro naval", não reliquia histórica, mantido a bordo dos navios por fidelidade à tradição, mas parte integrante de suas guarnições, pronto sempre a ocupar sua posição na vanguarda das forças de assalto a um território hostil.

* *

Em quase todas as guerras, que se seguiram a criação das marinhas militares, vamos encontrar, batendo-se ombro a ombro, o homem do mar e seu irmão do exército, cada um na sua órbita de atribuições funcionais realizando "operações combinadas", denominação que veio até nossos dias.

Seu planejamento e execução obedeciam a uma técnica, a um processamento que não diferem em essência, daqueles preconizados para as modernas "operações anfíbias".

A longa campanha do Paraguai é uma sucessão de "operações combinadas", marchando os exércitos invasores ao longo das linhas flu-



rais, apoiados pelos canhões da Esquadra, mantidos, logisticamente, pelos comboios marítimos.

* *

A operação anfíbia é, essencialmente, uma operação de "força dominadora", o que, na tecnologia naval, significa: operação que só pode ser executada, com sucesso, por força que previamente tenha conquistado o domínio do mar (e, obviamente, a superioridade aérea), na área do objetivo.

A batalha de Riachuelo dera às armas aliadas a posse desse domínio, e, com isso, a liberdade do uso do mar e das vias fluviais, que iria permitir atacar Lopez em seus redutos.

Esse é o grande significado estratégico da vitória alcançada por Barroso, nunca sendo demasiado encarecer a sua importância. Tivesse o comodoro Meza vencido a Esquadra imperial, a 11 de junho, a guerra da triplice aliança teria tomado feição inteiramente diversa, de consequências inimagináveis.

Sim, porque os paraguaios não eram marinheiros inexperientes, sabiam utilizar a sua esquadra, conheciam a arte da guerra naval e a valor do domínio das águas; as invasões de Mato Grosso, de Corrientes e do Rio Grande do Sul foram possíveis, tiveram sucesso, pelo hábil emprego de suas forças navais, utilizando bem, a posse incontestada e incontestada do Paraná, em bem conduzidas operações combinadas.

O plano traçado por Meza para eliminar a esquadra de Barroso, à sombra da bateria de Bruguez, fôra muito bem concebido; tivesse podido ser integralmente realizado, tudo indica que os brasileiros teriam sido surpreendidos, e a vitória talvez coroasse a outro herói...

A partir, porém, do instante, em que a Esquadra capitaneada pela tagata Amazonas anulava o poder naval de Lopez, estava encerrada a fase ofensiva da guerra desencadada pelo Ditador, e eram seus exércitos compelidos ao retraimento, à procura de posições defensivas.

Duarte era esmagado em Jataí, Estigarribia rendia-se em Uruguaiana, e Resquin abandonava Corrientes. A par disso, conquistavam os aliados liberdade de ação para empreenderem a invasão do território guarani, pois os navios sobreviventes da jornada de 11 de junho, nada mais poderiam fazer, a não ser limitadas ações de inquietação, golpes de mão, sem repercussões profundas.

Marca o início desta segunda fase da guerra, uma operação, que hoje seria chamada de anfíbia: a passagem do Paraná pelos exércitos aliados e ocupação de Passo da Pátria.

Revivamos esta bela página, estudando-a sob o prisma da moderna terminologia.

* *

PRIMEIRA FASE: A PREPARAÇÃO

Em fins de dezembro de 1865, reunidos os exércitos aliados a leste de Corrientes e ao sul das Três Bócas, é tomada pelo Conselho dos Generais, a decisão da invasão do território paraguaio.

Iniciam-se logo o planejamento e os preparativos da operação.

A primeira reunião dos chefes militares tem lugar a 25 de fevereiro de 1866, quatro dias depois da chegada de Tamandaré a Corrientes.

No Quartel-general de Mitre, reúnem-se-lhe Flores, Osório e Tamandaré. O generalíssimo argentino declara inicialmente que ao Almirante cabe a iniciativa do plano a adotar, visto ser a esquadra o principal apoio das próximas operações.

Sábia decisão. Representa de fato a investidura do comando da operação que se esboça, ao comandante naval, exatamente como se procedera oitenta anos mais tarde...

A resposta de Tamandaré é digna de nota: diz que tem em mãos todos os meios para destruir, por água, as fortificações inimigas desde Passo da Pátria até Assunção, mas que convém estabelecer um plano pelo qual a esquadra e

o exército se coadjuvem reciprocamente.

Firma, incisivamente, o princípio de que a invasão em estudo não pode ser realizada unicamente pela marinha, e que o único meio capaz de cumprir o propósito visado é pelo "emprego coordenado de forças navais e terrestres". É a lição da guerra de secessão americana, é a sua doutrina, pura, esclarecida a se impor pela voz de Tamarandé. Aceita a investitura do comando, mas fixa, peremptoriamente, a natureza da operação a ser realizada. Seu ponto de vista é implicitamente aceito por todos, tanto que passam imediatamente a debater a escolha de uma "posição na margem direita do Paraná e no flanco do exército inimigo" onde se possa, com segurança efetuar o desembarque das forças aliadas.

Assenta-se a realização, pela esquadra, do reconhecimento do Paraná, acima de Três Bócas, para escolha de tal local, e decide-se finalmente que "depois de operada a invasão, o exército procuraria bater o inimigo onde se encontrasse, enquanto a esquadra se ocuparia em destruir as fortificações da margem direita do Paraná e esquerda do Paraguai até Assunção".

Profieua, sob todos os pontos de vista, essa histórica reunião, que em nada difere daquelas realizadas entre 1942 e 1946, para o estabelecimento do planejamento de uma operação anfíbia.

Com efeito, ao se separarem os chefes aliados, haviam firmado uma idéia de manobra, e estavam, por conseguinte, aptos a formularem "missões" para que os comandos subordinados, realizassem seu planejamento e baixassem as necessárias ordens operativas.

Em termos de hoje, havia sido decidido :

- a) a realização de uma operação anfíbia, do tipo "invasão";
- b) a região de Corrientes seria a "área de montagem";

- c) a escolha do local do desembarque ficaria condicionado aos reconhecimentos a serem realizados pelas forças navais.

* *

Desde logo prosseguem febrilmente os preparativos para a tomada da ofensiva estratégica, há muito desejada.

Em Corrientes, Osório, secundado pela comissão de engenheiros que tem como chefe o Tenente-Coronel José Carlos de Carvalho, já iniciara a concentração dos meios. Empenha-se por obter "balsas com pontes levadiças que sirvam de prancha para o embarque e desembarque de artilharia e animais, ou quando menos, comprar-se embarcações pequenas, tirar-se-lhes a proa, pôpa e convés, e colocar-se-lhes, assoalhos no fundo e as pontes-pranchas". Dizei-me, senhores, onde a diferença entre essas embarcações preconizadas por Osório e as modernas Eds, com suas rampas para desembarque de veículos e canhões? É realmente, mínima...

O trabalho prossegue, sob a incansável direção de José Carlos de Carvalho, reunindo canoas, batelões, balsas para a artilharia, carretas e cavallada, remos, ancorotes, cabos de diversas bitolas, pranchões de pinho, etc., etc. A oficina de cartuchame montada em Corrientes, sob a direção do Ten. Américo de Vasconcelos, produz, às centenas de milhares, cartuchos para infantaria e cavalaria e para pistolas; o fabrico de cápsulas fulminantes excede de um milhão...

Tropas frescas vão chegando continuamente e sendo distribuídas pelos acampamentos, cuja área cresce, dia a dia. Em março de 1866 seus efetivos já excedem de 60.000 homens.

O único problema sério é o do abastecimento dessa numerosíssima tropa, lutando com maiores dificuldades as tropas de Mitre. O retardamento da data da invasão, — é hoje ponto pacífico, — ocorreu principalmente pelas difi-

cidades com que se defrontou o serviço de intendência das tropas. Tal é o panorama na base de montagem do Exército.

Vejamos agora o que se passa na Esquadra.

A 17 de março (1866) deixam as forças de Tamandaré o porto de Corrientes. São elas constituídas por 4 encouraçados, 13 canhoneiras, 5 avisos e 5 transportes de guerra, montando 110 bôcas de fogo e guarnecidos por 3.510 homens. Acrescentem-se mais 7 vapores afretados; são os navios que trazem abastecimentos para as forças aliadas, e que Tamandaré, prudentemente, retém para auxiliarem o transbordo do Exército.

Existem mais 5 pequenos vapores argentinos, sob o comando de Muratori, os quais, entretanto, pelas suas características, têm reduzida atuação.

A 20 de março a esquadra atinge a confluência do Paraná e Paraguai, interceptando tôdas as comunicações do inimigo entre os dois rios, e fazendo cessar as incursões que, até então, vinham sendo realizadas pelos vapores "25 de Maio", "Iguaré" e "Guauguai", remanescentes da esquadra de López.

* *

Para cumprimento da missão inicial, que fôra atribuída à Esquadra, "reconhecimentos no Paraná, para escolha do ponto de desembarque", grupos-tarefa são imediatamente constituídos.

A 21 de março o 1º grupo composto pelo Enc. "Tamandaré" e canhoneiras "Araguari" e "Henrique Martins", explora os passos do Alto Paraná até Itati; nesse grupo embarca a comissão de hidrografos (Silveira da Mota, Hoonholtz e Cunha Couto) incumbida de proceder ao levantamento, sondagem e delimitação de canais de acesso no rio.

Dois dias depois, novo reconhecimento é feito pela "Beberibe" e "Henrique Martins", apoiadas ainda pelo "Tamandaré" até o passo do Iguari. A 27, o próprio general Flores chefia uma exploração sobre Itati com um "gru-

po-tarefa" constituído pela "Henrique Martins", e navios argentinos "Chacabuco" e "Buenos Aires".

Ainda dois outros reconhecimentos são feitos: um, às vésperas da data da passagem, efetuado por um grupamento constituído por dois navios argentinos e três brasileiros, sob a direção do general Hornos, e levando força de desembarque; outro a 15 de abril, sob o comando do Cte. Mamede da Silva, que explora a barranca do Paraguai até Atajo, visando o reconhecimento da barranca da margem esquerda dêsse rio.

Observe-se a constituição dos primeiros grupos: um navio fortemente artilhado e protegido, o "Tamandaré", servindo de apoio a canhoneiras, navios mais rápidos, mais manobráveis e de menor calado, porém mais fracos quer defensiva, quer ofensivamente.

Esse apoio é necessário porque o inimigo, conhece a boa doutrina ainda hoje preconizada: tendo perdido o domínio das águas, contesta, entretanto, o seu exercício pelos aliados, hostilizando-os continuamente, não só com os fogos do forte de Itapiru, que domina a posição, como com "chatas artilhadas".

Sensíveis danos são causados aos nossos pequenos navios e vidas preciosas ceifadas, como a de Mariz e Barros, o valeroso comandante do "Tamandaré".

Esse período ficará assinalado na história com o nome de "Guerra das Chatas".

Causará estranheza, talvez, tantos reconhecimentos em tão pequena área. Encontramos, entretanto, nos livros de hoje, que expõe a técnica das operações anfíbias, explicação para tal atitude.

Um dos pontos delicados no planejamento de uma operação visando o desembarque à viva força em território inimigo, é a escolha definitiva do local de desembarque. Aí se manifesta em toda a plenitude a necessidade da perfeita coordenação da Marinha e Exército. Uma praia ótima para a Esquadra pode ser de nenhum valor para a

penetração das forças terrestres; reciprocamente, a praia de características ideais para a progressão do exército, pode ser inabordável pela Marinha.

É preciso procurar-se uma solução de compromisso, um meio termo que satisfaça a ambos os comandos.

A linha de praia marca realmente o limite onde termina a missão da Marinha e se inicia o cumprimento da missão do Exército. Essa escolha é bem o ponto crítico da operação anfíbia, e dela dependerá o sucesso ou o fracasso do empreendimento.

A conferência dos Comandantes em Chefe, para a escolha do ponto de passagem, realizara-se no dia 22 de março, a bordo do "Apa", capitânea da Esquadra. O Almt. Tamandaré opinara pelo Passo da Pátria "porque o exército tem nessa posição todo o apoio da esquadra". Com ele votara o general Flores. Mitre e Osório, porém, inclinavam-se por Itati, "para evitar o objetivo de Humaitá".

Em consequência dos numerosos reconhecimentos realizados até esta data e os que se efetuam a seguir, alguns dirigidos, em pessoa, por Mitre e Tamandaré, fica demonstrada a inconveniência de Itati, e firmado que, ao invés de ser o desembarque na *margem direita do Paraná*, como aventado em 25 de fevereiro, sê-lo-á na *margem esquerda do Paraguai*, em uma baranca abaixo do Atajo, reconhecida como o melhor ponto para o desembarque. Era vitoriosa a anterior sugestão do 1º Tte. Francisco José de Freitas, Cmt. da canhoneira "Ipiranga". Será interessante notar que a escolha desse ponto, entretanto, só foi assentada na *véspera* da passagem do Paraná, isto é, a 15 de abril...

* *

Estudando-se a operação, hoje clássica, realizada pelas forças navais, terrestres e aéreas dos Estados Unidos, para a conquista de Okinawa, deparamos a ocupação prévia da ilha de Kerama Reto, com o fim de dar maior liberdade de

ação aos grupamentos anfíbios, e proporcionar apoio de fogo de artilharia terrestre ao assalto ao objetivo principal.

Igual decisão vamos encontrar no episódio que estamos estudando, decisão que bem poderia tem inspirado os norte-americanos. Para "contrabater a artilharia inimiga com tiros de canhões de campanha das tropas aliadas", José Carlos de Carvalho propõe, e Osório aceita, a instalação de uma bateria em Corrales (28 de março) e a ocupação da ilha da Redenção (5:6 de abril). No Paraguai, como no Pacífico, custou caro tal ocupação; pela sua posse batem-se, no dia 10, escarnicadamente os paraguaios, transportados em canoas, e a guarnição sob o comando da Willagrán Cabrita apoiada pelas canhoneiras "Henrique Martins", "Greenhalgh" e "Chuf". Perece o chefe brasileiro a ocupação da ilha, porém é mantida. Combate rápido, mas terrível, em que, mais uma vez, se mistura o sangue dos soldados e marinheiros imperiais na defesa de seu pavilhão.

* *

Antes de iniciarmos o estudo da 2ª fase, vejamos as consequências felizes da longa preparação que o desconhecimento do terreno impôs aos aliados.

A contínua movimentação do que chamamos "grupos de reconhecimento", ora na direção de Itati, ora nas vizinhanças de Itapiru e Ilha de Santana, o estabelecimento da bateria de Corrales, a ocupação da ilha do Cabrita (nome que fora dada à da Redenção), e, quem sabe, se mesmo o conhecimento da decisão inicial dos generais aliados, de que o desembarque seria efetuado na *margem direita do Paraná*, levado a Lopez pelos espíões traidores que mantinha, firmaram no Ditador a convicção de que o assalto aliado se realizaria naquele ponto levando-o a deixar praticamente desguarnecidas as margens do Paraguai. Essa impressão, aliás seria corroborada ao se movimentar a "força anfíbia" simulando investir para o Paraná, como veremos daqui a pouco.

FORÇA ANFÍBIA
(Almirante Tamandaré)

FORÇA NAVAL DE ATAQUE
(Almirante Tamandaré)

GRUPO DE TRANSPORTES			3ª DIVISÃO
1ª DIVISÃO	2ª DIVISÃO		
Vap. Wiper Vap. Whiteinch Vap. Suzan Besame Chata Rio-grandense Chata Cearense Chata Pernambuco	TR Marchão Dias Riachuelo Presidente Duque de Saxe Bertinice Chata Monitor		
GRUPO DE APOIO DE FOGO			
(3ª Div. — CF Marade Simões CV Magé (7 c) CV Beberibe (7 c) CN Ivaí (8 c) CN Igatuemi (5 c)			
GRUPO DE DEMONSTRAÇÃO			
(2ª Div. — CMG Rodrigues da Costa) E. Tamandaré (6 c) E. Barroso (6 c) CN Belmonte (8 c) CN Itajai (4 c) Henrique Martins (2 c)			
GRUPO DE COBERTURA			
(1ª Div. — Almirante Tamandaré) E. Brasil (6 c) E. Bahia (2 c) CN Parnaíba (4 c) Maurim (7 c) Ipiranga (3 c) Greenalgh (3 c) Araguari (6 c) Chui (1 c)			
			Guarda Nacional Libertad Chacabuco Buenos Aires Pavon VAP Aliado TR Isabel Whiteinch (2ª, V)

FORÇA DE DESEMBARQUE
(General Osório)

1º ESCALAO	2º ESCALAO	3º ESCALAO
3ª D.I. (General Sampaio) 5ª e 8ª Brigadas 4.466 hs.	1ª D.I. (General Argolo) 7ª e 10ª Brigadas 4.617 hs.	EXERCITO DE FLORES 13ª Brigada Brasileira 1ª Divisão Argentina (Paucero)

Tudo isso virá proporcionar aos aliados a inestimável e sempre procurada vantagem de uma quase completa surpresa tática, asseguradora do integral sucesso do empreendimento.

* *

Examinemos, outrossim, qual a organização dos diferentes grupamentos da "fôrça anfíbia" de Tamandaré, tal como seriam hoje denominados:

Comando da Fôrça Anfíbia e Fôrça Naval de Ataque — Altmte. Visconde de Tamandaré.

Comando da Fôrça de Desembarque — General Osório (nome firmado depois de mais um dos desentendimentos que surgiam entre os Chefes aliados, sempre que se tratava de operações de maior vulto).

ORGANIZAÇÃO DA FÔRÇA NAVAL DE ATAQUE

GRUPO DE COBERTURA (1ª Divisão) — Altmte. Tamandaré — (Capitânea — "Ipiranga"):

Encouraçados "Brasil" e "Bahia", Canhoneiras "Parnaíba", "Meirim", "Ipiranga", "Greenhalgh", "Araguari" e "Chui".

Missão: "pairar na altura das Três Bôcas para apoiar, quer a 2ª quer a 3ª Divisão Naval.

GRUPO DE DEMONSTRAÇÃO (2ª Divisão) — C.M.G. J. Rodrigues da Costa:

Encouraçados "Tamandaré" e "Barroso", Corveta "Belmonte", Canhoneiras "Itajaí" e "Henrique Martins".

Missão: "investir o canal entre ilha Santana e campo entinchado do Passo da Pátria, para bombardear as fortificações deste ponto."

GRUPO DE APOIO DE FOGO (3ª Divisão) — Cap. Tenente Mamede Simões:

Corvetas "Magé" e "Beberibe", Canhoneiras "Avaí" e "Iguaçu".

Missão: "escortar o comboio e bombardear a costa do Paraguai logo ao norte de Três Bôcas".

GRUPO DE TRANSPORTES:

1ª Divisão — Vapores "Wiper", "White-inch" e "Suzan Bearne".

Chatas: "Riograndense", "Cearense" e "Pernambucana".

2ª Divisão — Transportes "Marcílio Dias", "Riachuelo", "Presidente", "Duque de Saxe" e "Benedito".

Chata — "Monitor".

3ª Divisão — Transportes "Guarda Nacional", "Libertad", "Chacabuco", "Buenos Aires" e "Pavon" (argentinos).

Vapores "Aliado", "Provedor", Transportes "Isabel" e "White-inch" (2ª viagem).

— A disposição do comando do Exército os Avisos "Voluntários da Pátria" e "General Osório".

FÔRÇA DE DESEMBARQUE:

1º ESCALÃO: Divisão General Sampaio (3ª).

2º ESCALÃO: Divisão General Argolo (1ª).

3º ESCALÃO: 12ª Brigada brasileira.

Exército de Flores.

1ª Divisão argentina (Paunero).

* *

Como se vê o planejamento considerado se estendera a todos os detalhes, de forma a garantir, com segurança, o embarque e o desembarque das grandes unidades a quem caberia a conquista da cabeça de praia e sua ampliação, e, assim, permitir a passagem do grosso do exército de invasão, então composto de cerca de 38.000 brasileiros (1º corpo de Exército, sob o comando de Osório), o exército argentino de Mitre, com cerca de 25.000 homens e o oriental, sob Flores, com aproximadamente 3.000 homens, isto é, ao todo 66.000 homens de todas as armas, e, portanto, onerados por vultosa impedimenta.

Para isso, estavam à disposição do comando da Esquadra, além dos transportes e vapores anteriormente citados, mais o "Galgo" e o "Urugual", além de inúmeras chatas, balsas, pontões e canoas, que, como vimos, haviam sido adrede preparadas pela Comissão de Engenheiros do Tenente-Coronel José Carlos de Carvalho.

Fixado definitivamente o ponto de desembarque, no dia 15 de abril, está encerrada a primeira fase da operação, e ordens são dadas para, nesse mesmo dia iniciar-se o embarque das tropas.

SEGUNDA FASE: A EXECUÇÃO

O embarque — Ao anoitecer de 15 de abril realiza-se a bordo do capitânia, o "Apa", a reunião dos comandantes das divisões e dos transportes, para Tamandaré dar-lhes as últimas instruções sobre as posições que devem ocupar a fim de proteger o desembarque, e aos dos transportes sobre a ordem em que devem atracar para receberem os contingentes, a formatura e distâncias que deverão guardar, seguindo a manobra que lhes indicará um "aviso de guerra que lhes servirá de guia".

Ao Capitão de Mar e Guerra Torres e Alvim e ao Coronel Carvalho é confiada a direção do serviço de embarque e desembarque.

Quatro pontes para o embarque haviam sido escolhidas em lugares de profundidade conveniente para a atracação dos transportes e que não fossem vistos da margem inimiga: uma fixa, de estacadas, duas de balsas sobre canoas e uma feita em uma ponta de terra ligada a uma balsa.

O 1º escalão começa a embarcar às 6 horas da tarde de 15, na 1ª divisão de transportes.

No "Wiper" embarcam 1.300 homens; ele reboca a chata "Rio-grandense" com 71 cavalos e 4 canoas, duas com 50 praças de engenharia e duas com ferramentas.

O "White-inch" recebe 1.300 homens; reboca a chata "Cearense" com munição de artilharia e infantaria e duas canoas com o "contingente do batalhão de engenheiros".

Notai, senhores, este detalhe: tais elementos de engenharia nada mais são que o organismo, em termos atuais, denominado "destacamento de praia de desembarque".

Finalmente no "Suzan Bearn" embarcam 1.460 praças: a chata "Pernambucana", que completa este grupo, leva artilharia (8 bôcas de fogo) e duas canoas com a munição.

Antes de 11 horas da noite já tinha desatracado a 1ª divisão de transportes, o que indica claramente a perfeição com que fôra tudo preparado. A 2ª Divisão atraca logo após, começando à meia noite o embarque do segundo escalão, com um efetivo de 4.414 praças; a cavallhada vai na chata Monitor (40 cavalos); o "destacamento de praia" (50 sapadores) e ferramentas segue em 4 canoas.

O General Osório e seu Estado-Maior embarcam às 8 horas da manhã de 16, no navio de seu nome, tendo uma hora antes se iniciado o embarque do 3º escalão nos navios da 3ª divisão de transportes.

A viagem — Ao romper do dia 16, os dois primeiros grupamentos da força naval de ataque ocupam as posições que lhes tinham sido designadas e iniciam, em toda a linha, o bombardeio, coadjuvados pelas baterias da ilha do Cabrita.

As 08,30 h os transportes suspendem ferro, protegidos pelo "grupo de apoio de fogo", isto é, a divisão naval de Mamede.

O plano é o seguinte: "enquanto as divisões 1ª e 2ª da esquadra bombardeiam a margem direita do Paraná, muito especialmente as vizinhanças do forte de Itaipu, de modo a atrair a atenção do inimigo para aquele setor, os transportes avançarão como se intentassem lançar em suas margens a tropa de desembarque; ao chegarem, porém, a meio canal, guinarão águas abaixo e, uma vez ganha a embo-

cadura do Paraguai, por êle subirmo, protegidos pela 3ª divisão, indo parar a meia légua acima de sua embocadura, onde começaram a desembarcar as tropas."

Já dissemos que êsse plano, surpreendendo por completo os paraguaios, certos de que o desembarque se faria nas vizinhanças de Itapiru, estava fadado a completo sucesso, se integralmente executado, como o foi.

* *

O desembarque — Cêrca de 9 horas, balsas atracam à terra e pontes de canoas ligam-nas aos navios, iniciando logo o desembarque sob a direção do C.M.G. Alvim.

O primeiro a saltar em território inimigo é o General Osório; seguem-se seu estado-maior e piquete de guardas, e, em "primeira vaga do assalto" como se diria hoje, um GDB, constituído por duas companhias do 2º batalhão de voluntários e uma do 11º, dirigidas por Deodoro da Fonseca. Sucedem-se as outras vagas, avolumando êsse pequeno núcleo, embora, encontrando alguma resistência, logo esmagada.

Antes de terminar o dia estão em terra as duas divisões brasileiras. Às 5 horas da tarde, a 3ª divisão de transportes já ocupa sua posição, pronta a lançar em terra as tropas da 12ª brigada, as de Flores e Paunero, só começando o desembarque, porém, no correr da noite.

* *

A missão da força anfíbia tinha sido brilhantemente cumprida; a resistência inimiga, como dissemos, não foi, à principio, muito vigorosa porque "Lopez supunha ainda que o movimento dos transportes era um estratagemma, e que o grosso do exército aliado estava pronto para desembarcar perto de Itapiru ou mais acima, em frente a Itati, ponto que os aliados haviam reconhecido duas vezes". Confirma-se o que já havíamos assinalado: a conduta dos grupos-tarefa de reconhecimento havia desorientado por completo o Ditador guarani.

TERCEIRA FASE: A CONSOLIDAÇÃO

Firmada a cabeça de praia, sua ampliação se processa com segurança, apesar da desesperada resistência que lhe opõem as forças que ocupam as fortificações de Itapiru e de campo entrincheirado de Passo da Pátria sob o comando do próprio Lopez.

Os acontecimentos se precipitam quase vertiginosamente.

A 17 já se abre um segundo ponto de desembarque, na margem direita do Paraná, abaixo de Itapiru, por onde são lançadas tropas de infantaria brasileira e argentina.

A 18, Itapiru é ocupado e a 2ª divisão da esquadra inicia o bombardeio de Passo da Pátria, postando-se entre a ilha de Santana e a margem direita do Paraná. Esse bombardeio prossegue no dia seguinte, obrigando Lopez "atorado pelo bombardeio da esquadra" a retrair-se para o norte, seguido de Resquin com o grosso das tropas. Na madrugada de 23 de abril o Passo da Pátria é abandonado e queimado. Finalmente, a 27, todo o exército aí está acampado.

A força anfíbia cumpriu sua missão; a invasão fôra lançada com o sucesso que era de esperar do cuidadoso, detalhado, inteligente planejamento que a precedera, e sua bem coordenada execução.

* *

Pensamos ter demonstrado a tese que nos propuseramos. O planejamento de qualquer das operações anfíbias da última guerra parece ter sido inspirado no estudo da passagem do Paraná, na ocupação de Passo da Pátria. Os generais de 1866 nada teriam a aprender com os de hoje; êstes é que poderiam ter recebido sábias lições daqueles.

É pois, merecidíssima a veneração que tributamos aos nomes de Osório e Barroso, Caxias e Tamandaré, e justíssimo o orgulho de os ter como nossos patronos.

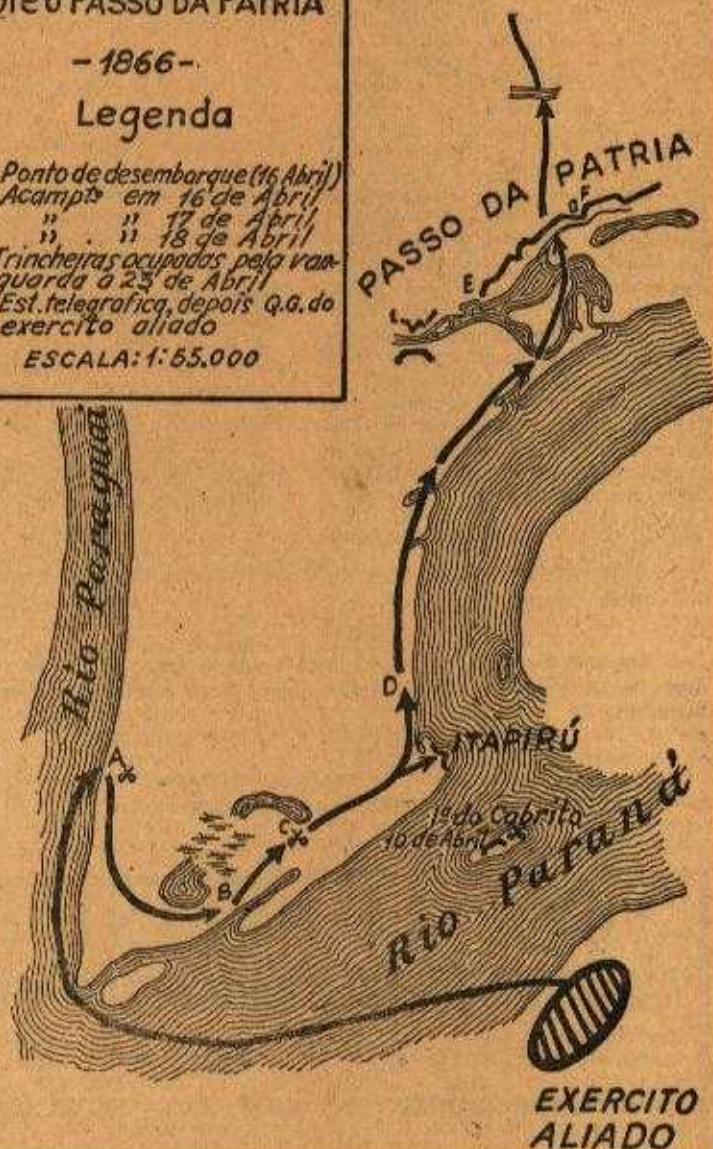
Marcha do exercito aliado sobre o PASSO DA PATRIA

- 1866 -

Legenda

- A- Ponto de desembarque (16 Abril)
- B- Acampamento em 16 de Abril
- C- " " 17 de Abril
- D- " " 18 de Abril
- E- Trincheiras ocupadas pela vanguarda a 23 de Abril
- F- Est. telegrafica, depois q.a. do exercito aliado

ESCALA: 1:65.000



EXERCITO
ALIADO

24 de maio e 25 de agosto são datas sagradas do Exército, como 11 de junho e 13 de dezembro o são da Marinha.

Não temos, porém, no calendário militar, um dia comum de exaltação cívica. No entanto, aí está o 16 de abril, a pedir que seja tirado do olvido em que quase jaz, pois relembra a unidade magnífica de esforços, a íntima ligação espiritual de Tamandaré e Osório, Alvim e Carlos de Carvalho, Sampaio, Argôlo e Rodrigues da Costa e Mamede Simões; em síntese: Exército e Marinha. Efeméride que clama pela sua consagração como "dias das forças armadas", envolvendo neste conagraamento a nossa irmã mais moça mas já tão cheia de glórias, a Força Aérea Brasileira.

E de nenhuma tribuna mais alta poderá ser lançada esta idéia; terreno mais propício não será possível encontrar para acolhé-la, do que a Escola de Estado-Maior. Desapareça a voz da marinha que se prevalece desta oportunidade para fazer tão alta sugestão.

Receba a idéia de sacração do 16 de abril, o movimento de impulsão necessário desta Escola que não distingue fardas, para que ela se propague pelo Exército, pela Aeronáutica, pela Marinha, e culmine no reconhecimento e proclamação dessa data, como a efeméride máxima de exaltação patriótica:

O "dia das forças armadas".

BIBLIOGRAFIA

"O desenvolvimento da tática anfíbia na Marinha dos Estados Unidos" pelo Tie. General Holland Smith, U.S.M.C.

Tasso Fragoso — "História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai".

Garmendia — "Campaña de Corrientes y de Rio Grande".

Henrique Boiteux — "A passagem do Rio Paraná".

Danton Teixeira — "Resumo da Guerra do Paraguai".

"A obediência pronta deve ser mais bem recompensada que as ações brilhantes e perigosas."

* * *

"Quando o que pode impunemente ser violento ou injusto sabe moderar-se, os menos poderosos não ousam fazer abertamente violências e injustiças."

* * *

"Um exército numeroso e confiante é inabalável, mas se começa a medrar nele o medo é pior que um pequeno exército."

OFICINA MECÂNICA

REFORMAS DE AUTOS EM GERAL — PINTURAS, CAPOTAS
E ESTUFAMENTOS — CONSERTOS DE BATERIAS DIVERSAS

Umberto Ambrosi

RUA MAJOR ANICETO DO VALE, 88 — NOVA IGUAÇU

ESTADO DO RIO

A GUERRA NA COREIA

Gen. FELICIO LIMA

O caráter de alguns brasileiros, embora nobre e generoso, contudo ressentem-se de sérios defeitos. Consiste um deles em deprimir tudo quanto é nacional para somente admirar o que é estrangeiro. Assim, desprezam o que de mais extraordinário e notável se pratica em nossa Pátria e aplaudem o que de mais simples se faz em outras nações. Não zelam, portanto, pelas glórias de nossos avoengos, o que é um grande defeito e muito prejudica ao Brasil.

Essa tendência pessimista e negativa de nossos feitos dá lugar a que Réclus nos caluniem e insultem!...

Por outro lado, demonstram certa má vontade para com os Estados Unidos, a única nação do mundo com que o nosso País pode e poderá contar na sua adversidade. E a dedução que tiramos da história das Américas.

É oportuno comentarmos a campanha injusta que alguns brasileiros fazem aos norte-americanos, ao mesmo tempo que enaltecem a Rússia e a China, no tocante à campanha coreana. Mas a verdade é que, enquanto os ianques procuram na ONU, com o apoio do Brasil e da maioria das Nações do globo, a manutenção da paz mundial, os comunistas sino-moscovitas e seus satélites, trabalhando em sentido contrário, fomentam a guerra para destruir a paz entre os povos.

Acham que foi imprudente a ONU em sua intervenção armada naquela região sacrificada pela ambição de um homem que tem infelicidade o mundo. Fingem ignorar que a invasão sem motivo da Coreia do Sul pela do Norte,

e agora pela China comunista, foi um ato de agressão positiva e que a Sociedade das Nações não poderia ficar de braços cruzados ante o apelo daquela pequena e valerosa nação, na qualidade de membro dessa importante Associação Internacional!...

Mas a ONU, nessa lamentável questão, está na posição da pessoa de brio, que em público recebe feroz injúria. Assim, moralmente, não há que transigir, ou se desagrava ou fica desonrada para sempre.

Essa a posição em que se colocou inesperadamente a ONU; se não interviesse para punir o agressor e apoiar o agredido, sujeitar-se-ia à humilhação. Perderia, em consequência, o direito de Autoridade Internacional em face das nações civilizadas.

Além disso, uma vez que a Coreia do Norte não aceitou a intervenção pacífica, cessando as hostilidades, outra não poderia ser a atitude da ONU: ordenar a necessária repressão.

Porém, o que é estranhável é que sendo a Rússia um dos principais membros da ONU, coloque-se, com os seus satélites, numa oposição sistemática, com o objetivo primordial de impedir seja fechada a porta da próxima guerra, na qual pretende, sabemos que em vão, executar o sonho de dominar o mundo.

Nessas condições, a intervenção armada em aprêgo não foi mal entendida, mas nobre e dignamente aceita, embora não fôsse lícito calcular os sacrifícios resultantes que demandaria o necessário desagravo internacional. Porque somente uma coisa havia a medir: "a grandeza

do insulto, para calcular até onde deveria chegar a desafronta"...

O que a ONU não deve permitir é que Stalin, pelos seus representantes ali, continue anulando as suas resoluções pacifistas, lançando mão de um veto pernicioso e insolente, porque no caso em exame representa perigo eminente, ameaça perene aos interesses futuros do mundo.

Acresce que, pelos atos de selvagem aleivosia praticados ao invadir a Coreia do Sul, antes mesmo da intervenção da ONU, a Coreia do Norte colocou-se fora das leis internacionais. Daí as forças das Nações Unidas não poderem deixar de usar do direito sagrado de jamais abandonarem o território invadido pelos vândalos, reforçados agora pelos comunistas chineses, antes de expulsá-los de tão flagelado território, com a finalidade de colocar as coisas em pé de paz.

Todavia, é preciso pôr em evidência que o castigo coreano afeta apenas os chefes culpados, como Stalin e Mao-Tsé-Tung e não os seus infelizes compatriotas, porque na época atual a distinção entre governo e povo é um fato. Onde a maneira diferente com que foram tratados, nos respectivos julgamentos da última conflagração mundial, os chefes nazi-fascistas e os povos alemães, italianos e japoneses.

Aliás, tal doutrina não é dos nossos dias. Com efeito, a Europa inteira, em 1815, declarou que não trataria, nas negociações de paz, com Napoleão. Negociando apenas com a França, ao povo dessa destemida nação gaulesa foi possível conservar a sua perfeita autonomia, sendo Bonaparte recluso em Santa Helena.

E no Brasil, nos tratados de guerra com o Paraguai, declarou-se e estipulou-se sempre — guerra ao tirano Lopez, aliança com o povo por ele oprimido.

Dessarte, a expulsão dos invasores das duas Coreias não prejudicará a soberania de tão valeroso povo. Ao contrário, esse povo que tantas provas de virilidade tem dado na luta em que se acha empenhado, deixará de ser "uma má-

quina de produzir riqueza para o dono de tudo durante a paz, e na guerra uma máquina de destruição a serviço do onipotente ditador..."

E o apelo prestigioso e incondicional que está prestando à ONU o presidente Truman, num salutar exemplo de cumprimento dos tratados assinados, tende para que a Coreia seja uma nação unificada e verdadeiramente livre das invasões de todos os bárbaros, porque da sua vitória emanará a regeneração dos costumes internacionais, graças à suprema autoridade da Sociedade das Nações Unidas.

Entretanto, os estadistas norte-americanos devem ficar de sobreaviso. Porque para os stalinistas o comunismo sempre foi um instrumento de expansão do poderio de Moscou. Na história da Rússia se verifica haver Stalin estendido o império bolchevista para além dos limites que mantinha no pináculo de sua maior expansão, excedendo mesmo o que havia perdido na primeira Guerra Mundial, sem falar na recuperação da Guerra Russo-Japonesa.

Portanto, a utilização do comunismo à segurança da Rússia, não depende apenas de frustrar as maquinacões de imaginários inimigos agressivos, mas principalmente de controlar o expansionismo de seus satélites.

Tal pretensão seria fácil, antes de Mao-Tsé-tung haver conquistado a China. Agora, dispondo essa nação asiática de grande potencial em homens, de recursos estratégicos maiores do que os da União Soviética, poderá, no mundo oriental disputar a liderança.

Para anular esse *desideratum*, Stalin, valendo-se da guerra na Coreia, procura impelir a China e outras nações asiáticas contra os norte-americanos numa guerra de longo curso, que destrua completamente ambos os beligerantes, para Moscou firmar a sua segurança no Oriente e na Europa, em prejuízo dos Estados Unidos esgotados!

Finalmente, os acontecimentos bélicos desenrolados na Coreia ressaltam mais uma vez que o mundo continua vítima das ambições hu-

manas. Não haverá esperança de a humanidade unir-se na verdade e no amor para obter a paz universal?...

Seria impossível uma realização enquanto a Rússia imperialista dominar os povos asiáticos. Porque o atual surto do imperialismo eslavo que os exaltados estadistas de Moscou escondem sob a denominação de revolução social mundial, não deixa de ser um trasbordamento de forças desordenadas, incitadas por ambições desmedidas de ditadores sem escrúpulos.

Eis porque, em qualquer parte do mundo, onde exista uma célula comunista, ela é a representante fiel da política agressiva de Moscou, procurando desenvolver uma campanha de descrédito aos dirigentes das nações que não lhes rendem obediência, através da desmoralização dos seus homens públicos, em detrimento do prestígio das democracias. Vai além, preconizando a luta de classe, incentivando o ódio nos agrupamentos proletários, atira operários contra patrões, camponeses contra fazendeiros, comerciantes contra comerciantes, etc., destruindo, assim, os laços de disciplina político-social, que é a base das democracias.

Implantando, portanto, a licença no seio das massas, desacredita as forças armadas, lançando a semente da revolta nos povos menos esclarecidos.

Se consultarmos mais uma vez a história moscovita deparamos com o conquistador mongol, o terrível Gengs-Khan, que outrora, com ambições semelhantes e iguais propósitos, traçara a orientação do imperialismo russo, cujos princípios estratégicos apaixonam na época hodierna os caudilhos asiáticos.

Em conclusão, se não fôra a atitude dos Estados Unidos, que estão apoiando as discussões da ONU, os conquistadores vermelhos, encontrando a Europa Ocidental desarmada e inundada pela propaganda bolchevista, já teriam desencadeado a terceira guerra mundial...

Sim, porque o aparelhamento da sua propaganda em todo o mundo, espalha rumores e mentiras para engendrar o temor e a confusão. Intimidando as nações pacíficas do Ocidente, os bolchevistas concentram tropas nas proximidades de suas fronteiras, não vacilando em precipitar as infelizes vítimas numa guerra sangrenta e destruidora!...

A CONFERÊNCIA DE WASHINGTON E A COOPERAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Ten.-Cel. J. H. GARCIA.

Com referência à luta em que os EE.UU. da América do Norte estão empenhados em nome dos princípios de liberdade, pela humanidade contra o comunismo, particularmente focalizando a forma da qual se tem revestido a cooperação da generalidade das Nações do mundo com aquele País, nos recordamos de um fato que presenciamos.

Em um grande edifício de apartamentos aqui na Capital um dos moradores passou a praticar atos que perturbavam a vida dos demais e que ameaçavam tornarem-se cada vez piores levando talvez a uma situação intolerável. Combinada uma assembléia para tratar do assunto, ante todos os interessados compareceu um preposto do "perturbador", que nada pôde decidir definitivamente.

Os ânimos se acirraram e surgiu um líder, à sombra do qual todos se acolheram. Daí por diante ninguém mais cooperou, passando a maioria a tolerar o incômodo e mesmo a sorrir para o "perturbador", que, diga-se de passagem, fazia bem o papel de mau.

Todos aguardavam o encontro do líder com o perturbador e não pensavam nos resultados desta luta que podia ser fatal para os interesses comuns; vencido o líder, o perturbador imporá sua vontade; não pensavam que se todos se unissem com decisão ao líder, seu trabalho seria menos difícil e eles seriam mais honestos e mais decentes.

Desta mesma forma vemos a cooperação da grande maioria das Nações do mundo com os EE.UU. na luta contra o comunismo.

Estamos convencidos de que a maioria, quase a totalidade das Nações, acolhe-se à sombra daquela grande potência e da sua mobilização para esta luta tiram partido pelas mais variadas formas. Este é o lado sombrio da cooperação.

Na ação decidida que redundaria em uma cooperação eficiente e altamente proveitosa não só para a causa comum, como para cada uma das Nações que assim procedesse, estaria a linha mestra de uma conduta coerente e sobretudo honrosa.

A forma que tem assumido até o presente a cooperação na luta que está travada, não só na Coreia, mas no mundo, contra o comunismo não tem sido recomendável, como não o foi a dos moradores do edifício de apartamentos em relação ao líder e ao perturbador.

Aproveitando a Conferência de Washington, seria muito importante que o Brasil levasse para aquela capital uma atitude decidida a serviço de uma vontade forte. Isso não só fortaleceria sobremodo a causa comum, como daria ao nosso País o lugar que lhe estará reservado nesta Conferência, o qual conquistaremos se para lá formos considerando o problema do comunismo como uma causa das democracias e não dos EE.UU. e a cooperação intemerata com este País como ação que nos recomendará para a posteridade.

"Sempre tive por coisa bem averiguada que nada iguala o denodo de uma falange em que todos são amigos."

COMPANHIA INDUSTRIAL SANTO AMARO

FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO

RUA DR. SIQUEIRA N. 2 — MAGÉ — E. DO RIO

END. TELEGR.: "CISA"-RIO

ESCRITÓRIO NO RIO:

RUA TEÓFILO OTONI N. 15 — SALAS 714 a 717

TELEFONE 43-4028

OS PROBLEMAS DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO

Cel. Dr. A. SETTE RAMALHO

III — Órgãos de tratamento e órgãos de inspeção de saúde

Há atualmente, no Exército, a praxe das Juntas de Inspeção de Saúde, em geral mal dotadas de instalações, material e pessoal, para suas finalidades, recorrerem, com o intuito de esclarecer a situação de inspecionandos, notadamente no que diz respeito a certas lesões ou doenças de alçada dos especialistas, aos Serviços dos Hospitais ou Policlínicas, organismos estes criados para tratamento, hospitalar ou ambulatório, do pessoal do Exército e suas famílias.

Esta praxe vem tomando uma amplitude tal que, em muitos casos, não somente embaraça, mas até impede, o bom funcionamento destes órgãos.

Ninguém ignora o que aconteceu por ocasião das inspeções de convocados para a F.E.B., com a Policlínica do Exército, destinada ao tratamento ambulatório do pessoal do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, com instalações e pessoal o estritamente necessários e suficientes para ser atendido, em seus Gabinetes, um número de consulentes que varia entre uma e duas dezenas, conforme a clínica, a qual se viu, do dia para a noite, invadida, seria o termo justo, por centenas de examinandos, diariamente, a serem atendidos nos mesmos gabinetes, não aparelhados para isso, dando como resultado uma grande balbúrdia, a que não era possível fugir, com exames feitos às carreiras, a razão, às vezes, de um homem por minuto! E, o que é pior,

com o sacrifício de doentes que vinham antes sendo tratados, muitos dos quais tiveram seu tratamento, que necessitava continuidade, inteiramente suspenso, com bem possível agravamento de seus males.

E o que sucedeu ali, aconteceu no Posto Médico da Vila Militar, nos diferentes Hospitais Militares e outros órgãos de tratamento espalhados pelo país.

Ninguém ignora, também, o que acontece atualmente no H.C.E. e outros H.M., cujos médicos, com a responsabilidade de clínicas e enfermarias, acumulando funções de Chefes e Auxiliares, pois, é conhecida a crise existente de profissionais, são obrigados a fazer uma visita muito rápida aos enfermos baixados ou a suspender as consultas, deixando indignados doentes que já esperaram toda a manhã, para irem integrar Juntas Médicas ou estudar vários casos para dar parecer circunstanciado, por escrito.

As salas de espera destes Nosocomios vivem apinhadas de gente (em geral de civis) que vão ali a exame, para fins de obtenção de licenças, para serem julgados em condições ou não para promoções, por terem terminado licenças para tratamento de saúde, etc.; e vivem os especialistas, ali e alhures, assoberbados com memoranda, nos quais se pede seus pareceres urgentes sobre casos da sua especialidade.

Acrescente-se a isto o que acontece nos Quartéis Gerais Regionais, onde as salas de espera dos respectivos Serviços de Saúde também vivem cheias de pessoas, muitas das quais nem sequer pertencem ao Ministério da Guerra, nem mesmo a outro Ministério Militar, mas sim a Repartições Públicas Cíveis e até Autarquias, que para ali são encaminhadas, fazendo-se dos médicos militares e dos Serviços de Saúde do Exército verdadeiros funcionários de outros Ministérios e verdadeiros prolongamentos de suas Repartições.

Dir-se-á agora, depois d'este inquérito: — Mas, então, que fazer para atender a estes casos?

Responderei: — Criem-se os Órgãos de Inspeção e Controle e deixem-se os órgãos de tratamento na sua função de curar ou melhorar. Façam-se os Centros Regionais de Inspeção de Saúde (ou de Triagem, ou de Propedêutica ou outro nome que seja julgado mais adequado), devidamente dotados de pessoal suficiente para o exercício de sua finalidade, que muito se assemelha a uma *Medicina Legal*, construídos e aparelhados de tal forma que possam ser ampliados, a curto prazo, para atender às convocações em massa, de modo a se evitarem bairrismos já observados e de maneira a não se prejudicarem os doentes em tratamento, tanto hospitalar como ambulatorio.

As atuais Juntas de Inspeção não satisfazem a sua finalidade, por falta de pessoal suficiente e por falta de instalações adequadas. São constituídas por três, por dois e até por um só médico, em uma escala em que se leva em conta o número e raramente a especialidade, em consequência da falta de médicos que hoje assoberba o Exército; funcionam em salas inadequadas, às vezes em saletas mal iluminadas, mal ventiladas e sem nenhum recurso propedêutico de valia.

Desta forma um radiologista, p. ex., vai completar ou constituir, éle só, o órgão que terá que dar parecer sobre o estado de higidez de um individuo que neces-

sita de um exame geral completo, devendo diagnosticar desde doenças da pele até manifestações psico-neuróticas, passando por moléstias da alçada dos oftalmologistas, etc., até mesmo do obstetra e do ginecologista, como acontece nos casos de exames de funcionárias públicas. Fugindo ao campo de sua especialidade, que poderá éle fazer quando o caso não se apresentar com os aspectos corriqueiros, ao alcance de qualquer médico?

— Pedir a outro colega, especializado, seu parecer. E, assim, lá vai o examinando para a Policlínica ou para o Hospital, atrapalhar a vida normal dos ambulatorios ou das enfermarias.

Creio ter, assim, justificado, de maneira sucinta mas realista, a necessidade da existência destas duas naturezas de Órgãos de Saúde: os de Tratamento e os de Inspeções, completamente independentes uns dos outros.

No que diz respeito aos primeiros, há muito ainda a fazer (e isto constituirá assunto de um artigo à parte) com a necessidade de sua ampliação, de modo a serem capacitadas a atenderem devidamente não somente aos militares como às suas respectivas famílias, com gabinetes e enfermarias especializadas; tais como serviços de Cardiologia, Anátomo-patologia, Ginecologia, Obstetrícia, etc., só existentes em alguns e, assim mesmo, em geral, muito deficientes.

Quanto aos Centros de Inspeção ou Centros Propedêuticos, ou Centros Médicos Legais Regionais ou outro nome que lhes possam dar, estes precisam ser começados do começo. Nêles somente se examinará; nêles ninguém é tratado; não haverá Terapêutica, mas simplesmente Propedêutica.

Mas haverá necessidade de Gabinetes suficientes e suficientemente aparelhados em pessoal e material e instalações, correspondentes a uma certa taxa numérica de examinandos, a ser fixada de acordo com as estatísticas a serem realizadas. É possível, p. ex., que um só gabinete de oftalmologia não seja suficiente para atender aos

casos previstos em um destes centros. Ainda mais, será necessário prever o vulto de inspecionandos a serem atendidos em casos de convocações em massa e tudo se ter em condições de ser ampliado em curto prazo.

Em uma análise rápida, a "vol d'oiseau", penso poder afirmar que um Centro desta natureza precisa ter os seguintes Gabinetes e Instalações anexas:

1°. Gabinete de Radiologia, compreendendo Abreugrafia e Radiologia comum;

2°. Gabinete de Clínica Médica Geral, Antropometria e Biotipologia;

3°. Gabinete de Clínica Cirúrgica e Ortopédica;

4°. Gabinete de Oftalmologia;

5°. Gabinete de Otorrinolaringologia;

6°. Gabinete de Metabolismo, Endocrinologia e Alergia;

7°. Gabinete de Dermatologia e Venereologia;

8°. Gabinete de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia;

9°. Gabinete de Cardiologia;

10°. Gabinete de Ginecologia e Obstetrícia;

11°. Gabinete de Estomatologia;

12°. Laboratório de Análises Clínicas e Anátomo-Patologia.

As instalações anexas serão as seguintes:

1°. Sala para a Administração (Direção, Secretaria, Tesouraria, Almoxarifado, oficinas, etc.);

2°. Vestiário para inspecionandos;

3°. Instalações sanitárias para inspecionandos (homens e mulheres);

4°. Banheiros, com água quente e fria, de acôrdo com o clima da Região;

5°. Sala de dedetização dos inspecionandos e suas roupas;

6°. Salas de espera para examinandos.

O funcionamento dos Gabinetes de exame obedecerá a uma certa ordem preestabelecida de prioridades, em que se estudará o tempo de demora dos exames, a triagem dos examinandos, de modo a impedir que se leve avante um exame quando já foi encontrada uma causa inofensiva de incapacidade, p. ex., procurando-se evitar atropelos e aglomerações diante de alguns gabinetes, enquanto que diante de outros se verifica ausência de examinandos.

• •

Os Centros Regionais de Inspeção não anulam as Juntas de Inspeção de Conscritos no Interior. Estas se transformarão em verdadeiras Juntas de Triagem, mandando para eles apenas os casos em que a falta de aparelhagem possa trazer dúvidas no diagnóstico. Os casos de incapacidade patente, por doenças ou defeitos físicos evidentes, berrantes ou não, tais como falta de membros, cegueira, lesões perfeitamente discerníveis, etc., teriam sua solução ali, sem que se fizessem despesas de transporte e houvesse perda de tempo. Os indivíduos hígidos também ali teriam seu caso solucionado.

• •

Assim, pensamos ter abordado um novo aspecto que merece ser estudado pelas autoridades, dos problemas do Serviço de Saúde do Exército. Trata-se de um simples esboço de idéias, a serem melhor aprofundadas e melhor aproveitadas, Joeiradas, para depois serem regulamentadas sábiamente.

Em virtude das despesas de instalações e do vulto do pessoal a ser empregado na sua realização, iniciar-se-ia este serviço nas grandes Regiões, tais como a 1ª e a 3ª, para depois ser estendido às demais.

(Continua)

"Importa só afirmar o que é certo. Cumpre economizar as exortações para os grandes perigos."

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :

- a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
- b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
- c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
- d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.

2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

ORIENTAÇÃO PRÉ-VOCACIONAL DO OFICIAL

Ten.-Cel. CYRO PERDIGÃO DE SOUZA
SILVEIRA

Servia eu no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1936, quando, por extinção do Colégio Militar de Porto Alegre, recebemos muitos rapazes do Rio Grande do Sul. A maioria destes tinha por Pais Oficiais de Cavalaria e muitos eram órfãos.

Sendo eu instrutor de Infantaria, e portanto do Tiro de Guerra do Colégio, acompanhava e orientava os rapazes nas questões vocacionais.

Via de regra, os gaúchos, filhos de cavalheiros, queriam seguir a nobre Arma. Entretanto tive a feliz oportunidade de corrigir esses devaneios orientando os meninos para a sua verdadeira vocação.

Em vez de irem para a Cavalaria, foram, a meu conselho, para a Artilharia, dois dentre eles, os quais servem de base para este estudo.

Como me baseei para "descobrir" a vocação? Confesso que adotei um processo empírico mas o caso é que bastante razoável.

Entrevistando-os, perguntei-lhes se melhor adaptavam ao "raciocínio subjetivo", isto é, se preferiam ou gostavam mais de: aritmética — geometria e análise; ou ao "raciocínio objetivo, concreto", isto é, se preferiam ou gostavam mais de álgebra — trigonometria e cálculo infinitesimal.

No primeiro caso estaria caracterizada a tendência, ou vocação, para as Armas Táticas como a Infantaria e Cavalaria, ou no ramo civil: Advocacia Criminal e Medicina Clínica; no segundo caso estaria caracterizada a tendência, ou vocação para as Armas Técnicas como a Engenharia e Artilharia, ou

no ramo civil: Engenharia, Advocacia Administrativa, Medicina Especializada e Ciências Econômicas.

Os dois rapazes, gaúchos, filhos de Cavalheiros e que queriam, por uma questão de atavismo, seguir a carreira dos Pais, preferiram, no entanto, o raciocínio objetivo. Portanto a "conciliação" entre a vocação e o atavismo foi justamente a escolha da Artilharia hipo.

Dois anos depois, voltam os dois à minha presença e me declaram que estavam satisfetíssimos com a orientação que lhes havia eu dado e, hoje, são brilhantes oficiais de Artilharia.

Quero crer que no 1º ano da Escola Militar, seja dito, no Curso Fundamental, há bastante tempo para se observar a vocação dos cadetes, livre de influências dos apaixonados chefes de Armas pois estes também arrastam e alteram os destinos. Ainda é bem recente o exemplo que o então Coronel Alexandre da Silva Chaves proporcionou ainda na Escola de Realengo quando a maioria dos cadetes do 1º ano se viu inflamada pela Infantaria, contrariando muitos sua verdadeira vocação.

É pois preciso que os orientadores sejam imunes às influências das Armas, para isso tendo o novel curso de CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAL.

Torna-se igualmente necessário que se compendiem as características psicológicas de cada Arma antes de se fazer a respectiva análise no Corpo de Cadetes, no 1º ano da Escola Militar. Como sugestão e base de raciocínio apresento as seguintes características que deverão

ser modificadas por quem tiver maior competência:

INFANTARIA — persistência da vontade, espírito de abnegação e estoicismo, visão de conjunto ao lado de preocupação do detalhe, memória visual e observação percutiente.

CAVALARIA — espírito de decisão mediante rápida reflexão, observação repentina, inteligência viva, imaginação desenvolvida e memória visual, espírito de sacrifício.

Distingo a Cavalaria Hipo da Moto. Esta pressupõe as qualidades técnicas enquanto naquela superam as qualidades afetivas. De fato, um motor cansado, sem óleo, sem gasolina, sem água e sem eletricidade, não produz um deslocamento de mais um palmo de terra mesmo que o motorista faça "festas" no seu flanco, mas um cavalo exangue ainda avança se o cavalariano o acaricia com ternura. Então à vocação para a CAVALARIA HIPO se acrescenta o espírito de ternura, enquanto que ao MOTO se incluem as tendências técnicas.

ARTILHARIA — inteligência clara, raciocínio matemático, persistência da vontade, memória desenvolvida, espírito de cooperação.

ENGENHARIA — inteligência elevada, raciocínio matemático, muita paciência, memória clara, espírito de renúncia.

É possível que, após terminar o Curso de Classificação de Pessoal, eu modifique muitos dos conceitos atuais, se não a própria terminologia ou a caracterização psicológica, entretanto o cerne permanecerá.

Suponhamos que fôsse adotado o seguinte processo de escolha de Arma, ao término do 1º ano da Escola Militar:

a) *escolha pessoal*: graduando-se como 10, 8, 6 e 4 pontos aos interesses pelas Armas e dando-se o "pêso 2";

b) *classificação intelectual*: com o "pêso 1" ao grau de aprovação final (teórico e prático) do 1º ano;

c) *entrevista*: entre cada Chefe de Arma e o cadete dando a ele os graus de 1 a 10 para as respectivas Armas; com o "pêso 3";

d) *análise psicotécnica pré-vocacional*: em graus variando-se de 1 a 10, com "pêso 4".

A soma dos pontos obtidos indicaria, dentro de cada grupo (ou Arma) o destino que tomaria o cadete. Se houvesse limitação de número nas Armas deveria prevalecer por ordem de importância a caracterização: d) (análise) e em seguida a) (escolha), para a compulsória em outra Arma.

Para melhor compreensão da aplicação deste processo seja um caso bastante complexo.

O cadete A deseja com muito empenho a Cavalaria e, se não puder, aceita sucessivamente a Artilharia, a Infantaria e a Engenharia; teve 6,82 de grau final de aprovação; os Entrevistadores deram grau 7 para a Arma de Cavalaria, 6 para a de Infantaria e 4 para a Artilharia e 3 para Engenharia; na análise psicotécnica apareceram 9 para a Artilharia, 7 para a Engenharia, 5 para a Cavalaria e 3 para a Infantaria.

	Cavalaria:	$10 \times 2 = 20$
	Artilharia:	$8 \times 2 = 16$
a)	Infantaria:	$6 \times 2 = 12$
	Engenharia:	$4 \times 2 = 8$
b)	$6,82 \times 6,82^*$	
	Cavalaria:	$7 \times 3 = 21$
	Infantaria:	$6 \times 3 = 18$
c)	Artilharia:	$4 \times 3 = 12$
	Engenharia:	$3 \times 3 = 9$
	Artilharia:	$9 \times 4 = 36$
	Engenharia:	$7 \times 4 = 28$
d)	Cavalaria:	$5 \times 4 = 20$
	Infantaria:	$3 \times 4 = 12$

ou sejam:

— para a Cavalaria:

$$20 + 6,82 + 21 + 20 = 67,82$$

— para a Artilharia:

$$16 + 6,82 + 12 + 36 = 70,82$$

— para a Infantaria:

$$12 + 6,82 + 18 + 12 = 48,82$$

— para a Engenharia:

$$8 + 6,82 + 9 + 28 = 51,82$$

O cadete A concorreria então, por ordem de importância, com 36,82 pontos para a Artilharia; com 67,82 para a Cavalaria; com 51,82 para Engenharia, e com 48,82 para a Infantaria; e a sua Arma deveria ser, de preferência a Artilharia, mas no caso de extorçar ao limite ante os outros concorrentes, seria compulsado segundo a ordem de seus pontos, isto é, Cavalaria — Engenharia — Infantaria.

Desta forma seria inicialmente atendida a verdadeira vocação, em caso contrário deveria prevalecer a livre escolha individual.

Quanto ao modo de *Entrevistar*, cada Chefe de Arma teria o critério de atender ao interesse do Exército e não às próprias paixões, orientados previamente por um oficial com o Curso de Classificação de Pessoal.

No respeitante aos processos psicotécnicos há diversos, sendo que dentre eles situa a GRAFOLOGIA. De qualquer forma algum deles deveria ser o adotado.

A escolha pessoal e a análise psicotécnica poderiam ser feitas no meio do ano letivo; a entrevista deveria ser feita após os exames práticos (não antes para evitar-se o influenciamento nesses exames) e, com o resultado final (teórico e prático), que é uma quantidade constante mais válida para a concorrência do que para a caracterização psicológica, em menos de 30 dias se faria a designação das Armas de todos os cadetes do 1º ano.

Aqui fica a sugestão para sofrer seus embates e seus contra-choques, mas que é exequível, garanto que é.

De qualquer forma, assim procedendo-se, evitar-se-iam muitos complexos que perturbam alguns oficiais e que só não aparecem porque lhes sobram o pundonor, o brio e a adaptação psicológica.

O caso daqueles dois gaúchos que a Providência Divina os transplantou de Porto Alegre para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, é o melhor argumento e a minha melhor defesa.

ARMAZÉM SANTO ANTÔNIO DOS POBRES

BEBIDAS FINAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
COMESTÍVEIS FINOS E CEREAIS EM GERAL

MANOEL DA SILVA COSTA GUIMARÃES

Rua Mococa N. 220 — NOVA IGUAÇU — Estado do Rio

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A Defesa Nacional".

Procure o nosso representante na unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa postal n. 17. — Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Coisas práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO SER-
VIÇO DE REEMBOLSO POSTAL
DA SECÇÃO DE PUBLICIDADE
DE "A DEFESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em
suas estantes ou tê-los meditadamente lido

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Re-
vistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de
saber e de experiência

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito.
"A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para
atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito
em sua secção especial ou em outras livrarias da Capital

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal n. 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

OS "REZIMGÕES"

(Concluzão)

ALBERT SCHMID

Uma Lejião Estrangeira, de Alemães, a serviço do
BRAZIL na guerra contra RÓZAS.

Tradução ORTOgrafa da e anotação do Jeneral
KLINGER

OS "REZIMGÕES" NA ISTÓRIA DO JERMANIZMO NO RIO GRANDE DO SUL

Muinto maes significativo do ce na istória militar do BRAZIL foe o epizódio da Lejião Alemã de 1851 em sua influêmsia na istória da colonização do RIO GRANDE DO SUL.

Dos 2.000 "rezimgões", como foram apelidados os omems da lejião pelos seus compatristios predeseiores, ficaram na província 1.200 a 1.500, os cuaes al se estabeleseram, fundaram famílias e muinto contribuíram para o progrésio cultural e económico de sua nóva pátria.

A oriçem dacele apelido foe espicada por Benne KEYDEL, ce se fez professor no paiz, e ce xegara no primeiro transpórte. Narra ele ce nese navio, o "HAMBURG", os lejiônários viram pela primeira vez, em mãos dum negro ce regresava ao BRAZIL, acélas grandes moédas de cóbre então circulantes no paiz. Paresiam-se com a grande moéda poloneza de 6 pfennig, ce nacele tempo circulava na Alta SILÉZIA, de onde KEYDEL era natural; e a ésa moéda os alemães apelidavam de "rezimgão" (Brummer), (40) em razão do som, zumbido, ce produzia ao batela na meza. Ao verem ésas moédas brasileiras de 2 vinténs, KEYDEL e seus conterrâneos esclamaram irreprimeivel-

mente: "Com mil raeos! são os nósos rezimgões". E o termo entrou para o tezouro linguístico dos camaradas, e dentro em pouco os próprios lejiônários passaram a ser tratados na boca do povo como "rezimgões". Talvez com iso também se pretendese significar a propensão deles para o descontentamento murmurante, a rezimgasão.

A comeso, os rezimgões eram mal conseitnados pela população brasileira e até pelos colonos alemães. Quando um deses bândoleiros, como também os cognominavam, batia á porta duma caza, os paes xamavam pelas criamsas, ce se recolhesem, e fexavam a porta, de medo de alguma violêmsia. Custou anos até ce o apelido perdese no seio da população a fama entre despreziva e aterradora. Foe especialmente Carlos von KOSERITZ, ce servira alguns mezes inglórios com ésa jente, cem se dedicou a defender a reputação dos lejiônários. E, em fato, aceles ce se radicaram no paiz meresiam semelhante omróza reabilitação.

Os incorrijíveis malfeteiros em breve se sumiram. Jaaes ouve crasos esesos, como aceles ce perpetraram após a dezersão ou a esclusão regular vários elementos dos primeiros batalhões de mersenários estrangeiros. Aconteseu ce ainda durante alguns anos se encontra-

vam es-lejionários de 51, fracasados da vida, como vagabundos, mendigos ou ébrios abitoaes; maz eses mezmos jeralmente eram inofensivos, e pouco a pouco sosobrigaram na corrente da vida. A maecoria atravessou um proseso de purificação, ce os despiu da gamga de sua asidentada mosidade e os transformou em omems bons, ce prestaram inestimavel serviso á sua nóva pátria.

Estavam os colonos alemães, fazia 25 anos, cuaze ilhados em suas picadas da mata virjem, sem apreciáveis ligasões com a pátria de origem, nem com o novo ambiente; segundo a observação de von KOSERITZ, para eles eses ádvenas es-lejionários constituiram verdadeiro levedo, ou, maes bem espréso, substância de fomento, ce poderózamente insentivou o progresso material e cultural entre os imigrados, comquanto, inevitavelmente, também trouxése ao seu meio algum jérme de disídio.

Não poucos dentre eles, incluzive dos simples soldados, aviam desfrutado boa dóze de instrusão na ALEMANHA, e ésa de muinto acil lhes valeria. Á sua maneira dispérsa, instavel, lutaram pela vida, para sobressair da massa, e lograram atimjir situaáo relativamente folgada, de bem estar, e de prestíjio. Em toda a casta de profissões, mórmente no comérso, vamos deparar em bréve os es-lejionários, não só nas colónias alemãs, maz também nas sidadezinhas da campanha e primsipalmente em PORTO ALÉGRE, onde comunicaram novo impulso ao comérso, ás profissões manoes e á pecena indústria.

Muintos deles amgariaram bom nome, até oje ainda conseitoado; assim: SCHIOELT, GAERTNER, MEIER, von REISSWITZ, de la RUE, MUETZEL, HOEFER, STRUNCK, LENZ, STIER, JAEGER, DEUTZIN, FELDMANN, OSSIG, HENNIG, MARQUARDSEN, BORN, WITTE, EICHENBERG, SUDBRACK, OPPENHAGEN, BRENDLER, EDER, RITTER, NIENDORF, MIELITZ, BECHLIN, NOACK, SAENGER, ZILCH, NATUSCHKE, PRAZON, von der

OEYE, von HELD, BARNATZKI (maes tarde abrazeirado para BARNASQUE), KOEHLER, JAHN, BRINCKMANN, MOELLER, e outros.

Vinte anos após o epizódio dos "Rezingões", KOSERITZ verificou ce maes de metade dos professores das colónias alemãs eram es-lejionários e ce deles éra, em primeira linha, o mérito da alfabetizaáo cuaze total da nóva jerasão. Os maes antigos colonos conheseram bem eses professores, como MEYER, ROEHE, HAAS, SCHOENELL, KEYDEL, DANNEMANN, ANDERSON, JUERGENSEN, GUENDEL, BROCHER, MICHAELSEN, etc.

Estimulada pelos antigos rezingões, floreseu a vida asosiativa e fortaleseu-se o sentimento de sossibilidade dos colonos.

Espesial meresimento adeiriram com a instituiáo de imprensa alemã na provímsia. Pasados apenas 2 anos após a gérra, surjiu em PORTO ALÉGRE o rezingão Carlos JANSEN como diretor-secretário do "EINWANDERER" (Imigrante). Éra natural de COLÔNIA (á marjem do RENO), nascido em 1823, filho natural dum primsipe von WIED; emssrada a sua atividade na imprensa do BRAZIL, ezerseu por longos anos emprego publico brasileiro, foe professor em escolas alemãs e publicou livros didaticos. Por fim, em 1880 e tantos, foe nomeado professor de alemão no Colégio d. PEDRO II, no RIO DE JANEIRO, onde faleseu em 1889. (41)

Também foram "rezingões" os fundadores do "DEUTSCHE ZEITUNG" (Jornal Alemão), surjido em 1861 em PORTO ALÉGRE, como susesor do "EINWANDERER". Outrotanto: o industrial Frederico HENSEL; o comersiante, banceiro, maes tarde comsul da ALEMANHA, Gilhérme tér BRUEGGEN: Carlos Maria von SCHIOELT e Lotário de la RUE, acele diretor-administrador da nóva empréza de colonizaáo. De la RUE fez parte, maes tarde, da Sociedade de Colonizaáo C. SCHILLING, Lotário DE LA RUE, J. RECH, W. KOPP & Cia., bem como por longos anos foe benemé-

rito diretor da colônia TEUTÔNIA, fundada pela firma em TA-CUARI. Igualmente o es-tenente von KAHLDEN, "rezimgão", am-gariou bom renome como diretor de colônia, em S. AJELO (AGU-DO), NÓVA PETRÓPOLIS e S. LOUREMSO. E foi o es-tenente von WEDELSTEDT, rezimgão, cem fez o levantamento topografico da colônia de S. AJELO.

Ademaes, os vèlhos lejonários muito contribuíram para asimi-lasão do elemento germanico pelo ambiente luzobraziliano. Como offi-ciaes de profissões manoaes, como técnicos, agrimensores, comersian-tes, professores e escritores, trava-ram maes estreito contacto, social e cultural, com a camada culta lu-zobraziliana, estabeleceram emlases de família, e incorporaram ao sir-culo de fala e cultura luza, até mezmo á atividade sivica e políti-ca da nóva pátria; o elemento germanico, ce até então vivia se-gregado.

Não poucos deles, pela linha fe-minina se tornaram avoêmgos de famílias de orijem luza (MUET-ZEL-CÂMARA, FELDMANN-PE-REIRA, BOELITZ-PELLAND, etc.) acontecimento oje vulgar, maz raro nacele tempo. (42)

Grasas aos "Rezimgões", foe ce a população de orijem alemã no RIO GRANDE DO SUL, então com suas 40.000 almas, 10 % da popu-lasão total da província em 1860 e tantos, teve interferêmsia, se bem ce pecena, na vida publica de sua nóva pátria. Cuatro deses rezim-gões xegaram a ser deputados á asembléia provincial: von KAHLDEN, HAENSEL, tér BRUEGGEN, e von KOSERITZ — este o maes conhido de todos, advogado e jornalista.

A "ÉRA KOSERITZ"

Escapa ao propósito deste opus-culo a referêmsia circumstansiada á atuação deses omens na vida pu-blica do RIO GRANDE DO SUL e no germanismo local; faremos es-são para Carlos von KOSERITZ, em atensão á sua preponderante importásia, dedicando-lhe espe-salmente algumas linhas.

Nasido a 3 de fevereiro de 1834 em DESSAU (ANHALT), filho dum major prúsiano, diretor dos correios, desendia de vèlha família nóbre da OBERLAUSITZ. Parése ce aos 15 anos de idade, jóvem ji-nazial inflamado, se viu envol-vido na revolução de 1848, pelo ce descarrilou violentamente da ca-rreira a ce fora destinado. O sérto é ce em 1850 abandonou o curso do 2º ano prévio (*Untersecunda*: subsecunda ou *pré-secunda*) do ji-názio de WITTENBERG, para fa-zer-se ao mar, como grumete.

Uma de suas viagens marítimas, como narra Cristóvam LENZ e re-gistra ele próprio em suas memó-rias, teve logar no veleiro "HEIN-RICH", ce transportava para o RIO DE JANEIRO, em agosto de 1851, a 4ª bateria da lejião alemã. Xegado a ese destino, abandonou serrateiramente o barco, ajudado por does amigos ce fizera na tra-vesia, JANSEN e WEDEL, e ali-tou-se na artilharia lejonária. Pelo navio a vapor, costeiro, "PA-QUETE DO SUL", segiu a 28 de outubro para o RIO GRANDE DO SUL, com uma parte do comando e dos artilheiros. Fórt temporal deteve o navio deante da barra do RIO GRANDE, no comeso de no-vembro; tal sua violêmsia, ce se perderam a véla aosillar e um mas-tro, um dos bótes salva-vidas foe arramcado e arremesado sobre a caexa da rôda, de tal sórt ce o navio não poude maes manobrar; um dos artilheiros foe atirado ao mar e dezapareceu, tragado pelas ondas.

Efetuada precária reparasão no leme, o "PAQUETE DO SUL" re-gresou a DESTERRO (FLORI-ANÓPOLIS), poes ce as avarias resebidas dezacomelhavam arros-tar a entrada da barra. As repa-rasões, em S. CATARINA, com-sumiram 14 dias, findos os cuaes o barco retomou a viagem e aportou ao RIO GRANDE na 2ª cimzena de novembro.

Al von KOSERITZ foe incluído na formasão de rezêrva da artilha-ria. Entediado pela osiôza vida de guarnisão, cometeu toda sórt de travesuras, de tal feito ce, segundo sua própria narrativa, maes vivia

prezo ce em liberdade. As penas de prisão eram cumpridas a bordo dum navio presidio. Dai vir a sentir-se invadido de odio a vários superiores hierarchicos, "talvez não inteiramente injustificado". "Xegei a tal ponto", refere ele aserca d'essa sua situação, "ce só me restava optar entre o absoluto naofrájo moral e fizico — e a dezersão. E niso aconteceu uma sena tempestuôza, entre o tenente coronel e eu, a cual acabou com a ordem de ce eu me fosse embora, pro diabo, e ce não maes lhe aparesese. Tomei iso ao pé da letra (sic) e, depoes de longa paléstra a respeito com os meus amigos Dr. SIEDLER e KARSTEN, desidi pôrme ao fresco... Quando alguns dias depoes entrei de guarda e me tocou, ás 10 da noite, o posto de sentinella atraz da alfândega, espetei no xão a minha virjinal espada, emba-inhada, sobre ella dependurei o meu capôte, e lhe pôs o capasete; tirei a barretina do bolso e meti o pé na estrada."

"Sem cerer desculparme dese ato", confesaria ele maes tarde, "poes o teria cometido mezmo em outras sircumstâcias, devo comtudo alegar ce eu resêem me alistara no RIO DE JANEIRO, não prestara juramento á bandeira, nem reserbera prêmio de voluntário, de módo ce não me remordia a comsiência o rompimento de minha ligasão de serviso para com o Império."

Iso foe em junho de 1852. Do RIO GRANDE, KOSERITZ segiu para PELÓTAS, onde vejeto sob as maes duras privasões, até ce um bello dia caiu dezmaeado em plena rua; foe recolhido á Santa Caza e ai esteve em tratamento várias semanas. Munido do pasapôrte dum irlandez, ce no ospital fale-sera em seus brastos, abriu caminho para o interior, onde afinal axou occupasão, como professor, em caza duma familia brasileira. Dai em deante a sôrte lhe foe maes benigna. Cazou com a filha de prestijiozo estamsieiro, Zeferina Maria de VASCONCELOS.

Grasas ás novas relações de familia, ao seu conheshimento da lingua do paiz, á sua elevada cultura e inteliência, amgariou gradual-

mente comseito e influência. Primeiramente como guardalivros, e maes tarde como professor e jornalista, ganhou o seu pão em PELÓTAS e RIO GRANDE. Em 1864 assumiu as funsões de diretor-secretário do "DEUTSCHE ZEITUNG", fundado 3 anos antes em PORTO ALÉGRE.

Foe ai ce pela primeira vez teve comsiência da missão ce viria a ser seu primisipal escopo: ser propugnador do sistema alemão, da ciência e da cultura alemãs, propagandista da imigrasão alemã e defensor dos interesses dos ádenas alemães, no RIO GRANDE DO SUL, como em todo o BRAZIL.

Niso lutou durante 17 anos á frente dacele jornal, até ce em 1881 teve um disidio com Gilhérme tér BRUEGGEN, prezidente do conselho diretor do mezmo, a propósito da espozisão comersial e industrial teuto-brasileira por ele (KOSERITZ) organizada. Fundou então o "KOSERITZ' DEUTSCHE ZEITUNG" (Jornal Alemão de KOSERITZ), maes tarde editado pela caza GUNDLACH sob o nome de "NEUE DEUTSCHE ZEITUNG" (Novo Jornal Alemão); nese órgam teve ocazião de continuar sua referida campanha, muitas vezes com asentado cunho polemista. E durante todo ese tempo desempenhava elle, cumulativamente, o em-cargo de redator dirijente de jornaes de lingua portugeza. Póde-se mezmo afirmar ce a preponderância de sua atuação publica rezultou maes de sua lide na imprensa luzobrasileira do ce na teutobrasileira. O sérto é ce a sua projesão jornalística ultrapassou lomje o âmbito jermanico no BRAZIL, e vivamente repercutiu não só na politica da térra como na imprensa da vélha pátria alemã. O próprio nóso Imperador acompanhava atentamente seus escritos, comfórme von KOSERITZ poude verificar em 1883, em vizita ao RIO DE JANEIRO, por ocazião de emcontros com o veneravel senhor.

Como advogado, jornalista e politico, KOSERITZ exerseu, portanto, por um quarto de século, papel de cresente relevo. Viga-més-tra de seu programa — aci nos re-

portamos a H. K. OBERACKER — era a vindicação duma grandiosa politica de imigração e colonização. Em torno d'ella gravitavam as columnas complementares, pois se compenetrara de ce, para revolucionar devidamente a vida do BRAZIL, era condissão preliminar e de base a imigração alemã em grande escala. Segundo sua convicção, o BRAZIL realizaria total transformação, gradualmente, em todos os dominios, mediante imigração espontânea européa-germanica, em grande estilo. Taes imigrantes, porém, não deveriam ser susedâneos dos escravos negros, como acontecia com o sistema paolista dos contratos de meiasão: destinarse-lham a enobreser o trabalho manual, até então menoscabado no BRAZIL, para tanto collocando-os como peccos e médios proprietários rurais, como profissionaes, etc., ao mezmo tempo suplantando o feudalismo rural e fundando a classe média, ainda aozente na vida social e economica do paiz.

Para atrair ao BRAZIL os emigrantes de todos os estados germanicos, cumpria abolir o officialismo da religião católica e garantir aos protestantes plena liberdade de culto e igualdade de direitos (44). De par com a espansão da cultura alemã, averia de operar-se uma renovação politica e cultural no BRAZIL.

Taes pontos de vista de KOSERITZ explicam esemialmente as suas ligasões com os partidos politicos e as maes estreitas com SILVEIRA MARTINS, estadista e xefe do partido liberal, bem como com o istoriador de literatura Silvio ROMERO, com o istoriador e politico Alfredo D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, e com o professor de direito Tobias BARRETO, o qual, na faculdade de PERNAMBUCO, introduzira a xamada escola alemã de direito.

Infatigavelmente KOSERITZ combateu, aliado a seu amigo JANNASCH, do "CENTRAL VEREIN FUER HANDELSGEOGRAPHIE" (Sociedade Sentral de Jeografia Comersial), de BERLIM, em prol das facilidades para a emigração espontânea de alemães para o

BRAZIL, campo em ce se empenhou com todo o vigor pela anulação do decreto de von HEYDT, ce proibira tal emigração; bem como foe um dos fundadores da "Sociedade Sentral de Imigração", do RIO DE JANEIRO, prezidida pelo germanófilo TAUNAY, sociedade ce, entretanto, sosobrou ante a indifferemsa da opinião publica e os obstaculos levantados pelos seus adversários.

Em contrapozisção aos circulos orientados para a comservasão da nacionalidade de orijem pelos imigrados brasileiros, a qual preponderava no RIO DE JANEIRO e em S. PAULO, e ce tinham no RIO GRANDE DO SUL em tér BRUEGGEN o seu maes ativo e influente representante, KOSERITZ propugnava sempre pela incorporasão dos imigrados alemães á vida politica de sua nova pátria, e advogava apaixonadamente a sua maes pronta naturalizásão.

É caracteristico o ce a ese respeito ele escreve em seu livro "BILDER AUS BRASILIEN" (Cuadros do BRAZIL): "No verdadeiro sentido do termo, não existe germanismo ("Deutschtum") aci (RIO DE JANEIRO), maz um germanialismo ("Deutschländertum"), como se diria nas nósas colónias (do RIO GRANDE DO SUL) ... É ce os alemães no RIO são nada maes ce estramjeiros, pois só se interésam pelo BRAZIL e pela sorte do paiz tanto quanto afete a seus intereses pesoaes ... Os alemães do RIO DE JANEIRO comsideram efêmera a sua estada no BRAZIL, comservam na ALEMANHA o sentro de gravidade de seus intereses. Não descueadam de matricularse nos consulados da ALEMANHA e contam com o poder da ALEMANHA para sua eventual protesão ... Nós, lá no RIO GRANDE, somos um povo de colonos, o sentro de gravidade de nósos intereses está no BRAZIL, nós nos naturalizamos e temos a noção de ce devemos partisipar da vida politica do paiz, e ganhar influêmsia, para nos fazermos respeitados ... A nósa colônia alemã jamaes adotará uma situasão de dependêmsia para com a ALEMANHA.

Aci estão os nósos interesses, aci nos estabelesemos, aci vivemos... Tanto quanto mantemos os nósos llaes culturaes para com a ALEMANHA, tanto nos solidarizamos, em matéria de politica, desididamente com o "BRAZIL". (45)

O intemerato batalhar por eses pontos de vista atraiu violentos adversários para von KOSERITZ, incluzive entre seus compatriotas; maz evidentemente lhe gramjeou o aplaozo da preponderante maoria dos colonos. E, por fim, a sua idéia foe vemsedora. Foe éla ce imprimiu o cunho característico aos idos de 1870 e 1880, com razão denominados a "era KOSERITZ" na istória do jermanizmo sulriograndense.

Ficaria incomplêto o retrato dese omem, ce dese módo fez "época", se não ficasemos também as sombras de sua personalidade, e seus efeitos. Rezultaram élas de seu caráter e de sua filozofia do mundo.

Nóta-se em suas opiniões e asões, sempre a repontar, como traso antipático, uma ásia de afirmar seu valor pesoal, raendo pela vaedade. Em suas frequentes polemias, não raro ultrapasou os limites objetivamente admisíveis; verdade é ce seus adversários não no poupavam, o ce entretanto não justifica os esões de seus revides. Entre seus antagonistas, destacaram-se o antigo cônsul jeral do BRAZIL em BERLIM, STURZ, bem como seu coléga jornalista FRANKENBERG, e também tér BRUEGGEN.

Teria sido maes propício aos interesses do jermanizmo no BRAZIL, se ele tivése colocado sua pena, tão ábil, a serviço maes da união ce das retaliasões. Iso se aplica especialmente ás suas atitudes na questão relijioza e de comepsão do mundo, nas cuaes as diverjências de vistas entre os alemães imigrados apenas dormitavam e ce a sua instigação despertou, a ponto de cavarem antagonizmos incompiliáveis.

Von KOSERITZ era masó e como tal adotava um materializmo filozófico ce se nutria em DARWIN e nos filózofos alemães, então em móda, FEUERBACH, BUECHNER,

MOLESCHOTT, HAECKEL, STRAUSS e outros, e ce se emcarreirou por sértos rumos odientos, ainda sob o insentivo da campanha cultural de BISMARCK e da questão brasileira dos bispos. (46)

O publisista combativo applicava sua áspersa gróza a cuaescer manifestasões do cristianizmo formal, fosse católica ou protestante, e dés-tarte asirrava em fórma lastimavel os respectivos disídios doutrinários. Assim, coube-lhe porsão principal na culpa do azedume ce caracterizou taes polemias nos anos de 70 e 80 do século pasado, de uma violénsia inegualada nos 125 anos de istória do jermanizmo sulriograndense. Cem folheia as vélhas colesões de jornaes dacéla época não póde escapar a um sentimento de pejo diante dos erros das discussões ce asinalavam a dezarmônia entre os alemães da província.

Espesial aversão votava o Sr. von KOSERITZ aos jezuitas, os cuaes dezde 1849 proviam ao culto católico nas igrejas das colônias alemãs do RIO GRANDE DO SUL, e cuja atuação ele combatia de todos os módos. A ese respeito assim se pronumsiou o médico e naturalista teutobrazilano Dr. Hermann von IHERING, ce por algum tempo exerseu a direção do "DEUTSCHE ZEITUNG", depoes ce a deixara seu amigo von KOSERITZ (1881), e ce não era católico nem nutria precomseito contra os jezuitas: "A polemica contra os jezuitas, mantida por von KOSERITZ durante longos anos, e de ce nos ultimos anos frequentemente se absteve, sem dúvida contribuiu maes para agusar as diferemsas doutrinárias do ce para a pretendida ostilização sistematica aos jezuitas". (47)

Tanto em vida como depoes, von KOSERITZ foe sempre uma personalidade muinto discutida, mórmemente do ponto de vista de seu caráter. Maes do ce a cualcér outro dos paladinos do jermanizmo no BRAZIL, aplicam-se-lhe as palavras do poeta: dezorientado pelo favor e o ódio das facções, osila na istória a configurasão do seu caráter.

Não obstante suas inegáveis fraquezas pesoaes e erros, bem como os

fatos menos estimáveis da "era KOSERITZ", a justiça impõe o reconhecimento de que a caça do jermânizmo no BRAZIL tem motivos para não olvidar a esse homem, que foi de todos os "Rezingões" aquele que mais profundamente influenciou o desenvolvimento cultural e político dos alemães do RIO GRANDE DO SUL.

Vitimado por insulto cerebral, a 30 de maio de 1890, com apenas 56 anos de idade, efeito das estafas dos dias da revolução, sua morte traja uma ferozmente lamentada como perda para o jermânizmo no BRAZIL.

Posivelmente tenha razão Hans GEHSE, em sua história da imprensa alemã no BRAZIL, ao formular nos seguintes termos o seu juízo sobre a atuação política de von KOSERITZ no interesse de seus compatriotas: Apesar de todas as oposições, KOSERITZ soube realizar a obra de dar importância à população alemã do RIO GRANDE DO SUL; quando ele iniciou sua respectiva campanha, esses homens não tinham direitos políticos, e quando faleceu estava alcançada (pelo menos formalmente — observação de A. SCHMID) a equiparação política dos teutobrazilianos aos luzobrazilianos.

CONCLUSÃO

Assim, ao passo que a maioria dos "Rezingões" ficaram no país e se cidadanizaram, uma pequena fração deles regressou à ALEMANHA e os demais se dispersaram pelo resto do mundo.

Um deles, que fora pedreiro, Emrich REICH, natural da província prussiana de POZEN, e que depois da campanha desertou de MONTEVIDEO, com outros camaradas, alistou-se no exército argentino, adotou o nome de Teófilo IVANOWSKI, e figurava no passaporte fornecido pelos alemães argentinos; como simples soldado, tomou parte, com distinção, ao lado das tropas legais, nas lutas das revoluções do país. Suas espaciais aptidões militares, fizeram-no ascender rapidamente na escala hierárquica, até general. Como fiel par-

tidário de SARMIENTO, e muito o estimava, foi assassinado em 1874, em MERSEDES, num levante dos adversários daquele presidente.

A um outro encontrou-o o imperador d. PEDRO II, com quem sempre contou o caso de von KOSERITZ; foi quando dum vizito de S.M. a JERUZALÉM: aí se achava o "rezingão" como guarda da casa da Ordem dos Joanitas, pertencente ao príncipe imperial alemão, e contou a S.M., na afável palestra de S.M. com ele, que estivera em 1851 a serviço do BRAZIL, pelo que agora logo reconheceu ao imperador.

Quando, por ocasião do jubileu simcuentenário dos "rezingões", em 1901, o filho de von HELD, o então comandante da artilharia lejonária, convocou os lejonários sobreviventes para uma reunião e "xamada de premissa", em PORTO ALEGRE, contavam-se ainda 60 a 70, mas apenas 15 puderam comparecer; entre eles figurou Cristóvão LENZ, que depois, em 1911, publicava as suas "REMINISCÊNCIAS E AVENTURAS DE UM VELHO "REZINGÃO". Contava, então 78 anos de idade. E ainda narrou de viva voz ao autor deste estudo outros tópicos, que no mesmo os aproveitou. Foram publicadas essas memórias no referido ano, em edições sucessivas do "DEUTSCHES VOLKSBLATT" (Folha Alemã do POVO) e depois editadas em separata. Apesar de algumas inexactidões e premissas remanescentes de seu tempo, constituem hoje valioso documento para a história da Lejão Alemã na guerra contra RÓZAS. E, como entretimentos tal narrativa se tornou raridade, reproduzimos, tal qual, como anexo, eliminados os últimos capítulos, que se referem a outros acontecimentos. (11)

BIBLIOGRAFIA DA HISTÓRIA DOS "REZINGÕES"

Motivos de força maior privaram ao A. de compilar as obras originais alemãs de von LEMMERSDANFORTH e de SIBER. Os dados da primeira, aqui referidos, foram colhidos na obra de SOMMER. Consultou o A. a obra de SIBER

em sua versão portugueza, por Alfredo de CARVALHO. Ambas as narrativas foram publicadas por editores alemães, sem menção dos autores, pouco depois da terminação da guerra contra RÓZAS. É mesmismo de Alfredo de CARVALHO aver identificado os autores e feito conselhos no BRAZIL, bem como aver traduzido, em parte, suas obras para o portuguez.

— DEUTSCHE ZEITUNG (Jornal Alemão), PORTO ALÉGRE, anos de 1864, 65, 66 e outros.

— FUGER, Albérto, S. J. — Lejão dos Estramjeiros, Contribuição para a Istória do segundo Império, Estraido do relatório do Jinázio ANCHIETA, P. ALÉGRE, 1938. É esmialmente um estrato da coletânea "Da Istória dos mersenários alemães, colonos e seus descendentes, no BRAZIL" (Zur Geschichte der deutschen Soeldlinge, Kolonisten und deren Nachkommen in BRASILIEN), edição de Heinrich MATHES, LEIPZIG, 1854.

— GEHSE, Hans — DIE DEUTSCHE PRESSE IN BRASILIEN von 1832 bis zur Gegenwart (a Imprensa Alemã no BRAZIL de 1832 até a atoalidade), MUENSTER na WESTFÁLIA, 1931.

— HUNDERT JAHRE DEUTSCHTUM IN RIO GRANDE DO SUL (Um Século de Germanismo no R.G. do S.), publicado pela Federação das Siedades Alemãs, P. ALÉGRE, 1924.

— JAEGER, Adolfo — Da vida do faldido; sem indicação de autor: DEUTSCHES VOLKSBLATT, Ns. 36 a 40, P. ALÉGRE, 1902.

— KLEIN, Alexandre — ERINNERUNGEN AUS DEN ERSTEN DEUTSCHEN SIEDLERZEITEN IN BRASILIEN (Recordações dos primeiros tempos de colonização alemã no BRAZIL), publicado por I.W., no DEUTSCHES VOLKSBLATT, P. ALÉGRE, 1º de maio de 1934.

— KOSERITZ, C. von — AUS DEM BRASILIANISCHEN SOLDATENLEBEN (Da vida de soldado brasileiro), no KOSERITZ DEUTSCHER VOLKSKALENDER, P. ALÉGRE, 1879. — AUS SCHWEREN TAGEN, ERINNERUNGEN AUS DEM LEBEN (De dias

duros, reminisências da vida), loc. cit., 1887. — DAS DEUTSCHE ELEMENT IN DER PROVINZ RIO GRANDE DO SUL (O Elemento Alemão na Província do R.G. do S.), loc. cit., 1879. — BILDER AUS BRASILIEN (Cuadros do BRAZIL), LEIPZIG e BERLIN, 1885.

— von LEMMERS-DANFORTH — ZUR CHARAKTERISTIK DER DEUTSCHEN LEGION VON 1851 IM KAISERLICH BRASILIANISCHEN DIENST (Indole da Lejão Alemã de 1851, a serviço do Império do BRAZIL), MARBURG, 1853. Tradução portugueza, do Jeneral Bertoldo KLINGER, prefácio e notas do Coronel Fransisco de PAOLA CIDADE, Boletim do Sentro Riograndense de Estudos Istóricos, da Bibliotéca Riograndense, 1943.

— LENZ, Cristóvam — ERINNERUNGEN UND ERLEBNISSE EINES ALTEN BRUMMERS (Reminisências e Aventuras dum velho Rezimgão), P. ALÉGRE, 1911.

— MAECHTIG, I. F. — AUS DEM LEBEN EINES BRUMMERS (Da vida dum Rezimgão), no KOSERITZ DEUTSCHER VOLKSKALENDER, P. ALÉGRE, 1891.

— MUETZEL, Ernsto — TAGEBUCH-AUFZEICHNUNGEN (Apontamentos dum diário), cópia manuscrita inédita, em poder do Dr. Nei CAMARA, S. LEOPOLDO.

— OBERACKER, K. H. — KARL von KOSERITZ ALS BRASILIANISCHER POLITIKER (C. v. K. como político brasileiro), no KALENDER FUER DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN (Almanac para os alemães no B.), S. LEOPOLDO, 1940.

— PORTO, Aorélio — O Trabalho Alemão no RIO GRANDE DO SUL, P. ALÉGRE, 1934.

— SCHNACK, Júlio Jórje — ALTE ERINNERUNGEN DES BRUMMERS... (Véhas recordações do Rezimgão...), no KALENDER FUER DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN, S. LEOPOLDO, 1915.

— SCHROEDER, Fernando — DIE DEUTSCHE EINWANDERUNG NACH SUEBRASIL IEN BIS ZUM JAHRE 1859 (A Imi-

gração Alemã para o SUL do BRAZIL até 1859), BERLIM, 1930 (?)

— SIBER — RUECKBLICK AUF DEN KRIEG GEGEN RÓZAS UND DIE SCHICKSALE DER DEUTSCHEN TRUPPE IM DIENSTE BRASILIENS (Retrospecto da Gerra contra RÓZAS e As Visistudes das Trópas Alemãs ao Serviso do BRAZIL), por uma testemunha ocular, tradusão de Alfredo de CARVALHO, na Revista do Instituto Istórico e Jeografico Brasileiro, tomo 78º, parte 1ª, RIO DE JANEIRO, 1915.

— SOMMER, Frederico — DIE BRUMMER IN DER DEUTSCH-BRASILIANISCHEN GESCHICHTE

(Os Rezingões na istória teutobrazilana), no DER AUSLANDS-DEUTSCHE, Ns. 21 e 22, STUTTGART, 1926.

— STUHR, C. — DAS TAGEBUCH DES BRUMMERS HEINRICH SCHAEFER AUS SCHLESWIG-HOLSTEIN (O Diário do rezingão H.S., do S.-H.), no Kalender Fuer die Deutsche in BRASILIEN, S. LEOPOLDO, 1914.

— DE PEDREIRO ALEMÃO A JENERAL ARJENTINO. Sem indicassão de ator. Estraido da WELTMACHT DER DEUTSCHEN, HELLERAU junto a DRESDEN, na NEUE DEUTSCHE ZEITUNG, número 47, P. ALÉGRE, 1938.

(39) Continuação da Nota 39, anteriormente publicada :

— Também a colônia alemã de BLUMENAU deu um contimjente de "Voluntários da Pátria" para o ezército brasileiro, na gerra do PARAGUAE: e também fô seu comandante um es-lejionário alemão, de 1851, Victor von GILSA, ce fora capitão de artilharia, cmt. de uma das 4 bias. da Lejião.

É o ce acabo de ler, em dois tópicos, no "SENTENÁRIO DE BLUMENAU", edição da "Comissão de Festejos" referêmsia num dos artigos de José FERREIRA DA SILVA, "ISTÓRIA DE BLUMENAU"; e dezemvolvimento num estudo especial de Frei Ernesto EMMENDOERFER, "VOLUNTARIOS DA PATRIA, DE BLUMENAU".

Foram cerca de 80 omens ce se apresentaram espontâneamente dentre os povoadores da insipiente colônia, tributo ce sóbe de vulto relativo ante a considerassão de ce, em 1865, BLUMENAU apenas contava pouco maes de 2000 povoadores, tendo sido fundada em 1850, padecido catastróficas inundações por enxentes do rio ITAJAI, ataces dos índios da vizinhansa e dezleal comcorrêmsia no afluço de imigrantes.

O capitão Victor von GILSA, es-lejionário de 1851, ce fôe o cmt. deses voluntários, viêra para BLUMENAU em 1858 e aí se estabalesera como fundador, diretor, e professor, de colégio primário. Voltou da gerra, por doênte, em 1867 e reasumiu o majistério, ce ezereu até a mórté, em novembro de 1874.

(40) Cristóvam LENZ, em seu depolimento anêco ao opusculo de A. SCHMID, acrescenta ce contribuiu para vulgarizassão do apelido, "BRUMMER", o fato de os lejionários fazerem suas contas em dinheiro tomando por unidade os "2 vinténs", os "BRUMMER" — os REZINGÕES.

— Quanto a ésta tradusão por nós adotada, fôe laboriôza a escolha.

Poderíamos ter preferido "REZMUMGAO", com a vantajem de assim ficarmos maes fiéis ao termo original alemão, pela igual formassão por onomatopéia: em BRUMMER, como em REZMUMGAO, a raliz da expressão está no "UM", imitante do ruído ce produz a moêda, de preferêmsia ao percudir numa meza, por exemplo. A palavra BRUMMER, preexistente, ce fôe lembrada para apelar a moêda, tem realmente a asepssão de rezmumgaio.

Entretanto, me pareceu maes interessante traduzir no termo escolhido — sem dezvirtuamento, eztorço de interpretassão ou preziozise — dirêtamente idéia da entidade nomeada. E, evidentemente, o nóso lejionário alemão de 1851, no ce entende com os seus elementos BRUMMER, não era inofensivo rezmumgaio, murmurador, a dezabafar entre dentes o seu descontentamento ou incomformidade contra o ce cêr ce fôse: o ce ele realmente éra, o BRUMMER, éra dezvevas reclamador, sem melas palavras, rixento, turbulento; em suma, éra REZINGAO. Não apenas murmurava quando axase ce éra o cazo: reclamava alto e bom som, insubmetia-se, reafia por vias de fato, por sua conta e risco.

(41) O tradutor já teve ocasião de referir ("NARRATIVAS AOTOBIOGRAFICAS", Vol. I) ce estudou (em 1896, &) pela "Selesão Literária dos primspaes autores alemães" — organizada para servir de ezerssio de tradusão, por Carlos JANSEN, do Imperial Colégio de d. PEDRO II", LAEMMERT & Cia., RIO DE JANEIRO, 1889.

O livro tem prefácio do Dr. SOUZA BANDEIRA, ce fora disipulo de JANSEN, em 1880. E na "Advertêmsia", datada de outubro de 88, diz o A., ce conta 40 anos de esperiêmsia de majistério — de onde se infêre ce antes de se deixar seduzir para a Lejião, como simples soldado, já fora professor em sua pátria.

(42) Dentre os nomes maes conhidos, de lejionários, podemos acrescentar dois ezemplos, no jênero, de desendentes ce oje são ofissiaes do ezército: SCHI-

MMELPFENG SEIXAS e KOSERITZ PEREIRA DA CUNHA. Muitos outros averá, sivils e militares, desendentes do "rezimções", em cujo nome de família já se obliterou a componente teuta, encontradisa no sangue.

(43) Engano. Como se viu, o "HEINRICH" zarpo do ELBA a 22-VI-51. Acontése ce nele foe ce veio a ultima das baterias lejonárias, a 4ª. Teria xegado ao RIO em agosto. (Ver nota 17, 2ª parte).

(44) Efetivamente, o fato de ser no Império relijião do Estado a católica acarretava para a mezma odiosos privilejios, ce afetavam a integridade da sidadania. Os não católicos não podiam ser eleitos representantes do povo, suas cazas de culto não podiam ter torre nem sino, e seus atos relijiozios não tinham validade legal. Ademaes, remanésia o preconseito popular, o fanatismo da incultura, de consideralos "eréjes".

Com ésas ressalvas, o colonio tinha asegurada em lei a liberdade de relijião. Assim como, dezde 1843, para naturalizarse brasileiro estava reduzido a 2 anos o prazo de rezidência no paiz, ce anteriormente éra de 4; e para muitos cazos espesialas avia facilidade maior ainda.

(45) Ignoravam ésa rasional interpretação potetica, anticuissima, os nósos asodados nacionalistas jermanótopos, os cuaes nos ultimos anos e notadamente por ocazião da resente gerra universal, em aguda residiva purrifiñoza de falso patriotismo, tanto mal cozaram — danos materiais e moraes, sobretudo — aos compatrizios de sangue teuto, tão compatrizios, no minimo, como já lembrei alhures, quanto os de sangue afro, ou luzo ou de outro continente.

Colheriam, outrossim, eselente sedativo no seu furor antiteutonico na leitura da serena, objetiva "CONTRIBUISÃO A ISTÓRIA DA COLONIZASÃO ALEMÁ NO VALE DO ITAJAI", de Max TAVARES D'AMARAL, publicasão do IMSTI-TUTO HANS STADEN, S. PAULO, 1950.

E, maes ce tudo, deveriam obrar com oportunidade, radicalmente, emsinando patriotismo aos nósos parlamentares e governantes, mediante corte séres ao "mal": proibisio terminante de imigraçio alemá para a nósos pátria amada, BRAZIL!

(46) Em comese de 1873, o bispo de OLINDA, dom FREI VITAL, e logo depoes o do PARA, dom MACEDO COSTA, se insurjiram contra uma intromisio do governo imperial em asunto eclesiastico, praticada para desfazer desizio por eles tomada no lejítimo exerçisio de suas funções. Não atendida pelos bispos a ordem de revogasio de seus atos, o governo mandou prosesalos criminalmente e fez ce fossem condenados. Maz a onda de repulsa, ce se jeneralizou, contra o abuso da autoridade temporal, repulsa não só no seio do clero brazliano, como no da massa da populaçio católica, induziu o governo a recuar, sob a capa de magnanimidade, a comessio de anistia.

(47) De uma notisia escrita por Frederico SOMMER, no Boletim do Instituto Hans STADEN, n. 2, de agosto de 1950, a propozito do 1º sentençio do nasimento de Hermann von IHERING, estralimos:

"Naseu a 9-X-1850, em KIEL, e faleceu a 25-II-1930, em BUEADINGEN, ALEMANHA. Médico e zoologo, domissiou-se em 1880 no RIO GRANDE DO SUL, afim de ali ezerser clinica e dedicarse ao estudo das siensias naturais. Viveu em PORTO ALEGRE, em TACUARA DO MUNDO NOVO, sidade do RIO GRANDE colonia e sidade de S. LOUREMSO, e, por fim, numa ilha da lagoa dos PATOS, na boca do CAMACUÁ.

Além de von IHERING, também HAENSEL, BAROLOMAY, TREIN e HEILBORN, se agruparam em torno de von KOSERITZ na campanha pela naturalizasão e alistamento eleitoral dos colonos alemães do BRAZIL.

A "Espozisio Teuto-Brazileira" ce motivou o afastamento de von K. do jornal alemão ce dirijia, em P. ALEGRE, e fundasão do seu próprio jornal, a 29-XII-1881, foe devorada por insendio, a 23-II-1883.

Em 1893 von IHERING, já em S. PAULO, pason ao servico do Estado, como naturalista, cargo do qual teve ce se afastar quando da entrada do BRAZIL na primeira gerra mundial.

Hermann von IHERING naturalizou-se brasileiro em 1885. Fundou em S. PAULO o Museu PAOLISTA, e foe seu diretor durante 25 anos, cargo em ce produziu imensamente e firmou renome universal, como dos maiores zoologos de seu tempo."

Tal qual acontesera com seu compatrizio e comrade naturalista Herrmann BURMEISTER, ce em 1852 vizitou o BRAZIL e depoes foe aproveitado em BUENOS AIRES onde fez obra de vulto, também von IHERING; por nós repudiado depoes de 25 anos de profico labor, foe dirijir o Museu de LA PLATA, e depoes o de SANTIAGO do XILE. Entre seus dispuolos e continuadores brazileiros, figurou seu filho Rodolfo von IHERING, falecido em 1939.

(48) Theodor OCHSZ (Fixa organizada com base em recerimentos seus ezistentes no Arquivo do M.G.). Dezde 1849 éra tenente na ALEMANHA: mediante entendimento com o ministro do BRAZIL, e carta de recomendasão dese ao da gerra, veio para cá, com o propozito de servir no nósos exerçito. Do RIO DE JANEIRO foe mandado para MONTEVIDEU, em comese de 1852, por se axar ali a Lejião Alemá; CAXIAS em fevereiro, mandou emgajalo, para esperiémcia, por 6 mezes.

Um atestado de conduta do comandante de seu Btl., o 15º, maior von LEMMERS, diz ce, efetivamente, serviu adido ao Btl., como voluntário, no acampa-

mento em MONTEVIDÉU, e ce "posue os conhecimentos e capacidades nesesários para o serviço, e sévoro no mezm, e apóea a auctoridade tão ce possível (sic)".

Em marzo de 53 foe nomeado instrutor das novas armas de fogo de infantaria e cavalaria, junto á escola militar de PORTO ALEGRE, função na cual elaborou 2 compendios, com trinta e tantos dezenhos, para servirem de guia de instrução dos ofisiales e sarjentos, trabalho do cual foram tiradas e distribuidas diversas cópias. Dezde 1-IV, ficara como diretor dese ensino, afastado o ten. cél. von LEMMERS, ce passou a responder a conselho de guerra.

Em fevereiro de 54 formou e comandou uma Cia. de atiradores á tige, incorporada á DIVIZÃO AOSILIADORA, com a cual esteve 10 mezes na BANDA ORIENTAL, até ce, a 15-1-55, com a mesma embarcou para o PARAGUAIE, no vapor de guerra AMAZONAS, com o nóso ministro plenipotenciário.

Foe atimido pela suspensão ordenada pelo prezidente da provincia do RIO GRANDE, CAMSAMBÃO DE SINIMBU, para os ofisiales alemães ce no RIO PARDO se recusaram, em memorial, a continuar a servir; maz o ato ficou sem efeito quanto a OCHSZ, em fase de atestado do próprio SINIMBU, segundo o cual ese ofisial se opuzera tenazmente á insubordinação de seus camaradas.

Por ato de 14-II-55, em solusão a recerimento, lhe foe concedida renovação do contrato por 4 anos, sob condição de naturalizarse brasileiro. Não cis aseitar esa clausula, recolheu-se á Corte, em marzo, e após mezes de espera, em ce lhe offereseram outras solusões, ce também não lhe agradavam, pediu demissão, como capitão, o ce lhe foe concedido, a 15-VI-55, sendo ministro da guerra o marquez de CAXIAS. Entretanto, ainda em 37 continuava no BRAZIL, tanto ce a 23-III, receria emprego na Repartição de terras Publicas, como inspetor-geral, para o ce se prontificava a submeterse ao exigido exame de pratica de observatório astronómico, no Observatório Imperial.

(49) Adolfo von REISSWITZ (fixa organizada segundo recerimentos) nasceu a 31-X-1823, em GLATZ, distrito de BRESLAU; entrou para o serviço ativo da PRUSIA a 1-X-41 e 5 anos depois passou para a reserva (Landwehr). Fez a campanha de 1848 e 49 como sarjento; teve em dezembro de 50 a patente de alféres, pelo ducado de SCHLESWIG-HOLSTEIN.

Foe contratado no BRAZIL, a 1-X-51, sem o prêmio de emgajamento, para servir por 2 anos como 2º tenente de pontoneiros, na respectiva tropa da Leijão Alemã, ce então se axava em MONTEVIDÉU. Teve o contrato renovado em 53 e foe demitido, a pedido, a 16-V-55.

ANÊCSO

RELASÃO NOMINAL ANOTADA DOS OFISIAES DA LEIJÃO ALEMÃ a serviço do BRAZIL, em 1851, &.

Comfórme elementos colhidos pelo tradutor no ARQUIVO do EZÉRSITO, a saber: Livro "ESTRAMJEIROS"; livros Ns. 410 e 423 da colesão "EZÉRSITO" (atos do ministério da guerra); colesões de recerimentos; e outros. Ver no fim, "Observações", 2.

INFANTARIA

1. Ten. Cél. Friedrich Heinrich Siegesmund, barão von der HEYDE. (Demitido, a pedido, a 20-III-52).

2. Maj. Fêdor von LEMMERS-DANFORTH. (Promovido a Ten. Cél., para cmt. do 15º B.I., a 28-VII-52; dem. a pedido a 15-XII-54; ver nota 29).

3. Maj. auditor Andreas von HARBOU. (Dem. a 14-II-52). (').

4. Capitães: Herrmann von EHRENKREUTZ (Dem. ?) Eziste uma nota de maio de 56 em ce se declara ce ese cap., bem como HOERMEYER e o alf. barão von KAHLDEN ainda estavam emgajados por 8 anos.

5. Josef HOERMEYER (ver a observação do presedente; entre tanto figurou entre os dem., em julho de 54; esteve lomgamente sujeito a conselho de guerra, por aver acutilado a um leijonário, ce lhe negara a devida saodação).

6. Albrecht SCHLEYER. (Dem. a 4-VII-51).

7. Carlos, conde von HERZBERG. (Dem. a 14-II-52).

8. Edmund von der MARWITZ. (id.).

9. Eduard SIBER. (Dem. a 18-VI-55).

(') "Dem.", demissão, fica entendido ce foe a pedido, até 1856; dese ano pasam a ser demissões por espiração do prazo do contrato ou emgajamento.

A mesma abreviatura segida do sinal de interrogação significa ce nada em-tre-tel a respeito da respectiva data.

10. Oscar von KROPP. (Contratado no BRAZIL, a 6-II-52; foi licenciado a 23-VI-54, para recolher-se á EUROPA; dem. a 16-V-56).

11. Méd. cirurgião-mór Dr. Emrice V. WACHS. (Dem. a 14-IV-52; em seu lugar foi contratado, no BRAZIL, o n. 12, a 4-V-52, "emquanto conviesse").

12. id. id. Dr. Wolfgang Artur William MOELLER. (Ver observação precedente; dem. em fev. de 53).

13. Tenentes: Johann Georg OTTO KOEHLER, ajudante do Btl.

14. Hugo von KLASS.

15. Richard von BREITENBAUCH (também aparece como BREITENBACH).

16. Vicent von RACKSKOWSKI (também aparece como RACKSONOWSKI).

17. Tenentes: Carl KLEBS.

18. Rudolf SCHMIDT.

(Ns. 13 a 18, dem. a 14-II-52; R. SCHMIDT fora contratado como alf., e foi promovido a tenente a 23-VII-51. KOEHLER parase ce foi novamente emgajado pouco depois, porcé reaparese dem., por conclusão do contrato, a 16-V-56, quando então servia no 14º B.I.)

19. Carl FISCHER, quartelmestre. (Dem. a 14-V-52).

20. Guido du VIGNAN. (Dem. a 12-III-53).

21. Fritz BUSCHENHAGEN. (Dem. a 20-IX-54).

22. Méd. Dr. Johann Friedrich STRUNCK. (Dem. a 16-V-56).

23. Alfêres: Ernst AMTOR. (Dem. a 4-II-52).

24. Malte DAU (também aparece como DAN, DANN; dem. a 4-II-52).

25. Eduard LUDWIG KELTER (A. SCHMID sita por engano um alf. VETTER; com este nome encontra-se no livro de asentamentos da Cia. Sap. reorganizada em jan. 53 um soldado — Gilhêrme Frederico V.; o alf. KELTER foi um dos 13 ofisiales dem. a pedido a 14-II-52).

26. Adolf Heinrich MOELLER. (Dem. a 14-II-52).

27. Herrmann BORN. (Dem. a 3-VIII-52).

28. Julius ANKER. (Dem. a 21-IV-53).

29. Theodor OTTO MARQUARDSEN. (Dem. a 24-I-54).

30. Friedrich Wilhelm von WEDELSTAEDT. (A 8-VI-54, servindo no 14º B.I., e com licença no RIO, receria exclusão, com as vantagens de conclusão de contrato, mas um ano de soldo pela antepassão; a 23-VI-54 era dem. a pedido).

31. Hans Adolf Zacharias SCHIOELT (também aparece estropiado em SCHIULT, SCHUELT e SCHIOETT; dem. a 18-IX-54; participou em MONTE CASEROS, com a Cia. alemã de fuzileiros de "aguiha").

32. Heinrich Harry ROEHE. (Dem. a 2-X-54).

33. Franz Lothar DE LA RUE (também aparece DELARUE e DELARNE; num recerimento de von KAHLDEN, de 14-IX-52, verifica-se ce DE LA RUE então exercia funções de auditor; dem. a 13-X-54).

34. Carlos, barão von KAHLDEN. (Dem. ?; ver a obs. no Cap. von EHRENKREUTZ; em 1853, quando o Jeneral Barão de PORTO ALEGRE reorganizou a Cia. de Sapadores, este alf. foi nela incluído; ver a nota 26).

35. Herrmann Carl Rudolf BORCKMEYER (também aparece como BOCKMEYER; emgajou-se em HAMBURGO, em 51, como soldado, foi promovido a alf. a 3-VIII-51; dem. a 2-XII-53).

36. Alfêres: Rudolf von NEWIADOWSKI. (Dem. a 2-IX-52; fora contratado no BRAZIL, em fev. 52, com destino a MONTEVIDEO, onde então estava o 15º B.I.).

37. Theodor OCHSZ (também aparece como OCHS, OCHER e OCHEZ; dem. a 30-55; ver a obs. do precedente; bem como a nota 48).

38. Barão von PFUEHL (ou PFEIL ?; dem. ?; sobre seu contrato, ver a obs. do 36).

39. August WITTE. (Este e o 7 seguintes eram sarjentos, foram promovidos a alf. a 30-VI-52; WITTE foi dem. a 24-I-54).

40. Rudolf ROTTGER, secretário. (Ver a obs. do precedente; dem. a 13-VII-54).

41. Adam HAGEN, cuartél-mestre. (Ver a obs. do 39; dem. a 18-IX-54).

42. Carlos MOLLE. (Ver a obs. do 39; dem. a 15-XII-54).

43. Heinrich MEYER. (Ver a obs. do 39; dem. a 15-XII-54).

44. Ferdinand SCHMIDT. (Ver a obs. do 39; dem. a 27-II-55).

45. Albert KRAUL (também aparése como KNAUL; ver a obs. do 39; lisensiado a 8-VII-54, dem. a 17-IV-56).

46. Pedro Gilhérme MAYER. (Ver a obs. do 39; id. a nota 37; ficou no BRAZIL, no Ezército, até a morte, em 1888, como coronel).

47. Méd. Dr. Ignaz BELZER. (Dem. a 17-IV-56).

48. Méd. Dr. Friedrich Wilhelm KOENECKE. (Dem. a 16-V-56).

OBSERVAÇÃO: Por proposta do Maj. von LEMMERS, são nomeados os 1^{os} sjt. IEMSCH, boticário e ajudante de cirurgião; e DAMM, escrivão do auditor. Na relação das praxas, em "INDOLE, &", não se encontra o primeiro desses nomes, mas Friedrich HINSCH, á pág. 91; e Herrmann DAMM, á pág. 81.

ARTILHARIA

49. Ten. Cél. Guido, barão von HELD. (Dem. a 2-V-55).

50. Maj. Carl von BROCKENHAUS. (Dem. ?; numa nota existente junto a uma relação de oficiais excluídos em 1856, por conclusão de contrato, lê-se ce então o major estava no PARÁ; existem recerimentos dele para diversos empregos publicos svis).

51. Capitães: Adalbert JAHN. (Dem. a 14-VII-55).

52. Viktor von GILSA. (Id.). Ficou no BRAZIL; prestou serviços na guerra do PARAGUAE; ver nota 39.

53. Otto BRINCKMANN. (id.).

54. Méd. cirurgião Dr. Friedrich Wilhelm SCHULZ. (Dem. a 15-XII-54).

55. 1^{os} Tenentes: Julius Friedrich GUSTAV BORELL DU VERNAY. (Dem. a 31-I-53).

56. Maximilian KASS (também aparése KAAS; desertou do acampamento de COLONIA, para BUENOS AIRES).

57. 2^{os} Tenentes: Paul RIMANN. (Dem. a 8-XI-54).

58. Josef Anton DIETHELM, cuartél-mestre. (A 2-X-51 foi transferido para secretário, acumulando com essas funções as de auditor; dem. a 10-X-54).

59. Wilhelm Friedrich August LACHMUND (aparése estropiado em LANGMUND; dem. a 15-V-55).

60. 2^{os} Tenentes: Alfonsus von GONTARD. (Contratado no BRAZIL, a 19-IX-51; dem. a 18-VI-55).

61. Carl GAERTNER. (Dem. a 18-VI-55).

62. Viktor BEHREN, cuartél-mestre. (Promovido de sarjento, na vaga de DIETHELM; dem. a 18-VI-55).

63. Oscar von ZAKREWSKI. (Faleceu no acampamento de COLONIA).

64. Moritz BECHER, ajudante. (Dem. a 14-VII-55).

65. Otto Carl August von TIEDEMANN. (Contratado no BRAZIL, a 21-X-51; dem. a 14-VII-55).

66. Paul Moritz LISCHKE. (Dem. a 17-VIII-55).

67. Carl Ferdinand SCHNEIDER. (Lisensiado a 18-VI-55, dem. a 16-V-56; ficou no BRAZIL; reaparése na guerra do PARAGUAE, organizando e comandando uma bateria recrutada nas colônias alemãs do RIO GRANDE DO SUL; ver nota 39).

68. Hans Ludwig Christian SCHOEPSINSKI. (Dem. a 16-V-56).

69. Wilhelm von REISSWITZ (também aparése REISSNITZ; dem. a 16-V-56).

70. Médico Dr. Gottlob Albert KAHLEIS, sjt. de cirurgião. (Dem. a 16-V-56).

71. Méd. Dr. Carl Benjamim PETRASI. (Nasceu em 1820, no MECKLEMBURGO; naturalizou-se brasileiro e teve seu contrato renovado, como 1^o ten., a 2-V-55; dem. ?).

72. Capelão Carl HOEFER. (Dem. a 13-IX-55).

OBSERVAÇÃO: A artilharia trouxe entre os contratados um sjt.-veterinário, Gustav Adolf SPIERECHE. Figura na "INDOLE &", á pág. 88, como sjt. vet. Gustavo Adolfo SPIESICKE. Não

sabemos se xegou a ofisial, maz encontramos memsão de sua transferêmsia para o 1º R.C. Li-jeira, a 19-XII-52; e 3 anos de-pees, a 20-IX-55, o ministro da gêrra aqtorizava sua escluzão, por mau comportamento.

SAPADORES

73. Capitães: Carl HAUSNER. (Contratado a 22-IV-52, para comandar os pontoneiros, como major graduado; era austriaco; faleceu de fébre amarelá, em S. CATARINA, a 24-V-52).

74. Friedrich PICKART. (Contratado a 22-IV-52; dem. a 2-X-54).

75. 1ºs Tenentes: Rudolf, barão von RIESENFELS. (Dem. a 3-V-52).

76. Wilhelm Anton MALSCHITZKI. (Transferido para a A. leijonária; dezertou do acampamento de COLONIA, para BUENOS AIRES).

77. Ugo von UCKERMANN. (Dem. a 20-VII-54).

78. Maximilian EMMERICH. (Também aparése como EMMERICH; ficou no ezérsito brasileiro, até sua mórte; ver nota 38).

79. 1º Tenente: Adolf von REISSWITZ, ou REISSNITZ. (Contratado no BRAZIL, para servir por 2 anos, a 1-X-51; teve o contrato renovado em 53; dem. a 16-V-56; ver nota 49).

80. 2º Tenente médico Dr. Carl RIEGNITZ ou RUEGNITZ. (Contratado no BRAZIL, a 20-IX-51; dem. a 16-VIII-55).

OBSERVAÇÕES

1. Em nósra tradusão "INDOLE, &", a relasão nominal das prasas da Leijão Alemã de 1851 está eivada de erros tipográficos, notadamente nos muintos estapafúrdios nomes com "JS", em ce, evidentemente, foe tomado por J o S lomgo manuscrito: MEJSERSCHMIDT, WEIDHAUJS, LOJSMANN, ... por MESSERSCHMIDT, WEIDHAUSS, LOSSMANN. ... Erro análogo ocorreu alhures, sobretudo nos livros do Arquivo do Ezérsito, com o nome OCHSZ, em ce o próprio ofisial traduziu para S-Z, literalmente, o "éss-tsét" alemão, substitutivo do duplo S manuscrito.

2. Quanto ao "cuartél-mestre KLEIN", referido por A. SCMD, encontramos com ese nome apenas o forriél Alexandre, dos pontoneiros; está na relasão da "INDOLE, &", pág. 91. O fato de não avermos encontrado nenhuma referêmsia a ofisial com ese nome não próva ce não tivése ezistido, (talvez por promoção dacele sjt.) pees a escriturasão encontradisa na documentasão da Leijão ezistente no Arquivo do Ezérsito é miseravelmente descuedada, conforme a "boa" cronica da burocrasia reituna dos asentamentos e dos registros de atos ofisiaes.

3. No referido livro 410 encontramos uma outra singularidade: a 29-XII-51 é demitido a pedido o "pórta-bandeira" Ugo von der MARWITZ. Figura ele, como soldado, no "INDOLE, &", á pág. 86. Não avia em nósra escala ierarcica o pórta-bandeira; provavelmente foe tradusão tipo "alemão-cobérto", de "Faehnrich", ce vem de "Fahne", bandeira, e era a dezignasão dada no ezérsito prusiano (em 51 não ezistia ezérsito "alemão") ao jóvem abilitado para candidato a ofisial, e ce pasava 6 mezes num corpo de trópa antes de ser matriculado na escola de formasão de ofisiaes. Nese estágio frequentava o circulo dos ofisiaes, de calculo, para ce estes pudésem darlhe o julgamento, eliminatório, aserca de sua aptidão para o ofisialato.

4. A órdem numérica ce adotamos na prezente relasão obedeceu: 1º) á separasão entre as 3 armas; 2º, 3º e 4º) em cada arma á órdem ierarcica decrescente, presedêmsia dos combatentes, em cada posto á data do lisemstamento. Assim, o 1º registro ce se encontra no livro 410, depoes da xegada ao BRAZIL, está na pág. 115, é datado de 8-VII-51, e arróla 30 ofisiaes. São os ce nesta relasão vem numerados 1 a 5, 7, 8, 11, 13 a 18, 20, 21, 23 a 27, 29, 31 a 34, 47, 48, 55 e 57. Dai em deante, e até o fim do 423, ce é a continuação, o registro é lacunozo; assim como é mal feita a escriturasão do livro "ESTRAMJEIROS", custozo volume de 300 fls. x 40 cm. x 60, emcadernado em couro, e só aproveitado até a pág. 83!

REPARAÇÃO DE RECEPTORES DE RÁDIO

Cap. ROBERTO MEIRA DE V. CHAVES

INTRODUÇÃO

Assunto de grande interesse para os admiradores da electrónica é sem dúvida a pesquisa de defeitos em receptores de rádio. Técnicos há que, apesar de possuírem grande tarimba e conhecimentos teóricos suficientes, perdem muito tempo ao efetuarem uma reparação simplesmente por não seguirem uma rotina de trabalho lógica e simples.

Os defeitos são, em sua maioria, facilmente descobertos mesmo sem aparelhagem complexa, desde que se faça uso de raciocínio.

A intenção deste pequeno artigo é apresentar um roteiro de serviço que padronize as operações a serem realizadas, a fim de chegar-se rápida e certamente à causa da pane apresentada.

O roteiro é prestimoso auxiliar principalmente quando o defeito é de difícil localização, como intermitência, microfonia, oscilações espúrias.

MÉTODOS DE PESQUISA

Para melhor compreender como utilizar o roteiro faz-se mister conhecer os diversos métodos de pesquisa de defeitos. Para isso, desfilarão a seguir os métodos, com principais processos:

a) *Efeito e Causa* — é o método do diagnóstico direto em face dos sintomas apresentados. Observa-se o sintoma apresentado (mudo, falta de volume, zumbido), e, em consequência, faz-se o diagnóstico (válvula queimada, válvula fraca, falta de filtragem da corrente). Baseia-se unicamente em raciocínio apoiado em sólido conhecimento do funcionamento do receptor a reparar,

dispensando geralmente qualquer instrumento. Somente a prática permite o emprego eficiente deste método.

b) *Análise Estática* — é o método da procura direta do elemento defeituoso, sem utilizar sinais de radiofrequência ou audiodfrequência; medem-se tensões, correntes, resistências e capacidades. Baseia-se na verificação da correção dos valores dos diversos componentes do receptor, sem intervir a questão da propagação de sinal através das etapas.

Os processos empregam instrumentos como o analisador volt-ohm-miliamperímetro, ou a lâmpada em série, principalmente, podendo também utilizar-se aparelhagem mais complexa como os capacitômetros, voltímetros a válvula, etc.

Materializemos. Se, por exemplo, temos um receptor defeituoso e ao medirmos uma resistência, encontramos como valor da mesma 10 ohm indicando o diagrama que a resistência pesquisada deveria ter 500.000 ohm é evidente que há aí um defeito. Indicando o diagrama 250 volt de tensão na saída do filtro, mediu-se a tensão com um analisador e achou-se 50 volt, há certamente erro.

c) *Análise Dinâmica* — é o método da pesquisa do sinal, isto é, análise do comportamento do receptor em face de sinal de radiofrequência ou audiodfrequência que o percorra total ou parcialmente. Seu emprego é feito por quatro processos importantes:

— *Injeção do Sinal* — consiste em fazer o sinal de rádio ou audiodfrequência, gerado por oscilador de provas, propagar-se através das

etapas do receptor, medindo sua amplificação, a distorsão, ou verificando que não atravessa determinadas etapas. O medidor pode ser um instrumento muito sensível, o ouvido ou o próprio "ólio mágico" quando possui contrôlê visual de sintonia. Há excelente instrumento empregado por este processo — o multivibrador — que nada mais é do que um gerador de sinais de onda quadrada ou seja uma forma de onda que possui infinidade de harmônicos.

— **Investigação do Sinal** — verificamos o comportamento de receptor em face dos sinais das estações transmissoras, retirando os sinais nas diversas etapas, detectando-os se for o caso. Os instrumentos são o investigador de sinais e o fone, este apenas para as etapas amplificadoras de audiodifusão.

— **Eliminação de Etapas** — consiste em, por meio de um condensador, colocar o sinal em curto circuito, eliminando sucessivamente as etapas.

— **Produção de Distúrbios** — consiste simplesmente em, por meio de chave de fendas ou o próprio dedo, produzir ruídos e verificar sua propagação através do receptor.

Vistos os diversos métodos empregados na pesquisa estamos em condições de estudar e compreender o roteiro.

ROTEIRO DE SERVIÇO

O roteiro que abaixo apresentamos é uma sequência lógica de operações que devemos realizar para chegar rápida e certamente à causa do defeito no funcionamento do receptor. Ao elaborarmos este roteiro, o fizemos tendo em mira que fosse lógico, prático e simples, que pudesse ser gravado facilmente de cor.

a) O Roteiro

- 1° — Inspeção Visual
- 2° — Prova de Válvulas
- 3° — Medições na Fonte de Alimentação
- 4° — Localização da Etapa Defeituosa

- 5° — Localização do Elemento Defeituoso da Etapa
- 6° — Reparação
- 7° — Prova

b) As Fases

— **Inspeção Visual** — verifica-se o estado externo de cada componente com detalhe, a fim de constatar, sem qualquer aparelho, se há algum fio interrompido, resistência queimada, fusível fundido, sinais visíveis de curto circuito, cera derretida, etc.

— **Prova de Válvulas** — testa-se o funcionamento de cada uma das válvulas, uma vez que elas são os elementos básicos dos aparelhos de rádio e, sem estarmos certos do bom funcionamento de todas, não podemos determinar com segurança qualquer defeito. As válvulas são os elementos-chave e correto funcionamento de uma etapa depende essencialmente delas. A prova é feita com os provadores de válvulas, que testam seu funcionamento quer estáticamente, quer dinamicamente, isto é, medindo emissão e curtos circuitos nas condições reais de funcionamento, como se estivessem no receptor. A integridade dos filamentos pode ser verificada com qualquer ohmímetro, os mesmo uma lâmpada em série. Pode-se também provar válvulas indiretamente, por substituição por outra idêntica e sabidamente boa; é um processo excelente porém caro e até certo ponto perigoso; requer grande estoque de válvulas.

— **Medições na Fonte de Alimentação** — aceso o receptor, medem-se tensões com voltímetros (analisador) ou mesmo com lâmpada neon; para medir tensões em paralelo com resistências elevadas devemos utilizar voltímetro de grande sensibilidade (pequena resistência interna), como 20.000 volt, ou voltímetro a válvula, a fim de não modificarmos as características do circuito e obtermos falsa medição. Medir as tensões na saída do filtro (+ B), nas placas, grades auxiliares, catodo grade de sinal de cada válvula e tensão de Contrôlê Automático de Sensibilidade, se for o caso; as tensões de C.A.S. e

grade auxiliar devem ser medidas com voltímetro a válvula.

— **Localização da Etapa Defeituosa** — esta fase consiste em, por meio de qualquer ou todos os métodos, determinar qual a etapa causadora do sintoma de defeito apresentado.

Empregando o método de Efeito e Causa, podemos localizar a etapa rapidamente, porém nem sempre pelo simples sintoma podemos dar o diagnóstico. Receptor que possui C.A.S. e apresenta como sintoma grande sensibilidade ao *fading* — diagnóstico, mau funcionamento do C.A.S.; zumbido característico de corrente alternada de 50/60 ciclos, — diagnóstico, má filtragem da corrente retificada.

A análise dinâmica é o melhor método por ser preciso e rápido. Usando um gerador de sinais, vamos injetando um sinal conveniente desde a etapa amplificadora de poder (de saída) até a antena e o controlando, qualquer etapa que não permita a passagem e a correta

amplificação está defeituosa; usando o investigador de sinais, vamos retirando o sinal desde a antena até a etapa amplificadora de saída.

— **Localização do Elemento Defeituoso** — na fase anterior determinamos em qual etapa se encontrava o defeito; nesta fase, por meio da análise estática ou mesmo pelo efeito e causa, determinamos o elemento defeituoso dentro da etapa defeituosa.

— **Reparação** — consiste na substituição ou na correção do elemento defeituoso, ou mesmo na recalibragem dos circuitos sintonizados. Cumpre notar que muitas vezes após havermos efetuado a reparação o aparelho apresenta outro defeito; seguindo novamente o mesmo raciocínio chegaremos a outro elemento defeituoso.

— **Prova** — deixar o receptor após reparado funcionando durante cerca de duas horas testando seu funcionamento e observando sua performance.

"É preciso dar repouso aos soldados para que possam resistir ao sono. Procurar os caminhos mais fáceis, exceto se houver algum difícil muitíssimo mais curto, mas, para um exército, o mais suave é sempre o mais curto. Marchai moderadamente. Os soldados mais fortes e velozes devem, de vez em quando, fazer alto e deixar-se retardar, depois retomam a frente acelerando o passo e excitando os outros a segui-los."

(Da Ciropéia, conforme tradução portuguesa de João Felix Pereira, transcrito de "Estudo Histórico Sobre a Guerra Antiga", do Coronel J.B. Magalhães.)

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hespano Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....	20,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..	15,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães	12,00
Aspecto Geográfico — Gen. Mario Travassos.....	6,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00
Bateria de Acumuladores — Maj. Archimedes-Pinto Oliveira.....	15,00
Balística Externa — A. Morgado da Hora.....	60,00
Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança — Euzébio de Souza.....	12,00
Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....	6,00
Crônicas de Guerra — Cel. Olivio Gondim de Uzeda	30,00
Contribuição para a Hist. da Guerra entre Brasil e Buenos Ayres — Gen. Bertoldo Klinger.....	12,00
Centralização do Tiro — Maj. Breno B. Fortes.....	6,00
Coletâneas de Leis e Dec. de 1544 a 1938 — Maj. Bello Lisboa.....	13,00
Dêem Estádios ao Exército — Cap. Jair Jordão Ramos	30,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antônio de Souza Júnior.....	50,00
Dicionário Inglês-Português de Termos Militares — Homero Castro Jobim.....	25,00
Dicionário Inglês-Português de Armamento e Tiro — Ten. Eugênio Malanga.....	50,00

—o—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

NOTÍCIAS MILITARES

Poder aéreo

Só muito tempo depois do homem ter conseguido se elevar nos ares, foi que os militares começaram a pensar seriamente no novo poder que lhes era colocado em mãos, possibilitando-lhes de início obter sobre o inimigo a importante vantagem do "ver sem ser visto". Esporadicamente os balões eram usados por arrojados exploradores, porém, esse uso não era contínuo, tendo mesmo sido relegado a plano sem importância por Napoleão. No entanto na Guerra de Secessão americana, vamos encontrar fogo dirigido por observadores aéreos, e nessa época já eram ensaiados os primeiros passos no sentido da obtenção de fotos aéreas, que iriam possibilitar o estudo de gabinete, mais detalhado e profundo, feito com mais vagar, das zonas vistas pelo observador aéreo. Em 1914, vamos encontrar a aviação usada como meio de reconhecimento, e ensaiando seus primeiros passos como arma combatente, como meio de levar também a destruição ao campo inimigo, surgindo nos céus franceses os primeiros combates aéreos, e também os primeiros bombardeios de Londres, levados a efeito pelos dirigíveis alemães com bases na Bélgica. Já em maio de 1917, os Gotha atacaram Londres, em voo de formação, e em pleno dia.

Durante as duas guerras foram intensas as discussões, encontrando-se de um lado os que advogavam um emprêgo maciço da aviação que se desenvolvia cada vez mais, e de outro os que advogavam seu emprêgo apenas como um serviço auxiliar do Exército, podendo eventualmente transformar-se em arma, e assim mesmo apenas quando a Marinha ou o Exército não pudessem deter o inimigo. Mas, na Espanha, em que tivemos

a guerra-piloto da terceira conflagração mundial, já pudemos apreciar um emprêgo amadurecido da aviação, inclusive no movimento rápido de tropas. Os alemães que, por trás dos bastidores experimentavam suas novas armas a serem lançadas no conflito que se avizinhava, não deixaram de aproveitar os valiosos ensinamentos que aquela luta lhes dava, de modo que, no início da última guerra, tivemos os blindados germânicos eficazmente lançados à luta em íntima cooperação com a Luftwaffe, criando o novo conceito da guerra relâmpago, em que o poder aéreo eliminava praticamente o inimigo do campo de batalha, isolando-o de suas bases, destruindo-o, desorganizando-o, lançando-lhe tropas à retaguarda e deixando-o à disposição da Wehrmacht para o golpe de misericórdia. Assim aconteceu na Finlândia, na Polônia e na Holanda, mudando o panorama apenas quando o inevitável desgaste de homens e máquinas, fez com que decrescesse a capacidade combativa da Força Aérea Alemã. A heroica R.A.F. possibilitou a mudança da situação resistindo à verdadeira avalanche em que se transformou a tentativa de assalto à Inglaterra, levada a efeito pela máquina bélica do Marechal Goering.

Terminada a guerra continua a aviação a se expandir, surgindo além de novos meios de propulsão que dão maiores velocidades e raios de ação, aparelhos com capacidade para transportar toneladas de explosivos em quantidade tal que os tornam capazes de destruições até há poucos anos inconcebíveis. Ao findar-se a guerra tinham muitos a impressão de que iria ressurgir a doutrina de Douhet, porém, vemos que a nova con-

flagração surgida, a luta da Coréia, não tem apresentado as características exigidas para uma "douhetização" das doutrinas de guerra. Segundo o comentarista Jean Amanrich, em *Revue Maritime*, ao se produzir a agressão comunista, havia em forças uma proporção de 23 para 1, favorável aos agressores, o que lhes deveria dar uma considerável vantagem inicial, logo anulada, porém, pelas arremetidas americanas baseadas principalmente em sua Força Aérea, superior em qualidade e quantidade. No entanto os sulistas foram forçados à retirada, protegida apenas pelas violentas destruições levadas a efeito pelos B-29. Após os primeiros momentos o que vimos foi o General Mac Arthur solicitar à O.N.U. reforços para a luta da Coréia, porém, reforços terrestres. Apesar de todo o progresso obtido, a Força Aérea ainda sofre, no entanto, poderosas limitações, das quais a principal talvez seja a incerteza de condições meteorológicas favoráveis ao voo. Mantém-se impossível ainda a doutrina de Douhet, preconizada pelos que desejavam criar verdadeiros Exércitos Alados, relegando a plano secundário as demais Forças Armadas. Ainda e sempre terá que haver uma perfeita coordenação entre Exército, Marinha e Aeronáutica, cada uma atuando em seu próprio setor, sem veleidades de supremacia, para que o conjunto possa ser conduzido à Vitória.

Santa Bárbara

A Artilharia, em quase todos os países, acha-se colocada sobre o patrocínio de Santa Bárbara, divergindo, porém, grandemente, a origem dessa tradição. "A Defesa Nacional", já publicou em suas páginas, há alguns anos, um interessante trabalho sobre o assunto, e hoje, nesta secção, desejamos divulgar, a título de curiosidade, uma das opiniões sobre a origem dessa tradição, considerada por muitos como a mais estranha de todas as opiniões a respeito, e devida ao General francês Chapel.

Segundo esse general, a origem do citado patrocínio não tem nenhum sentido divino ou milagroso, e sim apenas "etimológico", originando-se das palavras "cincta bárbara", isto é, "recinto bárbaro" assim chamadas as zonas situadas geralmente em posições dominantes e que, ao surgir a pólvora para canhões, foram utilizadas como depósitos, o que explicaria o nome de "Santa Bárbara" com que hoje ainda são conhecidos os depósitos de munições em terra ou nos barcos. Segundo Chapel foi essa semelhança de denominação que levou os antigos artilheiros a transformar em padroeira de sua Arma, a Mártir de Nicomédia.

Eficiência

O DAER-RS necessitou fazer reparos na ponte sobre o rio Gravatá, em Cachoeirinha, na estrada de Tramandaí. Trecho de tráfego intenso, com a média de 1 veículo por minuto, não poderia ser interrompido sem ocasionar graves prejuízos à coletividade.

Solicitaram, então, os rodoviários gaúchos a cooperação do 6º Batalhão de Engenharia, sediado em Porto Alegre, no sentido de ser montada uma ponte de sua especialidade. prontamente atendidos por aquela Unidade do Exército Nacional, foi rapidamente construída uma ponte tipo B-4-A1, instalada sobre cavaletes e pontões de aço, com 52 m de extensão e capacidade para 25 toneladas, tendo sido lançada 50 m abaixo da obra que está em reparos. Todos os estudos para a introdução desse tipo de ponte foram feitos por Oficiais de Engenharia e o material é inteiramente brasileiro.

Prestou destarte o Exército Nacional eficiente colaboração ao DAER-RS e inegável serviço à lavoura, indústria e comércio sulinos, como vem fazendo em todo o país, através dos excelentes serviços que, entre outros, a DOFE realiza.

(Transcrito de "Rodoviá", número 124/25, junho/julho 1950).

POLÍTICA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA

O Sr. Euvaldo Lodi expõe aos militares os altos objetivos da indústria nacional — a nossa independência econômica

O Sr. Euvaldo Lodi, desde vários anos, tornou-se o campeão incansável da batalha da independência econômica do Brasil através da sua industrialização.



O clichê acima mostra o Sr. Euvaldo Lodi ao proferir sua palestra

Como líder das classes produtoras, em conferências nacionais, o ilustre homem público e capitão de indústria tem se batido por uma política econômica

objetiva, sadiamente nacionalista, que vise a mobilização das nossas imensas riquezas potenciais e conserve em mãos nacionais aquelas indústrias diretamente ligadas à segurança nacional.

Recentemente, a convite de um grupo de oficiais interessados por êsses assuntos, o presidente da "Confederação Nacional da Indústria" pronunciou aplaudida conferência no "Centro Militar de Estudos", abordando os aspectos essenciais da política econômica da indústria.

Desenvolvendo a sua tese, com a segurança de mestre, que alia à teoria o conhecimento direto da matéria, o Sr. Euvaldo Lodi abordou os seguintes assuntos: política monetária, especialmente a desvalorização do cruzeiro; política tarifária, regime de licença prévia, criação do Ministério da Economia; Valorização da Amazônia e vários outros.

Sua oração foi ouvida com enorme interesse pelos presentes, entre os quais se encontravam, também, oficiais da Marinha e da Polícia Militar. O general José Veríssimo, que presidiu a sessão, fez uso da palavra, agradecendo a presença do Sr. Euvaldo Lodi. Teceu considerações em torno dos assuntos da conferência, mostrando-se de acordo com as idéias defendidas pelo presidente da "Confederação Nacional da Indústria".

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos Officiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 29 de janeiro a 20 de fevereiro de 1951

PRODUTO SUJEITO A FISCALIZAÇÃO

Dificuldades conseqüentes da tensão internacional impõem a alteração da lista dos produtos sujeitos à fiscalização do Ministério da Guerra. De acôrdo com o art. 8º do Decreto n. 1.246 de 11 de dezembro de 1936, ficam incluídas, entre as matérias primas sujeitas ao contrôlo, as que se seguem:

Enxôfre, Carbonato de sódio, Glicerina, Soda Cáustica.

(Aviso n. 55, de 25-I-951 — "Diário Oficial" de 29-I-951).

• •

COMPUTO DE TEMPO DE EFETIVO MAGISTÉRIO

De acôrdo com o parecer da Diretoria do Ensino do Exército, constante de seu Offício 117-D, de 19 do corrente, deve ser computado, como de efetivo magistério, o tempo passado pelo militar no exercício das funções previstas no art. 2º do Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937.

(Aviso n. 67, de 25-I-951 — "Diário Oficial" de 29-I-951).

• •

OFICIAIS CONSIDERADOS COM CURSO DA E.A.O.

I — Atendendo às ponderações feitas pelo Estado-Maior do Exército em seu Offício 1.120-c, de 30 de dezembro de 1950, os oficiais diplomados pela Escola de Estado-Maior, sem o curso da E.A.O. ficam considerados para todos os efeitos, como possuidores do curso de aperfeiçoamento.

II — O Estado-Maior do Exército providenciará a publicação, em Bo-

letim do Exército, da relação por turmas da E.E.M., dos oficiais amparados pelo presente Aviso.

(Aviso n. 58, de 26-I-951 — "Diário Oficial" de 29-I-951).

• •

FUNCIONAMENTO DE N.P.O.R.

A vista das informações do Estado-Maior do Exército e de acôrdo com o art. 141 do R-166 (R.C.P.O.R.), fica o Cmt. da 10ª Região Militar autorizado a fazer funcionar, a partir do corrente ano, um Núcleo de Preparação de Officiais da Reserva em Terezina, anexo ao 25º Batalhão de Caçadores.

(Aviso n. 69, de 26-I-951 — "Diário Oficial" de 29-I-951).

• •

SARGENTOS DE INFANTARIA COM C.R.A.S. DE BLINDADOS

1. Propõe o Comando da 1ª Região Militar a transferência dos Sargentos de Infantaria com o C.R.A.S. de Blindados para a Arma de Cavalaria, tendo em vista:

a) que vários Sargentos de Infantaria acham-se servindo no Grupo de Reconhecimento da Divisão Blindada;

b) que alguns desses Sargentos possuem o C.R.A.S. de Blindados (Cavalaria Mecanizada) em face do Aviso n. 686 de 13 de outubro de 1949;

c) que o Aviso n. 126 de 7 de fevereiro de 1948, estabelece que "só poderão concorrer à promoção de 1º Sargento de fileira, em Unidades Mecanizadas de Reconhecimento (Esq. Rec. Mec., Gr. Rec. Mec.), aos 2º Sargentos da Arma de Cavalaria possuidores do Curso de Combate Blindado ou Curso Regional de Aper-

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Instrução para o Serviço em Campanha — Estado M. do Exército.....	6.00
Legislação Militar — Cap. Toscano de Brito.....	18.00
Lança Rojão — Ten. Gustavo L. Braga.....	4.00
Morteiro "Tiro do" — Maj. Euro L. Martins.....	8.00
Morteiro — Gutemberg Ayres de Miranda.....	10.00
Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger.....	5.00
Metralhadora Browning P. 50 — Ten. Gustavo L. Braga	5.00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet....	20.00
Manual de Orientação em Campanha — Cap. An- tônio P. Lira.....	25.00
Manual do Serviço de Campanha na Cavalaria — Maj. José Horácio Garcia.....	12.00
Meu Diário na Guerra na Itália — Cap. Newton C. de Andrade Melo.....	30.00
Manual Básico de Campanha, o Esclarecedor e a Patrulha "C-21-75" — E. A. O.....	10.00
Noções Elementares do Tráfego — Cel. Olimpio Mourão Filho.....	8.00
Noções de Topografia de Campanha — Gen. Paes de Andrade.....	12.00
Narrativas Autobiográficas — Gen. Klinger.....	25.00
O Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães	30.00
O Tiro de Grupo nas Intervenções Rápidas — Cap. Lindolfo Ferraz Filho.....	6.00
O Exército Alemão — Tradução do Cel. Leony de O. Machado.....	25.00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agên-
cia do Correio do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro

feioamento de Sargentos de Motomecanização";

a) que há contradição no disposto dos referidos Avisos (126 e 686).

2. Das considerações feitas pelo Estado-Maior do Exército, verifica-se:

a) que dentre as Unidades integrantes da tropa Blindada, são privativas:

— da Arma de Infantaria os Batalhões de Infantaria Blindada;

— da Arma de Cavalaria os Grupos de Reconhecimento Mecanizado e os Regimentos de Cavalaria Mecanizada;

— das Armas de Infantaria e Cavalaria os Batalhões de Carros de Combate (B.C.C. e B.C.C.L.);

b) que a promoção a 1º sargento de fileira nas Unidades Blindadas só poderão concorrer os 2º sargentos possuidores do Curso de Combatente Blindado da Escola de Motomecanização ou C.R.A.S. de Motomecanização (atual de Blindados), pertencentes à Arma de Infantaria quando destinados às Unidades de Infantaria Blindada ou Carros de Combate; e à Arma de Cavalaria quando destinados às Unidades de Reconhecimento, aos Regimentos de Cavalaria Mecanizada ou Carros de Combate;

c) que não há contradição entre os Avisos ns. 126 e 686, pelo contrário, este último procurou normalizar a situação dos 2º e 3º Sargentos de Infantaria, de conformidade com a doutrina estabelecida pelo primeiro dos Avisos, uma vez que o 613, de setembro de 1949, é específico para os Sargentos da Arma de Cavalaria.

3. Assim, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, conclui-se:

1) que deve ser mantido e em toda a plenitude o Aviso n. 126 de 7 de fevereiro de 1946, porque regula as condições de acesso à graduação de 1º Sargento de fileira nas Unidades Blindadas, assim como os Avisos ns. 613 de 19 de setembro e 686 de 13 de outubro ambos de 1949, uma vez que os mesmos ajustam a situação dos Sargentos de Infantaria e Cavalaria, com o C.R.A.S., com as condições estabelecidas pelo Aviso n. 126, referido;

2) que os 2º Sargentos de Infantaria com o C.R.A.S. de Blindado, existentes no Grupo de Reconhecimento Mecanizado, deverão ser transferidos para Unidades de Infantaria Blindada ou para Unidades de Carros de Combate;

3) que os 2º Sargentos de Infantaria sem o C.R.A.S. de Blindados, servindo no Grupo de Reconhecimento Mecanizado, deverá ser aplicado os benefícios do Aviso n. 686, previamente transferidos para Unidades Blindadas permitidas às praças da Arma de Infantaria.

(Aviso n. 70, de 26-I-1951 — "Diário Oficial" de 29-I-1951).

* *

GRADUAÇÃO NO PÓSTO IMEDIATO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

LEI N. 1.338 — DE 30 DE JANEIRO DE 1951

Assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 3º do art. 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º. São restabelecidas, em toda a sua plenitude, nas Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica) e nas Forças Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, todas as disposições da Lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904, e do Decreto n. 3.633, de 31 de dezembro de 1918, que asseguravam a graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classe, ou cabeças de quadro (número um da respectiva escala) dos diversos quadros das Armas e Serviços.

Art. 2º. Aos oficiais graduados por efeitos desta Lei, cabem todos os direitos, honras, regalias, procedência hierárquica e mais vantagens, exceto vencimentos, como se efetivos fossem.

Parágrafo único. Quando transferidos para a Reserva ou reformados, terão todos os direitos e benefícios conferidos aos efetivos, inclusive os relativos ao montepio e acesso ao posto imediato ao da graduação, nos casos permitidos em lei.

Art. 3º. A graduação, de que trata esta lei, atingirá a todos os postos da hierarquia de oficiais, qualquer que seja o quadro, arma ou serviço a que pertença o oficial.

Art. 4º. A graduação no posto de General de Brigada, ou de Contra-Almirante, ou de Brigadeiro, será por Arma ou Serviço mas só se dará, quando o Coronel ou Capitão de Mar e Guerra satisfizer as condições de acesso àqueles postos.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Anuário Militar do Brasil de 1935.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1936.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1937.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1940.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1941.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1942.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1943.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1944.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1945.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1946.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1947.....	80,00
A Fôrça Mecanizada — Cap. Silvio do Vale Amaral	60,00
A Arte da Guerra — Cel. Renato Batista Nunes....	35,00
A Intendência em Campanha — Maj. José Sales..	35,00
A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Linha de Fogo na Guerra — Ten. Germano Seidl Vidal.....	5,00
A Compreensão na Guerra — Cel. J. B. Magalhães	30,00
A Técnica do Tiro de Costa — Cap. I. Ayres da Silveira.....	20,00
A F. E. B., pelo seu Comandante — Mar. Mascarenhas de Moraes.....	55,00



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

Art. 5º. No caso do Coronel ou Capitão de Mar e Guerra, número um do respectivo quadro das Armas ou Serviços, não satisfizer às exigências do artigo anterior, será graduado o que lhe seguir em antiguidade e preencher tais exigências.

Art. 6º. Aplicam-se as disposições anteriores aos oficiais que foram transferidos compulsoriamente para a Reserva, durante o período de suspensão das graduações, e que satisfizerem as exigências nelas estabelecidas, desde que o requeira no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação desta Lei, sem direito a proventos atrasados.

Parágrafo único. Os oficiais compreendidos neste artigo que ainda não atingiram a idade limite do posto da graduação, para permanência no serviço ativo, bem como os que já a tenham atingido gozarão dos seus benefícios e se considerarão transferidos para a Reserva, ou reformados, os primeiros na data da publicação desta Lei, e os últimos quando completarem essa idade.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com exceção das ressalvas estabelecidas no art. 50 do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941 (Lei da Inatividade dos Militares), e no art. 52 do Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

EURICO G. DUTRA

("Diário Oficial" de 30-I-1951).

• •

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE C.R.

DECRETO N. 29.186 — DE 24 DE JANEIRO DE 1951

Transfere a sede da 18ª Circunscrição de Recrutamento da cidade de Jequié para a cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição, decreta:

Art. 1º. É transferida para a cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia, a sede da 18ª Circunscrição de Recrutamento, criada pelo Decreto número 21.138, de 17 de maio de 1946 em Jequié, no mesmo Estado.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 1-II-1951.)

• •

"REGIMENTO OSÓRIO", A NOVA DESIGNAÇÃO DO 13º R.C.

DECRETO N. 29.175 — DE 19 DE JANEIRO DE 1951

Dá a denominação de "Regimento Osório" ao 13º Regimento de Cavalaria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e

Considerando que por Decreto número 22.687, de 4 de maio de 1933, foi dada, ao então 3º Regimento de Cavalaria Divisionária a denominação de "Regimento Osório";

Considerando que essa unidade foi extinta, posteriormente;

Considerando que as unidades criadas em sua substituição, ou outra qualquer, não receberam o encargo da guarda da tradição do nome de General Osório;

Considerando finalmente, que foi na cidade de Jaguarão, atual sede do 13º Regimento de Cavalaria, onde aquele valeroso chefe militar serviu a maior parte de seu tempo de oficial, comandando a guarnição ali existente; decreta:

Art. 1º. O 13º Regimento de Cavalaria passa a denominar-se "Regimento Osório".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 3-II-1951.)

• •

FICHA PARA PROMOÇÃO A SUB-TENENTE

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o parecer do Departamento Geral de Administração, manda adotar para promoção de 1ª Sargentos de Saúde a Subtenentes, a ficha aprovada por despacho de

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Ensaio Sobre Informação na Guerra — Trad. Maj. José Horácio e Enio Garcia.....	15,00
Estratégia do Terror — Cel. J. B. Magalhães.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Ten. Gustavo L. Braga....	4,00
Educação Física do Exército — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda.....	9,00
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos	3,00
Escola de Instrução Especializada — Dep. Engenharia — Programa Detalhado.....	25,00
Ensaio Sobre a Instrução Militar — Ten. José Horácio Garcia.....	12,00
Emprêgo Tático do Btl. de Transmissões — Maj. Adalardo Fiálho.....	20,00
Estudos Sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães....	15,00
Escolas de Fogo "Mort. 75" — Cap. Dario Coelho..	8,00
Formulário do Contador — Ten. José Sales.....	5,00
Fichário dos Instrutores de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos.....	20,00
Geopolítica do Brasil — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....	25,00
Guerra de Secessão — Cel. Carnáuba.....	5,00
História Militar do Brasil No Reg. Colonial — Ten. Cel. A. A. Souza Ferreira.....	18,00
Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe de Figueiredo.....	45,00
Instrução e Observação nos Corpos de Tropa — Maj. A. Batista Gonçalves.....	9,00

— o —

Pedidos pelo Reembôlso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

12-X-943, publicado no B.E. n. 42, de 16 de outubro de 1943, uma vez que a mesma satisfaz as exigências do Aviso n. 1.198, de 23-III-940.

(Portaria n. 42, de 9-II-951 — "Diário Oficial" de 12-II-951.)

• •

OPÇÃO POR VALIDADE DE C.R.A.S.

Aprovando proposta feita pelo Departamento Geral de Administração (Doc. número 11.142-D-2/5-4, de 14-XII-930), resolve que os Sargentos possuidores do C.R.A.S. de Intendência e do C.R.A.S. da Arma de origem, deverão optar pela validade, exclusiva, de um desses cursos. Os que optarem pelo C.R.A.S. de Intendência, mesmo como excedentes, o serão aproveitados nas vagas que se derem, nesse Serviço, e na forma da legislação vigente.

Os 2º e 3º Sargentos possuidores somente do C.R.A.S. de Intendência, serão compulsoriamente transferidos para o Serviço de Intendência, como excedentes, caso não existam vagas.

(Aviso n. 115, de 10-II-951 — "Diário Oficial" de 13-II-951.)

• •

AMPARO DE LEI DO SERVIÇO MILITAR

Consulta o Comandante da Zona Militar do Norte se a última turma de armeiros da Escola de Instrução Especializada acha-se amparada pelo parágrafo único do art. 89 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946.

Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declarou:

Os armeiros formados na Escola de Instrução Especializada após a publicação do aviso reservado 161-114 de 29 de outubro de 1950, não estão amparados pelo parágrafo único do artigo 89 da Lei do Serviço Militar e, nem têm, nesse sentido nenhum direito adquirido.

(Aviso n. 74, de 25-I-951 — "Diário Oficial" de 20-II-951.)

VIGENCIA DE AVISO

O Aviso n. 812, de 20 de dezembro do ano findo, publicado no "Diário Oficial" de 22 do mesmo mês e ano, só terá vigência a partir de 31 de maio do corrente ano, por imperiosa necessidade do serviço.

(Aviso n. 77, de 29-I-951 — "Diário Oficial" de 20-II-951.)

• •

COMPUTO DE TEMPO COMO SENDO DE EFETIVO SERVIÇO

Tendo em vista o que propõe o Estado-Maior do Exército, declaro que deve ser computado como tempo de efetivo serviço, o tempo passado pelos estagiários, com aproveitamento, nas Escolas de Saúde e de Veterinária do Exército, considerando-se como data inicial do tempo de efetivo serviço o dia da publicação do decreto de nomeação de 2º Tenente Médico estagiário ou Aspirante a Oficial estagiário.

(Aviso n. 78, de 29-I-951 — "Diário Oficial" de 20-II-951.)

• •

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA A C.E.S.S.EX.

A Comissão Especial do Serviço Social do Exército, criada pelo Aviso n. 654, de 14-X-950, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 79, de 29-I-951 — "Diário Oficial" de 20-II-951.)

• •

ADIAMENTO DE LICENCIAMENTO DE PRAÇAS

De acordo com o art. 97 da Lei do Serviço Militar fica o Comandante da 1ª Região Militar autorizado a adiar até 60 dias o licenciamento das praças incorporadas na Polícia do Exército, dessa Região.

(Aviso n. 86, de 30-I-951 — "Diário Oficial" de 20-II-951.)

"Para inspirar coragem à soldadesca, nada me parece mais consentâneo do que nutri-la de boas esperanças. Mas se um homem enganar outro muitas vezes com esperanças levianas, no fim, inda que fale verdade, não é acreditado."

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de março do corrente ano :

a) *Do exterior*

Argentina	— Revista Militar — Ns. de jan. e fev./1951
Argentina	— Revista del Suboficial — N. de fev./1951
Espanha	— Rev. "Ejército" — Ns. de out. e dez./1950
Espanha	— Rev. "Guion" — Ns. de out. e dez./1950
Espanha	— Rev. de la Oficialidad de complemento — Ns. de out. e dezembro
Estados Unidos	— Rev. Aérea Latino Americana — N. de jan. de 1951
França	— Revue Militaire d'Information — N. 167
Itália	— Rivista Militare — N. de dez. de 1950
Peru	— Revista de la Escuela Militar — N. de nov. de 1950
Venezuela	— Revista de las Fuerzas Armadas — Ns. de ag., set. e out.
Uruguai	— Revista de la Mutua Militar Uruguay — N. de set. a dez.

b) *Nacionais*

- Revista do Club de Aeronáutica — N. 14
- Revista Militar de Remonta e Veterinária — N. de out., nov.
e dezembro
- Revista Esso — N. de jan. e fev. de 1951
- Boletim Geográfico do D.E.G.C. de Santa Catarina

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gáves
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• • •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

BIBLIOTECA MILITAR
SECRETARIA

Publicado no Bol. n. 57 de 6-9-1956

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Bertoldo Klinger.
Gen. Felício Lima.
Prof. Edmond Brun.
C.M.G. Diogo Borges Fortes.
Cel. Aurélio de Lyra Tavares.
Cel. Dr. A. Sette Ramalho.
Cel. J.B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. Cyro Perdigão de Souza Silveira.
Ten.-Cel. J.H. Garcia.
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Maj. D. Pletz Espíndola.
Maj. Jayme Moutinho Neiva.
Maj. Samuel A.A. Correia.
Maj. W.F. Bouças.
Cap. Roberto Meira de V. Chaves.
Ten. Jair de Mattos Montedônio.
Sgt. Darcy G. Lessa.

EX LIBRIS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
Rio de Janeiro — 1951